

F A C U L D A D E D E L E T R A S

---

REVISTA DO LABORATÓRIO  
DE  
FONÉTICA EXPERIMENTAL



VOLUME VI  
ANO DE 1966

---

U N I V E R S I D A D E D E C O I M B R A



**REVISTA DO LABORATÓRIO  
DE FONÉTICA EXPERIMENTAL**



F A C U L D A D E D E L E T R A S

---

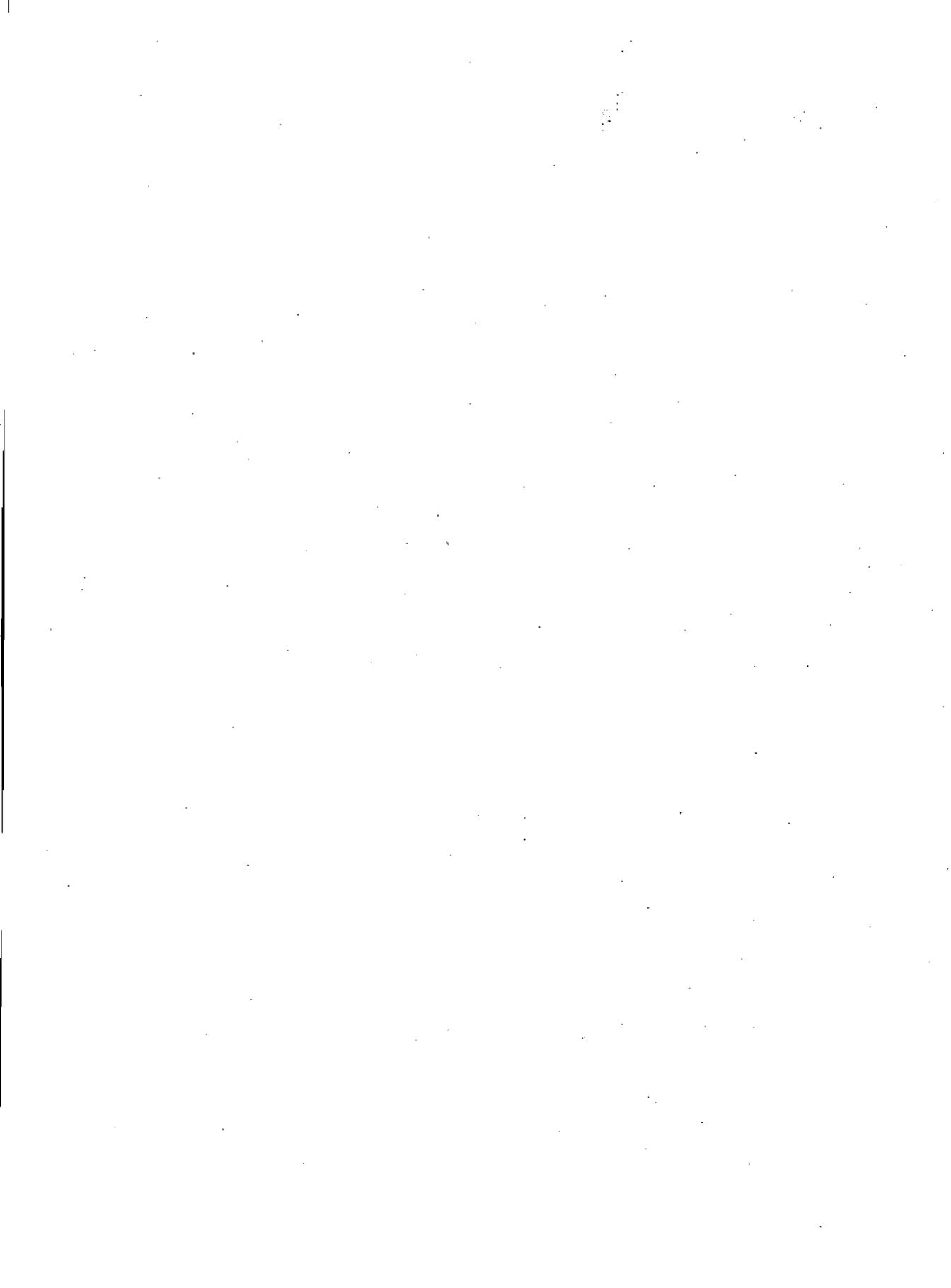
# REVISTA DO LABORATÓRIO DE FONÉTICA EXPERIMENTAL



VOLUME VI  
ANO DE 1966

---

U N I V E R S I D A D E D E C O I M B R A



# ANÁLISE DE SONS NAsAIS E SONS NASALIZADOS DO PORTUGUÊS

## I

### PRELIMINARES

Um dos capítulos que oferece grande dificuldade ao ensino da fonética portuguesa a estrangeiros, é o da nasalidade. Pode afirmar-se, dum modo geral, que os estrangeiros não são capazes, por simples imitação, de pronunciar, satisfatoriamente, as vogais e os ditongos nasais, por muito numerosas que sejam as suas tentativas.

O comportamento nasal apresenta em Português características que o ouvinte não discrimina de modo a poder sentir em que consiste a sua particularização, se a audição não for orientada por quem tenha conhecimento dos aspectos que a distinguem. Só um tal conhecimento, que a maior parte dos professores ainda não possui, torna possível uma orientação conveniente da imitação. Se esta se verifica, sucede, então, que os alunos aprendem, em alguns minutos, aquilo que outros não foram capazes de aprender durante meses, ou mesmo anos, de contacto com portugueses.

O que se diz relativamente ao Português, poderá dizer-se, também, relativamente ao Francês. A nasalidade francesa oferece aos portugueses dificuldades que só excepcionalmente conseguem vencer. Mas ao passo que o ensino da nasalidade francesa não pôde, ainda, ser orientado de modo satisfatório, e tal facto deve-se, certamente, a um conhecimento imperfeito, tanto no domínio genémico como no genético, da nasalidade em Francês, o mesmo não sucede no concernente à nasalidade em Português. O que o especialista sabe presentemente sobre nasalidade portuguesa, é suficiente para garantir a sua fácil e rápida aprendizagem. Comprovam esta afirmação os resultados práticos obtidos, desde longa data, nos cursos de fonética portuguesa ministrados no Lab. de Fon. Exp. da Universidade de Coimbra.

Foi mediante um exame auditivo com utilização de vários processos auxiliares da audição, especialmente o denominado «alongamento» que um

dos autores desta contribuição (A. L.) pode observar, há já umas duas dezenas de anos, com pormenorização suficiente para o ensino, o lugar e decurso da nasalidade das vogais e dos ditongos nasais do Português.

Utilizando o mesmo processo do alongamento para evidenciar aos alunos o que mais interessava notar, resolveu-se praticamente o assunto, desaparecendo todas as dificuldades que até aí tinham persistido.

A par do interesse prático em resolver a questão, surgiu, naturalmente, o desejo de se fazer um estudo tão objectivo quanto possível, do que fora apenas apreciado auditivamente.

Experiências realizadas com auxílio dum «extensor-sonoro» (v. pp. 9-10, 13, 14) conduziram a resultados semelhantes aos obtidos anteriormente, mas estas experiências careciam igualmente de demonstração experimental e duma pormenorização que só o exame instrumental poderia proporcionar. Pelo facto de se ter utilizado um «extensor-sonoro» o exame não deixou de ser auditivo. Em vez duma elocução originariamente realizada em andamento lento pelo locutor, e de modo a alterar o menos possível a articulação e coarticulação normais, reduziu-se o andamento original da elocução, mediante um aparelho. E diga-se, de passagem, que um «extensor-sonoro», ainda que teóricamente perfeito na sua concepção, apresenta na realidade, a par de grandes vantagens, alguns inconvenientes que têm de ser cautelosamente ladeados.

Um exame instrumental continuou, conseqüentemente, a interessar. Este facto e várias circunstâncias que dispensam explicação, levaram os autores do presente trabalho, a realizá-lo.

Trata-se duma pequena contribuição que o tempo e a aparelhagem de que se dispunha, limitaram, não tendo sido possível tornar o estudo mais completo com auxílio do método electro-cromográfico, da oscilografia, da espectrografia e muito especialmente, da radiografia no concernente à parte genética. Limitação que muito importa considerar, proveio do facto de ter sido utilizado um só locutor, ainda que os aspectos idiofonéticos da sua elocução nunca tivessem sido apontados como irregulares, ou como criticáveis segundo a «norma» do Português.

## II

### CONSIDERAÇÕES GERAIS

Considera-se, geralmente, a nasalidade portuguesa em confronto com a francesa. A título de exemplo ouçamos Sten (*Les Particularités de la Langue Portugaise*, p. 31) que nos diz:

«On sait que la nasalité portugaise est moins forte que celle des voyelles françaises parce qu'en portugais le voile du palais est moins abaissé qu'en français...».

Gonçalves Viana no seu «Essai de phonétique et de phonologie de la langue portugaise d'après le dialect actuel de Lisbonne» escreveu estas palavras:

«...La nasalité de ces voyelles à Lisbonne, ainsi que dans tout le sud du royaume, est de premier degré, c'est-à-dire qu'elle n'est pas accompagnée de gutturalisation, comme dans les voyelles nasales françaises» (p. 167).

Je répète que la nasalité en portugais est bien différente de la nasalisation des voyelles françaises; d'abord parce qu'elle n'est point accompagnée de gutturalisation, et puis parce que le timbre de la voyelle ne change pas. En effet, il n'y a point en français de voyelles orales dont le timbre soit parfaitement égal à celui de ces voyelles nasales: *an, in, on*; à peine si l'ont reconnaît la voyelle *æ* (*eu*) dans la nasale *un*, tandis qu'en portugais les nasales *ã, ê, î, õ, û*, ne diffèrent que par leur nasalité des voyelles orales *a, é, i, ô, u...*» (p. 172).

Notemos que Gonçalves Viana destaca o facto de que não há em português nenhuma vogal nasal equivalente em timbre a qualquer vogal nasal francesa (V. *ob. cit.*, pp. 171-172).

O referido Autor, na sua «Exposição da Pronúncia Normal Portuguesa, para uso de nacionais e estrangeiros» (p. 53), diz novamente:

«A nasalidade portuguesa é mais fraca do que a francesa, pelo menos no centro e no sul do reino...».

e no *Portugais, Phonétique et Phonologie, Morphologie, Textes* escreve (p. 3).

«...La nasalisation des voyelles peut être plus ou moins perceptible à l'oreille. On en peut établir deux degrés: la *nasalité* des voyelles... portugaises... et la *nasalité* plus forte des voyelles françaises, due à un abaissement plus grand du voile palatin...».

Não há, porém, concordância sobre a articulação característica da nasalidade francesa, devendo observar-se que há mais outras particularidades a

considerar além do simples abaixamento do véu palatino, quando se pretende explicar a diversidade de «força» da nasalidade francesa em relação à portuguesa. Ouçamos Heffner (*General Phonetics*, p. 113):

«These [French] nasal vowels are produced by adding the vigorous lowering of the velum, accompanied by some constriction of the palatopharyngeal arch, to the usual movements of the articulation peculiar to the analogous oral vowel. The mere lowering of the velum is not enough to produce the nasality characteristic of these French vowels. The passing of a part of the breath stream through the nose as a result of an inert, or laxly lowered velum may cause the low component frequencies characteristic of the nasal cavities to be selectively passed and hence to be more clearly audible than when the velum is raised and these partials are not thus favored, but the quality difference produced by this lax lowering of the velum is not a change to nasality, but a «richening» or «mellowing» of the vowel sound. Nasality is produced only by a more vigorous lowering of the velum plus the constriction of the posterior pillars of the fauces. There are degrees of this vigor, to be sure, and the French nasal vowels are much more vigorously nasalized than are the nasal vowels of Danish, German or Portuguese dialects».

É, portanto, justificadamente que Göran Hammarström opõe duas observações à opinião de Sten citada atrás:

1.º — As vogais nasais portuguesas diferem das vogais nasais francesas sob vários aspectos. Tornam-se conseqüentemente muito difíceis as comparações concernentes à força relativa da nasalidade nas duas línguas. Além disso, os nossos conhecimentos actuais do assunto não permitem comparações bem fundamentadas de ordem articulatória.

2.º — A ideia tradicional segundo a qual «um maior abaixamento do véu palatino» provocaria uma mais forte nasalidade é discutível. Os efeitos acústicos na fonação não dependem simplesmente da posição dos órgãos articulatórios; é na verdade evidente que a qualidade do som é determinada pela maneira de fazer valer uma dada posição articulatória. No presente caso seria necessário determinar, através de experiências, a relação que existe entre o tamanho da abertura da passagem para o nariz durante a prolação duma vogal nasal e o grau de nasalidade percebido por um ouvinte. Segundo a nossa impressão, um maior grau de abertura provoca, pelo menos a partir de determinado momento, uma redução da nasalidade. Seria conveniente efectuar-se um estudo laboratorial que nos pudesse dar um conhecimento baseado na realidade dos factos. (Recensão a Sten, *ob cit.*, em *RLFEC*, II, p. 160).

Diferindo de Gonçalves Viana, P. Strevens, («Some Observations on the Phonetics and Pronunciation of Modern Portuguese», p. 17), observou:

«[The nasal vowels in Portuguese] ... are not quite so tense as the oral vowels with similar tongue-positions, and lip-spreading or lip-rounding are not so strong...».

Tais diversidades não devem surpreender o leitor visto haver opiniões diferentes sobre a ocorrência, assim como sobre as características acústicas,

e mesmo sobre o processo articulatório básico das vogais nasais, dos ditongos nasais, e dos sons nasalizados.

Do livro de Oliveira Guimarães (*Fonética Portuguesa, Compêndio da ortologia nacional*), transcrevemos:

«Durante a emissão das vogais fechadas..., o véu palatino pode abaixar-se permitindo que a corrente expiratória se escape também pelas fossas nasais. A vibração laringea é então ressoada por duas câmaras, a bucal e a nasal. Chamam-se vogais nasais aos fonemas assim pronunciados...» (pp. 42-43).

«...Quando... a vogal nasal é seguida de consoante oclusiva torna-se impura, quer dizer, é seguida da ressonância nasal que acompanha a rapidíssima emissão de uma consoante nasal homorgânica da oclusiva seguinte, ex.: *lã tinta* (*lãn tĩnta*); *lã cardada* (*lãn kãrdãda*); *lã branca* (*lãn brãñka*)» (pp. 43-44).

«A nasalação [dos ditongos nasais] não atinge apenas a primeira vogal ou, para melhor dizer, o primeiro timbre do ditongo, como o parece insinuar a grafia usual que apenas sôbre ela põe o til, mas ambos os timbres, isto é, tanto a prepositiva como a subjuntiva do ditongo...».

«Importa ainda sinalar que na pronúncia dos fonemas nasais, assim vogais como ditongais, a ressonância oral é concomitante com a nasal e a audibilidade daquela é superior à desta. A nasalação portuguesa é de facto muito mais suave do que, por exemplo, a francesa» (p. 47).

Interessam ainda, pela sua originalidade, as seguintes interpretações de J. I. Louro («Estudo e Classificação das Vogais», p. 242):

«As chamadas *vogais nasais* (como os *ditongos nasais*) são propriamente *oro-nasais*, visto que a ressonância nasal (devida como se sabe à comunicação do canal sonoro com as fossas nasais por abaixamento do véu palatino) se junta à vogal emitida normalmente pela boca. Só a vogal *ã* [ã] pode ser *oro-nasal* ou exclusivamente *nasal*, neste caso emitida apenas pelas fossas nasais (com oclusão da boca ou da região velar). As outras vogais (*ã* ou *ẽ*, *ê*, *í*, *õ*, *ũ*), quando mediais ou no interior das frases, são geralmente ligadas (ou mesmo substituídas na sua parte final) por um *ã* (formando com elas uma espécie de discreto ditongo decrescente). São as vibrações deste *ã* que, nos gráficos, fazem pensar na existência, em português, de verdadeiras consoantes nasais, em fim de sílaba interna».

Importa notar alguns dos resultados obtidos com auxílio dum «speech-stretcher» («extensor sonoro») sobre a qualidade, tensão e comportamento nasal duma série de vocábulos escolhidos de modo a evidenciar as características essenciais da nasalidade portuguesa (Lacerda-Strevens, «Some Phonetic Observations using a Speech-Stretcher», pp. 8 e 15): verificou-se quase sempre uma variação da qualidade das vogais nasais e das vogais nasalizadas, assim como um segmento inicial oral em ambos os casos. Como conclusão de maior pormenor, citamos a seguinte:

«Nasal vowels in Portuguese have an initial segment whose degree of nasality varies very greatly. In some cases the nasality may be so slight that in practice we

can regard it as being absent; that is to say, we can regard the initial segment as being oral. The variation of the degree of nasality appears to depend to a considerable extent on factors of expression, but clearly some phonetic contexts are more likely to favour an initial oral segment than others are» (pp. 15-16).

Cumprе esclarecer que a designação «oro-nasal» utilizada por J. I. Louro, ob. acima cit., não significa existência dum segmento inicial oral, tal como o apontaram Lacerda e Strevens.

No estudo das vogais nasais e dos ditongos nasais, convém distinguir as seguintes posições e contextos: 1) final; 2) antes de consoante oclusiva; 3) antes de consoante restritiva.

No que diz respeito à posição final, devemos considerar os resultados a que chegaram vários pesquisadores que trataram do assunto que presentemente chama a nossa atenção. Entre esses pesquisadores figura Morais-Barbosa, de cujo recente artigo («Les voyelles nasales portugaises: interprétation phonologique», p. 692) transcrevemos:

«...Devant une pause, la voyelle [nasale] est en principe «pure», tel qu'en font état les transcriptions données ci-dessus: [lá], [fi], [bõ], [ü]. Il se peut cependant qu'après l'émission de la voyelle, et tandis que de l'air s'écoule encore par le nez, une occlusion du passage buccal ait lieu dans la région vélaire; une consonne nasale se forme donc, qu'on notera (ŋ); on aura alors (láŋ), (fiŋ), (bõŋ), (üŋ). Une telle consonne échappe pourtant à toute oreille non entraînée phonétiquement, quoiqu'elle puisse être bien notoire sur les tracés obtenus à l'aide du kymographe et du spectrograph...».

Compara-se o exposto por Morais-Barbosa com as observações de vários especialistas:

«The final segment of a word such as *lá* is often followed by a noticeable sound that seems to be the release of an articulatory contact. The release, which is like a weak plosive, sometimes follows at a distance of one or two seconds from the end of the word, when the word is spoken as a statement of fact, in isolation. The contact being released is between the back of the tongue and the soft palate» (Lacerda-Strevens, ob. cit., p. 8, nota 3).

«...Quando uma vogal [nasal]... é proferida... com o véu palatino primeiramente na posição de indiferença e depois adaptado ao pos-dorso da língua, em vez da vogal puramente nasal, o que temos são dois fonemas que importa distinguir, e que são: uma vogal nasal e o ŋ velar. É o que se observa correntemente na palavra *irmã*, que se pode pronunciar *irmã*, *irmãŋ* e *irmã* com o *a* desnasalado» (R. de Sá Nogueira, *Elementos para um Tratado de Fonética Portuguesa*, p. 24).

«...Les voyelles nasales portugaises ne sont pas des voyelles homogènes comme les voyelles nasales françaises; elles se terminent par une consonne nasale pendant la durée de laquelle l'air sort uniquement par le nez. Cette consonne est un [ŋ] vélaire, comme il résulte clairement des recherches faites au moyen du palais artificiel» (L. Roudet, *Elements de Phonétique Générale*, p. 104, citado por Sá Nogueira, ob. cit., p. 24, nota 1).

No que diz respeito à posição «vogal nasal (ou ditongo nasal) antes de oclusiva» interessa considerar:

«...entre la voyelle [nasale] et l'occlusive, une consonne nasale très nette et bien audible est de règle. Le point d'articulation de cette consonne dépend de celui de l'occlusive: devant labiale (*p, b*) on a une labiale nasale [*m*], devant dentale (*t, d*), on a une dentale [*n*], devant vélaire (*k, g*) on a une vélaire [*ŋ*]. La durée de ces consonnes nasales est considérable...

Je n'ai jamais trouvé d'exemple de *voy. nasale + occl. orale* sans *occl. nasale* intermédiaire. (Morais-Barbosa, *ob. cit.*, pp. 692-693).

Esta afirmação está implícita nas regras de transcrição propostas por Lacerda e G. Hammarström («Transcrição fonética do português normal», p. 123):

«Os sons de transição entre uma vogal nasal e uma oclusiva devem ser, geralmente, transcritos em tipo menor. Indica-se, assim uma pronúncia de frouxa tensão articulatória e grande brevidade. Exs.: *kāmpy, līndu, bāŋky*».

Ouçamos as observações de Gonçalves Viana relativas à questão das vogais nasais seguidas de consoantes oclusivas:

«Quando a uma vogal se segue consoante explosiva, além dessa vogal nasal, ouve-se atenuada, reduzida, uma consoante nasal, homorgânica com essa explosiva...» (G. Viana, «Exposição», pp. 52-53).

«Les voyelles et les diphtongues nasales développent après elles, lorsqu'elles sont suivies de plosives, une consonne nasale homorganique avec celles-ci; ex.: *lēn 'tūre*, «laine teinte», *lēn kardade*, «laine cardée», *lēm 'būŋka*, «laine blanche», *pēun 'duru*, «du pain rassis», *mēm 'boe* «bonne mère». (*Portugais*, p. 16).

A concordância de Oliveira Guimarães com esta interpretação do contexto vogal nasal seguida de consoante oclusiva está expressa numa citação anterior (*ob. cit.*, pp. 43-44). A teoria de J. I. Louro implica, porém, uma interpretação diversa (*op. cit.*, p. 242):

«...São as vibrações deste ã que, nos gráficos, fazem pensar na existência, em português, de verdadeiras consoantes nasais, em fim de sílaba interna. No entanto, estas consoantes nasais, à semelhança do que se passa em francês, devem considerar-se meramente gráficas, quer sejam seguidas de consoante oclusiva, quer de constrictiva. É que, embora escrevendo-se na actual ortografia, em nenhum caso há a consciência de se pronunciarem e, na realidade, também não lhes correspondem quaisquer movimentos articulatórios activos, próprios (compare-se *mata* e *manta* ou *lida* e *linda* ou notem-se as diferenças, por exemplo, entre *manta*, *malta* e *marta* ou *ganso* e *garça*). As vibrações dos gráficos, como dissemos correspondem apenas a um ã de ligação (ou mesmo de substituição parcial). É certo que, especialmente no caso da *nasal*

ser seguida de *consoante labial*, pode surgir o equivalente fonético e articulatório da consoante nasal, do *m*. Mas este *m* é também inconsciente e passivo, resultando apenas do mesmo ã e da oclusão da boca para pronúncia da labial seguinte (compare-se *lã* e *lamber* ou *lã preta...*)».

No caso de vogal nasal seguida de consoante restritiva surgem mais discordâncias:

«Il n'y a donc de voyelles et de diptongues nasales pures, que devant un repos, une voyelle, ou *une consonne continue*» (G. Viana, *Portugais*, p. 16) [o itálico é nosso].

H. Sten (*op. cit.*, p. 32) aceita a opinião de G. Viana quando afirma:

«...il y a au moins des voyelles nasales pures devant un repos, et devant les consonnes continues...» [cita como exemplos «lançada», «som», «vim»].

Deve notar-se que estas duas últimas citações não estão em concordância com o que se diz anteriormente a respeito das vogais nasais em posição final.

O estudo de Morais-Barbosa traduz outra interpretação:

«Devant constrictive, on ne trouve pas *d'habitude* de consonne nasale, du moins au même titre qu'on en trouve devant occlusive...» (*ob. cit.*, p. 693) ... j'entends une consonne nasale plus ou moins brève (m, n, ŋ) toujours devant une occlusive et *parfois* aussi devant une constrictive ou une pause» (*ob. cit.*, p. 703). [O itálico é nosso.]

Nos gráficos ilustrativos incluídos no seu estudo, (pp. 695-702), o Autor aponta a presença dum consoante nasal de transição em todos os casos em que a vogal nasal antecede uma oclusiva (cf. figs. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20) e por vezes no caso de anteceder uma restritiva (cf. figs. 19, 16, 19 — [s, z] — em contraste com figs. 4, 6, 7, 8, 14, 29 — [s, z, š, f]).

A transcrição de Sá Nogueira (*ob. cit.*, pp. 71-72) indica a presença de consoantes nasais entre uma vogal nasal e uma oclusiva seguinte. Referindo-se à sequência do tipo «vogal mais consoante nasal seguida de consoante», o mesmo autor diz (*ob. cit.*, p. 117): «As consoantes nasais que podem no português normal encontrar-se nesta situação são *m, n, ŋ*. Neste caso a nasalização da vogal precedente é nítida».

Interessa notar que nesta última interpretação se considera a vogal nasal como se fosse um exemplo de «assimilação». Em tal caso tratar-se-ia dum vogal *nasalizada*. (Segue-se uma curva quimográfica dum emissão do vocábulo «campo». O autor não chama a atenção para o decurso crescente do trecho da curva nasal a que corresponde a vogal da primeira sílaba, nem para as vibrações nasais manifestadas durante a vogal final.)

As últimas considerações expostas constituem uma introdução ao problema dos sons «nasalizados», que abrange entre outros o caso das vogais em contacto com consoantes nasais, quer em posição anterior ou posterior.

No respeitante às vogais pré-nasais, principiamos por ouvir Herculano de Carvalho (*Fonologia Mirandesa I*, p. 107, nota 47) que nos diz:

«É de resto inexacta a afirmação de Lüdtke [cf. *Strukturelle Entwicklung*, 200-291] ... de que no Centro de Portugal e na língua padrão ... «não existe nasalação antes de nasal heterossilábica». Embora Gonçalves Viana a não tivesse mencionado, a nasalidade da vogal tónica nessas condições é geralmente muito nítida na pronúncia normal».

Cita este Autor como confirmação da referida nasalidade das vogais tónicas antes de consoante nasal heterossilábica os seguintes trabalhos: Sá Nogueira, *Elementos para um tratado de fonética portuguesa*, 117, e Lacerda e Strevens, «Some Phonetic Observations», *Rev. Labor. Fon.* III, 12 (n.ºs 17 e 18) e 16 (n.º 2).

Esta crítica contra Lüdtke não foi, porém, aceite por Göran Hammarström:

«On comprend pourtant, avec un peu de bonne volonté, ce que M. Lüdtke veut dire, et sa constatation paraît juste. Il y a en effet des parlers s'écartant du portugais normal par des voyelles qui, dans la position en question, sonnent pratiquement comme des nasales. Le portugais normal, au contraire, est bien distinct, parce que sa nasalité ne diffère guère de la «coarticulation» qu'on trouve dans toutes les langues et que même l'oreille entraînée d'un phonéticien a de la peine à discerner» (recensão a Herculano de Carvalho, *ob. cit.*, em *Romance Philology*, XV, 355).

Sobre o grau da actividade nasal das vogais nasalizadas, Lacerda e Strevens (*ob. cit.*, p. 16) observaram:

«The existence of two different degrees of nasality is confirmed. The stronger degree corresponds to the nasal vowels and the weaker degree to the nasalized vowels».

Nesta última citação as referidas vogais nasalizadas («nasalized vowels») são as pré-nasais. Referindo-se a uma emissão do vocábulo «amam», por exemplo, os mesmos autores notaram (*ob. cit.*, p. 14):

«The first vowel was hardly effected by the following nasal consonant.»

Referindo-se à sequência fonética do tipo «vogal mais consoante nasal seguida de vogal», Sá Nogueira diz (*ob. cit.*, p. 117):

«As consoantes nasais, que podem no português normal encontrar-se nesta posição, são o *m* e o *n*: o *ŋ* [velar] nunca pode estar nessa situação.

Se bem que neste caso essas consoantes formem sempre sílaba com a vogal seguinte, a vogal precedente nasaliza-se mais ou menos por antecipação...».

Segue-se o quimograma dum a emissão do vocábulo «cama». O autor não chama a atenção para os seguintes aspectos da referida curva: (1) a nasalidade da vogal pré-nasal decorre durante um subtrecho médio-final da curva oral; esta zona da curva nasal manifesta um comportamento crescente; (2) a vogal pós-nasal também manifesta, igualmente por «assimilação», vibrações nasais».

Foram já considerados casos de nasalidade por assimilação regressiva dum a vogal oral seguida de consoante nasal. Para completar um estudo da actividade nasal em Português, deve ainda atender-se à ocorrência de assimilação progressiva nasal, ou seja o que pode suceder quando uma vogal oral é antecedida de consoante nasal.

Raros são os exemplos dados pelos autores sobre este tipo de nasalidade por assimilação. Podemos citar, porém, as observações de Morais-Barbosa perante quimogramas de «Um franguinho» (transcrição do Autor, [ũfrãŋgĩũ]): «Remarquer la nasalisation des deux voyelles qui entourent la nasale [ŋ] (*ob. cit.*, p. 696, fig. 4), e de «Praia lusitana» (transcrição do Autor, [prãja luzitãã]): «Remarquez la nasalisation des deux [a] au contact de [ŋ]» (*ob. cit.*, p. 698, fig. 11).

Sá Nogueira dá-nos um quimograma dum a emissão do vocábulo «cama» mas não atende às vibrações nasais manifestadas pela vogal pós-nasal (*ob. cit.*, p. 117).

Lacerda-Strevens no seu estudo auditivo de «cama» e «cana» não verificaram uma nasalidade sensível da vogal pós-nasal (*ob. cit.*, p. 12).

Além de vogais nasalizadas há também consoantes nasalizadas. A sua ocorrência pode ser determinada pelo contexto fonético: Lacerda e Strevens (*ob. cit.*, p. 12) examinando auditivamente com o auxílio dum «extensor sonoro» uma emissão do vocábulo «franja», observaram, «The nasalisation began at the beginning of the vowel and continued right through the voiced fricative and into the initial segment of the final unstressed vowel».

Digamos agora, que nasalização dum a consoante pode ser originada pela articulação que a particulariza. A ocorrência em Francês deste tipo de consoante nasalizada foi notada no estudo intitulado «Notes pour l'étude de l'activité nasale en Français», (Lacerda-Companys, p. 203):

Nous avons observé des vibrations dans la courbe nasale de quelques consonnes dites non-nasales: les fricatives [v] et [z], la latérale [l] et l'occlusive [d] en particulier.

Tous les [l] se trouvant dans nos phrases accusent des vibrations nasales plus ou moins fortes, le plus souvent d'amplitude moyenne, parfois de très forte amplitude. Quand une voyelle suit, l'amplitude des vibrations nasales de cette voyelle est toujours

inférieure à l'amplitude de celles du [t], excepté le [ʔ], qui a des vibrations plus fortes que le [ʔ] précédent. Parfois le [ʔ] accusant de fortes vibrations est suivi d'une voyelle uniquement orale.

En ce qui concerne le [v] l'activité nasale, qui se manifeste presque toujours, ne donne jamais lieu à une amplitude comparable à celle des [ʔ].

Les [v], accompagnés également d'activité nasale ont, dans l'ensemble, une amplitude encore plus faible, mais cette amplitude reste relativement plus importante que celle de la courbe orale correspondante, à tel point que la courbe nasale constitue un auxiliaire pour la délimitation des fricatives sonores.

Le [d] constitue le cas le plus intéressant. Des vibrations nasales de grande amplitude et de configuration très nette se manifestent pendant toute la durée de l'occlusion orale...

Nous pouvons remarquer...que tous les sons [voyelles et consonnes] dits non-nasals qui accusent des vibrations dans la courbe nasale sont articulés dans la partie antérieure de la bouche...

Des études spectrographiques et cine-radiographiques permettraient sûrement d'éclaircir ces problèmes si complexes.

Recentes exames cinerradiográficos (H. H. Wängler, «Die Röntgenkinematographie als Hilfsmittel für die Lautforschung») revelam que tais consoantes nasalizadas não ocorrem apenas no Francês, sendo motivadas por um processo articulatorio até aqui desconhecido. Os exames cinerradiográficos dos movimentos do véu palatino, mostraram que o referido órgão, contrariamente ao que se julgava, não intercepta a via nasal durante a articulação de sons orais. Verifica-se um grau variável de fechamento conforme o maior ou menor aperto da via oral. É tanto maior a abertura de passagem para a via nasal, mediante abaixamento do véu palatino, quanto maior é o estreitamento da via oral, e vice-versa.

[O facto de não se dispor de todos os sinais utilizados por alguns dos autores citados explica as seguintes substituições:  $\delta$  em vez de  $d$  cortado com um traço;  $\eta$  para a nasal palatal;  $\eta$  em vez de  $n$  com ponto sotoposto ou cortado com traço;  $\acute{a}$  em vez de  $\tilde{a}$  com acento circunflexo;  $a$  em vez de  $\underline{a}$  sublinhado; e  $\delta$  e  $\acute{t}$  em vez dos mesmos com acento.]

### III

#### A. OBJECTIVO E DISTRIBUIÇÃO DO RESPECTIVO MATERIAL ELOCUCIONAL

Perante as citações e considerações apresentadas no capítulo anterior pretende-se contribuir para o estudo da nasalidade e nasalização portuguesas mediante um exame instrumental.

Distribuímos os casos que julgamos de maior interesse do seguinte modo:

#### I. *Nasalidade*

##### A. Vogais nasais (com/sem acento lexical/expressivo).

1. Em posição final.
2. Em posição antes de oclusiva.
3. Em posição antes de restritiva.

##### B. Ditongos nasais.

1. Em posição final.
2. Em posição não-final (i. é., antes de consoante).

##### C. Consoantes que manifestam pelas suas próprias características articulatórias uma nasalidade auditivamente indiscriminável.

#### II. *Nasalização.*

##### A. Vogais nasalizadas.

1. Vogais em contacto com consoante nasal.
  - a) Em posição pré-nasal (i.é., antes de consoante nasal).
  - b) Em posição pós-nasal (i.é., depois de consoante nasal).
  - c) Em posição internasal (i.é., entre consoantes nasais).
2. Vogais ocasionalmente nasalizadas.

##### B. Consoantes nasalizadas: consoantes que acusam uma nasalização motivada pelo contexto.

Cumpre dizer que não considerámos todos os casos possíveis relativamente aos sons nasais e nasalizados, excluindo, por exemplo, do nosso estudo as consoantes nasais (m, n, ñ).

#### B. MATERIAL ELOCUCIONAL E LISTA DOS REGISTOS

Utilizámos apenas o material que figura na lista dos registos com o fim de limitarmos o presente trabalho de harmonia com o tempo disponível para a sua realização.

Só foram examinados, por exemplo, alguns grupos do tipo «vogal nasal seguida de consoante restritiva», e no que respeita à acentuação quase nos limitámos a considerar apenas diversidades verificadas em sílaba lexicalmente acentuada e lexicalmente não acentuada.

Observa-se por outro lado que as palavras e frases escolhidas abrangem todas as posições, não incluindo, porém, todos os possíveis contextos. Poderá, finalmente, dizer-se que no material utilizado figuram todos os casos julgados de maior interesse.

#### LISTA DOS REGISTOS

Grupo	Elocuções	N.ºs dos registos
1.	«Chegamos».	1-A, 1-B, 1-C, 1-D, 1-E.
2.	«Chegámos».	2-A, 2-B, 2-C, 2-D, 2-E, 2-F.
3.	«Sensação».	3-A, 3-B.
4.	«Lusitana».	3-C, 3-D, 3-E.
5.	«Vencia».	4-A, 4-B, 4-C, 4-D.
6.	«Vencia». — com accento expressivo na 1.ª sílaba.	6-A, 6-B, 6-C.
7.	«Vencia».	6-D, 6-E, 6-F.
8.	«Não».	7-A, 7-B, 7-C.
9.	«Não vencia».	8-A, 8-B, 8-C, 8-D.
10.	«Cama».	9-A, 9-B, 9-C.
11.	«Camada».	9-D, 9-E, 9-F.
12.	«Banana» — com accento expressivo na 1.ª sílaba.	10-A, 10-B, 10-C, 10-D, 10-E.
13.	«Banana».	10-F, 10-G, 10-H.
14.	«Muitíssimo».	12-A, 12-C, 12-E, 12-G, 12-I.
15.	«Manteiga».	12-B, 12-D, 12-F, 12-H, 12-J.
16.	«Chegaram».	13-A, 13-D, 13-G, 13-J.
17.	«Rã».	13-B, 13-E, 13-H, 13-K.
18.	«Mala».	13-F, 13-I, 13-L.
19.	«Campo».	15-A, 15-B, 15-C.
20.	«Marmelada».	14-B, 14-D, 14-F.

### C. LOCUTOR

O único locutor utilizado foi um dos autores (A. L.) sobre o qual se prestam as seguintes informações.

Idade adulta: 60 anos. Sexo masculino.

Características acústicas individuais: regulares.

Particularidades fonéticas individuais: regulares. Observa-se a substituição da vibrante múltipla pela uvular, uma substituição cada vez mais frequente em locutores portugueses urbanos.

Particularidades fonéticas colectivas: as do português normal excepto na fala muito descuidada em que manifesta, por vezes, ainda que atenuadamente, particularidades do falar do Porto.

O locutor nasceu na cidade do Porto em 1902 onde viveu até à idade de 26 anos. Passou breves temporadas em Lamego (Douro) ou numa aldeia próxima desta cidade. Visitou vários países da Europa, viveu na Alemanha (Hamburgo e Bonn) durante cerca de 3 anos, regressou depois ao Porto onde esteve mais um ano, passando, então, a viver em Coimbra. Em 1950-1951 esteve durante cinco meses em Madison, Wisconsin (U.S.A.). Entre 1957 e 1959 esteve no Brasil, principalmente na cidade de São Salvador de Bahia, onde permaneceu cerca de 18 meses. Voltou a Madison em 1960-1961, tendo aí estado cerca de nove meses.

Auto-apreciação: fala como qualquer bom locutor de nível universitário, a não ser na fala muito descuidada em que apresenta, por vezes, particularidades fonéticas do «falar do Porto».

A audição de registos em disco e em fita magnética não revela qualquer modificação sensível atribuível às suas estadias no estrangeiro.

### D. PROCESSO INSTRUMENTAL UTILIZADO

O sistema utilizado neste trabalho para o registo simultâneo das curvas nasal e oral (respectivamente assinaladas nos registos reproduzidos pelas maiúsculas N e B) foi o denominado «pneumocromográfico» (V. Armando de Lacerda, «Die Chromographie», e Göran Hammarström, «Le chromatographe et le triangle tonométrique de Lacerda»).

As vantagens deste sistema (V. Theodor Baader, *Einführung in die Lautschrift und Instrumentale Sprachregistrierung*, p. 31) relativamente ao quimográfico são múltiplas, bastando uma descrição esquemática do processo, tal como a que se segue, para as evidenciar. O processo referido é um dos diversos processos do método geral cromográfico.

*Esquematisação* — Os movimentos macro- e microfónicos provenientes da cavidade oral, são captados por um bocal B (Fig. 1), de tipo semelhante aos dos empregados na quimografia, mas sem qualquer abertura lateral. Do bocal B, são transmitidos a um raio de tinta R1, mediante um tubo flexível TF1 que, por sua vez os transmite a um tubo rígido TR1. Este termina por um cone cujo vértice apresenta uma pequena abertura circular.

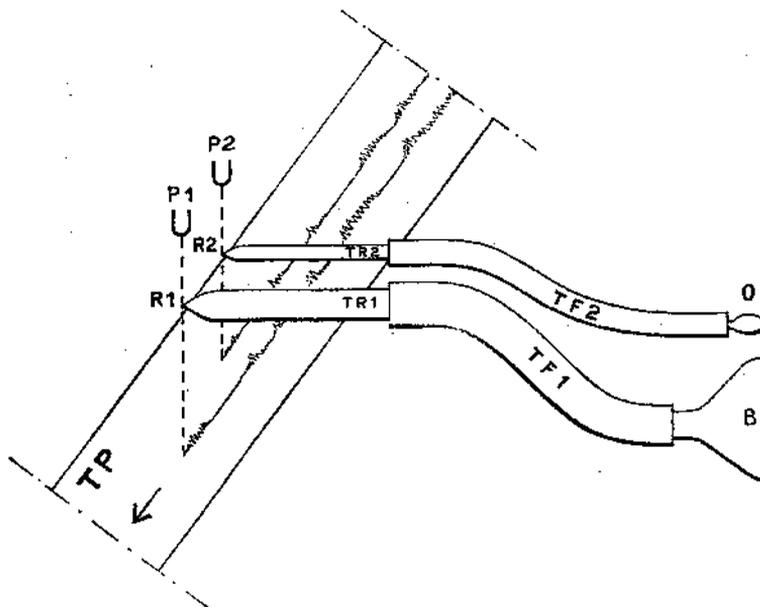


FIG. 1

O tubo rígido TR1 é munido duma válvula regulável (não representada na figura) que permite a saída do sopro fónico a partir de determinada pressão. O grau de abertura da válvula mencionada é regulado pelo grau de pressão originado dentro do sistema pneumático pelo sopro fónico.

O raio de tinta R1, lançado por um projector P1 sobre uma tira de papel TP que se desloca no sentido assinalado pela flecha, afasta-se mais ou menos da sua posição normal, mercê da variação de pressão do sopro fónico que sobre ele incide, originando o respectivo registo.

De modo semelhante ao descrito, funciona o sistema de registo nasal. Este é munido duma «oliva» O em vez dum bocal e dispensa o emprego duma válvula de escape do sopro fónico nasal.

Como a tira de papel TP, mede apenas 25 milímetros de largura, os dois registos cruzam-se, por vezes, não resultando desse facto qualquer incon-

veniente para o seu exame. Não foi utilizada uma tira mais larga para se evitar uma modificação do sistema produtor do seu movimento de translação, modificação que implicaria perda de tempo sem vantagem apreciável.

Marcação do sincronismo — Sucede que os dois jactos de tinta não incidem sobre a tira de papel TP, segundo uma mesma perpendicular às margens da referida tira, tornando-se necessário proceder à chamada marcação do sincronismo, marcação essa que é assinalada em cada registo efectuado, por uma linha oblíqua pontuada (V. registos reproduzidos). Deve dizer-se que os tubos dos registadores nasal e oral mediam um comprimento aproximadamente igual, o que dispensou entrar em linha de conta com um assincronismo resultante duma diversidade na sua extensão.

Velocidade da tira de papel de registo — Foi a correspondente à assinalada pelas escalas que figuram nos primeiros registos de cada quadro.

Registos originais e registos sobrecopiados — Como a tinta necessariamente utilizada nos sistemas cromográficos não faculta, devido à sua cor, uma boa reprodução fotográfica, os registos originais foram sobrecopiados mediante papel vegetal por um desenhista, sem qualquer modificação sensível. Para facilitar os trabalhos tipográficos, os registos sobrecopiados foram reduzidos, fotograficamente, a metade do seu tamanho, e, conseqüentemente, as reproduções que figuram nos quadros apresentados. Cumpre acrescentar que os originais se encontram arquivados a fim de poderem ser consultados pelo leitor no caso de se lhe oferecer qualquer dúvida sobre a exactidão dos trabalhos de cópia.

## IV

### EXAME DAS ELOCUÇÕES

*Grupo 1* — Variantes apresentativas do vocábulo «chegamos».  
Transcrição Fonética Normal — (*ʃəγa:muʃ*).

#### Registo 1-A:

Vogal pré-nasal tónica:  
Nasalidade nula.

Vogal pós-nasal átona:  
Lugar da nasalidade — desde início até final.  
Decurso — decrescente.  
Grau — máximo-médio-mínimo.

Observa-se: — o decurso da nasalidade foi crescente durante (*m*) e decrescente durante (*u*).

#### Registo 1-B: (V. reprodução do respectivo gráfico.)

Vogal pré-nasal tónica:  
Nasalidade nula.

Vogal pós-nasal átona:  
Lugar da nasalidade — desde início até final.  
Decurso — decrescente-q. constante.  
Grau — máximo-médio.

Observa-se: — um trecho de vibrações nasais de diminuta amplitude durante (*γ*)  
— o decurso da nasalidade foi crescente durante (*m*), e decrescente-q. constante durante (*u*);  
— continuação das vibrações nasais depois de terem cessado as vibrações orais.

#### Registo 1-C:

Vogal pré-nasal tónica:  
Lugar da nasalidade — durante um terminal com uma duração relativa de cerca de 1/16.  
Decurso — breve acréscimo.  
Grau — mínimo-médio.

Vogal pós-nasal átona:

- Lugar da nasalidade — desde início até final.  
Decurso — q. constante com terminal decrescente.  
Grau — médio.

Observa-se: — O decurso da nasalidade crescente-q. constante durante (*m*),  
e q. constante com terminal decrescente durante (*u*);  
— continuação das vibrações nasais depois de terem cessado as  
vibrações orais.

Registo 1-D:

Vogal pré-nasal tónica:

- Lugar da nasalidade — durante um terminal com uma duração  
relativa de cerca de 1/6.  
Decurso — crescente.  
Grau — mínimo-médio.

Vogal pós-nasal átona:

- Lugar de nasalidade — desde início até final.  
Decurso — gradualmente decrescente.  
Grau — máximo-médio.

Observa-se: — um trecho de vibrações nasais de diminuta amplitude  
durante ( $\gamma$ );  
— o decurso da nasalidade foi crescente-q. constante durante (*m*),  
e gradualmente decrescente durante (*u*);  
— continuação das vibrações nasais depois de terem cessado  
as vibrações orais.

Registo 1-E: (V. reprodução do respectivo gráfico.)

Vogal pré-nasal tónica:

- Lugar da nasalidade — durante um terminal com uma duração rela-  
tiva de cerca de 1/5.  
Decurso — crescente.  
Grau — mínimo-médio.

Vogal pós-nasal átona:

- Lugar da nasalidade — desde início até final.  
Decurso — gradualmente decrescente.  
Grau — médio-mínimo.

Observa-se: — O que se verificou em 1-D.

CONCLUSÕES

- Vogal pré-nasal tónica — Ausência de nasalidade ou nasalidade crescente de grau mínimo-médio durante um terminal relativamente breve.
- Vogal pós-nasal átona — Nasalidade desde início até final com decurso e grau variáveis.  
— o grau de nasalidade, ainda quando mínimo, é elevado.

*Grupo 2* — Variantes representativas do vocábulo «chegámos».  
T.N.F. — (*feya:muf*).

Registo 2-A:

Vogal pré-nasal tónica:  
Nasalidade nula.

Vogal pós-nasal átona:  
Lugar da nasalidade — desde início até final.  
Decurso — constante-decrescente.  
Grau — máximo-médio.

Observa-se: — O decurso da nasalidade foi crescente-q. constante durante (*m*) e constante-decrescente durante (*u*);  
— continuação das vibrações nasais depois de terem cessado as vibrações orais.

Registo 2-B: (V. reprodução do respectivo gráfico.)

Vogal pré-nasal tónica:  
Lugar da nasalidade — durante um terminal com uma duração relativa de cerca de 1/5.  
Decurso — crescente.  
Grau — mínimo-médio-máximo.

Vogal pós-nasal átona:  
Lugar da nasalidade — desde início até final.  
Decurso — decrescente com um breve sopro final.  
Grau — máximo-médio.

Observa-se: — o decurso da nasalidade foi crescente-q. constante durante (*m*), e decrescente durante (*u*);  
— continuação das vibrações nasais depois de terem cessado as vibrações orais.

Registo 2-C:

Vogal pré-nasal tónica:

Lugar da nasalidade — durante o terminal com uma duração relativa de cerca de 1/9.

Decurso — q. constante.

Grau — mínimo.

Vogal pós-nasal átona:

Lugar da nasalidade — desde início até final.

Decurso — decrescente-q. constante com sopro final.

Grau — máximo-médio.

Observa-se: — o decurso da nasalidade foi crescente-q. constante durante (*m*), e decrescente q. constante durante (*u*);  
— continuação das vibrações nasais depois de terem cessado as vibrações orais.

Registo 2-D:

Vogal pré-nasal tónica:

Lugar da nasalidade — durante o terminal com uma duração relativa de cerca de 1/5.

Decurso — crescente.

Grau — mínimo-médio.

Vogal pós-nasal átona:

Lugar da nasalidade — desde o início até final.

Decurso — decrescente-q. constante com sopro final.

Grau — máximo-médio.

Observa-se: — o que se verificou em 2-C.

Registo 2-E:

Vogal pré-nasal tónica:

Lugar da nasalidade — durante o terminal com uma duração relativa de cerca de 1/8.

Decurso — crescente.

Grau — mínimo-médio.

Vogal pós-nasal átona:

- Lugar da nasalidade — desde o início até final.  
Decurso — decrescente-q. constante com sopro final.  
Grau — máximo-médio.

Observa-se: — o que se verificou em 2-C e 2-D.

Registo 2-F:

Vogal pré-nasal tónica:

- Lugar da nasalidade — durante o terminal com uma duração relativa de cerca de 1/5.  
Decurso — rápido acréscimo -q. constante.  
Grau — médio-máximo.

Vogal pós-nasal átona:

- Lugar da nasalidade — desde início até final.  
Decurso — gradualmente decrescente.  
Grau — máximo-médio.

Observa-se: — o decurso da nasalidade foi crescente -q. constante durante (*m*), e gradualmente decrescente durante (*u*);  
— continuação das vibrações nasais depois de terem cessado as vibrações orais.

CONCLUSÕES

- Vogal pré-nasal tónica — Ausência de nasalidade ou nasalidade só durante um terminal relativamente breve.  
— Decurso crescente de grau variável.
- Vogal pós-nasal átona — Nasalidade desde início até final de decurso e grau variáveis.  
— O grau de nasalidade ainda quando mínimo, é elevado.

Grupo 3 — Variantes apresentativas do vocábulo «sensação»,  
T.F.N. — (sɛ<sup>(n)</sup>sasãũ).

Registo 3-A:

Vogal nasal da 1.<sup>a</sup> sílaba:

Duração total — 76 sigmas (sigma = unidade arbitrária, mas constante).

Lugar da nasalidade — médio-final.

Duração do trecho oral — 28

» » » nasal — 48

Decurso — breve inicial crescente (6) / segmento de nasalidade constante (31) / breve final decrescente (11).

Grau — mínimo-médio-mínimo.

Observa-se: — o trecho oral apresenta uma zona final (16) que manifesta uma vibração nasal tão fraca que não pode ser considerada como sensível.

Ditongo nasal:

Duração total — 118.

Lugar da nasalidade — médio-final.

Duração do trecho oral — 40.

» » » nasal — 78.

Decurso — q. constante com terminal decrescente.

Grau — médio-mínimo.

Observa-se: — continuação das vibrações nasais depois de terem cessado as vibrações orais.

Registo 3-B: (V. reprodução do respectivo gráfico.)

Vogal nasal da primeira sílaba:

Duração total — 84.

Lugar da nasalidade — médio-final.

Duração do trecho oral — 40.

» » » nasal — 44.

Decurso — crescente (28) com terminal decrescente (16).

Grau — mínimo-médio-máximo-médio-mínimo.

Observa-se: — o trecho oral apresenta uma zona (33) que manifesta uma vibração nasal tão fraca que não pode ser considerada como sensível.

Ditongo nasal:

Duração total — 142.  
Lugar da nasalidade — médio-final.  
Duração do trecho oral — 53.  
» » » nasal — 89  
Decurso — q. constante com terminal decrescente (30).  
Grau — médio-mínimo.

#### CONCLUSÕES

Vogal nasal da primeira sílaba — oral-nasal  
Ditongo nasal — » - »

Grupo 4 — Variantes apresentativas do vocábulo «lusitana».  
T.F.N. — (*luzita.na*).

Registo 3-C: (V. reprodução do respectivo gráfico.)

Vogal pré-nasal tónica:

Duração total — 62  
Lugar da nasalidade — final.  
Duração do trecho oral — 45  
» » » nasal — 17  
Decurso — q. constante.  
Grau — mínimo.

Vogal pós-nasal átona:

Lugar da nasalidade — desde início até final.  
Decurso — q. constante.  
Grau — médio.

Registo 3-D:

Vogal pré-nasal tónica:

Duração total — 56  
Lugar da nasalidade — final.  
Duração do trecho oral — 49

Duração do trecho nasal —	7
Decurso	— q. constante.
Grau	— mínimo.
Vogal pós-nasal átona:	
Lugar da nasalidade	— desde início até final.
Decurso	— constante.
Grau	— médio.

Registo 3-E:

Vogal pré-nasal tónica:	
Duração total —	54
Lugar da nasalidade	— final.
Duração do trecho oral —	40
» » » nasal —	14
Decurso	— constante.
Grau	— mínimo (quase nulo).
Vogal pós-nasal átona:	
Lugar da nasalidade	— desde início até final.
Decurso	— constante.
Grau	— médio.

CONCLUSÕES

Vogal pré-nasal tónica — oral com um terminal nasal relativamente breve de grau mínimo ou quase nulo.

Vogal pós-nasal átona — nasal desde início até final de decurso constante e de grau médio.

*Grupo 5* — Variantes apresentativas do vocábulo «vencia».

T.F.N. — (vê(n)si:a).

Registo 4-A: (V. reprodução do respectivo gráfico).

Vogal nasal da primeira sílaba:	
Duração total —	151
Lugar da nasalidade	— médio-final.
Duração do trecho oral —	64
» » » nasal —	87
Decurso	— crescente-decrescente.
Grau	— mínimo-máximo-mínimo.

Vogal final átona:

Apresenta um trecho nasal final de pequena amplitude, seguido de sopro nasal.

Registo 4-B:

Vogal nasal da primeira sílaba:

Duração total — 120

Lugar da nasalidade — médio-final.

Duração do trecho oral — 67

» » » nasal — 53

Decurso — crescente -q. constante-decrescente.

Grau — mínimo-médio-mínimo.

Vogal final átona:

Apresenta um trecho nasal final de pequena amplitude, seguido de sopro nasal.

Registo 4-C: (V. reprodução do respectivo gráfico).

Vogal nasal da primeira sílaba:

Duração total — 177

Lugar da nasalidade — final.

Duração do trecho oral — 117

» » » nasal — 60

Decurso — crescente seguido de terminal decrescente.

Grau — mínimo-médio-máximo-mínimo.

Observa-se: — no final do grupo «ven» verifica-se um trecho de fraca vibração oral (30) acompanhado duma nasalidade de grau máximo.

Vogal final átona:

Apresenta um trecho nasal final de pequena amplitude, seguido de sopro nasal.

Registo 4-D:

Vogal nasal da primeira sílaba:

Duração total — 151.

Lugar da nasalidade — médio-final.

Duração do trecho oral — 84

	Duração do trecho nasal — 67
Decurso	— crescente (57) com terminal decrescente (10)
Grau	— mínimo-médio-máximo-mínimo.

Vogal final átona:

Semelhante às vogais finais em 4-A, 4-B, 4-C.

#### CONCLUSÕES

Vogal nasal da primeira sílaba — oral-nasal.

» final átona — trecho nasal final seguido de sopro nasal.

Nota — o referido trecho nasal final da vogal átona final é, certamente, motivado pela posição que o véu palatino toma em final de emissão.

Observa-se: — as vibrações nasais só se iniciam com o decréscimo das vibrações orais. Estas são de grau mínimo durante a vibração máxima nasal.

*Grupo 6* — Variantes apresentativas do vocábulo «vencia» com acento de insistência na primeira sílaba.

T.F.N. — (vê(n)si:a).

Registo 6-A:

Vogal nasal da primeira sílaba:

Duração total — 138

Lugar da nasalidade — final.

Duração do trecho oral — 79

» » » nasal — 59

Decurso — constante (13)-crescente (14)-constante (18),  
com terminal decrescente (14).

Grau — mínimo-médio-máximo-médio-mínimo.

Observa-se: — no final do grupo «ven» verifica-se um trecho de fraca vibração oral (33) acompanhado duma nasalidade de grau máximo.

Vogal final átona:

Apresenta um trecho nasal final de pequena amplitude, seguido de sopro nasal.

Registo 6-B: (V. reprodução do respectivo gráfico.)

Vogal nasal da 1.<sup>a</sup> sílaba:

Duração total — 124

Lugar da nasalidade — final.

Duração do trecho oral — 70

» » » nasal — 54

Decurso — crescente (26)-q. constante (18), com terminal decrescente (10).

Grau — mínimo-médio-máximo-mínimo.

Observa-se: — no final do grupo «ven» verifica-se um trecho de fraca vibração oral (22) acompanhado duma nasalidade de grau máximo.

Vogal final átona:

Manifesta um breve terminal constituído por sopro nasal com uma ondulação de amplitude insignificante.

Registo 6-C:

Vogal nasal da 1.<sup>a</sup> sílaba:

Duração total — 143

Lugar da nasalidade — final.

Duração do trecho oral — 91

» » » nasal — 52

Decurso — crescente (22)-q. constante (15) com terminal decrescente (15).

Grau — mínimo-médio-máximo-médio-mínimo.

Observa-se: — no final do grupo «ven» verifica-se um trecho de vibração oral mínima (15) acompanhado duma nasalidade de grau máximo.

Vogal final átona:

Apresenta um trecho nasal final de pequena amplitude, seguido de sopro nasal.

CONCLUSÕES

Vogal nasal da 1.<sup>a</sup> sílaba — oral-nasal.

Verifica-se no final do grupo «ven» um trecho de fraca vibração oral que é acompanhado duma forte nasalidade.

Vogal final átona — apresenta um trecho final de vibrações nasais seguido de sopro nasal, ou simplesmente sopro nasal.

*Grupo 7* — Variantes representativas do vocábulo «vencia», sem acento de insistência na primeira sílaba.

T.F.N. — (*vê(n)st:a*).

Registo 6-D:

Vogal nasal da 1.<sup>a</sup> sílaba:

Duração total — 131

Lugar da nasalidade — médio-final.

Duração do trecho oral — 57

» » » nasal — 74

Decurso — constante (24)-crescente (15)-constante (15)  
com terminal decrescente (20).

Grau — mínimo-máximo-mínimo.

Observa-se: — no último trecho do grupo «ven» as vibrações orais são mínimas ao passo que as vibrações nasais atingem um grau máximo.

Vogal final átona:

Manifesta um breve terminal nasal de vibração quase indistinta, seguido de fraco sopro nasal.

Registo 6-E: (V. reprodução do respectivo gráfico.)

Vogal nasal da 1.<sup>a</sup> sílaba:

Duração total — 129

Lugar da nasalidade — final.

Duração do trecho oral — 71

» » » nasal — 58

Decurso — q. constante (15)-crescente (18)-decre-  
cente (25).

Grau — mínimo-médio-máximo-médio-mínimo.

Observa-se: — no último trecho do grupo «ven» as vibrações orais são de amplitude média-mínima, ao passo que as vibrações nasais atingem uma amplitude máxima.

Vogal final átona:

Manifesta um breve terminal nasal de vibração quase indistinta seguido de fraco sopro nasal.

Registo 6-F:

Vogal nasal da 1.<sup>a</sup> sílaba:

Duração total — 149

Lugar da nasalidade — final.

Duração do trecho oral — 82

» » » nasal — 67

Decurso — crescente (31) - q. constante (26) - com terminal decrescente (13).

Grau — mínimo-médio-máximo-mínimo.

Observa-se: — comportamento semelhante ao verificado em 6-E.

Vogal final átona:

Manifesta um fraco sopro nasal final.

#### CONCLUSÕES

Vogal nasal da 1.<sup>a</sup> sílaba: oral-nasal.

Verifica-se que as vibrações nasais apresentam uma amplitude máxima enquanto que as vibrações orais são de grau mínimo, ou médio-mínimo.

Vogal final átona — apresenta um trecho final de vibrações nasais seguido de sopro nasal, ou um sopro nasal.

Grupo 8 — Variantes apresentativas do vocábulo «nãõ».

T.F.N. — (nãũ).

Registo 7-A:

Ditongo nasal —

Duração total — 124

Lugar da nasalidade — desde início até final.

Primeiro subtrecho discriminado (50):

Decurso — q. constante.  
Grau — mínimo.

Segundo subtrecho discriminado (74):

Decurso — q. constante com terminal decrescente.  
Grau — máximo-mínimo.

Observa-se: — uma zona durante a qual é máxima a amplitude das vibrações nasais e orais.

Registo 7-B:

Ditongo nasal:

Duração total — 111

Lugar da nasalidade — desde início até final.

Primeiro subtrecho discriminado (27):

Decurso — q. constante-crescente.  
Grau — mínimo-médio.

Segundo subtrecho discriminado (84):

Decurso — q. constante com terminal decrescente.  
Grau — máximo-médio-mínimo.

Observa-se: — uma zona durante a qual as vibrações nasais são de amplitude q. constante, de grau máximo, e as vibrações orais são de amplitude decrescente, de grau máximo-médio.

Registo 7-C: (V. reprodução do respectivo gráfico.)

Ditongo nasal —

Duração total — 144

Lugar da nasalidade — desde início até final.

Primeiro subtrecho discriminado (40):

Decurso — q. constante.  
Grau — mínimo-médio.

Segundo subtrecho discriminado (104)

Decurso — q. constante com terminal decrescente.  
Grau — médio-máximo-mínimo.

Observa-se: — uma zona durante a qual as vibrações nasais são de amplitude q. constante de grau máximo, e as vibrações orais são de amplitude decrescente, de grau máximo-médio (como em 7-B);

— o trecho nasal apresenta um terminal de vibrações nasais de amplitude mínima ao passo que o correspondente trecho oral não manifesta qualquer vibração.

#### CONCLUSÕES

Ditongo nasal:

Primeiro subtrecho discriminado — vibração nasal de amplitude mínima ou mínima-média.

Segundo » » — vibração nasal de amplitude máxima.

Nota-se, conseqüentemente, que a um subtrecho de amplitude máxima das vibrações orais, corresponde um subtrecho de amplitude mínima ou mínima-média das vibrações nasais.

Grupo 9 — variantes apresentativas da frase «não, vencia».

T.F.N. — (*nãũ vê<sup>(n)</sup>si:a*).

Registo 8-A: (V. reprodução do respectivo gráfico.)

Ditongo nasal:

Lugar da nasalidade — desde início até final.

Decurso nasal — q. constante (mínimo)-crescente gradual (mínimo-médio-máximo) seguido de breve terminal decrescente (máximo-mínimo).

Verifica-se: a zona final do primeiro trecho discriminado de vibrações nasais corresponde a (v).

Decurso oral — quase constante (máximo)-decrescente gradual, lento (máximo-médio-mínimo).

Verifica-se: a zona final do primeiro trecho discriminado de vibrações orais corresponde a (v).

Grupo (*vên*):

Lugar da nasalidade — final.

Decurso — crescente com terminal decrescente.

Grau — médio-máximo-mínimo.

Verifica-se: um primeiro subtrecho oral não acompanhado de vibrações nasais e um segundo subtrecho oral decrescente a que corresponde uma zona de vibração nasal crescente.

— um trecho final da curva nasal com vibrações, ao passo que o trecho oral que lhe corresponde não manifesta vibração.

Vogal final átona:

Ausência de nasalidade apreciável.

Registo 8-B: (V. reprodução do respectivo gráfico.)

Ditongo nasal:

Lugar da nasalidade — desde início até final.

Decurso nasal — q. constante (mínimo) seguido de acréscimo rápido (mínimo-médio-máximo) quase constante (máximo) com breve terminal decrescente (máximo-mínimo).

Verifica-se: comportamento semelhante ao observado em 8-A.

Decurso oral — quase constante (máximo)-decrescente gradual (máximo-médio-mínimo).

Verifica-se: comportamento semelhante ao observado em 8-A.

Grupo (vên):

Lugar da nasalidade — final.

Decurso — crescente com terminal decrescente.

Grau — mínimo-médio-máximo-mínimo.

Verifica-se: comportamento semelhante ao observado em 8-A.

Vogal final átona:

Vogal oral com breve terminal nasal constituído por vibrações de amplitude quase indistinta, seguido de sopro nasal.

Registo 8-C:

Ditongo nasal:

Lugar da nasalidade — desde início até final.

Decurso nasal — decrescente (médio-mínimo-quase indistinto)-crescente (mínimo-médio-máximo) com terminal decrescente (máximo-mínimo).

Verifica-se: comportamento semelhante ao observado em 8-A e 8B.

Decurso oral — q. constante (máximo)-decrescente gradual (máximo-médio-mínimo).

Verifica-se: comportamento semelhante ao observado em 8-A e 8-B.

Grupo (*vĕn*):

Lugar da nasalidade — final.

Decurso — crescente, com terminal decrescente.

Grau — mínimo-médio-máximo-mínimo.

Verifica-se: comportamento semelhante ao observado em 8-A e 8-B.

Vogal final átona:

Ausência de nasalidade.

Registo 8-D:

Ditongo nasal:

Lugar da nasalidade — desde início até final.

Decurso nasal — semelhante ao de 8-B.

Verifica-se: comportamento semelhante ao observado em 8-A, 8-B e 8-C.

Decurso oral — como o de 8-A, 8-B e 8-C.

Verifica-se: comportamento semelhante ao observado em 8-A, 8-B e 8-C.

Grupo (*vĕn*):

Lugar da nasalidade — final.

Decurso — crescente com terminal decrescente.

Grau — médio-máximo-mínimo.

Verifica-se: comportamento semelhante ao observado em 8-A, 8-B e 8-C.

Vogal final átona:

Manifesta um sopro nasal final quase indistinto.

CONCLUSÕES

Ditongo nasal:

Nasalidade desde início até final, só manifestando vibrações nasais de grande amplitude durante um subtrecho médio-final ou final.

Verifica-se que as zonas finais das vibrações orais e nasais se manifestam durante (*v*).

Grupo (*vĕn*):

A vogal (*ĕ*) só manifesta nasalidade na sua parte final.

Confrontando as curvas oral e nasal, observam-se as seguintes correspondências:

1) zona de vibrações orais máximas / ausência de vibrações nasais;

- 2) zona de vibrações nasais máximas / zona de vibrações orais mínimas;
- 3) zona final das vibrações nasais / ausência de vibrações orais.

Vogal final átona:

Apresentam-se 3 casos:

- 1) ausência de nasalidade;
- 2) breve terminal nasal de amplitude quase indistinta, seguido de sopro nasal;
- 3) sopro nasal quase indistinto.

*Grupo 10* — Variantes apresentativas do vocábulo «cama»:

T.F.N. — (ka:ma).

Registo 9-A: (V. reprodução do respectivo gráfico.)

Vogal pré-nasal tónica:

Ausência de nasalidade.

Vogal pós-nasal átona:

Lugar da nasalidade — desde início até final.

Decurso — q. constante com terminal decrescente,  
seguido de sopro nasal.

Grau — médio-mínimo.

Registo 9-B:

Vogal pré-nasal tónica:

Ausência de nasalidade.

Vogal pós-nasal átona:

Lugar da nasalidade — desde início até final.

Decurso — q. constante com um terminal constituído  
por um fraco sopro.

Grau — quase indistinto ou mínimo.

Registo 9-C:

Vogal pré-nasal tónica:

Ausência de nasalidade.

Lugar da nasalidade — desde início até final.

Decurso — q. constante com terminal decrescente.

Grau — médio-mínimo.

CONCLUSÕES

Vogal pré-nasal tónica:

Ausência de nasalidade.

Vogal pós-nasal átona:

Vibrações nasais desde início até final com um decurso q. constante até ao seu terminal. Grau variável, médio, mínimo, ou quase indistinto.

*Grupo 11* — Variantes apresentativas do vocábulo «camada».

T.F.N. — (*kama:ða*).

Registo 9-D:

Vogal pré-nasal átona:

Ausência de nasalidade.

Vogal pós-nasal tónica:

Lugar da nasalidade — desde início até final.

Decurso — q. constante — gradualmente decrescente.

Grau — mínimo.

Verifica-se: a existência dum breve trecho de vibrações nasais mínimas além do final das vibrações orais.

Vogal átona final:

Manifesta um terminal constituído por um fraco sopro nasal.

Registo 9-E:

Vogal pré-nasal átona:

Ausência de nasalidade.

Vogal pós-nasal tónica:

Lugar da nasalidade — desde início até final.

Decurso — q. constante — gradualmente decrescente.

Grau — mínimo.

Verifica-se: comportamento semelhante ao observado em 9-D.

Vogal átona final:

Manifesta uma breve zona final de vibrações quase indistintas.

Registo 9-F: (V. reprodução do respectivo gráfico.)

Vogal pré-nasal átona:

Ausência de nasalidade.

Vogal pós-nasal tónica:

Lugar da nasalidade — desde início até final.

Decurso — q. constante — gradualmente decrescente.

Grau — mínimo.

Verifica-se: comportamento semelhante ao observado em 9-D e 9-E.

Vogal átona final:

Como em 9-E.

#### CONCLUSÕES

Vogal pré-nasal átona:

Ausência de nasalidade.

Vogal pós-nasal tónica:

Nasalidade desde início até final de grau mínimo com decurso quase constante — gradualmente decrescente.

Verifica-se a existência dum breve trecho de vibrações nasais mínimas para além do final das vibrações orais.

Vogal átona final:

Breve e fraca actividade nasal final.

*Grupo 12* — Variantes apresentativas do vocábulo «banana», com acento de insistência na primeira sílaba.

T.N.F. — (*bana:na*).

Registo 10-A: (V. reprodução do respectivo gráfico.)

Vogal pré-nasal da 1.<sup>a</sup> sílaba:

Ausência de nasalidade a não ser durante um brevíssimo segmento final.

Vogal pré- e pós-nasal, tónica:

Lugar da nasalidade — desde início até final.

Decurso — q. constante.

Grau — médio.

Vogal pós-nasal átona:

- Lugar da nasalidade — desde início até final.  
Decurso — gradualmente decrescente.  
Grau — médio-mínimo.

Registo 10-B:

Vogal pré-nasal da primeira sílaba:

Verifica-se: comportamento semelhante ao observado em 10-A.

Vogal pré- e pós-nasal tónica:

- Lugar da nasalidade — desde início até final.  
Decurso — q. constante.  
Grau — médio.

Vogal pós-nasal átona:

- Lugar da nasalidade — desde início até final.  
Decurso — q. constante seguido dum fraco sopro terminal.  
Grau — mínimo.

Registo 10-C:

Vogal pré-nasal da primeira sílaba:

Ausência de nasalidade a não ser durante um breve segmento final.

Vogal pré- e pós-nasal, tónica:

- Lugar da nasalidade — desde início até final.  
Decurso — q. constante.  
Grau — médio.

Vogal pós-nasal átona:

Verifica-se: comportamento semelhante ao observado em 10-A.

Registo 10-D:

Vogal pré-nasal da 1.ª sílaba:

Verifica-se: o observado em 10-A, 10-B e 10-C.

Vogal pré- e pós-nasal, tónica:

- Lugar da nasalidade — desde início até final.  
Decurso — q. constante — gradualmente crescente.  
Grau — mínimo-médio.

Vogal pós-nasal átona:

Lugar da nasalidade — desde início até final.

Decurso — decrescente — q. constante com terminal constituído por um sopro.

Grau — médio-mínimo.

Registo 10-E:

Vogal pré-nasal da primeira sílaba:

Ausência de nasalidade.

Vogal pré- e pós-nasal tónica:

Lugar da nasalidade — desde início até final.

Decurso — q. constante.

Grau — médio.

Vogal pós-nasal átona:

Verifica-se: comportamento semelhante ao observado em 10-A e 10-C.

#### CONCLUSÕES

Vogal pré-nasal da 1.<sup>a</sup> sílaba:

Ausência de nasalidade ou nasalidade apenas manifestada durante um segmento final breve ou muitíssimo breve.

Vogal pré- e pós-nasal tónica:

Nasalidade desde início até final com um decurso quase constante de grau médio (4 casos), ou um decurso q. constante — gradualmente crescente, de grau mínimo-médio (1 caso).

Vogal pós-nasal átona:

Nasalidade desde início até final com decurso e grau variáveis (mais frequentemente: decurso gradualmente decrescente de grau médio-mínimo).

*Grupo 13* — Variantes apresentativas do vocábulo «banana», sem acento de insistência na primeira sílaba.

T.F.N. — (*bana:na*).

Registo 10-F: (V. reprodução do respectivo gráfico.)

Vogal pré-nasal átona da 1.<sup>a</sup> sílaba:

Lugar da nasalidade — desde início até final.

Decurso — q. constante.

Grau — mínimo.

Vogal pré- e pós-nasal tónica:

Lugar da nasalidade — desde início até final.

Decurso — q. constante.

Vogal pós-nasal átona:

Lugar da nasalidade — desde início até final.

Decurso — gradualmente decrescente.

Grau — médio-mínimo-quase indistinto.

Registo 10-G:

Vogal pré-nasal átona da 1.<sup>a</sup> sílaba:

Lugar da nasalidade — desde início até final.

Verifica-se: — as vibrações nasais iniciam-se antes das vibrações orais.

Decurso — q. constante.

Grau — mínimo.

Vogal pré- e pós-nasal tónica:

Verifica-se: — comportamento semelhante ao observado em 10-F.

Vogal pós-nasal átona:

Verifica-se: — comportamento semelhante ao observado em 10-F.

Registo 10-H:

Vogal pré-nasal átona da 1.<sup>a</sup> sílaba:

Ausência de nasalidade.

Vogal pré- e pós-nasal tónica:

Verifica-se: — comportamento semelhante ao observado em 10-F e 10-G.

Vogal pós-nasal átona:

Verifica-se — comportamento semelhante ao observado em 10-F e 10-G.

CONCLUSÕES

Vogal pré-nasal átona da 1.<sup>a</sup> sílaba:

Nasalidade desde início até final, com um decurso q. constante, de grau mínimo (2 casos), ou ausência de nasalidade (1 caso).

Vogal pré- e pós-nasal tónica:

Nasalidade desde início até final com um decurso q. constante, de grau médio.

Vogal pós-nasal átona:

Nasalidade desde início até final com um decurso gradualmente decrescente, de grau médio-mínimo-quase indistinto.

*Grupo 14* — Variantes apresentativas do vocábulo «muitíssimo».

T.F.N. — (*mũi<sup>n</sup>ti:simu*).

Registo 12-A:

Ditongo nasal:

Lugar da nasalidade — desde início até final.

Decurso — gradualmente crescente-q. constante-decrescente.

Grau — mínimo-médio-mínimo.

Verifica-se: — o primeiro elemento do ditongo manifesta uma nasalidade de maior amplitude do que o segundo.

Vogal pré-nasal átona (penúltima sílaba): não manifesta nasalidade.

Vogal pós-nasal átona: final.

Lugar da nasalidade — desde início até final.

Decurso — gradualmente decrescente.

Grau — mínimo-quase indistinto.

Registo 12-C:

Ditongo nasal:

Lugar da nasalidade — desde início até final.

Decurso — gradualmente crescente com terminal decrescente.

Grau — mínimo-médio-mínimo.

Verifica-se: — o segundo elemento do ditongo manifesta uma nasalidade de maior amplitude do que o primeiro.

— ao trecho nasal com vibração de maior amplitude, corresponde o trecho oral final com vibração de amplitude mínima.

Vogal pré-nasal átona (penúltima sílaba): não manifesta nasalidade

Vogal pós-nasal átona final:

Lugar da nasalidade — desde início até final.

Decurso — q. constante seguido dum sopro terminal.

Grau — mínimo.

Registo 12-E: (V. reprodução do respectivo gráfico.)

Ditongo nasal:

Lugar da nasalidade — desde início até final.

Decurso — q. constante — gradualmente crescente, com terminal decrescente.

Grau — mínimo-médio-mínimo.

Relativamente ao confronto das curvas nasal e oral, verifica-se comportamento semelhante ao observado em 12-C.

Vogal pré-nasal átona (penúltima sílaba): sem nasalidade.

Vogal pós-nasal átona final: comportamento semelhante ao observado em 12-C.

Registo 12-G: (V. reprodução do respectivo gráfico.)

Ditongo nasal:

Lugar da nasalidade — desde início até final.

Decurso — crescente — q. constante — crescente, com terminal decrescente.

Grau — mínimo-médio-máximo-mínimo.

Relativamente ao confronto das curvas nasal e oral, verifica-se comportamento semelhante ao observado em 12-C e 12-E.

Vogal pré-nasal átona:

Um trecho de vibrações nasais (decurso: crescente; grau: mínimo-médio) a que corresponde a zona final da curva oral.

Vogal pós-nasal átona final:

Lugar da nasalidade — desde início até final.

Decurso — gradualmente decrescente, seguido dum sopro terminal.

Grau — médio-mínimo-quase indistinto.

Registo 12-I: (V. reprodução do respectivo gráfico.)

Ditongo nasal:

Lugar da nasalidade — desde início até final.

Decurso — crescente-decrescente-q. constante-crescente-decrescente.

Grau — médio-máximo-médio-máximo-médio-mínimo.

Relativamente ao confronto das curvas nasal e oral verifica-se comportamento semelhante ao observado em 12-C 12-E e 12-G, embora a curva nasal apresente um decurso muito diverso do manifestado pelas curvas nasais correspondentes anteriores.

Vogal pré-nasal átona:

Uma onda nasal de amplitude mínima corresponde ao terminal do trecho oral.

Vogal pós-nasal átona final:

Lugar da nasalidade — desde início até final.

Decurso — gradualmente decrescente, seguido dum fraco sopro final.

Grau — médio-mínimo.

#### CONCLUSÕES

Ditongo nasal:

Nasalidade desde início até final de grau e decurso variáveis.

Confrontando as curvas nasal e oral, verificaram-se os casos seguintes:

- 1) O segundo elemento do ditongo manifesta maior grau de nasalidade do que o primeiro (4 registos);
- 2) O segundo elemento do ditongo manifesta menor grau de nasalidade do que o primeiro (1 registo).

Vogal pré-nasal átona:

Sem nasalidade, ou com nasalidade mínima final.

Vogal pós-nasal átona final:

Nasalidade desde início até final, de grau e decurso variáveis, podendo apresentar, ou não, um sopro final.

*Grupo 15* — Variantes apresentativas do vocábulo «manteiga».  
T.F.N. — (*mã<sup>n</sup>áiya*).

Registo 12-B: (V. reprodução do respectivo gráfico.)

Vogal nasal átona:

Lugar da nasalidade — desde início até final.

Decurso — q. constante-decrescente seguido dum acréscimo, com um terminal decrescente.

Grau — médio-mínimo-médio-mínimo.

Verifica-se: — ao acréscimo com terminal decrescente da curva nasal corresponde uma zona final de grau mínimo e decrescente da curva oral.

Vogal átona final:

A curva nasal manifesta um sopro final com vibrações de amplitude q. indistinta.

Registo 12-D: (V. reprodução do respectivo gráfico.)

Vogal nasal átona:

Lugar da nasalidade — desde início até final.

Decurso — gradualmente crescente com terminal decrescente.

Grau — mínimo-médio-máximo-médio-mínimo.

Verifica-se: — ao trecho nasal final, de amplitude máxima-mínima, corresponde uma zona de vibração com uma amplitude quase indistinta na curva oral.

Vogal átona final:

A curva nasal manifesta um sopro final com vibração de amplitude q. indistinta.

Registo 12-F:

Vogal nasal átona:

Lugar da nasalidade — desde início até final.

Decurso — crescente — q. constante com terminal decrescente.

Grau — mínimo-médio-máximo-mínimo.

Verifica-se: — ao trecho nasal com vibração de amplitude máxima-q. constante, com terminal decrescente, corresponde na curva oral uma zona final de amplitude mínima — quase indistinta.

Vogal átona final:

A curva nasal manifesta um sopro final com vibrações quase indistintas.

Registo 12-H:

Vogal nasal átona:

Lugar da nasalidade — desde início até final.

Decurso — q. constante — acréscimo rápido — q. constante com terminal decrescente.

Grau — médio-máximo-mínimo.

Verifica-se: — ao trecho nasal com vibração de amplitude máxima, quase constante, com terminal decrescente, corresponde na curva oral, uma zona final sem vibração apreciável.

Vogal átona final:

A curva nasal manifesta um sopro final.

Registo 12-I:

Vogal nasal átona:

Lugar da nasalidade — desde início até final.

Decurso — gradualmente crescente — acréscimo rápido — quase constante com terminal decrescente.

Grau — mínimo-médio-máximo-mínimo.

Verifica-se: — ao trecho nasal com vibração de amplitude máxima — quase constante, com terminal decrescente, corresponde, na curva oral, uma zona final sem vibração apreciável.

Vogal átona final:

A curva nasal manifesta um sopro final com vibrações quase indistintas.

#### CONCLUSÕES

Vogal nasal átona:

Nasalidade desde início até final de grau e decurso variáveis.

Verifica-se: — Ao subtrecho nasal de vibração com maior amplitude, corresponde na curva oral uma zona final sem vibração apreciável, ou uma zona final de vibração com uma amplitude mínima ou quase indistinta.

*Grupo 16* — Variantes apresentativas do vocábulo «chegaram».  
T.F.N. — (*fəʔa:rãũ*).

Registo 13-A: (V. reprodução do respectivo gráfico.)

Ditongo nasal:

Lugar da nasalidade — final.

Decurso — q. constante-decrescente.

Grau — médio-mínimo.

Verifica-se: — ao trecho de vibração nasal corresponde na curva oral uma zona final com uma vibração de amplitude mínima — q. indistinta.

Observa-se: — a vogal tónica manifesta uma longa série de vibrações nasais duma amplitude quase indistinta. Esta série de vibrações é muito provavelmente motivada por uma transmissão das vibrações orais, de grande amplitude, às fossas nasais, através do palato duro.

— (*r*) manifesta vibrações nasais com um decurso quase constante da sua amplitude e um grau mínimo.

Registo 13-D: (V. reprodução do respectivo gráfico.)

Ditongo nasal:

Lugar da nasalidade — final.

Decurso — crescente-q. constante com terminal decrescente.

Grau — mínimo-médio-mínimo.

Verifica-se: — ao trecho de vibração nasal corresponde na curva oral uma zona final com vibração de amplitude mínima — q. indistinta, seguida dum subtrecho sem vibração.

Observa-se: — (*ɣ*) manifesta vibrações nasais com um decurso q. constante, de grau mínimo-médio.

a vogal tónica manifesta vibrações nasais duma amplitude q. indistinta durante o seu subtrecho final (v. o que se disse no caso de 13-A).

— (*r*) manifesta comportamento semelhante ao observado em 13-A.

Registo 13-G:

Ditongo nasal:

Lugar da nasalidade — médio-final.

Decurso — q. constante com terminal decrescente.

Grau — médio-mínimo.

Verifica-se: — ao trecho de vibração nasal corresponde na curva oral uma zona decrescente, de amplitude média-mínima.

Observa-se: — ( $\gamma$ ) manifesta um breve subtrecho de vibrações nasais com um decurso q. constante de grau mínimo-q. indistinto. a vogal tónica manifesta comportamento semelhante ao observado em 13-A e 13-D.

— ( $r$ ) manifesta comportamento semelhante ao observado em 13-A e 13-D.

Registo 13-J:

Ditongo nasal:

Lugar da nasalidade — final.

Decurso — crescente-q. constante com terminal decrescente.

Grau — mínimo-médio-mínimo.

Verifica-se: — relativamente ao confronto das curvas nasal e oral, um comportamento semelhante ao observado em 13-D.

Observa-se: — ( $\gamma$ ) manifesta um comportamento semelhante ao notado para 13-G.

— vogal tónica como em 13-A, 13-D e 13-G.

— ( $r$ ) como em 13-A, 13-D e 13-G.

CONCLUSÕES

Ditongo nasal — nasalidade na parte final (3 casos) ou na parte média-final (1 caso), de grau e decurso variáveis.

Verifica-se: — as vibrações nasais do ditongo nasal correspondem sempre a uma zona na curva oral de vibração decrescente com amplitude variável. As variações de grau observadas foram: médio-mínimo/q. indistinto/ou nulo.

( $\gamma$ ), vogal tónica, e ( $r$ ) podem manifestar vibrações nasais de pequena amplitude.

*Grupo 17* — Variantes apresentativas do vocábulo «rã».

T.F.N. — ( $\bar{r}\bar{a}$ ).

Registo 13-B:

Vogal nasal:

Lugar da nasalidade — médio-final.

Decurso — acréscimo rápido — acréscimo gradual lento.

Grau — máximo-médio-mínimo.

Verifica-se: — ao trecho de vibrações nasais corresponde na curva oral uma zona com decurso decrescente e de grau máximo-médio-mínimo.

Registos 13-E, 13-H e 13-K: (V. reprodução do gráfico 13-H.)

Vogal nasal:

Comportamentos semelhantes ao observado em 13-B.

#### CONCLUSÕES

Vogal nasal — nasalidade média-final com um decurso que manifesta acréscimo rápido — decréscimo gradual (lento) de grau máximo-médio-mínimo.

Nota: — todos os quatro registos apresentam uma longa série de vibrações nasais durante o (*r*), a que corresponde o subtrecho da vogal nasal considerado como oral. A amplitude das referidas vibrações é insuficiente (i. é., de grau muito diminuto) para que possa ser considerada como nasalidade. Trata-se, muito possivelmente, duma transmissão das vibrações orais, às fossas nasais através do palato duro (Conf. análise dos registos 13-A, 13-D, 13-G, 13-J do grupo 16) durante o subtrecho oral da vogal, e, durante o ( $\bar{r}$ ), duma posição do véu palatino que facilita a passagem do sopro fónico pela via nasal.

*Grupo 18* — Variantes apresentativas do vocábulo «mala».

T.F.N. — (*ma:la*). [*l* traduz lateral velarizada.]

Registo 13-F:

Vogal pós-nasal tónica:

Lugar da nasalidade — inicial-medial.

Decurso — gradualmente decrescente-q. constante.

Grau — médio-mínimo-quase indistinto.

Vogal átona final:

Manifesta um breve e fraco sopro nasal final.

Verifica-se: — um trecho de vibrações nasais de diminuta amplitude durante (*t*).

Registo 13-I: (V. reprodução do respectivo gráfico.)

Vogal pós-nasal tónica:

Lugar da nasalidade — desde início até final.

Grau — médio-mínimo-q. indistinto.

Vogal átona final:

Manifesta um segmento com vibrações nasais de amplitude mínima com decurso decrescente seguido dum sopro final.

Verifica-se: — um trecho de vibrações nasais de diminuta amplitude durante (*t*).

Registo 13-L:

Vogal pós-nasal tónica:

Lugar da nasalidade — desde início até final.

Decurso — decrescente-q. constante seguido dum terminal q. constante.

Grau — médio-mínimo-q. indistinto.

Vogal átona final:

Manifesta um sopro nasal final sem vibração.

#### CONCLUSÕES

Vogal pós-nasal tónica — manifesta nasalidade de amplitude decrescente desde início até final ou durante uma zona inicial-medial;

— grau médio-mínimo-q. indistinto.

Vogal átona final — manifesta um sopro nasal final precedido, ou não, de vibrações nasais.

*Grupo 19* — Variantes apresentativas do vocábulo «campo».  
T.F.N. — (*kãmpu*).

Registo 15-A: (V. reprodução do respectivo gráfico.)

Vogal nasal tónica:

Lugar da nasalidade — final.

Decurso — acréscimo rápido—q. constante-decrescente.

Grau — médio-mínimo.

Verifica-se: — ao trecho de vibrações nasais corresponde na curva oral, uma zona final decrescente, de grau mínimo.

Vogal átona final:

Manifesta um longo sopro nasal final sem vibrações.

Registo 15-B:

Vogal nasal tónica:

Lugar da nasalidade — final.

Decurso — crescente-q. constante com terminal decrescente.

Grau — mínimo-médio-máximo-mínimo.

Verifica-se: — ao trecho de vibrações nasais correspondem na curva oral uma zona final decrescente de grau médio-mínimo q. indistinto e um trecho sem quaisquer vibrações.

Vogal átona final:

Manifesta um breve e fraco sopro nasal final.

Registo 15-C: (V. reprodução do respectivo gráfico.)

Vogal nasal tónica:

Lugar da nasalidade — final.

Decurso — crescente-q. constante com terminal decrescente.

Grau — mínimo-médio-máximo-mínimo.

Verifica-se: — ao trecho de vibrações nasais, corresponde na curva oral uma zona final decrescente de grau máximo-médio-mínimo-quase indistinto.

Vogal átona final:

Manifesta um sopro nasal final sem vibrações.

CONCLUSÕES

Vogal nasal tónica: oral-nasal.

Nota — os três registos deste grupo apresentam uma série de vibrações nasais durante o subtrecho oral da vogal nasal tónica. A amplitude das referidas vibrações é insuficiente (i. é., de grau demasiado diminuto) para que possa ser considerada como uma manifestação de nasalidade. Trata-se, muito provavelmente, duma transmissão, às fossas nasais, das vibrações orais, através do palato duro (Confr. análise do registo 13-A e conclusões relativas ao grupo 17).

Vogal átona final: — a curva nasal manifesta um sopro final destituído de vibrações.

*Grupo 20* — Variantes apresentativas do vocábulo «marmelada».  
T.F.N. — (*marməla:ða*).

Registo 14-B: (V. reprodução do respectivo gráfico.)

Vogal pós-nasal átona da 1.<sup>a</sup> sílaba:

Lugar da nasalidade — desde início até final.

Decurso — q. constante.

Grau — médio.

Observa-se: — as vibrações nasais que acompanham a vogal desta primeira sílaba prolongam-se durante uma zona inicial-medial de (*r*). A zona final de (*r*) e a zona inicial-medial de (*m*) da sílaba seguinte não acusam vibrações nasais.

Vogal pós-nasal átona da 2.<sup>a</sup> sílaba:

Lugar da nasalidade — desde início até final.

Decurso — decrescente.

Grau — médio-mínimo.

Observa-se: — as vibrações nasais que acompanham a vogal desta segunda sílaba prolongam-se durante a realização de (*l*) da sílaba seguinte com um decurso decrescente de grau mínimo.

Vogal átona final:

Manifesta uma zona final de vibrações nasais (decurso: crescente com terminal decrescente; grau: mínimo) seguido de sopro nasal.

Verifica-se: — ( $\delta$ ) manifesta uma zona inicial-medial de vibrações nasais com um decurso crescente-decrescente de grau mínimo. Estas vibrações nasais, possivelmente motivadas pela oclusão da via oral, iniciam-se durante a implosão da consoante.

Registo 14-D: (V. reprodução do respectivo gráfico.)

Vogal pós-nasal átona da 1.<sup>a</sup> sílaba:

Lugar da nasalidade — desde início até final.

Decurso — q. constante.

Grau — médio.

Observa-se: — as vibrações nasais que acompanham a vogal desta primeira sílaba, prolongam-se durante ( $r$ ). Todo o trecho correspondente a ( $r$ ), bem como todo o trecho correspondente a ( $m$ ) da sílaba seguinte, acusam vibrações nasais.

Vogal pós-nasal átona da 2.<sup>a</sup> sílaba:

Lugar da nasalidade — desde início até final.

Decurso — decrescente.

Grau — médio-mínimo.

Observa-se: — comportamento semelhante ao observado em 14-B.

Vogal átona final:

Semelhante à vogal átona final de 14-B.

Verifica-se: — ( $\delta$ ) manifesta um comportamento semelhante ao observado em 14-B.

Registo 14-F:

Vogal pós-nasal átona da 1.<sup>a</sup> sílaba:

Comportamento semelhante ao da vogal pós-nasal átona da 1.<sup>a</sup> sílaba em 14-B e 14-D.

Observa-se: — relativamente ao prolongamento das vibrações nasais que acompanham a vogal desta primeira sílaba, um comportamento semelhante ao de 14-D.

Vogal pós-nasal átona da 2.<sup>a</sup> sílaba:

Comportamento semelhante ao da vogal átona da segunda sílaba em 14-B e 14-D.

Observa-se: — relativamente ao prolongamento das vibrações nasais que acompanham a vogal desta segunda sílaba, um comportamento semelhante aos de 14-B e 14-D.

Vogal átona final:

semelhante às vogais átonas finais de 14-B e 14-D.

Verifica-se: — ( $\delta$ ) manifesta um comportamento semelhante aos observados em 14-B e 14-D.

#### CONCLUSÕES

Vogal pós-nasal átona da 1.<sup>a</sup> sílaba:

- Nasalidade desde início até final com um decurso q. constante de grau médio.
- As vibrações nasais que acompanham esta vogal, prolongam-se durante uma zona inicial-medial de ( $r$ ), ou durante todo o trecho correspondente à referida consoante.

Vogal pós-nasal átona da 2.<sup>a</sup> sílaba:

- Nasalidade desde início até final com um decurso decrescente de grau médio-mínimo.
- As vibrações que acompanham esta vogal, prolongam-se durante a realização do ( $l$ ) da sílaba seguinte com um decurso decrescente de grau mínimo.

Vogal átona final:

- Manifesta uma zona final de vibrações nasais, seguida de sopro nasal.

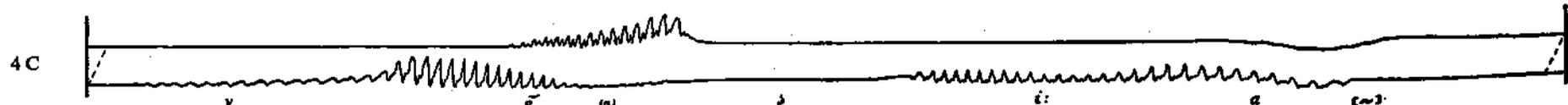
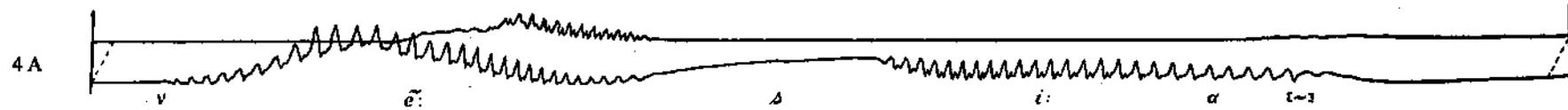
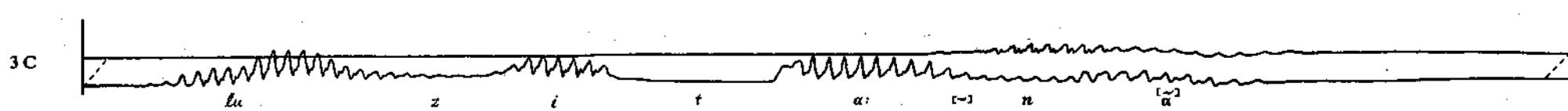
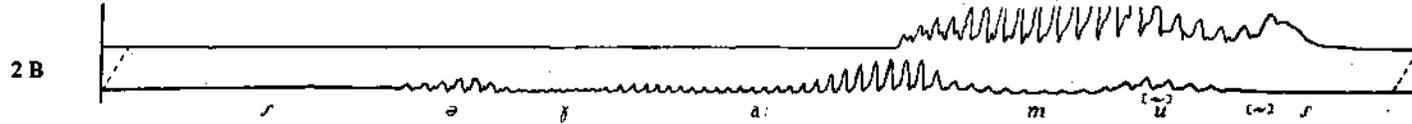
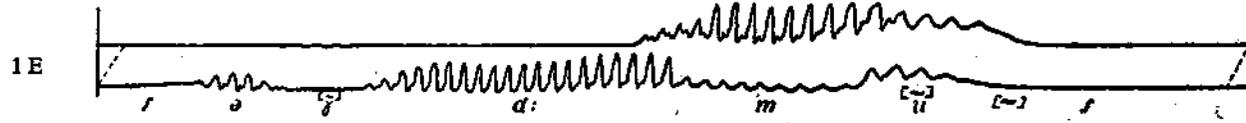
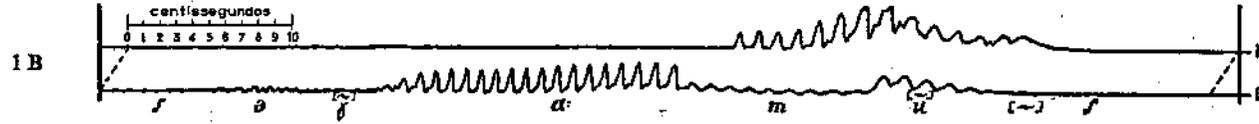
Consoante ( $\delta$ ):

- Apresenta uma zona inicial-medial de vibrações nasais com um decurso crescente-decrescente de grau mínimo.

REGISTOS

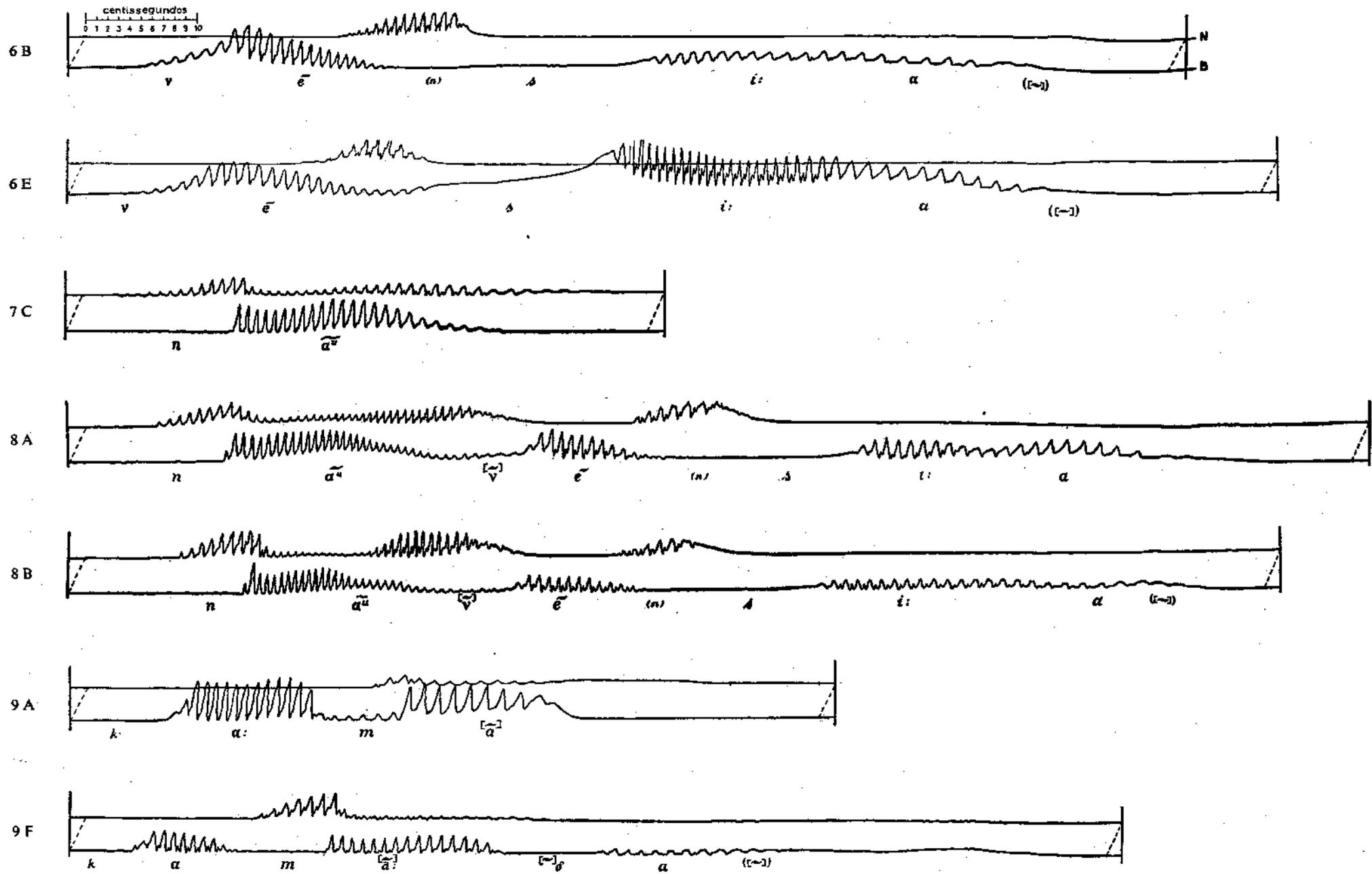
[~] --- nasalização, de maior ou menor grau, ou nasalidade auditivamente indiscriminável.

( ) --- casos duvidosos.



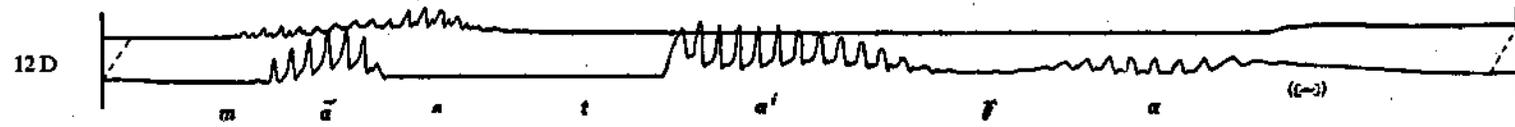
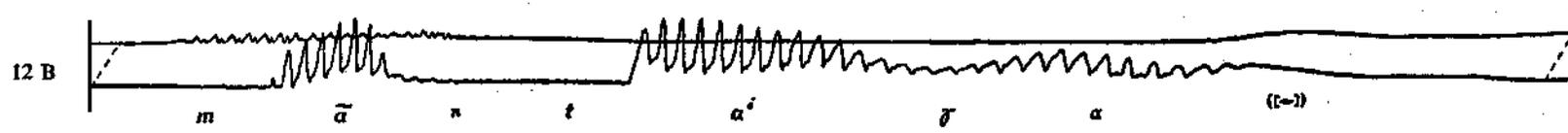
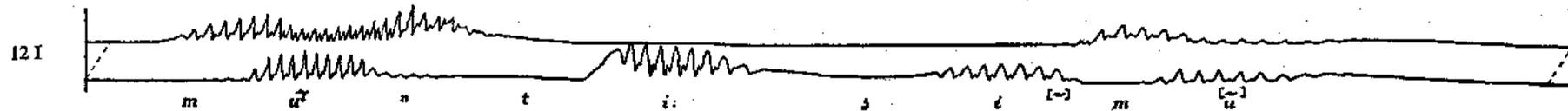
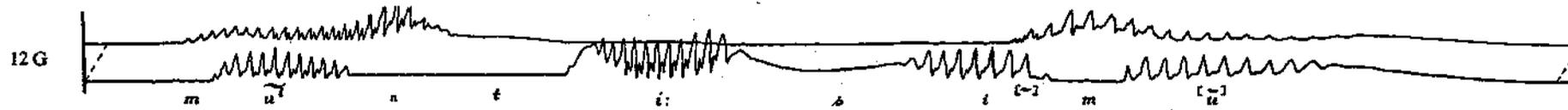
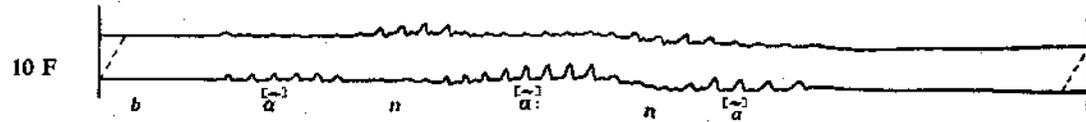
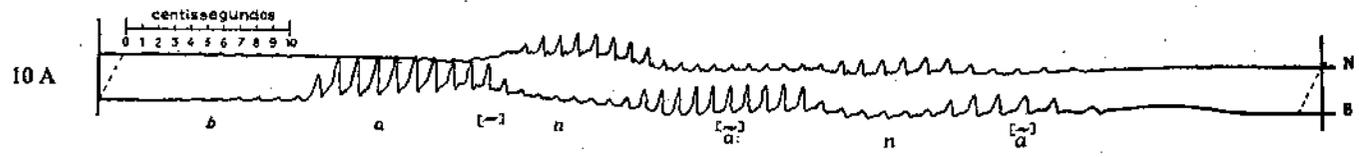


# REGISTOS



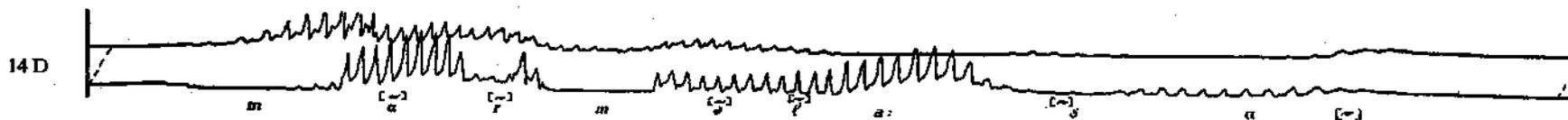
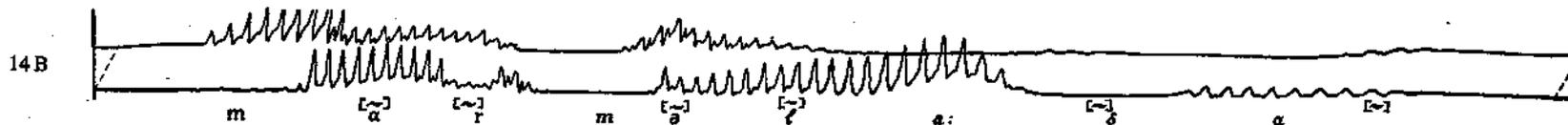
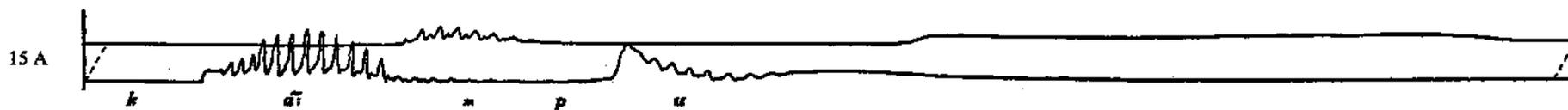
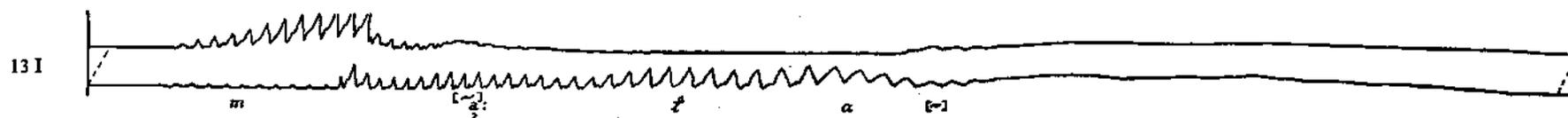
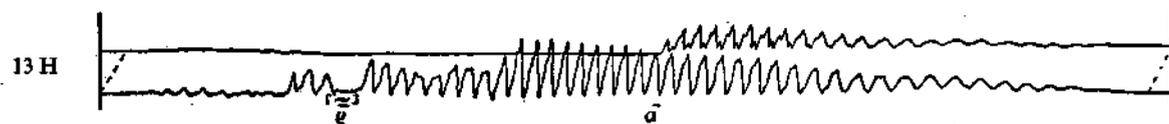
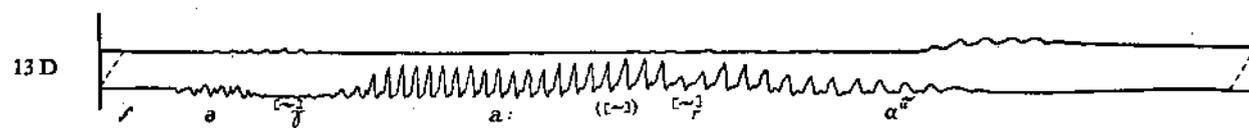
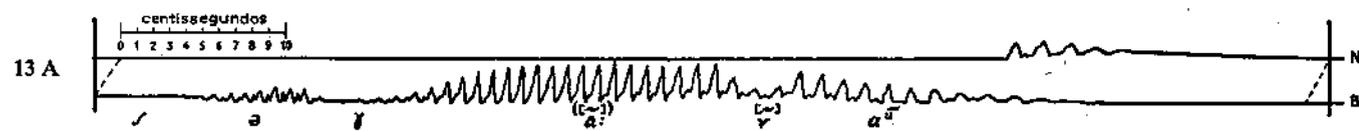


# REGISTOS





# REGISTOS









## V

## EXPOSIÇÃO DE RESULTADOS

*Vogais nasais.*

Grupo	Lugar da Nasalidade	Grau	Tipo
3 sensação	médio-final	mínimo-médio-mínimo, ou mín.-méd.-máximo-méd.-mín.	oral-nasal
5 vencia	médio-final ou final	mín.-máximo-méd.-mín., ou mín.-médio-mín., ou mín.-méd.-máximo-mín. mín.-méd.-máximo-mín.	oral-nasal
6 vencia	final	mín.-méd.-máximo-méd.-mín. (2) mín.-méd.-máximo-mín.	oral-nasal
7 vencia	médio-final ou final	mín.-máximo-mín. mín.-méd.-máximo-mín., ou mín.-méd.-máximo-méd.-mín.	oral-nasal
9 não vencia	final	méd.-máximo-mín. (2), ou mín.-méd.-máximo-mín. (2)	oral-nasal
15 manteiga	desde início até final	méd.-máximo-mín., ou méd.-mín.-médio-mín., ou mín.-méd.-máximo-mín. (3)	nasal
17 rã	médio-final	máximo-méd.-mín. (4)	oral-nasal
19 campo	final	médio-mín., ou mín.-méd.-máximo-mín. (2)	oral-nasal

A vogal nasal manifesta um decurso oral-nasal com nasalidade médio-final ou final, excepto no caso de ser precedido de consoante nasal. Neste caso manifesta um decurso inteiramente nasal, i.é., com nasalidade desde início até final.

Quando a vogal nasal é lexicalmente tónica ou expressivamente acentuada o lugar da nasalidade é final. (Acentuação implica ausência de nasalidade inicial.)

*Ditongos nasais.*

Grupo	Lugar da Nasalidade	Grau	Tipo
3 <i>sensação</i>	médio-final	médio-mín. (2)	oral-nasal
8 <i>não</i>	desde início até final	mín.-máximo-mín., ou mín.-méd.-máximo-mín., ou mín.-méd.-máximo-méd.-mín.	nasal
9 <i>não vencia</i>	desde início até final	mín.-méd.-máximo-mín. (3), ou méd.-mín.-méd.-máximo-mín.	nasal
14 <i>multíssimo</i>	desde início até final	mín.-médio-mín. (3), ou mín.-méd.-máximo-mín., ou méd.-máx.-méd.-máximo-méd.-mín.	nasal
16 <i>chegaram</i>	médio-final, ou final	médio-mín. médio-mín., ou	oral-nasal

O ditongo nasal manifesta um decurso oral-nasal com nasalidade médio-final ou final, excepto no caso de ser precedido de consoante nasal. Neste caso manifesta um decurso inteiramente nasal, i.é., com nasalidade desde início até final.

*Vogais orais em contacto com consoante nasal.*

a) pré-nasais, tónicas:

Grupo	Lugar da Nasalização	Grau	Tipo
1 <i>chegamos</i>	— — — ou breve final	nulo: ausência de nasalização. (2) mín.-médio. (3)  mín.-médio (2), ou méd.-máximo, ou mín.-méd.-máximo.	oral oral-nasal

Grupo	Lugar da Nasalização	Grau	Tipo
4 lusitana	breve final	mínimo (2), ou mínimo, q. nulo.	oral-nasal
b) pré-nasais, átonas (i.é., lexicalmente átonas):			
11 camada	— — —	nulo: ausência de nasalização. (3)	oral
12 banana	— — — ou breve final	nulo: ausência de nasalização. diminuto. (4)	oral oral-nasal
13 banana	— — — ou desde início até final	nulo: ausência de nasalização. mínimo. (2)	oral
14 muitíssimo	— — — breve final	nulo: ausência de nasalização. (3) mínimo, ou mín.-médio.	oral oral-nasal

A vogal pré-nasal tónica manifesta um decurso inteiramente oral ou oral-nasal com nasalização durante uma breve zona final.

As vogais pré-nasais sem acentuação lexical nos registos analisados manifestam diversos decursos: inteiramente oral, ou oral com breve final com nasalização de grau diminuto, mínimo ou mínimo-médio, ou com nasalização de grau mínimo desde início até final.

c) pós-nasais, tónicas:

Grupo	Lugar da Nasalização	Grau	Tipo
11 camada	desde início até final	mínimo (3)	nasal
18 mala	desde início até final ou inicial-me-dial	médio-mín.-q. indistinto (2) médio-mín.-q. indistinto	nasal nasal-oral

d) pós-nasais, átonas:

Grupo	Lugar da Nasalização	Grau	Tipo
1 chegamos	desde início até final	máximo-méd. (2), ou máximo-méd.-mín., ou médio-mín., ou médio.	nasal
2 chegámos	desde início	máximo-méd. (6)	nasal
4 lusitana	desde início	médio (3)	nasal
10 cama	desde início até final	médio-mín. (2), ou mínimo, q. indistinto	nasal
12 bānana	desde início até final	médio-mín. (4), ou mínimo	nasal
13 banana	desde início até final	médio-mín.-q. indistinto (3)	nasal
14 muitíssimo	desde início até final	mínimo (2), ou mínimo-q. indistinto, ou médio-mín.-q. indistinto	nasal
20 marmelada	desde início até final	médio (4)	nasal
marmelada	desde início até final	médio-mín. (4)	nasal

e) vogal internasal, tónica:

12 bānana	desde início até final	médio (4), ou mín.-médio	nasal
13 banāna	desde início até final	médio (3)	nasal

*Vogal átona final (não pós-nasal):*

5	vencia	oral — nasalidade de pequena amplitude	nasalidade final
6	vência	» » » » »	» »
7	vencia	» » » » »	» »
9	não vencia	oral	
		ou oral — nasalidade de pequena amplitude	» »
		ou oral seguido de sopro nasal final	» »
11	camada	oral — nasalidade de pequena amplitude	» »
		ou oral seguido de sopro nasal final	
15	manteiga	oral — nasalidade de pequena amplitude	» »
		ou oral seguido de sopro nasal final	
18	malá	oral — nasalidade de pequena amplitude	» »
		ou oral seguido de sopro nasal final	
19	campo	oral seguido de sopro nasal final	
20	marmelada	oral — nasalidade de pequena amplitude	» »

Deve notar-se que no caso da vogal átona final ser (*u*) a curva nasal não manifesta vibrações, ao contrário do que sucede geralmente quando a vogal átona final é (*a*).

*Consoantes nasalizadas ou de nasalidade auditivamente indiscriminável:*

1	chegamos	um trecho de vibrações nasais de diminuta amplitude durante ( $\gamma$ ) — (1-B, 1-D, 1-E); nasalização de ( <i>f</i> ).
2	chegámos	um trecho de vibrações nasais de diminuta amplitude, durante ( $\gamma$ ) — (2-D, 2-E, 2-F); nasalização de ( <i>f</i> ).
9	não vencia	a nasalidade iniciada com o ditongo nasal antecedente, prossegue durante ( $\nu$ ) — (todos os registos).
11	camada	um trecho de vibrações nasais de diminuta amplitude durante ( $\delta$ ) — (todos os registos).
15	manteiga	um trecho de vibrações nasais de diminuta amplitude, durante ( $\gamma$ ) — (registos 12-J, 12-H).
16	chegaram	um trecho de vibrações nasais de diminuta amplitude, durante ( $\gamma$ ) — (registos 13-D, 13-G, 13-J e durante ( <i>r</i> ), — (todos os registos).
17	rã	um trecho de vibrações nasais de diminuta amplitude, durante ( $\textcircled{a}$ ) — (13-E, 13-H, 13-K).
18	malá	um trecho de vibrações nasais de diminuta amplitude, durante ( <i>i</i> ) — (registos 13-F, 13-I).

- 20 *marmelada* a nasalidade manifestada durante a vogal pós-nasal que antecede (*r*) prossegue durante esta consoante (todos os registos).  
um trecho de vibrações nasais de diminuta amplitude, durante (*l*) e (*δ*) — (todos os registos).
- (*γ*), (*δ*), (*l*) e (*r*) — do grupo 16), em posição intervocálica, manifestam vibrações nasais de diminuta amplitude. Conforme se disse anteriormente, tais vibrações nasais devem ser respectivamente motivadas por oclusão imperfeita da via oral como no caso de (*γ*) e (*δ*); por oclusão parcial segundo a linha média, como no caso de (*l*); por oclusão intermitente, como no caso de (*r*).
- (*ϕ*) em posição inicial, manifesta vibrações nasais de diminuta amplitude. Admite-se como explicação de tal nasalidade, que uma articulação uvular vibrante implique uma posição do véu palatino que facilite a passagem do sopro fónico pela via nasal. O facto de (*ϕ*) se encontrar antes de vogal nasal não explicaria o aparecimento da referida nasalidade, visto que uma vogal nasal apresenta um primeiro subtrecho oral.
- (*v*) (grupo 9) e (*r*) (grupo 20) manifestam uma nasalidade naturalmente provocada pelo seu respectivo contexto fonético: (*v*) encontra-se depois de ditongo nasal; (*r*) situa-se depois de uma vogal nasalizada por uma consoante nasal anterior e antes duma consoante nasal). Note-se, porém, que as suas próprias articulações podem motivar o aparecimento de vibrações nasais de diminuta amplitude, [V. a discussão precedente relativa ao (*r*) do grupo 16, e cf. Lacerda-Companys, *ob. cit.*, p. 25, sobre (*v*)].
- (*f*) (grupos 1 e 2) manifesta frequentemente vibrações nasais durante o seu subtrecho inicial ou inicial-medial. Neste caso trata-se também duma nasalização provocada pelo contexto (depois de uma vogal nasalizada por uma consoante nasal anterior).

## VI

### CONCLUSÕES

Material elocucional / decurso / lugar da nasalidade ou nasalização / grau.  
(O tracejado indica casos não estudados ou não ocorrentes.)

#### I. Nasalidade

##### A. Vogal nasal

- |                              |   |
|------------------------------|---|
| 1) Em posição final          | (decurso / lugar / grau)  |
| — lexicalmente acentuada:    | oral-nasal / médio-final / considerável   |
| — expressivamente acentuada: | -----   |
| — sem qualquer acento:       | -----   |
| 2) Antes de oclusiva         |   |
| — lexicalmente acentuada:    | oral-nasal / final / considerável   |
| — expressivamente acentuada: | -----   |
| — sem qualquer acento:       | ----- (Falta um exemplo adequado; no caso de «manteiga», a vogal da primeira sílaba é nasalizada na sua parte inicial pela consoante precedente). |
| 3) Antes de restritiva       |   |
| — lexicalmente acentuada:    | -----   |
| — expressivamente acentuada: | oral-nasal / final / considerável   |
| — sem qualquer acento:       | oral-nasal / médio-final ou final / considerável  |

**B. Ditongo nasal**

**1) Em posição final**

- lexicalmente acentuado:      oral-nasal / médio-final / considerável
- expressivamente acentuado:      — — —
- sem qualquer acento:      oral-nasal / médio-final ou final / considerável.

**2) Antes de oclusiva**

- lexicalmente acentuado:      — — —
- expressivamente acentuado:      — — —
- sem qualquer acento:      — — — (O ditongo nasal de «muitíssimo» é nasalizado pela consoante nasal precedente).

**3) Antes de restritiva**

- lexicalmente acentuado:      — — — (O ditongo nasal de «não vencia» é nasalizado pela consoante nasal precedente).
- expressivamente acentuado:      — — —
- sem qualquer acento:      — — —

**C. Consoantes que manifestam pelas suas próprias características articulatórias uma nasalidade auditivamente indiscriminável.**

Nos registos estudados no presente trabalho foram observados os seguintes casos.

- (*ɣ*), (*ð*), (*l*) e (*r*) em posição intervocálica:      manifestam vibrações nasais de diminuta amplitude (grau: desprezável)
- (*ə*) em posição inicial:      manifesta vibrações nasais de diminuta amplitude (grau: desprezável)

## II. Nasalização

### A. Vogal

#### 1) Em contacto com consoante nasal

##### a) Pré-nasal

— lexicalmente acentuada:

oral / ausência de nasalização / nulo, ou oral-nasal / breve subtrecho final / considerável

— expressivamente acentuada:

oral / ausência de nasalização / nulo, ou oral-nasal / breve subtrecho final / diminuto

— sem qualquer acento:

oral / ausência de nasalização / nulo, ou oral-nasal / breve subtrecho final / considerável, ou nasal / desde início até final / considerável

##### b) Pós-nasal

— lexicalmente acentuada:

nasal / desde início até final / considerável, nasal-oral / inicial-medial / considerável

— expressivamente acentuada:

— — — —

— sem qualquer acento:

nasal - desde início até final / considerável

##### c) Internasal

— lexicalmente acentuada:

nasal / desde início até final / considerável

— expressivamente acentuada:

— — — —

— sem qualquer acento:

— — — —

2) Vogais ocasionalmente nasalizadas

a) Átonas finais: oral-nasal / terminal ou subtrecho final e terminal / desprezável

(A referida actividade nasal é certamente motivada pela posição que o véu palatino toma em final de emissão.)

b) Tónicas:

Um subtrecho duma vogal oral tónica (Grupo 16) e o subtrecho considerado oral no caso de dois grupos de vogais nasais tónicas (Grupos 17 e 19) manifestaram uma longa série de vibrações nasais de amplitude insuficiente para que possa ser considerada como nasalidade sensível. Lugar: inicial-medial; grau: desprezável. (Trata-se muito possivelmente duma transmissão das vibrações orais às fossas nasais através do palato duro.)

B. Consoantes

As consoantes encontradas nos registos do presente estudo com uma nasalização motivada pelo contexto, foram:

(v) — depois de ditongo nasal (Grupo 9, «Não vencia»). Nota-se que a posição antes de vogal nasal não é suficiente para explicar a nasalização da consoante (v), visto que o decurso duma vogal nasal é oral-nasal. (Além disso, a análise dos registos deste grupo mostra que a nasalização de (v) é originada por uma continuação das vibrações nasais do ditongo nasal.)

(r) — entre vogal pós-nasal nasalizada e consoante nasal (Grupo 20, «Marmelada»). A análise dos registos deste grupo mostra que a nasalização de (r) é originada por uma continuação da nasalização da vogal pós-nasal (nasalizada) precedente.

(j) — depois de vogal nasalizada (Grupo 1, «Chegamos», e Grupo 2, «Chegámos»).

## VII

### RESUMO DAS CONCLUSÕES

1. Uma vogal oral antes de consoante nasal nem sempre manifesta nasalização: frequentemente o seu decurso é inteiramente oral. Quando há nasalização, esta aparece, quase sempre, apenas durante um breve subtrecho final.
2. Uma vogal precedida de consoante nasal manifesta sempre um decurso nasal ou nasal-oral. No caso de ser átona, a vogal oral pós-nasal acusa nasalização desde início até final.
3. O decurso das vogais nasais e dos ditongos nasais é sempre oral-nasal com nasalidade médio-final ou final, excepto no caso de ocorrer uma consoante nasal anterior. Neste caso o decurso é inteiramente nasal, i.é., com vibrações nasais desde início até final.
4. O presente trabalho estuda, também, a ocorrência de diversos outros tipos de sons nasais ou nasalizados. Entre estes figuram os seguintes:
  - consoantes que acusam uma nasalização motivada pelo contexto: (*v*) e (*r*) depois de vogal nasalizada,
  - consoantes que podem manifestar em virtude das suas próprias características articulatorias, em certos contextos, uma nasalidade auditivamente indiscriminável: (*γ*), (*δ*), (*l*) e (*r*) em posição intervocálica; (*ṛ*) em posição inicial (único contexto observado: «Rã»),
  - vogais átonas finais (que manifestam uma actividade nasal de grau desprezável durante o terminal ou durante o subtrecho final e o terminal, certamente motivada pela posição que o véu palatino toma em final de emissão),
  - vogais tónicas (que podem manifestar uma série de vibrações nasais de amplitude insuficiente para poder ser considerada como nasalidade. Grau: muito diminuto e desprezável. Trata-se, muito possivelmente, duma transmissão das vibrações orais às fossas nasais através do palato duro).

O exame minucioso da correlação entre as múltiplas particularidades fonéticas da realização elocutiva (tais como acentuação, silabação, etc., neste ou naquele contexto) e as medições estudadas no presente trabalho sugerem diversas relações que possivelmente traduzem uma interdependência. Não formulamos conclusões, ainda que muito provisórias, sobre as referidas correlações. Tal só seria possível se o número de elocuições registadas e a sua variedade fossem suficientemente grandes para se estabelecerem estatisticamente valores médios.

ARMANDO DE LACERDA

BRIAN F. HEAD

## OBRAS CONSULTADAS

- BAADER, THEODOR. *Einführung in die Lautschrift und Instrumentale Sprachregistrierung*. [Disquisitiones Carolinae, Fontes et Acta Philologica et Historica, III]. Nymegen (Holland), 1933.
- GONÇALVES VIANA, ANICETO DOS REIS. «Essai de phonétique et de phonologie de la langue portugaise d'après le dialect actuel de Lisbonne», 2.<sup>a</sup> ed., *Boletim de Filologia*, VII (1941), 161-243. [1.<sup>a</sup> ed., *Romania*, XII (1883), 29-98].
- . *Exposição da pronúncia normal portuguesa para uso de nacionais e estrangeiros*. Lisboa, 1892. [Parte II, «Pronúncia Normal Portuguesa», pp. 43-101, também aparece com algumas modificações em Luís de Camões, *Os Lusíadas, Canto I*, ed. de F. de Salles Lencastre, pp. i-lix, Lisboa, 1892].
- . *Portugals. Phonétique et phonologie. Morphologie. Textes*. [Skizzen lebender Sprachen herausgegeben von Wilhelm Viëtor. 2. Portugiesisch]. Leipzig, 1903.
- HAMMARSTRÖM, GÖRAN. *Étude de phonétique auditive sur les parlers de l'Algarve*. Uppsala, 1953.
- . «Le chromographe et le triangle tonométrique de Lacerda», *Revista do Laboratório de Fonetica Experimental* (de Coimbra), I (1952), 28-38. [Também em separata, Coimbra, 1952].
- . Recensão a Herculano de Carvalho, *Fonologia Mirandesa, I*, em *Romance Philology*, XV (1962), 350-356.
- . Recensão a Sten, *Les particularités de la langue portugaise*, em *RLFEC*, II (1954) 158-162.
- HEFFNER, R[OE]-M[ERRILL]. S. *General Phonetics*. Madison, Wisconsin, 1949 [1950].
- HERCULANO DE CARVALHO, JOSÉ G. C.. *Fonologia Mirandesa, I*. Coimbra, 1958. [Também em *Biblos*, XXXIII (1957), 1-133].
- LACERDA, ARMANDO DE. «Die Chromographie», *Archives Néerlandaises de Phonétique Expérimentale*, X (1934), 65-109.
- e MANUEL COMPANYS. «Notes pour l'Étude de l'Activité Nasale en Français», *RLFEC*, IV (1958), 183-205. [Também em separata, Coimbra, 1958].
- e GÖRAN HAMMARSTRÖM. «Transcrição Fonética do Português Normal», *RLFEC*, I (1952), 119-135. [Também em separata, Coimbra, 1952].
- and PETER STREVS. «Some Phonetic Observations using a Speech-Stretcher», *RLFEC*, III (1956), 5-16.
- LOURO, JOSÉ INÊS. «Estudo e Classificação das Vogais», *BF*, XV (1954-55), 215-248.
- LÜDTKE, HELMUT. *Die Strukturelle Entwicklung des romanischen Vokalismus*. Romanisches Seminar an der Universität Bonn. Bonn, 1956.
- . «Fonética Portuguesa, I: Consonantismo», *BF*, XIII (1952), 273-288; «II: Vocablismo», *ibid.*, XIV (1953), 197-217.
- MORAIS-BARBOSA, JORGE DE. «Les voyelles nasales portugaises: interprétation phonologique», em *Proceedings of the Fourth International Congress of Phonetic Sciences, Helsinki 1961*, The Hague, 1962, pp. 691-708.

- ROUDET, LÉONCE. *Éléments de Phonétique Générale*. Paris, 1910.
- SÁ NOGUEIRA, RODRIGO DE. *Elementos para um Tratado de Fonética Portuguesa*. Lisboa, 1938.
- STEN, HOLGER. *Les particularités de la langue portugaise*. [Travaux du Cercle Linguistique de Copenhague, II] Copenhague, 1944.
- STREVENS, P[ETER]. «Some observations on the Phonetics and Pronunciation of Modern Portuguese», *RLFEC*, II (1954), 5-29.
- WÄNGLER, HANS-HEINRICH. «Die Röntgenkinematographie als Hilfsmittel für die Lautforschung», *Zeitschrift für Phonetik und allgemeine Sprachwissenschaft*, XII, i (1960), 28-35.

## ÍNDICE

	Págs.
I) PRELIMINARES .....	5
II) CONSIDERAÇÕES GERAIS .....	7
III) A. OBJECTIVO E DISTRIBUIÇÃO DO RESPECTIVO MATERIAL ELOCUCIONAL.....	16
B. MATERIAL ELOCUCIONAL E LISTA DOS REGISTOS .....	17
C. LOCUTOR .....	18
D. PROCESSO INSTRUMENTAL .....	18
ESQUEMATIZAÇÃO DO PROCESSO .....	19
IV) EXAME DAS ELOCUÇÕES .....	21
Grupo 1 — Variantes apresentativas do vocábulo «chegamos» .....	21
Grupo 2 — Variantes apresentativas do vocábulo «chegámos» .....	23
Grupo 3 — Variantes apresentativas do vocábulo «sensação» .....	26
Grupo 4 — Variantes apresentativas do vocábulo «lusitana» .....	27
Grupo 5 — Variantes apresentativas do vocábulo «vencia» .....	28
Grupo 6 — Variantes apresentativas do vocábulo «vencia» com acento de insistência na primeira sílaba .....	30
Grupo 7 — Variantes apresentativas do vocábulo «vencia» .....	32
Grupo 8 — Variantes apresentativas do vocábulo «não» .....	33
Grupo 9 — Variantes apresentativas da frase «Não vencia.» .....	35
Grupo 10 — Variantes apresentativas do vocábulo «cama» .....	38
Grupo 11 — Variantes apresentativas do vocábulo «camada» .....	39
Grupo 12 — Variantes apresentativas do vocábulo «banana» com acento de insistência na primeira sílaba .....	40
Grupo 13 — Variantes apresentativas do vocábulo «banana» .....	43
Grupo 14 — Variantes apresentativas do vocábulo «multíssimo» .....	44
Grupo 15 — Variantes apresentativas do vocábulo «manteiga» .....	47
Grupo 16 — Variantes apresentativas do vocábulo «chegaram» .....	49
Grupo 17 — Variantes apresentativas do vocábulo «rã» .....	51
Grupo 18 — Variantes apresentativas do vocábulo «mala» .....	51
Grupo 19 — Variantes apresentativas do vocábulo «campo» .....	53
Grupo 20 — Variantes apresentativas do vocábulo «marmelada» .....	54
GRÁFICOS .....	56-57
V) — EXPOSIÇÃO DOS RESULTADOS .....	57
VI) CONCLUSÕES .....	63
VII) RESUMO DAS CONCLUSÕES .....	67
OBRAS CONSULTADAS .....	69



# AN INSTRUMENTAL STUDY OF DURATION IN FRENCH

## I. INTRODUCTION

### A. AIM AND SCOPE OF STUDY.

This study deals with syllabic length in French. Its goal is to determine whether spectrographic analysis supports the interpretations of vocalic length phenomena recently set forth by one of the authors.<sup>1</sup> Thus, the nature of this study is complementary: it applies instrumental techniques of phonological investigation to analyses based on auditory experience not subjected to instrumental measurement.

### B. BACKGROUND AND FOCUS OF INVESTIGATION.

Various interpretations have been offered for vowel length in French. One modern linguistic analysis, submitted by Robert A. Hall, Jr., states, «Vowel length is not phonemically significant in modern French.»<sup>2</sup> Hall's analysis seeks to explain differences in vowel length in terms of the length of the following consonant (within the same syllable), and he stresses the difference between modern and «archaic» French in this respect.

For archaic speech, vowel length must be set up as a separate phoneme; but in modern slow colloquial speech, vowel length distinguishes words only at the end of a phrase, and only with /ε/ before /t/ or /tr/. Since, in this case (as in all others in which a long vowel occurs), the following consonant is especially short, the vowel length is really automatically conditioned by the shortness of the following consonant...

In fast colloquial speech, this distinction is disappearing entirely, even in phrase-final position.<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> ERNEST F. HADEN, «Accent Expiratoire.» *Studies in Linguistics*. Vol. 16, n.º 1 (1962), pp. 23-38.

<sup>2</sup> *French*. Structural sketches 1. Language Monograph 24. Baltimore, 1948, p. 10.

<sup>3</sup> *Ibid.*, pp. 10-11.

In general, Hall's analysis of the vowel phonemes of French follows traditional lines and may be diagrammed as below:

	FRONT UNROUNDED	FRONT ROUNDED	BACK ROUNDED
High	i	y	u
High-Mid	e	ø	o
Low-Mid	ɛ	œ	ɔ
Low	a	ə	ɑ

A somewhat different interpretation has been given by Pierre Delattre in one of his early studies.<sup>1</sup> This French phonetician sets up three divisions of vowel duration: «des *longues*, les *brèves* et les *normales*.»<sup>2</sup> Vowels are divided into two groups: *voyelles accentuées* and *voyelles inaccentuées*. The following is an outline of Delattre's analysis:<sup>3</sup>

Durée des voyelles accentuées

A. *En syllabe fermée.*

- (1) Brèves: Toutes les voyelles devant /p, t, k, rp, rt, rk, kt/ et presque tous les groupes non terminés par une liquide.
- (2) Longues: Toutes les voyelles devant /r, z, ʒ, v/. /o, ø, ā, ȓ, œ, ē/ devant toutes les consonnes.
- (3) Normales: Dans tous les autres cas.

B. *En syllabe ouverte.*

Normales: Toutes les voyelles.

Unstressed vowels are handled by the statement, «En pratique on peut considérer toutes les voyelles inaccentuées comme brèves.»<sup>4</sup> Unlike Hall, Delattre suggests phonemic status for vowel length:

En dehors des variations automatiques indiquées ci-dessus, il existe un nombre limité de mots où la voyelle en syllabe fermée finale peut prendre un supplément de durée, soit sous l'influence d'un accent circonflexe, soit par analogie avec des mots à accent circonflexe ou des mots à voyelle longue. Ce supplément de durée

<sup>1</sup> *Principes de Phonétique Française*, 2nd ed. Middlebury, 1951.

<sup>2</sup> *Ibid.*, p. 15.

<sup>3</sup> *Ibid.* (Examples given by Delattre are not included in this adaptation of his outline.)

<sup>4</sup> *Ibid.*, p. 16.

est instable parce qu'il est indépendant de l'influence psycho-physiologique de la consonne qui suit. Comme il correspond à un effort supplémentaire, il est bon de l'indiquer par un signe de durée /:/. C'est le seul cas où le signe de durée doit s'employer en français.<sup>1</sup>

Following this discussion, Delattre cites a list of examples of «contrastes courants dans la prononciation soignée des gens cultivés» — a list of pairs of words in which length serves as the sole contrastive feature.<sup>2</sup>

A more recent analysis of these phenomena is given by Ernest F. Haden, who considers the statements of numerous phoneticians in addition to his own auditory observation. His resulting treatment consists of three parts: phonotactic duration, phonemic length, and the feature of prolongation, found to occur in junctural syllables. Phonotactic duration is a nonphonemic feature. Vowel length is conditioned by the type of syllable closure and is considered progressively longer in the following eight classes for syllables occurring in the same position in the phrase: I — unchecked syllable, II — checked by voiceless stops or clusters beginning with voiceless stops, such as /p, t, k, pr, pl, tr, kr, kl/, III — checked by voiceless fricatives or clusters consisting of a voiceless fricative plus another consonant, such as /f, s, ʃ, fl, st, rt, rs, .../, IV — checked by nasals, /m, n, ŋ/, or the lateral, /l/, V — checked by voiced stops or voiced stops plus /l/ or /r/, such as /b, d, g, br, bl, .../, VI — checked by other voiced consonant clusters (such as /rn/, /vr/, /rʒ/, etc.), VII — checked by /v/, /z/, /ʒ/, or /j/, and VIII — checked by /r/.<sup>3</sup> What is meant here is that the total length of the vowel plus the checking consonant(s) is progressively longer through classes II-VIII, with the syllabic element of class I syllables (i.e., unchecked syllables) being the shortest of all.

Departing from a demonstration of the contrastive value of vocalic duration in a number of pairs of words in which the critical syllable type for each member of the pair belongs to the same phonotactic class, Haden posits phonemic vowel length, /:/, as the contrastive feature between [ø] and [œ], [o] and [ɔ], and [a] and [a:].<sup>4</sup> Phonetic [œ] and [ø] or [ø:] are respectively phonemic /ø/ and /ø:/. Likewise, phonetic [ɔ] and [o:] are phonemic /o/ and /o:/. and phonetic [a] and [a] or [a:] are phonemic /a/ and /a:/. For the latter pair, the distinction is not found for all speakers, but when made, it is considered to be a combination of quality and duration, with duration

<sup>1</sup> *Ibid.*

<sup>2</sup> *Ibid.*

<sup>3</sup> HADEN, pp. 24-25.

<sup>4</sup> *Ibid.*, pp. 25-37.

being the distinctive feature. On the basis of these analyses, one would predict a coalescence of /e/ and /ɛ/, traditionally treated as separate phonemes, but the distinctive feature of quality — closed versus opened — is still found for many speakers, and the two remain separate, although /e/ occurs only in class I. Both [œ] and [ø] are found in class I; the former takes the place of the traditionally recognized /ɔ/ and under this system is phonemically /ø/, whereas the latter — although not found with phonetic length [ː] in class I as in the other classes — is always phonemically /ø./.

This analysis results in a reduction in the description of the vowel phonemes of French from twelve to eight:<sup>1</sup>

FRONT UNROUNDED	FRONT ROUNDED	BACK ROUNDED
i	y	u
e		
-----		
ɛ	ø	o
	a	

Phonemic length is operative in the lower tongue positions (below the dotted line in the diagram above), and has a wide role: it does not merely distinguish a limited number of pairs of words.

Finally, Haden's analysis establishes a feature of prolongation which serves as the signal of phrase-final juncture. This prolongation is considered operative within the phonotactic classes; that is, its relative time value increases progressively through syllable classes I-VIII.

The purpose of the present study is to compare the results of length measurements taken from spectrograms of modern French with the analysis given in the article «Accent Expiratoire.»

## II. PROCEDURES

### A. MATERIAL ANALYZED.

The corpus in this study is drawn from two recordings of French plays made by well-educated native speakers of standard French: items 1-72 are from an excerpt of «La Farce de Maître Pathelin» (F. Denoëu, *L'Heritage*

---

<sup>1</sup> *Ibid.*, p. 37.

*français*. New York. 1953), and items 73-85 from «Les Jours heureux» of C.-A. Puget. The corpus was recorded prior to the appearance of the article «Accent Expiratoire,» and the ideas set forth in that article had not been discussed among the speakers in question. Moreover, at the time of recording there was no reason for any of the participants to expect that the recorded texts would later be submitted to spectrographic analysis, for the plays were recorded for a different purpose. Only later were they selected for the additional usage. Admittedly, the text in question does not achieve ideal characteristics: it is not a «natural» conversation recorded without knowledge of the speakers. The text, however, may not be rejected as wholly artificial, for it consists of material of a conversational nature and it was rendered in an interpretive manner, not simply read.

#### B. METHODOLOGY.

The procedure followed consists of these steps: (1) making spectrograms of complete utterances or segments of utterances including phrase terminals (2) a phonemic transcription of the segmental material of the utterances and utterance fractions of which the spectrograms were made (see «Appendix C»), (3) measurement of the length of the vowel or vowel plus syllable closure as indicated on the spectrograms, and (4) tabulation of results.

A total of more than ninety spectrograms was made. All contained at least one phrase terminal, and some contained more than one. A few of the spectrograms were later rejected due to a high noise/signal ratio which obscured the formant markings on the spectrograms in question and prevented accurate reading. Spectrograms were made of utterances from all informants, since the differences between the native speakers involved are non-phonemic. Several spectrograms of one of the informants later had to be rejected from consideration, since the role filled by that informant frequently called for whispering or a change from normal speech to whispering.<sup>1</sup> These rejections decreased the number of usable spectrograms to the ones which make up the corpus of the present investigation.

The phonemic transcription of the segmental phonemes of the utterances and utterance fractions of which spectrograms were made was based on listening to the recorded text rather than being taken directly from the written text or from the spectrograms. Transcription based solely on the written

---

<sup>1</sup> The difficulties in spectrographic analysis of whispered vowels are best indicated by MARTIN JOOS, *Acoustic Phonetics* (Language Monograph 23. Baltimore, 1948), p. 42: «...to avoid confusion, discussion of whispered vowels will have to be postponed indefinitely.»

text would merely indicate what the transcriber would say, not what was actually given by the native speaker. Subsequent examination of the spectrograms, followed by additional listening to the recordings, served to correct or verify the initial transcription. The system of transcription followed was that suggested by Haden's article: /ø./, /o./, /a./, and /ɛ./, as well as /ø/, /o/, /a/, /ɛ/, and /e/, are employed, whereas /œ/, /ɔ/, /ɑ/, and /ɔ/ are not. In this transcription the symbols for the consonant phonemes are the same as those usually employed.

Great difficulty was encountered in the segmentation and measurement of the lengths' of vowels with or without syllable closure following. Martin Joos in *Acoustic Phonetics* stresses the problem of «slur» and states that «...neither in the acoustic aspect nor presumably in the articulatory aspect can speech be cut into sequent pieces, no matter how brief, such that every phone will be the only perceptible contributor to at least one such piece.»<sup>1</sup> Thus in syllables beginning with a consonant it is extremely difficult to determine where to segment, where to establish the end of the releasing consonant and the beginning of vowel onset. Since in this study we are concerned with the length of the entire syllable after vowel onset, it was not necessary to attempt theoretical segmenting of the transition from vowel to consonant within the same syllable. In order to minimize error in measurement by preventing the intrusion of changes in attitude toward segmentation on the part of the analyst, all measurements were made during a continuous period after the entire corpus of spectrograms used in this study had been assembled. In the taking of measurements, no effort was made to read in terms of gradients of less than one millimeter, the equivalent of one centisecond in duration. Due to the size of the measurement in question and to the difficulty of establishing appropriate limits, use of smaller measurements would be artificial, and the attempt to take them would be pretentious. Scalar measurements were therefore recorded *to the nearest millimeter*, representing the nearest centisecond in time.

Since no control of tempo had been imposed at the time of recording, so that each speaker might vary from one tempo to another in separate utterances, and each speaker might differ from the others in rate of speech, it was thought necessary to establish some kind of constant or mora, a unit of duration against which the other time-values would be measured. An underlying assumption is that for each utterance considered — each uninterrupted stretch of syllables having only one terminal juncture — there was a uniform tempo. The authors consider this uniformity of tempo to be a feature of

---

<sup>1</sup> *Ibid.* pp. 105-106.

standard French, and no exceptions to this rule were noted in the phrases used in the present study.

For use as a standard unit with which all other measurements of duration could be compared, the Class I syllable without phonemic length was selected. This is the most common syllable type in French, and at least one syllable of this type was found in each utterance submitted to spectrographic analysis during this study. When more than one syllable of this type was found in a given utterance, an average, rounded off to the nearest millimeter (i.e., to a figure equivalent to the closest measurement actually taken), was computed. This measurement was divided into the lengths of (a) syllables of other classes (i.e., II-VIII) without phonemic length, (b) syllables of all classes with phonemic length, and (c) the length of the phrase-final syllable (juncture prolongation) *within the same utterance*. Thus, the length of the mora was computed for each utterance separately, and ratios were computed and tabulated for each utterance considered as an independent unit. This procedure was followed in order to eliminate consideration of absolute time differences between syllabics and closures of comparable types in *different* utterances. (Speakers of French can talk at normal, slower-than-normal, and faster-than-normal speeds, just as can speakers of other languages.)

For the sake of uniformity, computations and tabulations were made to the nearest hundredth. It must be admitted that no one figure should be interpreted as correct to such a precise degree, but what is sought here is a general indication to determine whether further investigation of a theory seems worthwhile, not a definitive calculation of absolute values — if such exist in language. But for the testing of any theory, close computations expressed in consistent terms are desirable. Moreover, since the tabulation is of *ratios*, not of isolated individual measurements, greater precision of *expression* can be demanded.<sup>1</sup> One would hope that errors in measurement would tend to cancel each other and that averages for each ratio (i.e., for the relative duration of each type or class of syllable) would thus achieve general, if not specific, validity.

Two sets of tables were used for listing durations, one according to phonotactic length only (Appendix A), and the other according to phonemic

---

<sup>1</sup> There are limitations on the perception power of the naked eye, in addition to the problems involved in segmentation, which prevent accurate reading of physical measurements smaller than about one millimeter on the sound spectrograms. For this reason the absolute measurements taken in the course of the present study were delimited corresponding to the nearest millimeter, and the ratios for relative duration were computed on the basis of these measurements. Once numerical expressions are assigned — no matter if they are incorrect — ratios may be computed in very precise terms. This is *not* to say that the ratios are more accurate than the measurements.

length (Appendix B). There are eight columns in each table: one for each phonotactic class. There are eighty-five rows in each table: one for each utterance or utterance segment measured containing a phrase terminal. The numbers in heavier type are for the junctural or phrase-terminal syllable. Nasalized syllables are indicated by a tilde [˜] after the figure.

### III. INTERPRETATION OF DATA

#### A. GENERAL CONSIDERATIONS.

Inspection of the tabulated data (Appendices A and B) reveals gaps many categories. This indicates in part the relative frequency of occurrence of the syllable types according to the phonotactic classes considered in this study.<sup>1</sup> The tables do not provide an absolute measure of relative frequency — which is not part of the purpose of this study — since there is no indication of the number of occurrences of Class I syllables of the type used in computing the mora for each utterance, nor is there indication of the figures for syllables of Class I which represent averages as opposed to those which represent single occurrences. Yet it is clear that Class I syllables are by far the most common type (see Appendix C, Phonemic Transcription). Of the other types, Class IV and VIII are the most frequent. Considering the inherent margin of error in a study of this type, it is evident that many more utterances should be measured in order to obtain more meaningful data for the classes represented least.

In the interpretation of the data at hand, two procedures of mathematical evaluation should be used: one for grouped data and one for ungrouped data. That is, (1) the figures for each utterance should be considered separately (horizontal reading of both tables), and (2) the data should be grouped to consider central tendencies exhibited (by comparison of mean values). The former does not admit consideration of variances in overall rate of articulation.<sup>1</sup> The latter is less subject to invalidation by only a few erroneous figures or atypical examples.

---

<sup>1</sup> A weakness of this study is its failure to include yield data for consideration in all of the categories which it outlines and seeks to investigate. This disadvantage is due to selection of a limited corpus providing a random sampling. Examples for all categories could have been designed for the study and analysed, but the results of such artificiality are hardly to be trusted. A sample is random only if every element of the population has an equal chance of being selected for it, as in the case of the corpus for the present study. No one can deny that the advantages of random sampling are far greater than those of «selective» sampling, especially in initial investigation.

**B. UNGROUPED DATA.**

For each row the figures for syllable duration are almost always progressively greater in the order of the eight phonotactic classes, so long as only syllables of the same type — oral or nasal — are considered. For this interpretation, syllables without phonemic length are not to be considered as of the same type as syllables with phonemic length, and non-junctural syllables must be considered apart from junctural syllables. Perhaps nasalization should also be regarded as a necessary criterion for classification of syllable type in the study of duration. If we consider syllables without phonemic length (Appendix A) at non-junctural, or non-terminal, position (i.e., not in darker type in the table), we find that utterance 20 gives figures of 1.37, 1.50, and 1.62/1.75 respectively for the relative duration of syllables of classes II, IV, and VIII with respect to the mora for that single utterance. Likewise, utterance 28 gives figures of 1.14, 1.43 and 1.72 for the syllables of classes II, IV, and VIII which it contains. Utterance 52 lists values of 1.43, 1.57, and 1.86 for syllables of classes II, III, and V; and utterance 65 lists 1.33, 1.50, and 1.67 for syllables of classes IV, V, and VII. There is only one type of instance when the measurements within an individual utterance do not adhere to the order of respective duration posited for the eight classes: in utterance 69, for example, a nasalized syllable of Class V has a longer duration relative to the mora (2.13) than does a non-nasalized one of Class VIII (1.75); this is evidently due to the difference in relative duration between nasal vowels and oral vowels in closed syllables, a distinction which must be considered when measurements are compared.

In order to interpret the data with respect to phonemic length, /./, it is necessary to compare the two appendices. Measurements for non-junctural syllables without phonemic length (Appendix A) should be compared with measurements of non-junctural syllables with phonemic length (Appendix B) *of the same phonotactic class within the same utterance*. Here the data are more limited, but not so much as to preclude general observations. Class I with /./ is always longer than Class I without phonemic length as shown, for example, by figures for utterances 1, 3, 14, 17, 21, 36, 38, and 57 — in which

---

<sup>1</sup> Such variations, however, do not seem to affect ratios with respect to the mora. In the figures for this study proportional length of duration seems to be about the same regardless of the rate of articulation, or «tempo» of speech. It may be that changes in relative duration have a signaling value. The ratios for utterance n.<sup>o</sup> 19 are quite atypical, and that is given by one of the actors when rendering the moaning of a supposedly gravely ill person; the ratios for the same informant speaking normally (in the play) are not atypical.

the respective relative durations of Class I with length are 1.56, 1.50, 1.43, 1.25, 1.60, 1.50, 1.43, and 1.33. Syllables of other classes are less common, and in the corpus used in this study there are no instances of occurrences of both non-junctural syllables without phonemic length and non-junctural syllables with phonemic length for Classes II-VIII within the same phrase.

The data considered in this study support the concept of prolongation as a junctural signal *operative within one and the same phonotactic class*. In each phrase, the junctural syllable is of greater duration than any other syllable of the same phonotactic class (and with the same conditions of phonemic length) in that phrase. Numerous examples for Class I syllables at the junctural position are found in the tables of appendices A and B. Other examples of both junctural and non-junctural syllables of the same phonotactic class within the same phrase are limited but not absent: phrases 47, 71, 75, 81, and 83 for Class IV, phrases 52 and 79 for Class V, and phrases 8, 9, 64, 69, and 74 for Class VIII. That the junctural syllable need not be the longest syllable in the phrase, but rather need only be longer than all other syllables in that phrase belonging to the same class and type with respect to phonemic length, is demonstrated by 26, 27, 39, and 63. In spite of the theoretical possibilities to the contrary and a lack of more supporting examples, in the vast majority of utterances measured in this study the junctural syllable is actually the longest syllable in the phrase. It seems that two factors contribute to the high positive correlation between junctural syllable and longest syllable: (1) limitations imposed by the distribution of these syllable classes in French, and (2) a certain randomness in relative duration of prolongation in a junctural syllable. With respect to the latter, it seems that little limitation is placed on the actual prolongation so long as it is of sufficient length to signal a juncture.<sup>1</sup>

### C. GROUPED DATA.

A possible interpretation for the ungrouped data considered is that nasalized syllables are relatively longer than non-nasalized syllables: «The nasal vowel in a checked syllable (Class II-VIII) is phonetically longer than the corresponding oral vowel in the same phonotactic class.»<sup>2</sup> Another observation relevant to this problem is: «We find, then, perhaps by coin-

---

<sup>1</sup> Here again the size of the ratio of duration may reflect signaling value. The relative length of the junctural signal of utterance n.º 16 is unusually great: this is the terminal syllable of a phrase given in a chiding or scolding manner.

<sup>2</sup> HADEN, p. 36.

vidence, that /ε, ø, a, o/ occur with either /./ or /~/, but not with both at the same time.»<sup>1</sup> In studying the grouped data, therefore, we shall subdivide the syllables into nasal and non-nasal to see whether the difference in tabulated measurements is suggestive.

The following charts of grouped data indicate the summation of all measurements appropriate to the goals of this study. The three digit numbers are the arithmetic means correct to the nearest hundredth. The numbers to the right of these, enclosed in parentheses, are the frequencies on which calculations of the means are based.

---

<sup>1</sup> *Ibid.*, p. 37.

TABLE I: PHONOTACTICS

(NON-JUNCTURAL SYLLABLES WITHOUT PHONEMIC LENGTH, /:/)

	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
Non-nasal	(1.00)*	1.43 (7)	1.59 (2)	1.62 (27)	1.80 (5)	1.87 (1)	1.86 (5)	1.82 (30)
Nasal		2.22 (2)	2.50 (2)	---	2.07 (2)	---	---	---

\* Class I non-nasal, non-junctural, without phonemic length is the standard.

TABLE II: JUNCTURAL SYLLABLES WITHOUT PHONEMIC LENGTH, /:/

	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
Non-nasal	* 2.11 (25)	2.13 (1)	2.63 (1)	2.63 (5)	2.86 (1)	2.67 (2)	2.89 (1)	3.23 (12)
Nasal	2.37 (15)	2.85 (1)	2.86 (1)	---	2.93 (2)	---	3.11 (1)	---

\* The final syllable of utterance n.º 39 is not included in this computation of the average relative length of the signal of prolongation. Although in utterance final position, the syllable in question should not be considered as «terminal», since the terminal signal was not fully realized. (It is part of a broken utterance rendered in the play by a character pretending to be almost dead.) If the duration of this syllable is included in the computations, the average for Class I non-nasal terminal is 2.07 (instead of 2.11).

TABLE III: SYLLABLES WITH PHONEMIC LENGTH, /:/

	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
Non-junctural	1.46 (15)	1.88 (2)	---	2.08 (2)	---	---	2.38 (1)	N. A.
Junctural	2.54 (7)	2.93 (3)	3.63 (2)	4.28 (1)	3.92 (2)	---	3.72 (1)	N. A.

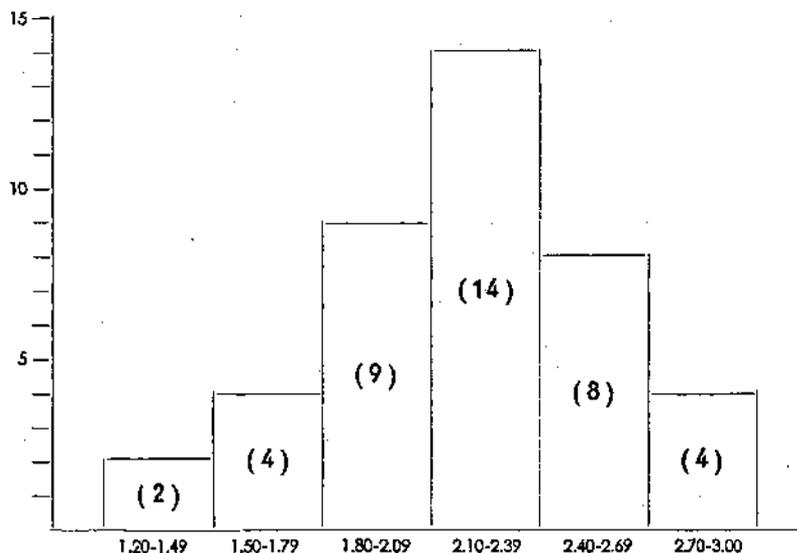
Although there are few measurements for some phonotactic classes — so that one incorrect measurement might have great effect on the arithmetic mean for each of these classes — there is a general increase in ratio as we progress through the syllable classes in numerical order, so long as the distinction is made between nasalized and non-nasalized. This progressive increase holds true for table II throughout for the nasal syllables, and there is only one exception among the non-nasal syllables in this table. In table I, the non-nasalized syllables follow the order 1.43, 1.59, 1.62, 1.80, 1.87, 1.86 and 1.82 for syllable classes II, III, IV, V, VI, VII, and VIII respectively. In view of the inherent limitations on accuracy of measurement, minor numerical differences should not be taken too seriously: when grouped, the data still adhere to the general pattern of the eight syllable classes posited. Nor should the figures of 2.22, 2.50, and 2.07 for classes II, III, and V of the nasalized syllables in table I be considered as cause to reject the hypothesis of eight syllable classes: in these cases the frequency — never more than two — limits the significance to be attached to the data, although only Class V fails to adhere to the order expected. In table III, the non-junctural syllables adhere to the phonotactic order posited. In the same table the junctural syllables follow the posited phonotactic order with two exceptions, but there is extreme sparsity in the number of measurements available for this type in the corpus treated.

With respect to phonemic length, the means for grouped data in syllables with phonemic length, /./, are longer than the means for non-nasalized syllables without /./ . This holds true with negligible exceptions in comparisons of both junctural and non-junctural syllables with or without /./ .

As for prolongation as a juncture signal, the means for junctural syllables are always longer than those for non-junctural syllables of the same syllable class, regardless of whether nasalized and non-nasalized syllables are considered separate types (compare table I and table II, then the two divisions of table III). And, as is to be expected, junctural syllables with phonemic length are much longer than non-junctural, non-nasalized syllables without /./ .

Further comparisons might be made between the sets of grouped data, but in view of the inherent limitations on accuracy, the low number of occurrences for many of the syllable types, and the purpose of this study, such comparisons would not yield additional benefit. One other factor should be considered, however: nasalization. In some respects the preceding discussion has indicated that perhaps the syllabics should be divided into subclasses of nasal and oral for the study of duration phenomena in French and that the former are characteristically longer than the latter. Let us consider

the category which has the greatest frequency of nasalized syllables and the greatest total frequency in the tabulated data: Class I junctural syllables without /./ (see table above). There are, in all, 41 occurrences, of which 26 are oral and 15 are nasal. Considering the total number in this category, the following is a chart of the grouped data numerical classes: <sup>1</sup>



GROUPED MEAN VALUES OF RATIOS

This chart clearly approaches normal distribution although it exhibits some skewing. However, of the eleven largest ratios measured in this category (2.50, 2.50, 2.50, 2.50, 2.55, 2.56, 2.62, 2.86, 2.86, 2.88, 3.00), six are for nasal vowels (2.50, 2.55, 2.62, 2.86, 2.86, 3.00). Should a causal relationship be posited and the data interpreted accordingly? If the syllables occurring with nasal vowels are treated as a separate type for Class I (as we have seen, Haden's previous study set forth this phonetic division for Classes II through VIII), the redistributed data still approach normal distribution and exhibit some skewing of the type above, but there is a much smaller variation from mean (i.e., a smaller «standard error»)<sup>2</sup>. In inductive statistics,

<sup>1</sup> The number of groupings is determined by «Sturges' rule» ( $k = 1 + 3.3 \log N$ ), in keeping with common practices in statistical analysis.

<sup>2</sup> By inspection. Computation supports this conclusion, but the numerical values of the standard error in these two cases are not needed in the present study.

if the sampling distribution of one set of data has a smaller variation (a smaller standard error) than the sampling distribution of another set of data then the first statistic is always considered more reliable than the second (providing the two sampling distributions have more or less the same shape, as they do in our example).<sup>1</sup> The interpretation of this aspect of the present study must therefore be (1) that the set of twenty-six measurements for syllabics of the type in question consisting of oral vowels is more accurate than the set of forty-one measurements for both nasal and oral vowels in this category, or (2) that nasalized syllabics are inherently relatively longer than oral syllabics, even in Class I (although to a much lesser degree in this class than in classes II through VIII). The data of the present study — which can hardly be considered conclusive in this respect — tend to favor slightly the latter conclusion, perhaps only because of a lack of wider sampling. The problem merits further investigation.

## VI. CONCLUSIONS

The preceding analyses indicate that phenomena of syllable duration in standard French should be interpreted in terms of (1) phonotactic classes, (2) phonemic length, and (3) prolongation as a junctural signal (that is, relatively long duration of the phrase-final syllable as an indication of the terminal) as previously set forth in Haden's article «Accent Expiratoire» (and summarized in the section «Background and focus of investigation» of the present study). Analysis of the data treated by this study does not establish precisely-defined mathematical limits in terms of relative duration for all of the phonotactic classes outlined, but the numerical values for average relative duration clearly manifest a general adherence to the order according to types as set forth in the earlier study, which served as the point of departure and the frame of reference for this subsequent investigation by instrumental procedures.

The time measurements obtained through spectrographic analysis in the present study yield concrete support for the previously-posed much broader interpretation of the role of phonemic length than that which is traditionally followed. The figures for relative durations in this case consistently support the postulate that length rather than quality can be considered the contrastive feature between the members of three phonetically distinct pairs: [ø] and [œ], [o] and [ɔ], and [ɑ] and [a]. Under this system of descrip-

---

<sup>1</sup> JOHN E. FREUND, *Modern Elementary Statistics*. New York, 1952, p. 155.

tion, what was traditionally considered [ə] is treated phonemically as /ø/. Such an interpretation is of great importance in that it provides a more economical treatment of the vowel phonemes of French: it reduces the description of the vocalic system to terms of eight phonemes instead of twelve. The data presented in this study constitute phonetic support — which, though limited, is concrete and consistent — for the phonemic description based on length as a distinctive feature with a wide role.

The most conclusive result of the present study is perhaps its confirmation of the previously-positing prolongation of phrase-final syllables. This recurrent phonetic feature serves as a signal of the terminal. The high ratio of duration of the junctural, or phrase terminal, syllable with respect to the mora used in this study clearly establishes its functional value. It is between terminal syllables and non-terminal syllables of the same class (according to phonotactics) and type (according to presence or absence of phonemic length) that the differences between relative durations are most striking.

The present study should not be considered exhaustive. Inherent limitations on the method employed and restricted data for many categories preclude positing of well-defined ratios or attempting to establish formulae for description of prolongation. Moreover, this study has raised at least one question that it can not answer: in *all* similar environments, are nasal vowels proportionally longer than oral vowels? Further investigation of this point and extensive instrumental analysis continuing along the lines of the present contribution are to be welcomed. In any case, the data of the present study clearly support Haden's previous distinction between oral and nasal vowels in terms of relative duration for classes II through VIII.

In addition to the instrumental support which it furnishes for a proposed theory, this study sets forth a general technique for submitting time values to measurement and evaluation. For investigation of relative, rather than absolute, values of durations, it is necessary to select a common standard with which all other time lengths can be compared. In the present study, such a standard is provided for each phrase by computing the average length, as measured on the spectrograms and expressed in numbers correct to the nearest millimeter, of the vowels of every open (Class I) non-terminal syllable without phonemic length within that phrase. Such syllables are of the type most common in standard French. When the data relative to time values have been formulated in consistent, precisely expressed terms, a comprehensive procedure of interpretation must be employed. In the present study, after all measurements of time had been uniformly converted to ratios, i.e., expressed as relative durations, the entire set of data was submitted to a two-fold evaluation procedure: (1) the ratios within each phrase were compared and considered according to syllable class (phonotactic; closed by defined

consonants or groups of consonants, or open), type (with or without phonemic length), and position (terminal or non-terminal), and (2) the data for the entire corpus were statistically grouped and analyzed to determine central tendencies exhibited by the mean values of relative syllable duration according to the same categories as in part one of the data evaluation process (that is, the categories previously outlined in «Accent Expiratoire»). It is believed that this general procedure would be useful for other instrumental studies relating to problems of relative duration.

ERNEST F. HADEN and BRIAN F. HEAD  
The University of Texas  
1962

## Appendix A

### SYLLABLES WITHOUT PHONEMIC LENGTH

#### PHONOTACTIC CLASSES

PHRASE NUMBER	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
1				1.56				3.33
2								1.67
3								
4	2.50							
5	2.14							1.71
6								1.75
7				1.45			2.22	
8								1.67/3.00
9				1.56				1.67/3.33
10	2.50~							2.00
11	3.00~							2.50
12	1.87			1.50				
13				2.50				
14	2.86~			1.43				2.00
15	2.00~							
16								
17								3.75
18	2.43			1.57	1.71			1.86
19							2.89	1.67
20	2.34	1.37		1.50				1.62/1.75
21								
22	2.00			1.67				
23	2.62~							1.75
24								
25						2.67		1.86
26	1.88~		2.50~					
27	1.43							
28		1.14		1.43				1.72
29	2.00							
30	2.00							
31	2.86~							2.14
32	2.33							1.67
33	2.10~							
34								
35	2.43							1.83

PHRASE NUMBER	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
36	2.16							2.00
37	1.76							
38								3.28
39	1.20			1.40				1.60
40	2.43	2.43~						
41	2.55~							
42			1.62					1.75/1.75
43	2.22							
44				1.72				3.29
45								2.75
46	2.50~							
47				1.58/2.72				1.71
48	1.67							
49	2.00	2.00~		1.67				
50		2.85~						
51	2.86			1.72				
52		1.43		1.57	1.86/2.86~			
53				1.86				2.00
54	2.00					1.86		
55	1.67							
56	2.33		2.50~					
57				1.67				3.33
58	2.22							
59	1.87~							
60				2.80				
61	2.14	1.43						
62	2.12~							
63	1.62			1.75				1.88
64								1.37/2.38
65	2.17~			1.33	1.50		1.67	
66					2.00~			2.86
67					2.86			1.71
68		1.43		1.72				1.86
69				1.50	2.13~			1.75/3.67
70	2.17			1.67			1.67	
71				1.50/2.62		1.87		
72	2.25~							
73	2.28~	1.57						
74		1.67						2.33/3.84
75				1.87/2.50			1.87	
76			2.63		1.75			
77				1.55		2.67		
78		2.13						
79					2.17/3.00~			
80								
81			1.57/2.86~				3.11~	

PHRASE NUMBER	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
* 82				---				
83				1.83/2.16				
84								
85								

---

\* The broken lines (---) in column IV of phrase n.º 82 indicate that at the time of printing the measurement for the relative duration of a Class IV syllable in phrase n.º 82 was not encountered. At this time neither the spectrograms nor the original notes and draft of this study were readily available.

Heavier type is for junctural, or phrase-terminal, syllables; tilde (~) is for syllable with a nasal vowel.





PHRASE NUMBER	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
82							3.72	
83	1.67				3.84			
84			4.00					
85			3.25					

## Appendix C

### PHONEMIC TRANSCRIPTION<sup>1</sup>

1. «...quelque chose à dire, ...»  
kəl kø ʃo. za dir  
1.56 1.56 3.33  
— Orthography  
— Phonemic Transcription  
— Relative Duration(s)
2. «...parlez plus bas.»  
pɑr le ply ba.  
1.67 2.56
3. «Où peut-il être, ...»  
u pø. ti lɛ.tr  
1.50 3.33
4. «...si ce n'est dans son lit?»  
si sɛ ne dɑ sɔ̃ li  
2.50
5. «Pardonnez-moi.»  
pɑr do ne mwa  
1.71 2.14
6. «...je n'ose parler haut.»  
ʒø no.z pɑr le o.  
2.38 1.75 2.50

---

<sup>1</sup> The transcription employed here differs from other systems of transcription commonly used for French only in its symbolization of vowels according to the phonemic analysis proposed in "Accent expiratoire" (fn. 1), which is discussed earlier in the present study.

As for the numbers used to indicate relative duration: all marked syllables are proportionally longer than the average of unmarked (open) syllables, within the same phrase, by the indicated ratio. (Unmarked syllables within each phrase have an average value of "1"; their average length is the standard used for computing relative durations.)

7. «Je crois qu'il sommeille un peu.»  
ʒø krwa kil so mej ø pø.  
1.45 2.22 2.56
8. «...est venu chercher six aunes de drap tout à l'heure.»  
ε vø ny fεR fe si zo.n dø dra tu ta løR  
1.67 2.00 3.00
9. «Il était chez moi il n'y a pas un quart d'heure.»  
i le tε fe mwa il ni a pa ø kar døR  
1.56 1.67 3.33
10. «Je perds mon temps.»  
ʒø pεR mō tā  
2.00 2.50
11. «Donnez-moi mon argent.»  
do ne mwa mo nar ʒā  
2.50 3.00
12. «Ce n'est pas le moment de rigoler.»  
sø ns pal mo mā dø ri go le  
1.50 1.87
13. «Vous êtes folle.»  
vu zε.t fol  
1.75 2.50
14. «Il me faut mon argent, ...»  
il mø fo. mo nar ʒā  
1.43 1.43 2.00 2.86
15. «...neuf francs!»  
nø frā  
2.00
16. «Guillaume!»  
gi jo.m  
4.28
17. «Allez raconter vos bêtises ailleurs.»  
a le ra kō te vo. bε ti za jøR  
1.25 3.75

18. «...n'a pas l'envie de rire et de s'amuser comme vous.»  
na pa lã vi dø RIR ed sa my ze kom vu  
1.86 1.71 1.57 2.43
19. «Cessez de dire des bêtises, ...»  
sɛ se dø DIR de bæ tiz  
1.67 2.89
20. «...et faites venir maître Pierre s'il vous plaît.»  
e fet vø NIR me trø pjer sil vu ple  
1.37 1.62 1.75 1.50 2.34
21. «Allez au diable!»  
a le o. dja.bl  
1.60 4.00
22. «Ce n'est pas le moment de plaisanter.»  
sø ne pal mo mã dø ple zã te  
1.67 2.00
23. «Ce n'est pas ici la maison de maître Pierre Pathelin?»  
sø ne pa i si la me zø dø me trø pjer pa tlẽ  
1.75 2.62
24. «Mais que le diable vous emporte, ...»  
me kø lø dja. blø vu zã port  
1.67 2.67
25. «Vous voulez que je parle bas, ...»  
vu vu le kø zø par lø ba.  
1.86 2.28
26. «Répondez-moi franchement, ...»  
re pø de mwa frãf mã  
2.50 1.88
27. «...vient de prendre six aunes de drap chez moi.»  
vjẽ dø prã drø si zo.n dø dra fe mwa  
2.15 1.43
28. «Vous me dites de parler bas...»  
yum dit dø par le ba.  
1.43 1.14 1.72 3.00

29. «...et vous, ...»  
e vu  
2.00
30. «...vous criez.»  
vu kri je  
2.00
31. «Donnez-moi mon argent, ...»  
do ne mwa mo nar zã  
2.14 2.86
32. «...et je partirai.»  
e zø par ti re  
1.67 2.33
33. «...oui ou non?»  
wi u nõ  
2.10
34. «Allez vous parler bas?»  
a le vu par le ba.  
1.83 2.50
35. «Mais c'est vous qui allez l'éveiller.»  
mẽ se vu ki a le le vs je  
2.43
36. «Vous parlez quatre fois plus haut que moi.»  
vu par le ka trø fwa ply o. kø mwa  
2.00 1.50 2.16
37. «Je vous prie de me payer.»  
zø vu pri dø mø pe je  
1.76
38. «...si on peut dire.»  
si õ pø. dir  
1.43 3.28
39. «Relevez les oreillers derrière moi.»  
røl ve le zo re je dẽ rjẽr mwa  
1.40 1.60 1.20

40. «Frottez-moi la plante des pieds.»  
fro te mwa la plāt de pje  
2.43 2.43
41. «C'est lui que j'entends?»  
se lyi kə ʒā tā  
2.55
42. «Pourquoi avez-vous ouvert la fenêtre?»  
pur kwa a ve vu u ver laf nɛ.tr  
1.75 1.75 1.62 2.88
43. «J'ai froid.»  
ʒe frwa  
2.22
44. «Venez me couvrir.»  
vø nem ku vrir  
1.72 3.29
45. «Chassez ces gens noirs...»  
ʃa se se ʒā nwar  
2.75
46. «...ces démons...»  
se de mɔ̃  
2.50
47. «Voilà un moine noir qui vole...»  
vwa la ɔ̃ mwan nwar ki vol  
1.58 1.71 2.72
48. «...attrapez-le.»  
a tra pe lɔ̃  
1.67
49. «Il monte comme un chat.»  
il mɔ̃t ko mɔ̃ ʃa  
1.67 2.00 2.00
50. «Vous n'avez pas honte...»  
vu na ve pa ɔ̃t  
2.85

51. «...de vous agiter comme ça?»  
dø vu za ži te kom sa  
1.72 2.86
52. «...m'ont tué avec les drogues qu'ils m'ont fait prendre.»  
mø ty e a vek le drog kil mõ fe prãdr  
1.43 1.86 1.57 2.86
53. «...si vous ne parlez pas.»  
si vun par le ba.  
1.86 2.00 2.39
54. «...vraiment tombé malade en revenant de chez moi?»  
vre mã tš be ma la dã røv nã dø fe mwa  
1.86 2.00
55. «Payez-moi.»  
pø je mwa  
1.67
56. «Je pense qu'il y a été.»  
žø pãs ki li a e te  
2.50 2.33
57. «Elles m'ont fait mal aux mâchoires.»  
el mõ fe ma lo. ma fwar  
1.67 1.33 3.33
58. «Rendez-moi aussi mon drap...»  
rã de mwa o. si mõ dra  
1.37 2.22
59. «...ou mes neuf francs.»  
u me nø frã  
1.87
60. «...pas ce pauvre homme...»  
pa sø po. vrom  
1.60 2.80
61. «...avec vos plaisanteries.»  
a vek vo ple zã trĩ  
1.43 2.14

62. «Comment pouvez-vous être si méchant?»  
ko mā pu ve vu zε.tr si me fã  
2.00 2.12
63. «...car je ne sais plus que penser.»  
kar zøn se ply kø pã se  
1.88 1.75 1.62
64. «...n'ai aucune envie de vous faire la cour.»  
ne o. ky nã vi dø vu fεr la kur  
1.37 1.37 2.38
65. «Est-il possible que je me trompe à ce point?»  
ε til po sibl køz mø trø pa sø pwē  
1.33 1.50 1.67 2.17
66. «Vous n'avez pas une oie en train de cuire?»  
vu na ve pa y nwa ã trēd kyir  
2.00 2.86
67. «Ce n'est pas une nourriture de malade...»  
sø ne pa yn nu ri tyr dø ma lad  
1.71 2.86
68. «...mais cette femme me fait perdre la tête.»  
me set fam mø fe per drø la tε.t  
1.43 1.72 1.86 2.57
69. «Il me semble sur le point de mourir.»  
il mø sãbl syr lø pwē dø mu rir  
1.50 2.13 1.75 3.67
70. «Vous croyez que je peux me lever?»  
vu krwa je køz pøm lø ve  
1.67 1.67 2.17
71. «Il parle tout seul...»  
il parl tu søl  
1.50 1.87 2.62
72. «...en s'en allant.»  
ã sã na lã  
2.25

73. «C'est un type très bien.»  
se tɔ̃ tip tre bjɛ̃  
1.57 2.28
74. «...ce grand air qui vous tape dans la figure.»  
sø grã tɛr ki vu tap dã la fi gyr  
2.33 1.67 3.84
75. «Les paysans boivent de l'alcool...»  
le pe ji zã bwav dø lal kol  
1.87 1.87 2.50
76. «...au milieu des repas de nocés.»  
o. mi ljø. de rø pad nos  
1.25 1.37 1.75 2.63
77. «Elle remue les lèvres.»  
el rø my le levr  
1.55 2.67
78. «...je suis trop petite...»  
zø sji tro pø tit  
2.13
79. «Je la demande.»  
zø lad mãd  
2.17 3.00
80. «J'ai un estomac de bronze.»  
ze ø ne sto ma dø brøz  
3.11
81. «Qu'est-ce que tu en penses?»  
kes kø ty ä pãs  
1.57 2.86
82. «...c'est la même chose.»<sup>1</sup>  
se la mem f o. z  
--- 3.72

---

<sup>1</sup> The broken lines (---) below the syllable corresponding to "même" indicate that the numeral denoting the relative duration of this syllable was missing when the article was printed (cf. note at end of Appendix A). Also unavailable at this time were the texts of the two plays from which the phrases were taken: there was no opportunity, therefore, to recheck the punctuation and capitalization of the orthographic transcription.

83. «Tu veux une boule chaude?»

ty vø. yn bul fo.d

1.67 1.83 2.16 3.84

84. «Qui t'en empêche?»

ki tă nă ps.f

4.00

85. «...à la grosse...»

a la gro.s

3.25

## INDEX

	Págs.
I. INTRODUCTION	
A. Aim and scope of study .....	73
B. Background and focus of investigation .....	73
II. PROCEDURES	
A. Material analyzed .....	76
B. Methodology .....	77
III. INTERPRETATION OF DATA	
A. General considerations .....	80
B. Ungrouped data .....	81
C. Grouped data .....	82
IV. CONCLUSIONS .....	87
APPENDIX A — Syllables without phonemic length .....	90
APPENDIX B — Syllables with phonemic length .....	93
APPENDIX C — Phonemic transcription of corpus .....	96



# O PROBLEMA LINGUÍSTICO DA ENTOAÇÃO

## I PARTE

### TEORIA DA ENTOAÇÃO

#### INTRODUÇÃO: OS ESTUDOS DE ENTOAÇÃO

*I. I. I* Estaria fora do âmbito deste trabalho indicar aqui todos os estudos que, desde sempre, de um ou doutro modo, se ocuparam de problemas entonacionais, até porque só muito recentemente eles começaram a revestir-se de valor científico. Lembrarei apenas que, no respeitante ao inglês (língua cuja entoação, mesmo recentemente, tem sido mais estudada), data de 1551 a primeira alusão a tais problemas, no âmbito de uma exposição das regras da pontuação<sup>1</sup>. Em Portugal, já em 1540 João de Barros aludia a «orações anfibológicas», isto é, «orações» que, lexical e morfo-sintacticamente idênticas, se distinguem apenas pela diferente entoação (e cita o exemplo que ficou bem conhecido: «*Ler as obras de Lutero, nunca obedecer ao Papa é o mais seguro para a salvação*» — «*Ler as obras de Lutero, nunca; obedecer ao Papa é o mais seguro para a salvação*»), embora o fizesse não a propósito da entoação mesma, mas sim do emprego dos sinais de pontuação<sup>2</sup>. Um tudo-nada mais longe vai Duarte Nunes de Leão<sup>3</sup>, que, embora concentrando os seus interesses na ortografia, já diz da vírgula que «descansa para dizer mais» (p. 336) e se usa «para distinguir hūas dições de outras» (p. 338), e do ponto de exclamação que «se põe no fim da clausula, que pronunciamos com algum espanto, ou indignação» (p. 341) — relacionando portanto a pontuação com factos de natureza entonacional. Poderíamos ainda recuar

---

<sup>1</sup> JOHN HART, *An Ortographie, Conteyning the Due Order and Reason, Howe to Write or Paint Thimage of Mannes Voice, Most Like to the Life of Nature*, ms. de 1551, publicado em 1569. Para a história dos estudos entonacionais britânicos e americanos cf. K. L. PIKE, *The Intonation of American English*, pp. 3 ss., onde colhi esta informação.

<sup>2</sup> JOÃO DE BARROS, *Gramática da Língua Portuguesa*, ed. 1540, pp. 203-206.

<sup>3</sup> DUARTE NUNES DE LEÃO, *Origem e Ortografia da Língua Portuguesa*, ed. 1784, Lisboa.

mais no tempo, para encontrar na Idade Média uma regra de recitação litúrgica, proveniente de Münster, que, em termos musicais, faz corresponder à vírgula uma subida tonal de um tom, aos dois pontos uma descida de meio tom, ao ponto final uma descida de dois tons e meio, e ao ponto de interrogação uma subida gradual de um tom e meio <sup>4</sup>.

1. 1. 2 Embora os problemas da entoação não hajam pois sido ignorados por autores mais ou menos antigos, a verdade é que, mesmo na fase dita «científica» da linguística, só a partir de data relativamente recente eles começaram a ser objecto de estudos sistemáticos, e isto, creio, por duas razões fundamentais: uma delas é que a entoação se presta dificilmente a estudos diacrónicos — e não se ignora a orientação essencialmente historicista e filológica que caracteriza os primeiros passos da linguística científica; outra, talvez não menos importante, é que não datam de há muito os esforços dos pedagogos e didactas no sentido de levarem os seus estudantes a adquirirem correcta pronúncia das línguas estrangeiras. Com efeito, uma rápida vista de olhos sobre a literatura entonacional moderna e contemporânea revela serem de indole fundamentalmente didáctica a grande maioria dos itens que a constituem; e até certos trabalhos teóricos ou com preocupações teóricas foram inspirados por necessidades e experiências didácticas dos seus autores.

Compreende-se, por outro lado, que, constituída a fonética em ciência experimental, os foneticistas tenham dado prioridade ao estudo das realizações dos fonemas. Com efeito, estes são realidades por assim dizer mais evidentes, na medida em que a observação por métodos relativamente simples e o próprio sentido muscular do investigador permitem chegar com relativa facilidade a um tipo de identificação bastante satisfatória; não é aliás por outra razão que a fonética experimental sistematizada começou por ser articulatória e só mais tarde foi acústica. Note-se ainda que a delimitação fonemática se encontra já em grande parte estabelecida ou sugerida pela ortografia fonética ou até oficial, ao passo que a das unidades hoje ditas supra-segmentais oferece dificuldades muito maiores, que só há pouco começaram a vencer-se.

---

<sup>4</sup> É esta a regra :



ESTUDOS INSTRUMENTAIS

1. 1. 3 Apesar disso, já Rousselot indicava nos seus *Principes*<sup>5</sup> o modo de calcular as variações de altura musical nos cimogramas<sup>6</sup>: «Rien n'est plus facile que de déterminer la hauteur physique du son d'après les tracés de l'air expiré ou des mouvements organiques. Suivant les cas, on mesure chaque période sous le microscope à l'aide d'un micromètre oculaire, ou l'on se contente de compter le nombre des vibrations pour un temps donné, par exemple un demi-dixième de seconde. Avec le premier procédé, on obtient la hauteur *absolue*; avec le second une hauteur moyenne. Etant connue la longueur de papier qui est déroulée par le cylindre pendant une seconde, on n'a qu'à diviser cette quantité par la longueur de la période, et l'on obtient, comme quotient, le nombre de vibrations que le corps sonore exécuterait dans l'unité de temps. En procédant ainsi, on suit toutes les variations qui se produisent dans la hauteur. [...] Quant à la hauteur moyenne, on la détermine plus aisément encore: on partage les lignes de vibrations en tranches d'un *demi-dixième* de seconde; on double ce nombre et l'on multiplie par 10. Le chiffre obtenu est le nombre de vibrations pour la seconde.» E Rousselot acrescenta algumas observações práticas: «Quand on ne recherche que la hauteur musicale de la parole, il suffit d'ordinaire d'inscrire le courant d'air de la bouche et du nez: l'un explique l'autre. Le tracé du nez est d'ordinaire le moins complexe et le plus facile à lire. De plus, il donne toutes les vibrations du larynx, si le tambour est bien choisi (petit et élastique), non seulement pour les articulations nasales, mais encore pour toutes les autres, sans confusion possible cependant. On obtient jusqu'aux vibrations qui se produisent pendant l'occlusion des consonnes.»

A transcrição foi um pouco longa, mas, além de descrever pormenorizadamente o processo sugerido, revela o optimismo do Autor a seu respeito, optimismo que infelizmente os factos não confirmam. A única dificuldade apontada por Rousselot reside na interpretação das vibrações finais, que podem corresponder a um som real ou à persistência do movimento da membrana, por inércia; mas mesmo essa resolve-a, decidindo que, se tais vibrações correspondessem a um som demasiado grave para a voz do locutor, só a

---

<sup>5</sup> ROUSSELOT, *Principes*, pp. 1003-1006.

<sup>6</sup> Às formas *quimógrafo*, *quimograma*, etc., calcadas sobre as correspondentes estrangeiras com *k-* inicial (fr. *kymographe*, ingl. *kymograph*, esp. *quimógrafo*) e algumas vezes usadas em português, especialmente por A. DE LACERDA nos trabalhos citados adiante (n. 8), mas sem tradição na nossa língua, prefiro as etimologicamente mais correctas *cimógrafo*, *cimograma*, etc., já empregadas por J. I. LOURO, in *BF* 15 (1954-1955): 221.

segunda possibilidade interpretativa seria válida <sup>7</sup>. As dificuldades de emprego do método são porém mais numerosas, e têm carácter mais geral e grave as críticas que podem fazer-se-lhe.

Temos em primeiro lugar a desconfiança que nos merecem os traçados cimográficos, praticamente os únicos de que dispunha o iniciador da fonética experimental em França. Seria ocioso recordar aqui todas as razões que levaram os investigadores a pôr de lado o método cimográfico <sup>8</sup>. Deixando de lado as objecções relativas ao atrito provocado no estilete inscridor pela camada de fumo que reveste o papel, bem como à tensão da membrana do tambor, e, no plano interpretativo, os problemas de delimitação dos traçados (cujo valor para a fonética linguística é no entanto maior do que têm pretendido alguns autores, excessivamente preocupados com pormenores cuja relevância pode ser posta em dúvida), restam, entre outras, três objecções principais: a perturbação que afecta o locutor obrigado a falar para dentro de um cone fortemente aplicado à boca e com uma ou duas cápsulas introduzidas nas narinas; depois, a inviabilidade de o fazer pronunciar textos de certa extensão, mesmo uma só frase de duração superior à da rotação do cilindro; finalmente, a impossibilidade de o investigador controlar auditivamente o que foi dito, e isto não só no momento da operação mas também e sobretudo ao estudar os materiais recolhidos. É certo que estas dificuldades puderam ser vencidas mais tarde, graças a pequenos progressos da técnica. A construção por Ketterer do aparelho denominado *Ketterer-schreiber* <sup>9</sup> permitiu inscrever no papel fumado do cilindro a resultante acústica, em linha facilmente delimitável com suficiente rigor, de textos previamente gravados em disco e também, numa fase mais recente da investigação, em fita magnética. Oferece tal possibilidade considerável vantagem, na medida em que permite utilizar textos emitidos naturalmente e até sem que o locutor soubesse estarem as suas palavras a ser gravadas. A adjunção ao cilindro, por meio de roldanas

---

<sup>7</sup> *Ib.*, p. 1006.

<sup>8</sup> Encontra-se uma crítica cerrada a este método em A. DE LACERDA, «Crítica do Método Quimográfico», *BF* 3 (1935): 333-349; 4 (1936): 57-74, 294-306; 5 (1937): 1-28. Cf. no entanto a contra-crítica de BERTIL MALMBERG, «Défense de la méthode cymographique», *BF* 7 (1940): 113-120.

<sup>9</sup> Descrito por Ketterer no I Congresso Internacional de Ciências Fonéticas (Amsterdão 1932); v. *ANPhE* 8-9 (1933): 271 ss. Sobre uma versão aperfeiçoada deste aparelho, cf. B. MALMBERG, «Sur un procédé d'enregistrement kymographique», *SL* 3 (1949): 106-117. Sobre a maneira de combinar um inscridor deste tipo com um magnetofone, cf. J. SÉGUY, «Un combiné magnétophone-électrokymographe en vue de l'analyse tonométrique», *Orbis* 2 (1953): 518-520; cf. ainda HORATIU BORZA, «Institut de phonétique de l'Université de Strasbourg», in SEVER POP, *Instituts de phonétique et archives phonographiques*, Louvain 1956, pp. 164-217, aqui p. 181.

e uma correia de ligação, de uma espiral de movimento com o dele coordenado<sup>10</sup> que desloca o estilete inscritor, permitira obter textos continuos mais longos; além disso, sem interromper o locutor, pode-se repartir o texto por quantas folhas de inscrição a sua extensão necessitar. Deste modo, dispõe o investigador da curva acústica e do texto sonoro que lhe deu origem e que permite o controle auditivo tão necessário ao estabelecimento de paralelismos entre as atitudes do locutor e os segmentos cimográficos correspondentes à porção de texto sonoro que elas impregnam.

Mas ainda assim subsiste uma grande dificuldade: a da medição microscópica dos períodos. Só quem alguma vez a tentou, mesmo com o auxílio de microscópio especialmente construído para o efeito<sup>11</sup>, pode dar-se conta do que nela há de extremamente longo e fatigante para a vista, que ao cabo de pouco tempo de trabalho se recusa a prosseguir. E os resultados obtidos não são incontroversos, porquanto é extremamente difícil, ao próprio investigador experiente, determinar com rigor o ponto exacto da vibração cuja altura deve calcular. O chamado «Tonhöenschreiber», construído por E. A. Meyer<sup>12</sup>, representa algum progresso sobre o microscópio de Rousset et continua a ser preferível ao de Straka, mas não reduz de muito o tempo necessário às medições, a astenopia que delas resulta, nem as dúvidas quanto à determinação do ponto onde deve fazer-se o cálculo, de tal modo que não pode deixar de considerar-se fruto de beneditina paciência o longo estudo sobre a entoação sueca que, com o seu auxílio, elaborou o seu inventor<sup>13</sup>. Por tudo isso podemos concluir com Gunnar Fant que «the kymograph is ready for retirement as a test for intonation studies»<sup>14</sup>.

---

<sup>10</sup> Também é possível imprimir à espiral movimento independente do cilindro, por meio de motor próprio; a este propósito, cf. já ROUSSELOT, *Principes*, p. 68. — O modelo de cimógrafo clássico mais aperfeiçoado é o que se encontra nos Institutos fonéticos de Estrasburgo e Madrid (Consejo Superior de Investigaciones Científicas); v. HORATIU BORZA, *loc. laud.*, pp. 178-183.

<sup>11</sup> Por exemplo o microscópio mandado construir por Georges Straka para o Instituto de Fonética de Estrasburgo, onde se encontra desde 1960.

<sup>12</sup> Descrito por MEYER, «Ein neues Verfahren zur graphischen Bestimmung des musikalischen Akzents», *Monatschrift für die gesamte Sprachheilkunde* (1911), pp. 1-17, e *Die Intonation im Schwedischen* 1, Stockholm 1937, pp. 15-37. Obtém-se uma curva logarítmica graças à «Oktavenspanne» do mesmo Autor (*Die Intonation*, p. 24).

<sup>13</sup> E. A. MEYER, *Die Intonation im Schwedischen*, 2 vols., Stockholm 1937 e 1954. Do método de Meyer se serviu Bertil Malmberg, para as suas notas sobre a entoação do espanhol argentino; cf. B. MALMBERG, *Etudes sur la phonétique de l'espagnol parlé en Argentine*, pp. 220-227. — Um método fonométrico diferente do de Meyer foi apresentado por E. ZWIRNER, «A Contribution to the Theory of Pitch Curves», *ANPHE* 7 (1932): 38-51.

<sup>14</sup> GUNNAR FANT, *Modern Instruments*, p. 13.

1.1.4 As reacções ao método cimográfico não se fizeram esperar, e o que primeiro o substituiu foi o oscilográfico<sup>15</sup>. O oscilógrafo é no entanto um aparelho cujo uso sistemático se torna bastante dispendioso, sem que os oscilogramas ofereçam, do ponto de vista do estudo tonal, consideráveis vantagens sobre os cimogramas, dado que a sua utilização para este fim requer ainda o uso de um microscópio ou do «Tonhöhenschreiber». Sem dúvida mais práticos são o cromógrafo, construído entre nós por Armando de Lacerda<sup>16</sup>, e o mais recente mingógrafo, da casa Elema (Estocolmo)<sup>17</sup>. Para o estudo tonal dos cromogramas, inventou A. de Lacerda o chamado triângulo tonométrico de Lacerda<sup>18</sup>, aplicável também ao estudo de outros traçados, por exemplo oscilográficos ou mingográficos<sup>19</sup>.

1.1.5 O maior progresso de principio nesta matéria foi, no entanto, a construção de aparelhos que registam automaticamente a melodia do discurso. O primeiro deles funcionava ligado a um oscilógrafo; deve-se a M. Grützacher e W. Lottermoser<sup>20</sup> e data já de 1937. De acordo com Gunnar Fant<sup>21</sup> era dispendioso e de difícil manuseio, pelo que foi pouco utilizado. O mais moderno é um aparelho construído recentemente em Estocolmo por Gunnar Fant e que, funcionando em ligação com o mingógrafo, dá um mingograma no qual se observa a curva tonal do discurso<sup>22</sup>. Este aparelho é económico e de manuseio relativamente fácil, embora nem sempre reaja bem a bruscas variações de tom; oferece ainda a vantagem de o mingograma tonal poder ser acompanhado de um traçado oscilográfico duplo

---

<sup>15</sup> Utilizado por N. C. STALLING, *Das Phonologische System des Schwedischen* (Nijmegen 1934-1935), trabalho citado por K. HADDING-KOCH, *The Intonation of Southern Swedish*, p. 11, n. 22; cf. o que dele diz Troubetskoy, *Principes*, p. 236, n. 2.

<sup>16</sup> Descrito por GÖRAN HAMMARSTRÖM, «Le chromographe et le triangle tonométrique de Lacerda», *RLFEC* 1 (1952): 28-38.

<sup>17</sup> V. GUNNAR FANT, *ob. cit.*, 3.2.

<sup>18</sup> V. HAMMARSTRÖM, *artigo cit.* n. 16.

<sup>19</sup> Os oscilogramas mingográficos podem igualmente estudar-se, do ponto de vista tonal, com o auxílio do microscópio ou do «Tönhöhenschreiber».

<sup>20</sup> M. GRÜTZACHER e W. LOTTERMOSER, «Über ein Verfahren zur trägheitsfreien Aufzeichnung von Melodiekurven», *Akustische Zeitschrift* (1937): 242-248 (cit. por GUNNAR FANT, *ob. cit.*, 3.22).

<sup>21</sup> *Ob. cit.*, 3.22.

<sup>22</sup> V. GUNNAR FANT, *ob. cit.*, *ib.* e figs. 13-14-15. O aparelho foi recentemente comercializado com a designação de «Trans Pitchmeter» pela firma B. Frøkjær-Jensen, de Copenhague, e encontra-se descrito com pormenor num catálogo que esta firma lhe consagrou em 1961, por ocasião do IV Congresso Internacional de Ciências Fonéticas (Helsínquia).

(que permite a delimitação) e de uma linha das intensidades<sup>23</sup>, o que, como veremos, é de grande interesse.

1.1.6 Anterior a ele, mas de natureza diferente, é o bem conhecido espectrógrafo fabricado pela Kay Electric<sup>24</sup>, acerca do qual já tive ocasião de dizer<sup>25</sup> que abre a segunda era dos estudos fonéticos instrumentais. O espectrógrafo também pode ser utilizado, e com efeito já o foi, para estudos entonacionais<sup>26</sup>. Torna-se pouco cómodo e de utilização demorada quando usado para longos estudos, em virtude de cada espectrograma não poder corresponder a porção de discurso superior a 2,4 segundos (tempo de uma rotação do cilindro), duração que a conveniência de introduzir uma calibração para cada espectrograma<sup>27</sup> ainda reduz; é por outro lado dispendioso, dado que o preço de cada folha de papel espectrográfico é elevado e que só em muitas centenas de folhas se recolhem materiais suficientes para um estudo sólido. As suas vantagens são todavia grandes, pois os materiais que fornece, de rápida leitura, parecem seguros, além de a curva tonal poder ser acompanhada de uma outra de intensidades.

1.1.7 É recente a possibilidade de verificar, pela síntese do som, os resultados obtidos por qualquer dos processos de análise atrás indicados<sup>28</sup>. Muito há que esperar da síntese do som, que noutros domínios dos estudos

---

<sup>23</sup> V. GUNNAR FANT, *ob. cit.*, 3.25-26.

<sup>24</sup> O primeiro linguista a utilizar o espectrógrafo foi Martin Joos, autor da primeira monografia onde os princípios da fonética acústica são expostos aos linguistas: MARTIN JOOS, *Acoustic Phonetics*. — Para a descrição do espectrógrafo e suas aplicações ao estudo de problemas lingüísticos, cf.: BELL TELEPHONE LABORATORIES, «Technical Aspects of Visible Speech», *Bell Telephone System Monograph B-1415* (1946) (= *JASA* 17 (1946): 1-89); M. JOOS, *ob. cit.*, 3.12; GUNNAR FANT, *ob. cit.*, 2; ERNST PULGRAM, *Introduction to the Spectrography of Speech* (cp. as resenhas que lhe consagrei in *RLiR* 25 (1961): 206 e *Orbis* 10 (1961): 542-544). Os trabalhos de Fant e Pulgram trazem abundante bibliografia.

<sup>25</sup> *Orbis* 10 (1961): 542.

<sup>26</sup> Entre outros, nos trabalhos de EINAR HAUGEN e MARTIN JOOS, «Tone and Intonation in East Norwegian», *APhS* 22 (1952): 41-64; e K. HADDING-KOCH, *The Intonation of Southern Swedish*, *passim*.

<sup>27</sup> Com efeito, produzem-se variações na escala de frequências, mesmo durante a confecção de espectrogramas, quando se utiliza a banda estreita (ingl. «narrow band») com registo de 200 cps/polegada («inch»); cf. K. HADDING-KOCH, *ob. cit.*, p. 31. A calibração, obtida por meio de um gerador de frequências e introduzida em cada espectrograma, permite dispor sempre de uma escala exacta.

<sup>28</sup> Acerca da síntese do som, v. GUNNAR FANT, *ob. cit.*, 3.3 (com abundante bibliografia). No domínio dos estudos entonacionais, a síntese do som foi aproveitada, para algumas verificações parcelares de resultados obtidos pela análise, por K. HADDING-KOCH, *ob. cit.*, pp. 140-171.

fónicos prestou já relevantes serviços. Mas, no estado actual da ciência, requer ainda longas horas de labor se aplicada a estudos entonacionais, para chegar afinal a resultados por enquanto pouco seguros. Não quero antecipar considerações que virão adiante no seu devido lugar, mas desde já direi que são tantos os factores que contribuem para a realização dos morfemas entonacionais que só um processo deste tipo, permitindo isolá-los, poderá levar-nos um dia a conhecê-los todos e a determinar o papel de cada um no fenómeno da comunicação.

#### ESTUDOS AUDITIVOS E FUNCIONAIS

1. 1. 8 Seria certamente exagerado pretender que o emprego de aparelhos nos estudos entonacionais resolveria todos os problemas que se põem a quem os empreende, de tal modo que se pudesse dispensar a contribuição do ouvido humano. É certo que a instalação de laboratórios fonéticos, com os seus cada vez mais numerosos e aperfeiçoados aparelhos, levou alguns investigadores, em certa fase do labor fonético, a subestimar a importância do ouvido, considerado aparelho primitivo e deficiente, apenas capaz de fornecer dados subjectivos, de reduzido valor científico, e por isso sempre condenados a serem verificados pela experimentação, sem a qual qualquer trabalho na matéria seria obra de diletante e, na melhor das hipóteses, «prática» ou «pedagógica» — termos de acentuado cariz pejorativo. Para só citar um caso não-contemporâneo, sabe-se de que prevenções, roçando quase pelo desprezo, se rodeou a obra de um foneticista tão probo, e em certos aspectos tão «moderno», como foi Paul Passy. Exemplo típico desse estado de coisas é o episódio ocorrido nos princípios do século entre um dos primeiros e maiores foneticistas experimentadores, francês, e um seu visitante espanhol, a quem o investigador perguntou no laboratório quantos sons continha a palavra espanhola *mucho*; tendo-lhe sido respondido que quatro, o foneticista, perante a incredulidade do seu interlocutor quanto a serem cinco, pediu-lhe que pronunciasse a palavra, a qual, gravada, foi reproduzida depois em sentido inverso; o resultado foi «concludente» — *oftum* — e permitiu ao experimentador a conclusão triunfante de que o ouvido humano se engana constantemente e não merece por isso confiança. Observe-se contudo, num parêntese importante, que a prova da insuficiência do ouvido foi pedida... ao próprio ouvido.

Na realidade, banir a intervenção do ouvido humano dos estudos fonéticos seria monstruosidade tal que não me consta tenha sido alguma vez praticada. E os inegáveis exageros da experimentação — e também, em parte, as dificuldades que ela oferece — levaram alguns investigadores a recusarem-na

em seus trabalhos, preferindo baseá-los em dados apenas auditivos. A «escola auditiva», já anterior à experimental, acompanhou esta paralelamente e veio a englobar depois tais foneticistas descontentes<sup>29</sup>. Não se passaram doutro modo as coisas no campo particular dos estudos entonacionais.

Destes, os que se baseiam exclusivamente na audição repartem-se por dois grupos maiores: didácticos e de tipo funcional ou estrutural.

1. 1. 9 Entre os primeiros, avulta o que K. L. Pike consagrou à entoação do inglês da América<sup>30</sup>, cuja contribuição mais importante vai todavia para a linguística geral, motivo por que só adiante me referirei a ele com pormenor. Poderia ocupar-me de muitos, mas compreende-se que o não faça, porquanto a grande maioria dos trabalhos didácticos não trazem qualquer contribuição de interesse para a teoria da entoação ou para a linguística<sup>31</sup>.

1. 1. 10 Os estudos «funcionais» ou «estruturais» têm-se multiplicado ultimamente e a sua literatura é hoje abundante, dado o vultoso número e a dificuldade dos problemas que põem. E o primeiro deles, por crucial, pode formular-se assim: será a entoação susceptível de análise e descrição estruturais? A questão parece à primeira vista supérflua, pois o grande número de trabalhos que adoptaram a perspectiva estrutural sugere que sim. Mas, examinando-a com mais cuidado, não pode deixar-se de lhe reconhecer pertinência.

Com efeito, os estudos estruturais de factos entonacionais baseiam-se em transposição de métodos experimentados na análise fonemática, mais raramente morfemática, para uma zona de características bastante diferentes,

---

<sup>29</sup> Um estudo auditivo muito lúcido sobre a entoação é o de HUBERT PERNOT, «L'Intonation», *RPh* 6 (1930): 273-289.

<sup>30</sup> KENNETH L. PIKE, *The Intonation of American English*, Ann Arbor 1945.

<sup>31</sup> Eis alguns dos mais conhecidos: LILLAS E. ARMSTRONG-IDA C. WARD, *A Handbook of English Intonation*, 2.<sup>a</sup> ed., Cambridge 1959; J. D. O'CONNOR-G. F. ARNOLD, *Intonation of Colloquial English. A Practical Handbook*, Londres 1961; W. JASSEM, *Intonation of Conversational English (Educated Southern British)*, Wrocław 1952; ROGER KINGDON, *The Groundwork of English Intonation*, Londres 1958; ID., *English Intonation Practice*, Londres 1958; ID., *The Teaching of English Intonation*, Londres s/d.; H. E. PALMER, *English Intonation*, Cambridge 1922; MARIA SCHUBIGER, *English Intonation. Its Form and Function*, Tübingen 1958; DANIEL JONES, *Intonation Curves*, Leipzig 1909; ID., *An Outline of English Phonetics*, 8.<sup>a</sup> ed., Londres 1957 (cap. XXXI); ROBERT LADO-CHARLES C. FRIES, *English Pronunciation (Exercises in Sound Segments, Intonation and Rythm)*, Ann Arbor 1954 (passim); CHARLES C. FRIES, *The Structure of English*, Londres 1952; HÉLÈNE N. COUSTENOBLE-L. E. ARMSTRONG, *Studies in French Intonation*, Cambridge 1934; T. NAVARRO TOMÁS, *Manual de Entonación Española*, 2.<sup>a</sup> ed., New York 1948; OTTO VON ESSEN, *Grundzüge des hochdeutschen Satzintonation*, Düsseldorf 1956.

onde por isso a sua aplicação pode não ser válida: fonemas, morfemas e «prosodemas» têm naturezas diversas. Por outro lado, não admira que a genuidade linguística dos factos entonacionais haja sido posta em dúvida por A. Martinet, se nos lembrarmos da sua teoria da dupla articulação da linguagem<sup>32</sup>: reconhecido o carácter convencional dos factos linguísticos, «chaque langue articule ses messages selon un code particulier et chaque unité du code est à son tour articulée en unités distinctives qui forment également un système particulier»<sup>33</sup>; o que não for convencional e não entrar portanto no quadro da dupla articulação deve considerar-se linguisticamente marginal<sup>34</sup>. Ora, segundo Martinet, os factos melódicos são largamente predicáveis, na medida em que é normal e necessário que a tensão das chamadas cordas vocais, nula na posição de repouso, aumente progressivamente no início do enunciado e progressivamente se reduza ao anunciar-se a parte final do mesmo — donde uma linha ascendente no início e descendente no termo<sup>35</sup> —, o que em boa parte compromete a convencionalidade inerente, por axioma, a todo o facto linguístico. No entanto, não deixa Martinet de reconhecer algum valor linguístico à entoação, já que «les locuteurs peuvent utiliser ce mouvement à certaines fins différenciatives selon des principes qui semblent communs à l'ensemble de l'humanité, mais sous des formes qui peuvent varier d'une communauté à une autre»<sup>36</sup>. Esta atitude de Martinet não suscitou, creio, a meditação que lhe era devida e por conseguinte uma discussão teórica, de cujos resultados a teoria linguística só seria beneficiária<sup>37</sup>. Dispensou-me de a comentar nesta altura, pois espero que os capítulos seguintes deste trabalho contribuam de algum modo para a desejada discussão. Por agora limitar-me-ei a antecipar que, a meu ver, os estudos entonacionais, se bem conduzidos, são susceptíveis de tratamento estrutural, já que o funcional parece menos sujeito a discussão: ninguém duvida de que variações tonais *funcionam* como significantes das mais variadas «atitudes» do locutor.

1.1.11 Seja porém como for, o certo é que o ponto de vista estrutural (com tudo quanto esta designação singular comporta de simplificador) não

---

<sup>32</sup> ANDRÉ MARTINET, «La double articulation linguistique», *TCLC* 5 (1949): 30-37; ID., *Économie* 5.6; ID., *Éléments* 1.8. e 1.11.

<sup>33</sup> A. MARTINET, *Économie* 5.6.

<sup>34</sup> A. MARTINET, *Économie* 5.7.; ID., *Éléments* 1.15-16.

<sup>35</sup> A. MARTINET, *Éléments* 3.25.

<sup>36</sup> A. MARTINET, *Éléments* 3.25.

<sup>37</sup> Cf. no entanto as observações recentes de BERTIL MALMBERG, «Analyse instrumentale et structurale des faits d'accents», *Proceedings of the Fourth International Congress of Phonetic Sciences*, pp. 456-475.

deixou de ser aplicado ao estudo dos problemas entonacionais. O primeiro em data que o aproveitou de maneira sistemática foi, segundo creio, K. L. Pike no citado trabalho sobre a entoação do inglês americano<sup>38</sup>.

A tese de Pike consiste em que as variações tonais, pelo menos no inglês falado nos Estados Unidos, se deixam repartir por quatro níveis significantes a que chama *pitch-phonemes* e que numera, do mais grave ao mais agudo, de 4 a 1. Estes níveis tonais («*pitches of intonation*») são relativos uns aos outros: «*The significance of pitches is determined by their height relative to one another. If in the phrase John came here, a speaker gives 400 vibrations per second to came, and 200 vibrations per second to here, then came may be high in relation to here; but if came has 400 and here has 800 vibrations per second, then came is low in relation to here; that is, highness or lowness or intermediate stages of pitch are determined by the proportionate relation of syllables or phrases one to another, and not by their exact physical measurement.*» «*The distance between the four levels of English is not mathematically fixed, uniform, or predictable. It varies from individual to individual, and the individual varies his own intervals from time to time.*»<sup>39</sup> Estes vários níveis são, por si sós, desprovidos, ou quase, de sentido; insertos numa curva de variações tonais («*contour*»), «*it is the intonation contour as a whole which carries the meaning while the pitch levels contribute end points, beginning points, or direction-change points to the contours — and as such are basic building blocks which contribute to the contours and hence contribute to the meaning*»<sup>40</sup>. Ao estabelecer a curva tonal, não interessa a altura de todas as sílabas, mas apenas a dos pontos cruciais para a determinação das características subidas e descidas de tom na curva («*contour points*») — pontos que a análise dos materiais revelará.

1. 1. 12 A tese de Pike ganhou rapidamente numerosos adeptos, especialmente nos Estados Unidos, onde é hoje corrente a análise entonacional por níveis significantes e relativos<sup>41</sup>. Recentemente, postulou-a também

---

<sup>38</sup> K. L. PIKE, *The Intonation of American English*. É certo que já Troubetzkoy (*Principes*, pp. 237 ss.) encarara os problemas entonacionais que se põem ao fonólogo, tratando-os de maneira geralmente satisfatória mas muito sumária. Cf. também o artigo de Serge Karcevskij, «*Sur la phonologie de la phrase*», *TCLP* 4 (1931): 188-227.

<sup>39</sup> K. L. PIKE, *ob. cit.* 3.5.1.

<sup>40</sup> *Id.*, *ib.*

<sup>41</sup> Entre outros, adoptaram tal perspectiva: RULON S. WELLS, «*The Pitch Phonemes of English*», *Lg* 21 (1944): 27-39; GEORGES L. TRAGER e HENRY L. SMITH JR., *An Outline of English Structure*, 1.71 ss.; CHARLES F. HOCKETT, *A Manual of Phonology*; *Id.*, *A Course in Modern Linguistics* 4; H. A. GLEASON, *An Introduction to Descriptive Linguistics* 4.12-19; ARCHIBALD A. HILL, *Introduction to Linguistic Structures* 2.4, 7.6 e passim; ROBERT P. STOCK-

como válida, e procurou verificá-la experimentalmente, K. Hadding-Koch no seu estudo sobre a entoação do sueco meridional<sup>42</sup>. Foi no entanto objecto de sérias reservas, nos Estados Unidos mesmos, da parte de Dwight L. Bolinger, num importante artigo da *Word*<sup>43</sup>.

Baseando-se na descrição por níveis de Trager e Smith<sup>44</sup>, que (ao invés de Pike) numeram os pontos significantes, do mais grave ao mais agudo, de 1 a 4, pergunta-se Bolinger em que medida são relativos os vários níveis. Com efeito, se a relatividade é completa, então um contexto 123 não se distinguirá dum contexto 234, nem 232 de 242, de 343, de 131 ou de 141, donde se concluirá que /3/ ou /4/ podem ser alófonos de /2/, /2/ de /1/, etc. — ou então não se sabe, num contexto compreendendo menos de quatro níveis tonais, quais destes foram e quais não foram utilizados; e o nível retido num contexto isolado contendo um só nível pode ser qualquer um dos quatro. Seria também possível admitir que cada nível se situa dentro de uma zona tonal bem delimitada em cada ocasião dentro da escala total usada por cada indivíduo, sem que houvesse possibilidade de se confundirem ou interpenetrarem as várias zonas; nesse caso, [3] seria sempre realização de /3/, que nunca poderia realizar-se por [4] ou por [2], por exemplo. Esta segunda hipótese submete-a Bolinger a verificação experimental por meio de uma série de quatro testes auditivos, que revelaram reagirem os ouvintes às configurações (ascendente, descendente, etc.) e não a uma qualquer sequência de níveis combinados. A curva tonal, a configuração, não se deixa analisar em partes: os quatro níveis de Pike não bastam<sup>45</sup>, e cinco ou seis que se considerem a nada correspondem de concreto, donde a conclusão: «The syllabic phonemes have a counterpart in nature. Levels — four or six or sixty — have none.»<sup>46</sup> As diferenças de altura dentro de uma mesma configuração só serão significantes dentro de determinado contexto<sup>47</sup>.

---

WELL, J. DONALD BOWEN e I. SILVA-FUENZALIDA, «Spanish Juncture and Intonation», *Lg* 32 (1956): 641-665; ZELIG S. HARRIS, *Structural Linguistics* 6.2 ss.; ROBERT P. STOCKWELL, «The Place of Intonation in a Generative Grammar of English», *Lg* 36 (1960): 360-367. A análise de Hockett difere contudo em alguns pormenores da de Pike e parece-me superior a esta.

<sup>42</sup> K. HADDING-KOCH, *The Intonation of Southern Swedish*, p. 41 e passim.

<sup>43</sup> DWIGHT L. BOLINGER, «Intonation: Levels versus Configurations», *Word* 7 (1951): 199-210.

<sup>44</sup> GEORGES L. TRAGER e HENRY L. SMITH JR., *An Outline of English Structure* 1.71 ss.

<sup>45</sup> Reconhece-o aliás o próprio PIKE, *ob. cit.*, p. 2 (6) e 4.3.2.

<sup>46</sup> BOLINGER, *ob. cit.*, p. 208.

<sup>47</sup> Ver no entanto algumas reservas feitas à argumentação de Bolinger por: JAMES SLEDD, in *Lg* 31 (1955): 327 ss.; K. L. PIKE, *Language* 13.83; K. HADDING-KOCH, *The Intonation of Southern Swedish*, pp. 44-46. É desta autora a seguinte conclusão: «The speak-

Adiante <sup>48</sup> terei oportunidade de voltar à discussão sobre os dois tipos de análise (níveis vs configurações) e de tomar posição a seu respeito.

1. 1. 13 Outro tipo de análise auditiva é a processada em termos musicais <sup>49</sup>, aplicada também a estudos de natureza estrutural. Neste particular, representa-a bastante bem o recente trabalho de Jurgens Buning e van Schooneveld sobre a entoação russa <sup>50</sup>, obra conjunta de um musicólogo e de um linguista, que se baseiam nos dois princípios seguintes (1): «the problem of sentence intonation is primarily a question of fundamental frequencies, that is, of (successions of) tones; each of these tones conveys a certain amount of information, thus enabling us to (2) classify it according to its semantic function: a hierarchy of information entities enables us to construct a hierarchy of the tonal invariables which convey them». <sup>51</sup> Jogam os Autores com as noções fonológicas de invariantes, de variantes livres e de variantes contextuais, as últimas das quais só informam acerca do contexto, e chegam à conclusão de que os «tons» e os intervalos usados em russo moderno são exactamente os mesmos da escala musical europeia <sup>52</sup>. O estudo de Buning e van Schooneveld é certamente interessante, mas sugere-me certas reservas, que convém formular desde já.

Uma primeira dúvida surge quanto ao valor informacional do *corpus* recolhido. A análise dos Autores incidiu sobre alguns milhares de «frases» <sup>53</sup> (*sentences*), pronunciadas por um número de locutores «suficiente» para garantir a não-omissão de qualquer tipo entonacional <sup>54</sup>. Seria fundamental

---

ing characteristics constantly reflected in the frequency diagrams of the speakers studied, as well as the fact that the relation between the frequency regions observed remained fairly constant in one and the same speaker and resulted in similar data, seem to me to argue strongly in favour of the presence of relevant frequency regions or pitch levels in speech. It would seem to be possible to use levels not only to describe auditively perceived features of pitch but also to extract levels used by the speaker from corresponding instrumental data» (*ob. cit.*, pp. 90-91).

<sup>48</sup> Cf. 1.2.20-22.

<sup>49</sup> A escala musical tem sido indicada desde Rousselot (*Principes*, pp. 1003 ss.; cf. supra 1.1.3) e encontra-se na base do «Tönhöhensreiber» de E. A. Meyer e dos seus estudos entonacionais (cf. supra *ib.*).

<sup>50</sup> J. E. JURGENS BUNING-C. H. VAN SCHOONEVELD, *The Sentence Intonation of Contemporary Standard Russian as a Linguistic Structure*, 's-Gravenhage 1961.

<sup>51</sup> *Ob. cit.*, p. 9.

<sup>52</sup> *Ib.*, p. 11.

<sup>53</sup> Traduzo aqui o ingl. *sentence* pelo ptg. bastante impreciso *frase*. Adiante (1.3) precisarei melhor o valor desta palavra.

<sup>54</sup> *Ib.*, p. 12.

no entanto dizerem-nos como recolheram o seu *corpus*: foi ele previamente elaborado pelos Autores e dado para melhor ou pior leitura a esses locutores? Ou as frases que o constituem foram colhidas em situações espontâneas, quer dizer, independentes de textos pré-estabelecidos? Com essa questão primeira implicam outras: foi cada frase pronunciada por todos os locutores, ou ao menos por mais que um, ou por um só? (Quer dizer: a entoação de determinada frase foi verificada por várias realizações de vários locutores, ou ao contrário pelas realizações de outras frases tipicamente afins<sup>55</sup>?) Por outro lado: foi o *corpus* gravado (em disco, fita magnética, etc.) e depois analisado em termos musicais, portanto com possibilidades de repetidas verificações<sup>56</sup>, ou a melodia de cada frase foi registada em escala musical durante ou imediatamente após a emissão? Tudo isso é importante, especialmente a questão central, e devia ter sido esclarecido.

Há indícios de que os Autores utilizaram um *corpus* pré-fabricado. Por exemplo na p. 82 diz-se claramente o seguinte, no comentário a uma melodia (23): «The informant was asked to intone the sentence in such a manner that two phenomena<sup>57</sup> would be presented as questioned» — o que me parece metodologicamente muito discutível. O *corpus* pré-estabelecido tem certas vantagens, se não for constituído por frases isoladas, independentes dum contexto que crie uma situação de naturalidade, e se permitir ao informante esquecer-se, por assim dizer, de que está a prestar-se a uma experiência. O valor de um inquérito dirigido parece-me duvidoso, em aspectos e com propósitos que não sejam de simples verificação. A experiência parece mostrar que uma frase como fr. «*Que sais-je?*», dita numa situação espontânea, não apresenta necessariamente qualquer entoação ascendente; mas se dermos a mesma frase escrita numa folha de papel a um locutor, pedindo-lhe que a pronuncie, naturalmente ele o fará com essa subida de tom própria da interrogação. O traço «interrogação» será, no primeiro caso, dado de modo diferente, que um inquérito dirigido talvez não tenha ocasião de registar.

Por outro lado, a rigidez das formulações de Buning-van Schooneveld surpreende-me e talvez só se justifique se as frases estudadas pertencem a um *corpus* onde se encontrassem isoladas de qualquer contexto. Dizer

---

<sup>55</sup> O emprego do primeiro processo não exclui, como é evidente, o do segundo; mas o emprego do segundo pode excluir o do primeiro.

<sup>56</sup> Parece ter sido efectivamente o processo seguido. Cf. *ob. cit.*, pp. 82 («when listening to the record») e 85 («The weeks of recording»), por exemplo.

<sup>57</sup> «Two phenomena» deve significar as duas partes da frase russa (as duas «figuras», na nomenclatura dos AA.) «*vètaj kómmat'i | stajit rajál'?*», literalmente «nesta sala está piano?», «É um piano que está nesta sala?».

por exemplo que «the normal declarative sentence [i. é: sem coloração emocional?] is characterized by a drop of a fifth to the tonic of the key in which the given sentence or sentence segment is spoken»<sup>58</sup> é reduzir a termos musicais todos os factores que contribuem para a realização de uma curva tonal e esquecer ao mesmo tempo a grande complexidade dos fenómenos compensatórios, que aqui, como nos outros sectores da fonia, desempenham papel muito importante — tão importante que, em vez de «compensatórios», lhes poderemos até chamar «constituintes». Em suma, a rigidez e pormenorização de tais formulações não difere essencialmente das formulações em termos de níveis significantes de Pike, e presta-se por isso à crítica fundamental de Bolinger<sup>59</sup>. Poder-se-ia ainda discutir outros aspectos do livro, mas isso levar-nos-ia para fora do plano metodológico dos estudos entonacionais, em que por agora nos situamos<sup>60</sup>.

1. 1. 14 Enfim, para finalizar com os estudos entonacionais de tipo estrutural, há que aludir às perspectivas que lhes abre a gramática genética (ingl. «generative grammar»), principalmente fruto do labor de Noam Chomsky<sup>61</sup>. É certo que Chomsky não integrou a entoação na sua gramática, confinada ao plano morfo-sintáctico. Mas a porta ficou aberta a tal integração, que não tardou a ser tentada por Robert P. Stockwell<sup>62</sup>. Para este Autor, as duas funções básicas dos contornos entonacionais são as de «Discontinuidade» e de «Continuidade». Grande número de tipos entonacionais podem gerar-se nas regras estruturais constituintes e são elementos formativos que, como tais, ocupam lugar na série linear; assim como, por umas das regras de Chomsky, *go + past* → *went*, assim também é por uma simples regra (fonética) que se especifica o contorno; a entoação normal<sup>63</sup> constitui por assim dizer uma linha zero que permite as comparações com os tipos contrastivos. Em resumo, o tipo entonacional (ingl. «Intonation

---

<sup>58</sup> *Ob. cit.*, p. 13.

<sup>59</sup> Cf. supra 1.1.12.

<sup>60</sup> Marginalmente neste contexto, seria por exemplo criticável a organização do trabalho quanto à repartição dos materiais pelos vários capítulos. Por exemplo, não se compreende bem que se inclua no capítulo «The Declarative Sentence» o tipo de frases que contém morfemas interrogativos. *Sentence* aponta para a sintaxe e não para a prosódia; um agrupamento de materiais organizado deste ponto de vista deveria apontar para ele, e os capítulos designarem-se então, por ex., «The Declarative Pattern(s)», «The Interrogative Pattern(s)», etc.

<sup>61</sup> V. sobretudo o seu livro *Syntactic Structures*, 's-Gravenhage 1957.

<sup>62</sup> ROBERT P. STOCKWELL, «The Place of Intonation in a Generative Grammar of English», *Lg* 36 (1960): 360-367.

<sup>63</sup> Normal como função, pela posição que ocupa na linha dos formativos.

Pattern») deve fazer parte integrante, para Stockwell, das regras da gramática genética. Não escondo a simpatia que esta me merece, quando utilizada para certos fins, como por exemplo o da tradução automática, que requer uma análise linguística das estruturas processada em termos algo diferentes dos da linguística não aplicada. Não me parece no entanto que ela possa integrar-se numa teoria de conjunto do facto linguístico. A descrição fonemática, por exemplo, terá de processar-se por outra via, pelo menos até que haja sido encontrada a maneira de se lhe aplicar a perspectiva genética. No particular da entoação, aceita sem discussão a teoria de Stockwell, como adquirido, o princípio dos quatro níveis tonais e fundamenta-se na sua existência real, e assim terá de ser posta em causa a sua pertinência e viabilidade, se se provar, como Bolinger parece ter conseguido fazer, a invalidade de tal princípio.

#### OS TESTES AUDITIVOS

1. 1. 15 Até aqui, opusemos aos estudos instrumentais os auditivos, sem mais precisões sobre o modo como estes se processam quanto à recolha dos dados em que se baseará a descrição. É agora chegado o momento de dizer alguma coisa a este respeito. O problema que se põe é o seguinte: uma vez reunido o *corpus*, quem deve caracterizar os elementos que ele fornece: o autor do estudo ou um grupo de informantes?

A maioria dos estudos entonacionais parecem basear-se apenas na análise dos próprios autores: é o caso dos trabalhos de Pike, de Buning e van Schooneveld, e dos outros citados na nota 39. Pelo contrário, a tese de Bolinger no artigo citado<sup>64</sup> assenta numa série de experiências realizadas com um grupo de informantes, de cujas respostas ao inquérito o Autor tira as conclusões que julga imporem-se. Mais recentemente, recorreu também a testes de audição K. Hadding-Koch, a qual, para a sua obra sobre a entoação do sueco meridional<sup>65</sup>, pediu a um grupo de informantes que marcassem em folhas onde se encontrava escrito o texto (que ao mesmo tempo escutavam em reprodução magnetofónica) os acentos, as colorações emocionais e as ocorrências de dicções aberrantes («unnatural»), assim como que descrevessem os tons ouvidos. Se o primeiro desiderato foi facilmente satisfeito, o mesmo não sucedeu com o segundo («listeners were not able to evaluate

---

<sup>64</sup> *Word* 7 (1951): 199-210.

<sup>65</sup> K. HADDING-KOCH, *The Intonation of Southern Swedish*. Cf. em especial pp. 13-14 e 28-30.

the relative height of the pitches») <sup>66</sup>, e por isso a Autora teve de abandonar o controle por teste dos movimentos tonais <sup>67</sup>.

*J. I. 16* O problema que K. Hadding-Koch discute nas pp. 28-30 do seu trabalho («the listening experiment») parece-me no entanto mal formulado, do que resulta uma discussão estéril. Das críticas que neste particular se podem fazer-lhe, a mais pertinente parece-me ser a que apontar a marginalidade, para a linguística, da questão focada como central. Discute Hadding-Koch a «objectividade» das informações fornecidas pelos ouvintes e evoca a possibilidade de se utilizarem como informantes foneticistas, «since they are presumed to be more objective in their interpretations» <sup>68</sup>, embora para acrescentar que dificilmente pode comparar-se um ouvido humano a um modo «objectivo» de ouvir, que o mesmo é dizer — a uma máquina. Daí afirmar o seguinte: «I believe, however, that it is possible for most people to train their ear so that they can perceive fairly 'objectively', that is to say, in agreement with instrumental evidence» <sup>69</sup>. Pergunta-se depois se deve definir-se um bom ouvido («a fine ear») pela capacidade de ouvir de acordo com a comunidade linguística ou pela de concordar com os factos registados pelos aparelhos, para concluir que, no segundo caso, sempre a máquina será preferível ao mais apurado dos ouvidos, e que «the best 'objective' analysis of speech melody is made by instruments» <sup>70</sup>. Ora, colocar o problema nestes termos é, por um lado, desvirtuar a questão do valor da fonética auditiva nas suas relações com a instrumental, e por outro começar por uma fase secundária do que o linguista pode e deve pedir ao ouvido humano. Com efeito, há-de a primeira etapa necessariamente consistir na determinação dos valores oposicionais, e só numa segunda se passará à dos factos de substância. Hadding-Koch apenas encara a última. O que é primordial para a linguística é saber se um termo *A* se opõe a *B*, e não *como* ou *de que modo* essa eventual oposição se substancia. Quer dizer: a meu ver, o que antes de mais deve perguntar-se aos informantes é se, por exemplo, entendem *A* como enunciação ou como interrogação, *B* como «frase» terminada ou não-terminada, etc. Só depois se pode perguntar-lhes quais as características físicas de *A* ou de *B*. Não admira, de resto, que eles não saibam responder a tal pergunta, e a situação, neste domínio das unidades «supra-segmentais», não será fundamentalmente diversa da que ocorre no

---

<sup>66</sup> K. HADDING-KOCH, *ob. cit.*, p. 14.

<sup>67</sup> *Id.*, *ib.*, p. 29.

<sup>68</sup> *Id.*, *ib.*, p. 30.

<sup>69</sup> *Id.*, *ib.*, p. 30.

<sup>70</sup> *Id.*, *ib.*, p. 30.

plano fonemático: o informante saberá dizer que /pata/ se distingue de /bata/ porque /p/ e /b/ são diferentes, mas já será mais difícil obter dele uma descrição das substâncias de /p/ e /b/. E se consegue isolar /p/ e /b/ do contexto, isso acontece porque, por um lado, ele é capaz de pronunciar, melhor ou pior um *p* e um *b* isolados, e porque, por outro, se possuir alguma instrução, terá presente a imagem gráfica de um e do outro fonema <sup>71</sup>. Relativamente aos factos entonacionais a situação é diversa <sup>72</sup>, por isso que a curva tonal não pode nunca na prática dissociar-se do contexto fonemático e porque a ela não corresponde, senão muito vagamente e de forma ilusória <sup>73</sup>, uma experiência gráfica. É que, retomando para resumir a formulação de Bolinger, «the syllabic phonemes have a counterpart in nature. Levels — four or six or sixty — have none» <sup>74</sup>.

Em segundo lugar, se a linguagem é, como se tem dito, um instrumento ou uma actividade cuja razão de ser reside na comunicação e que para este fim toda uma comunidade linguística utiliza, não se vê que seja necessário um ouvido extraordinariamente apurado ou treinado para satisfazer as necessidades dessa comunicação. O indivíduo que, dentro de determinada comunidade linguística, se mostra capaz de interpretar correctamente os sinais

---

<sup>71</sup> Cf. adiante 1.2.2.

<sup>72</sup> Digo entonacionais e não prosódicos porquanto é necessário distinguir uns dos outros. Nas línguas tonais, os prosodemas (= tons distintivos) são unidades discretas e vão por isso de par, na consciência linguística dos falantes, com os fonemas; têm, por outro lado, representação gráfica, cuja ausência muito dificulta a leitura aos próprios membros da comunidade linguística que os usa. Cf. a este respeito, para experiências com o yoruba e o ibo (Nigéria), BERTIL MALMBERG, «Haut ~ Bas' ou 'Montant ~ Descendant' ?», *Language and Society*, pp. 99-107, especialmente pp. 102-103.

<sup>73</sup> Através dos sinais da pontuação, que, por ocorrerem linearmente, não dão a impressão, ao observador desprevenido, de representarem algo que afecta segmentos de grande extensão. — Isto nas línguas ditas de cultura, provavelmente por falta de hábito. Confirma este ponto de vista o facto de os homens que falam huatla, dialecto do Mazateco falado no México, serem capazes de abstrair o tom do fonema, pois aprendem a fazê-lo desde crianças a fim de adquirirem a forma assobiada da língua; pelo contrário, as mulheres, que não aprendem esta forma, são incapazes de realizar tal dissociação: GEORGES M. COWAN, «Mazateco Whistle Speech», *Lg* 24 (1948): 64-75; CHARLES F. HOCKETT, *A Manual of Phonology* 023; cf. SARAH C. GUDSCHINSKY, «Native Reactions to tones and Words in Mazatec», *Word* 14 (1958): 338-345. — Sobre línguas assobiadas, cf.: A. CLASSE, «Phonetics of the Silbo Gomero» *ArL* 9 (1957): 44-61; R. G. BUSNEL, A. MOLES e B. VALLANCIEN, «Sur l'aspect phonétique d'une langue sifflée des Pyrénées françaises», *Proceedings of the Fourth International Congress of Phonetic Sciences*, pp. 533-546.

<sup>74</sup> DWIGHT L. BOLINGER, in *Word* 7 (1951): 208. — Note-se que dou à formulação de Bolinger extensão maior do que ela tem no original, por não restringir a sua parte negativa aos níveis significantes.

simbólicos usados por tal comunidade dispõe dum ouvido perfeitamente objectivo, que só o não seria se, por absurdo, tomássemos como padrão as informações dos aparelhos. Quando o valor fonético de uma mensagem não é o mesmo para o auditor e para o locutor, pode haver para o facto mais de uma explicação: o locutor pretendeu dizer uma coisa e disse outra (caso de má articulação); o meio transmissor deformou a mensagem emitida (ruídos ambientes, características do aparelho transmissor, como por ex. o telefone). O caso dos indivíduos atacados de lesões auditivas é particular e deve ser interpretado como não se encontrando o ouvido destes indivíduos apto a funcionar dentro da comunidade linguística, do mesmo modo que um motor eléctrico previsto para funcionar com corrente de 220 volts não funciona bem recebendo corrente de 110. Pretender que o ouvido se engana é um daqueles lugares-comuns que infelizmente se vão repetindo sem crítica <sup>75</sup>; o que não deve é pedir-se-lhe mais do que aquilo que ele está habilitado a fornecer <sup>76</sup>.

#### O PRESENTE TRABALHO

1. 1. 17 Nas páginas precedentes, procurei citar os principais métodos utilizados no estudo da entoação, acompanhando a exposição de alguns comentários sobre o valor de cada um deles. Aludi também a alguns dos problemas de maior importância que se levantam ao estudioso, nomeadamente o da situação dos factos entonacionais relativamente aos sistemas linguis-

---

<sup>75</sup> Da generalização deste são também responsáveis alguns filólogos, ao «explicarem» por «erros de audição» ou por casos de «audição defeituosa» certas transformações fonéticas que não se integram no quadro pré-estabelecido das assimilações, metáteses, etc.

<sup>76</sup> As relações entre a fonética auditiva e a instrumental devem pois situar-se em plano diferente daquele geralmente adoptado. Para me servir de uma imagem geométrica, direi que não devemos situá-las numa mesma sucessão linear, onde do ponto *A* ao ponto *B* se encontrasse a audição e de *B* a *C* os instrumentos. A audição, e portanto a fonética auditiva, constituem linearmente um campo fechado; os instrumentos, e portanto a fonética instrumental, ocupam outra linha, em plano paralelo, de investigações, as quais podem contribuir para esclarecer, mas nunca para completar, os elementos daquela, que a si mesmos se bastam. Como já tive ocasião de afirmar, uma das tarefas urgentes da fonética geral consistirá em determinar os tipos de relações entre a audição e a acústica: JORGE MORAIS-BARBOSA, «Fonética e Fonologia», *RP* 26 (1961): 307-314, aqui p. 313. — Para complemento das considerações aqui expendidas, cf.: BERTIL MALMBERG, «La linguistique structurale et la phonétique expérimentale», *Acta Conuentus Romani*, pp. 67-85, passim; ID., «Haut ~ Bas ou 'Montant' ~ 'Descendant' ?», *Language and Society*, pp. 99-107, aqui pp. 104-107.

ticos, o da sua análise por níveis significantes ou por configurações, e ainda o do valor relativo das informações auditivas e instrumentais. Não esgotei, nem pretendi esgotar, o assunto, quer por não haver citado tudo quanto se fez neste domínio ou por haver apenas citado, sem crítica, alguns títulos, quer ainda porque são mais numerosos os problemas da entoação, entre os quais seria necessário incluir, além de outros, o das relações entre a melodia, a intensidade e a quantidade, as junturas, pausas, etc. No devido lugar se fará referência a estes problemas, de maior ou menor importância, mas em relação aos que se desenvolveram todos secundários, pelo menos neste contexto.

Passada desse modo uma vista de olhos sobre o que até hoje se tem feito no domínio da entoação, é agora altura de dizer alguma coisa sobre os princípios que nortearam nas suas linhas gerais o presente trabalho, em cuja concepção e elaboração tive na devida conta a experiência dos precedentes.

A minha formação linguística levou-me naturalmente a orientar o estudo no sentido de descobrir o sistema estrutural da entoação portuguesa. Para tanto, procurei ver claro no conjunto de factos entonacionais, com o propósito de distinguir o que é essencial e constante do que é marginal, esporádico ou acidental. Pareceu-me indispensável não confundir valores funcionais e valores físicos, por um lado, nem aspectos diferentes da linguagem humana, por outro. Quanto a este último ponto, inspirei-me da divisão tripartida das funções da linguagem, como as definiu Bühler<sup>77</sup>. Só depois de determinados os valores funcionais passei ao estudo dos valores físicos, que não é exaustivo, não só porque a experiência me mostrou não ser ainda hoje possível chegar a uma conclusão definitiva e sistemática acerca dos seus componentes, mas também porque tal tarefa incumbe mais propriamente aos físicos que aos linguistas.

O *corpus* utilizado é principalmente constituído por uma série de textos gravados em fita magnética. Grande parte destes textos fazem parte dos arquivos sonoros da Emissora Nacional de Radiodifusão Portuguesa (Lisboa), donde foram copiados. Uma bobina contém entrevista que o autor concedeu em 1961 à Radiodifusão sueca para o seu programa português. Outros textos foram gravados expressamente para o autor por diversas pessoas que tiveram a amabilidade de lê-los diante dos microfones. Os textos escolhidos são de naturezas bastante diversas: palestras, discursos políticos, entrevistas, leituras de noticiários e de notas informativas, peças dramáticas (entre as

---

<sup>77</sup> KARL BÜHLER, *Teoría del Lenguaje*, pp. 51 ss. e passim.

quais o *Frei Luís de Sousa*, de Almeida Garrett, em adaptação radiofónica da Emissora Nacional), textos literários em prosa e poesia, etc. Preferi este tipo de *corpus* ao constituído por textos elaborados com vista a conterem todos os factos interessantes para o estudo entonacional e dados depois a ler a uma série de locutores (tipo do *corpus* utilizado por K. Hadding-Koch) <sup>78</sup>. A situação falsa que é a do indivíduo obrigado a «dialogar» consigo próprio parece-me conduzir, senão a certa falta de espontaneidade ou naturalidade (ou por compensação a uma «espontaneidade» ou «naturalidade» artificialmente criadas), pelo menos a menor gama de valores oposicionais, sobretudo no plano da expressão. O «saber técnico» <sup>79</sup> do autor, a sua experiência de utente do português, sua língua materna, permitiu-lhe também recorrer a pequenas experimentações sobre as suas próprias realizações de textos escritos e à observação de factos entonacionais na expressão oral quotidiana dos seus compatriotas. A selecção dos locutores fez-se com base não na proveniência geográfica deles (como geralmente se pratica em geografia linguística), mas sim de acordo com o critério da normalidade da sua elocução. O *idiolecto* <sup>80</sup> seleccionado como padrão, e sobre o qual incide o estudo, é o da «bonne société» de Lisboa. Sabendo que o que primeiro notamos ao contacto com outro falar da mesma língua é precisamente a diferente entoação, procurou-se ajuizar da genuidade dos textos pelas informações de uma série de indivíduos naturais de Lisboa ou desde muito cedo aqui radicados, todos pertencentes àquela «bonne société» e quase todos universitários. As estadias do autor no estrangeiro permitiram-lhe conviver com portugueses obrigados a exprimir-se em línguas diversas da sua, especialmente o inglês e o francês; a deficiente entoação de alguns deles ao falarem essas línguas revelou-lhe alguns dos traços físicos mais salientes da entoação portuguesa, transplantados para idiomas estrangeiros. O seu contacto com estrangeiros que falam português, em especial alunos da Universidade Católica de Paris, proporcionou-lhe contra-provas de tais observações.

O estudo dos valores físicos, na medida em que se fez, processou-se pelo espectrógrafo («Sona-graph» da Kay Electric) e pelo «Trans-Pitchmeter» construído por B. Frøkjær-Jensen, conectado com um mingógrafo de

---

<sup>78</sup> K. HADDING-KOCH, *The Intonation of Southern Swedish*, pp. 26-27. Cf. *ib.*, pp. 22-25, as suas considerações sobre a escolha do *corpus*.

<sup>79</sup> Cf. J. HERCULANO DE CARVALHO, *Introdução aos Estudos Linguísticos* 2.1.1; *Id.*, *Palestras Linguísticas* (2.ª série), 1.

<sup>80</sup> Utilizo aqui a palavra *idiolecto* no sentido extensivo que lhe dá J. HERCULANO DE CARVALHO, *Introdução aos Estudos Linguísticos*, 2.3.3 e n. 1.

Elema (Estocolmo)<sup>81</sup>. Não foi infelizmente possível recorrer à síntese do som.

Os textos citados no decorrer da obra vão transcritos fonologicamente, de acordo com a descrição estrutural do fonetismo português apresentada pelo autor noutra local<sup>82</sup>.

---

<sup>81</sup> Cf. atrás 1.1.5 e 1.1.6.

<sup>82</sup> J. MORAIS-BARBOSA, «Phonologie portugaise», a aparecer num dos próximos volumes de *Word*. — A determinação fonemática operou-se aqui no âmbito da palavra lexical e não no de segmentos mais vastos. Daí que, por exemplo, o *-s* seja indiferentemente representado na transcrição pelo símbolo do arquifonema /S/, quer preceda pausa realizada, quer se lhe siga fonema central, quer fonema marginal, e neste caso surdo ou sonoro (assim *os olhos* = /uS 'oʎuS/, *os pais* = /uS 'pajS/, *os bois* = /uS 'bojS/).

## OS SIGNIFICANTES ENTONACIONAIS

### FORMA E SUBSTÂNCIA

1. 2. 1 Ao afirmar, com ou sem razão, que «dans la langue il n'y a que des différences»<sup>1</sup>, definia Saussure, ao mesmo tempo que um dos primeiros e mais frutuosos princípios da linguística moderna, uma concepção das línguas como «formas» e não como «substâncias» e por consequência todo um programa de investigação, diametralmente oposta à investigação tradicional, cuja grande descoberta fora precisamente a da substância<sup>2</sup>.

É esse princípio saussuriano o ponto de partida dos estudos fonológicos contemporâneos. Com efeito, o que em primeiro lugar nos leva a estabelecer a existência em português dos fonemas /p/, /b/, /m/, /n/, /l/, etc., é a consideração do facto que um enunciado como *Está aqui a bata* ficará irremediavelmente alterado se no lugar do segmento *b* aparecer um *p*, um *m*, um *n*, um *l*, etc.; e o que nos permite afirmar que não há em português oposição entre um *b* «perfeitamente oclusivo» e um *b* «imperfeitamente oclusivo» é que podemos indistintamente pronunciar [ˈbata] ou [ˈβata] sem que por isso o enunciado deixe de ser um só e o mesmo.

Os dois casos foram escolhidos propositadamente. Para definir a oposição entre as unidades da primeira série, bastou-nos falar vagamente de um /b/ «diferente» de /p/, /m/, etc.; ao examinar a possibilidade de oposição entre duas unidades *b*, caracterizámos uma delas como «perfeitamente oclusiva» e a outra como «imperfeitamente oclusiva». Dessa formulação poderia concluir-se que no primeiro caso apontámos apenas uma diferença, abstenho-nos de a caracterizar em termos físicos, ao contrário do que teríamos feito no segundo, para o qual demos uma caracterização nestes termos. Mas a conclusão seria apressada, por se basear num aspecto marginal do problema. Na realidade, o essencial não consiste na caracterização das unidades, mas sim no processo, anterior, de determinação de tais unidades, o qual se situa no momento da análise do enunciado e da sua segmentação. Ora, nesse momento, o processo foi o mesmo para os dois casos: o da comparação entre enunciados potencialmente diversos, acerca dos quais desejamos

---

<sup>1</sup> F. DE SAUSSURE, *Cours*, p. 166.

<sup>2</sup> Cf. LOUIS HJELMSLEV, in *Acta Linguistica* 3 (1942-1943): 129.

saber se efectivamente são ou não diversos, para da resposta a esta pergunta deduzir se há ou não identidade entre determinados segmentos — [p]-[b]-[m] por um lado, [b]-[β] por outro. Praticamente, o processo desenrola-se em duas fases. A primeira consiste numa *estruturação preliminar*<sup>3</sup> da massa física amorfa que é a sucessão de vibrações acústicas ininterruptas e que nos leva, por exemplo, a colocar a explosão do *b* de *bata* «para o lado» das suas implosão e tensão, e não «para o lado» do *a*; é essa estruturação preliminar que pratica o não-foneticista ao analisar qualquer mensagem articulada, e ela a responsável pelas transposições dos chamados «hábitos» ou «tipos articulatorios» (do que a fonética tradicional designa vagamente por «base articulatória») de uma língua primeira ou funcionando como tal<sup>4</sup> para outra que se começa a estudar — facto bem conhecido dos professores de línguas. A segunda fase é a da estruturação propriamente linguística, esta privilégio do fonólogo.

Nem sempre os linguistas se têm dado conta da relativa complexidade do processo, que por vezes parecem pretender reduzir à segunda fase, ao defenderem-se de qualquer contacto com a substância física que constitui os enunciados. Quem mais longe levou essa atitude foi a Glossemática de Louis Hjelmslev e seus discípulos do Círculo Linguístico de Copenhague<sup>5</sup>, cuja preocupação consistiu em basearem as suas análises em critérios puramente formais, com exclusão de quaisquer considerações de ordem substancial. Tal tentativa não resiste todavia à crítica, como tão bem mostraram Eli Fischer-Jørgensen, voz dissidente dentro do Círculo<sup>6</sup>, e André Martinet<sup>7</sup>. Levado ao extremo, um critério puramente distribucional afigura-se inviável, quando mais não seja porque só é susceptível de ser distribuída alguma coisa

<sup>3</sup> Inspiro-me aqui em EUGENIO COSERIU, *Forma y sustancia*, especialmente 4.2.2-4.

<sup>4</sup> Por vezes, uma língua segunda (quer dizer: não «materna») pode funcionar como primeira («materna») no aprendizado de nova língua, e sobrepor-se até à verdadeira primeira língua. O caso mais interessante de que tenho conhecimento directo é o de uma senhora sueca, estudante de português, que transplantava para esta língua os «hábitos articulatorios» do espanhol (língua que falava correctamente), mas nunca os suecos, e isto mesmo quando dispunha na sua língua «materna» de sons idênticos a sons portugueses, não usados pelo espanhol com valor distintivo, como, por exemplo, [o] e [ɔ].

<sup>5</sup> V. sobretudo: L. HJELMSLEV, *Prolegomena to a Theory of Language*; ID., «La stratification du langage», *Word* 10 (1954): 163-188. V. também B. SIERTSEMA, *A Study of Glossematics*.

<sup>6</sup> ELI FISCHER-JØRGENSEN, recensão a L. HJELMSLEV, *Omkring sprogteoriens grundlæggelse*, in *NTTS* 7 (1943): 81-96.

<sup>7</sup> A. MARTINET, «Au sujet des *Fondements de la Théorie Linguistique* de L. Hjelmslev», *BSL* 42 (1942-1945): 19-42. Cf. ROMAN JAKOBSON e MORRIS HALLE, *Fundamentals of Language* e 2.45, e JORGE MORAIS-BARBOSA, «Fonética e Fonologia — Problemas Teóricos e Metodológicos», *RP* 26 (1961): 307-314.

que exista e porque, no caso concreto das unidades linguísticas, a sua existência apenas poderá ser determinada por referência ao que lhes corresponde nos enunciados, estes manifestamente substanciais: só considerando alguma realidade ouvida nos encontramos aptos a distinguir *bata de pata* e /b/ de /p/, e a identificar como uma mesma unidade /a/ o elemento central da primeira sílaba de cada uma das duas palavras.

Isso não significa no entanto que a descrição linguística — a descrição fonológica neste caso — deva fazer-se por referência ao plano do conteúdo, da substância, de acordo com a prática fonética tradicional. A descrição deve ser autónoma, e «autónomo», em linguística, quer dizer estrutural. Simplesmente, a descrição situa-se na segunda fase do processo analítico dos enunciados, na fase de estruturação propriamente dita. Ora esta segunda fase pressupõe, como vimos, a primeira, em que se recolheram os dados a estruturar, os quais não foram forçosamente definidos, descritos, em termos físicos, mas apenas, digamos de maneira vaga, *sentidos, apreendidos*: o linguista que constata uma diferença entre /b/ e /p/ porque *bata e pata* são distintos, e que não constata diferença entre [b] e [β] porque ['bata] e ['bata] o não são, procede como o simples falante a quem o seu «saber técnico» diz o mesmo, embora talvez noutros termos, sem atender explicitamente aos traços «sonoridade»-«surdez» no primeiro par, «oclusão perfeita»-«oclusão imperfeita» no segundo. De qualquer maneira, é inevitável o contacto, no primeiro momento da análise, com os factos de substância.

O processo analítico dos enunciados que acaba de ser descrito, descoberto pela fonologia e desta transposta de vários modos para o plano morfológico<sup>8</sup>, deve a meu ver manter-se quando pretendemos passar ao estudo dos factos entonacionais. Desse modo ficaremos certos de não aplicar critérios diferentes, com prejuízo da visão de conjunto, aos vários sectores por que se repartem as unidades gramaticais — supondo *a priori* que podemos isolar unidades entonacionais e que estas têm estatuto gramatical<sup>9</sup>.

1. 2. 2 Ao estudar a entoação de uma língua servimo-nos pois, uma vez reunido o *corpus*, de um processo analítico duplo. Simplesmente aqui a estruturação preliminar de que atrás falei apresenta-se talvez com aspecto algo diferente, reduzida ao método dito da comutação, o qual, como vimos, é o que nessa estruturação fundamentalmente interessa: assim como em *bata-pata* o que essencialmente conta é a diferença significante entre as duas palavras, e é a partir dela que chegamos à diferença distintiva entre /b/ e /p/,

<sup>8</sup> Cf. os tratamentos de E. A. NIDA, *Morphology*; JOSEPH H. GREENBERG, *Essays in Linguistics*, pp. 18-27; C. L. EBELING, *Linguistic Units*, pp. 107-133.

<sup>9</sup> V. adiante em especial 1.3.8.

assim também, em face dos dois enunciados «*Tu viste.*» e «*Tu viste?*», notaremos provavelmente uma diferença significativa entre eles, dado que o primeiro corresponde a uma afirmação e o segundo a uma interrogação.

Mais difícil será passar à etapa correspondente, neste sector, à que nos permitiu isolar /b/ e /p/, mas isto por razões marginais de experiência. O próprio facto de os fonemas serem chamados «unidades segmentais» e as unidades entonacionais serem ditas «supra-segmentais» sugere uma explicação para o caso: com efeito, bastará um mínimo de esforço para, destacando o /b/ de *bata*, o articular isoladamente da sucessão fónica que se lhe segue, /'ata/, esta pronunciável sem qualquer dificuldade; por isso o /b/, como /p/, o /a/, etc., são realidades palpáveis ao próprio sentido muscular do falante e assim facilmente aceitáveis pela sua «consciência linguística»<sup>10</sup>. Pelo contrário, uma curva tonal impregna o enunciado de tal maneira que só por um esforço considerável de abstracção será possível isolá-la dele: ao passo que não oferece dificuldades retirar a /'bata/ o seu /b/ e pronunciar, para me exprimir assim, «*bata sem b*», não será nunca possível retirar toda e qualquer curva tonal a «*Tu viste.*» e pronunciar «*Tu viste.*» sem entoação. O único modo de abstrair uma curva tonal dum enunciado e dar-mo-nos conta da sua presença consiste em substituí-la por outra curva afecta ao mesmo enunciado, ou seja, por exemplo, opor «*Tu viste.*» a «*Tu viste?*».

1. 2. 3 A dificuldade de consciencialização, para além da simples constatação de uma diferença significativa implícita, das unidades supra-segmentais deve-se decerto, pelo menos em parte, à estrutura das línguas que falamos e ao meio cultural em que vivemos. Algumas considerações bastarão para o provar.

Por uma necessidade física inerente à natureza e ao funcionamento das cordas vocais e de outros órgão do chamado aparelho fonador, sucede que cada segmento participante dum enunciado ou constituindo por si só um enunciado oral se pronuncia sempre acompanhado, digamos recoberto em toda a sua extensão, de determinada linha tonal, que será ou parte de uma linha mais longa ou a própria linha total, respectivamente. Só em casos excepcionais essa linha será um segmento de recta: na grande maioria das ocorrências apresentar-se-á com forma oscilante ou curva. Passa-se isto não só em português mas também em qualquer outra língua — em francês, em alemão, em sueco ou em chinês. Pois, apesar de serem assim gerais as variações melódicas na frase e de haver portanto constantes subidas e descidas de tom, um português confrontado com palavras suecas dos tipos

---

<sup>10</sup> Cf. atrás 1.1.16.

*änden* «o pato» e *ånden* «o espírito» dar-se-á talvez conta de existir uma diferença entre as duas, mas não saberá identificar essa diferença como resultante da oposição entre um acento tonal de certo tipo («acento 1») em *änden* e um acento tonal doutro tipo («acento 2») em *ånden* <sup>11</sup>. A dificuldade aumentará progressivamente, e é provável até que desapareça a própria consciência de diferença, se do sueco passar sucessivamente para os dialectos chineses de Tangsi, que distingue três tons <sup>12</sup>, e de Pequim, que distingue quatro <sup>13</sup>, para o bariba que distingue cinco <sup>14</sup>, para o hotentote que distingue seis <sup>15</sup>, ou para certas variedades de cantonês que distinguem oito ou nove <sup>16.17</sup>. Um sueco, pelo contrário, distinguirá sempre os dois tipos existentes na sua língua e não hesitará nunca em identificá-los como «acento 1» ou «acento 2», consoante os casos, exactamente do mesmo modo que o português não confunde /b/ e /p/. Passando, no entanto, para o sistema pequinês, hotentote ou cantonês, esse mesmo sueco ver-se-á naturalmente impossibilitado de identificar os quatro, seis ou nove tons destes sistemas, ou será tentado a interpretá-los em termos dos dois acentos que conhece. É óbvio que um pequinês, um hotentote ou um cantonês reagirão aos seus tons exactamente como o sueco reage aos dele. Se o português «não ouve» diferenças tonais ao nível da palavra, é porque na sua língua elas não são distintivas no plano lexical. O que de tudo isso se conclui é a importância da experiência linguística de cada um na abstracção das unidades supra-segmentais, a qual de resto vai de par com a capacidade abstractiva das outras unidades: o português distingue sem dificuldade /b/ de /p/ porque na sua língua estes dois fonemas se opõem, mas não verá duas unidades diferentes no primeiro elemento marginal de *quilo* e *curto*, identificado como /k/; pelo contrário, um havaiano confundirá /b/ e /p/ <sup>18</sup>, enquanto certos esquimós distinguirão a dorso-velar anterior /k/ da dorso-velar posterior /q/ <sup>19</sup>.

É no entanto natural que o sueco, embora sentindo perfeitamente a

<sup>11</sup> As realizações físicas destes acentos variam de região para região e por isso torna-se difícil descrevê-los em termos gerais. V. BERTIL MALMBERG, «Recherches expérimentales sur l'accent musical du mot en suédois», *ANPhE* 16 (1940): 62-76; *Id.*, *Sydsvensk ordaccent*; *Id.*, *Observations on the Swedish Word Accent*; K. HADDING-KOCH, *The Intonation of Southern Swedish*, pp. 62 ss. (com bibliografia).

<sup>12</sup> CHARLES F. HOCKETT, *A Manual of Phonology*, 2322.

<sup>13</sup> BERNHARD KARLGRÉN, *Etudes sur la phonologie chinoise* I, pp. 253-259.

<sup>14</sup> CHARLES F. HOCKETT, *A Manual of Phonology* 22112 e 2322.

<sup>15</sup> D. M. BEACH, *The Phonetics of the Hotentot Language*, pp. 129 ss.

<sup>16</sup> CHARLES F. HOCKETT, *A Manual of Phonology* 2322; *Id.*, *A Course in Modern Linguistics* 11.8.

<sup>17</sup> Para os problemas de tons, v. KENNETH L. PIKE, *Tone Languages*.

<sup>18</sup> Cf. CHARLES F. HOCKETT, *A Manual of Phonology* 252111.

<sup>19</sup> *Id.*, *ib.*

diferença entre os seus dois acentos tonais, o que lhe permite identificá-los sem erro, não seja capaz de os pronunciar isoladamente. O mesmo sucede com o português, que nunca confundirá *pediram* e *pedirão*, que verá nos dois termos deste par uma oposição de esquema acentual (— — — e — — — respectivamente), mas que não será capaz de pronunciar sem suporte silábico o acento assim abstraído. A razão do duplo facto é que tanto os acentos suecos como o acento português surgem sempre affectos a uma sequência de duas sílabas os primeiros, a uma sílaba o segundo. A reacção aos tons deve fazer-se, em todas as línguas que os possuem com valor distintivo *grosso modo* como em sueco. Há no entanto um caso particular, a que já tive ocasião de me referir atrás<sup>20</sup>: o dos homens que falam huatla e que, para aprenderem a forma assobiada da língua, se habituam desde cedo a abstrair o tom do complexo fonético em que ele se integra, enquanto as mulheres, que não aprendem essa forma, não são capazes de o fazer. Isto mostra bem o papel da cultura na capacidade de reconhecer, de isolar e de praticar isoladamente os tons e, por extensão decerto viável, uma melodia frásica, uma curva tonal mais extensa. Admitindo como exacto que um tipo frásico como «*Tu viste?*» oferece sempre uma entoação constante bem caracterizada, digamos ascendente de uma unidade, nada nos impede de aceitar que uma comunidade portuguesa culturalmente idêntica à que fala huatla fosse capaz de abstrair do complexo «*Tu viste?*» a sua entoação e de a realizar vocalmente sem suporte fonémico. Tal possibilidade afigurar-se-á aliás menos teórica do que à primeira vista pode parecer, se nos lembrarmos do valor afirmativo, interrogativo ou admirativo que reveste o som geralmente só nasal grafado *Hum*, *Hum?* ou *Hum?!*, para não citar mais, e cujo tom poderia ser grosseiramente definido como descendente, ascendente e quebrado e simbolizado por  $\backslash$ ,  $/$  e  $\backslash/$ , respectivamente.

A comunidade linguística não necessita todavia de uma tão avançada consciencialização das unidades supra-segmentais para as utilizar perfeitamente, sem perigo de confusão, no fenómeno multidiário da comunicação: basta-lhe o seu «saber técnico» de que «*Tu viste.*» difere de «*Tu viste?*» como uma afirmação de uma interrogação, de «*Tu viste.*» + «objecto» («*Tu viste o livro.*», por exemplo) como uma enunciação completa de uma incompleta, de «*Tu viste!*» como uma afirmação «neutra» de uma afirmação insistente ou admirativa, etc.

1. 2. 4 Posto isso, ao iniciarmos o estudo da entoação de uma língua, oferecerá a meu ver grandes vantagens metodológicas demorarmo-nos tanto quanto possível no momento da estruturação preliminar em que actua o

---

<sup>20</sup> Cf. 1.1.16 n. 73.

saber técnico dos falantes, a fim de determinarmos, em termos de simples «diferenças» significantes, os vários tipos que se opõem — melhor, nesta fase, seria dizer «que se distinguem» — entre si. Desse modo teremos a certeza de partir de um contacto estreito com a substância, sem que por isso considerações de natureza substancial venham perturbar a apreensão de tais diferenças na sua maior simplicidade.

Não procederam no entanto deste modo os linguistas que se têm ocupado de problemas entonacionais e descrito «sistemas» de entoação. O que na maioria dos seus trabalhos encontramos, desde o início, são referências explícitas a factos de substância, nomeadamente de altura tonal, descrições de substâncias antes do estabelecimento de oposições formais. O processo lembra a prática tradicional de descrição fonética das línguas.

É facto conhecido que a noção mais ou menos vaga de fonema (e a de morfema) existia já bastante antes da fonologia como disciplina organizada, um dos méritos da qual consistiu apenas em precisá-la e explicitá-la: tal noção está na origem da invenção da escrita fonética e enquadra todas as análises fonéticas, mesmo as dos autores mais positivistas como, por exemplo, Rousselot. Contudo, a investigação tradicional só esporadicamente lhe alude, descrevendo o /p/, por exemplo, em termos de entidade substancial evidente, cuja existência como unidade distintiva inconscientemente se aceita sem discussão nem prévia comprovação. Por outras palavras: a fonética tradicional começa por descrever a substância do /p/ — «consoante bilabial surda», às vezes «sonorizada», geralmente «não aspirada» mas por vezes acompanhada de maior ou menor aspiração, geralmente constituída por três fases denominadas intensão, tensão e distensão, mas às vezes só por duas ou uma destas fases, etc. —, sem primeiro se preocupar com a razão por que engloba sob o mesmo título /p/ articulações em si mesmas tão díspares.

Até certo ponto, encontramos idêntica prática nos trabalhos, mesmo modernos, consagrados à entoação desta ou daquela língua. Seria fácil ilustrar cabalmente a asserção com exemplos extraídos das obras de linguistas ocasionais, como, por exemplo, as citadas atrás no cap. 1, n. 31. Preferível será contudo citar autor mais responsável. K. L. Pike por exemplo, baseado no seu princípio dos quatro níveis significantes, organiza os parágrafos do seu estudo sobre a entoação do inglês americano de maneira sintomática, de acordo com as descidas ou subidas de tom: «Contours Falling to Pitch Level Four», «Contours Falling to Pitch Level Three», «Contours Rising from Pitch Level Three», «Contours Rising from Pitch Level Four», «Contours Rising from Pitch Level Two to One, and Falling from One to Two», «Level Contours», etc.<sup>21</sup> E o parágrafo 4.1.1 começa deste modo elucidativo: «All

---

<sup>21</sup> K. L. PIKE, *The Intonation of American English* 4.1.1-6.

falling contours have a meaning of contrastive pointing.» Mais adiante, compara os contornos <sup>o</sup>1-4 e <sup>o</sup>2-4, dizendo que o primeiro deles é relativamente ao outro «more intensely contrastive and pointing, so that it often becomes insistent», ao mesmo tempo que acrescenta «an important further element of unexpectedness, which may be variously surprise or unusual attention or contrast»<sup>22</sup>.

É certo que Pike não chega pròpriamente a descrever a substância dos contornos, pois estes, constituídos pelo que chama *pitch phonemes* (níveis significantes), têm já estatuto funcional. A substância só seria efectivamente descrita se nos indicasse, tanto quanto possível, a altura tonal física de cada ponto do contorno, ou pelo menos daqueles pontos que retém como pertinentes. No entanto, é óbvio que a identificação de contornos como, por exemplo, <sup>o</sup>1-4 e <sup>o</sup>2-4 aponta de maneira muito precisa para realidades físicas, mesmo se estas realidades são consideradas relativas e variáveis de individuo para individuo: uma descida tonal máxima no primeiro caso, de segundo grau no outro. Por outro lado, os contornos são apresentados imediatamente com a respectiva conotação significativa — a sua substância semântica — em termos de atitudes do locutor<sup>23</sup>. Ora as atitudes — insistência, surpresa, maior ou menor atenção ou interesse, etc. — são factos psicológicos, de comportamento, e as manifestações psicológicas não são fenómenos essencialmente linguísticos, embora as observemos sempre, duma maneira ou doutra, nos actos de comunicação. A impressão que retiro da leitura do trabalho de Pike é que o Autor não conseguiu, ou não quis, elevar-se nunca acima dos factos complexos do discurso, para atingir completamente os mecanismos da língua. Note-se, a este respeito, a importância e extensão das modificações de contornos, apresentadas pelo próprio Autor. Tais modificações são, para Pike, devidas a mudanças de *chave* (definida bastante imprecisamente como «the general pitch of the voice», 4.4.1) ou de distância entre os níveis tonais, ao que chama *drift*, à rapidez da elocução, ao uso de um acento «facultativo» (*optional*), a diferenças na qualidade vocálica, à presença de fronteiras entre partes de palavras, palavras ou partes de compostos, a «graus» de acento (obrigatório, facultativo, enfático, etc.) ou de quantidade fonética (que não é fonémica mas pode ser socialmente significativa), à qualidade da voz (falseto, baixa, alta, etc.), aos «graus» de pausa e ao ritmo,

---

<sup>22</sup> *Id.*, *ib.*

<sup>23</sup> Poderá ver-se aí um paralelo com as descrições morfo-sintáctico-semânticas tradicionais, ao apresentarem, por exemplo, o lat. *-m* como monema do acusativo e este como objecto directo do verbo, ou *cum* como «preposição» que rege ablativo e «indica companhia».

à passagem de um dialecto para outro<sup>24</sup>. Ora, se os contornos de Pike correspondessem realmente a entidades de língua, não se deixariam modificar por factos desta natureza<sup>25</sup>, pela razão muito simples de que tais factos haveriam sido levados em conta antes do seu estabelecimento, para o qual teriam assim contribuído, integrando-os. O outro facto importante, corolário deste, é que, em tais condições, Pike não chega a encontrar um verdadeiro sistema, o qual, a existir, seria definitivo e portanto não modificável<sup>26</sup>.

Parece-me que um dos lapsos de Pike e da maioria dos autores que se têm ocupado de factos entonacionais reside em considerarem estes factos — talvez precisamente por serem ditos «entonacionais» — de natureza essencialmente, senão exclusivamente, melódica. A experiência mostra-os, no entanto, bastante mais complicados. As «causas» de modificações dos contornos americanos apresentadas por Pike só têm lugar na descrição, como sugeri, pelo facto de fenómenos como os de acento, rapidez de elocução, quantidade fonética, etc., não serem considerados de importância paralela à dos fenómenos de tom. De outro modo, os contornos não seriam modificados. Sem pretender negar a contribuição evidente das variações melódicas, considero todos esses factores, supostos marginais, como de importância fundamental na constituição das unidades entonacionais, significantes ou não. A dificuldade de os reconhecer reside no facto de todos se encontrarem amalgamados nas unidades aparentes que são, para falar só das significantes, os «prosodemas»<sup>27</sup>. É essa mais uma razão que me leva a pretender demorar-me tanto quanto possível naquele momento de estruturação preliminar em que se situa o saber técnico do falante, o seu «savoir-faire», o que eu seria tentado a chamar até a sua «sagesse»: o falante é com efeito um «sage» que se serve útilmente das unidades de que dispõe, sem necessitar para tanto de ser o «savant» que as disseca e descreve.

Quer tudo isso dizer, para concluir, que no domínio do estudo da entoação, mais talvez do que em qualquer outro, se afigura essencial uma cuidadosa

---

<sup>24</sup> K. L. PIKE, *ob. cit.*, 4.4. 1-12.

<sup>25</sup> Exceptua-se a mudança de dialecto, a qual não implica modificações de contornos dum sistema, mas, como é óbvio, traz consigo, ao menos potencialmente, a passagem de um sistema a outro e portanto de um conjunto a outro conjunto de realizações de discurso.

<sup>26</sup> Isto embora possa admitir-se, dentro de uma mesma «língua», a existência de vários sistemas de entoação, como acontece com sistemas fonológicos: por exemplo dentro do «francês parisiense» reconhecem-se pelo menos dois sistemas de unidades de segunda articulação, um *sistema máximo* e um *sistema mínimo* (cf. BERTIL MALMBERG, «Observations sur le système vocalique du français», *Acta Linguistica* 2 (1940-1941): 232-246; *Id.*, «La structure phonétique de quelques langues romanes», *Orbis* 11 (1962): 131-178, aqui 138 ss.).

<sup>27</sup> Cf. atrás 1.1.16 nn. 72 e 73 e adiante 1.3.8.

distinção entre o que comumente se designa por forma e substância. E importa sobretudo insistir no facto de que essa distinção essencial deve intervir não só no momento da descrição, mas já bastante antes dele, no momento da recolha dos elementos a estudar e descrever.

#### EM BUSCA DOS SIGNIFICANTES

I. 2. 5 A distinção entre *forma* e *substância* nos domínios da entoação, advogada como essencial na páginas precedentes, leva-nos, ao menos por razões de ordem metodológica, a repensar, aplicando-a a tais domínios, a distinção, que lhe é afim, entre valores físicos e valores funcionais.

Para ser científica, qualquer descrição supõe uma selecção dos aspectos da realidade que devem ser descritos, e a selecção opera-se de acordo com o ponto de vista em que se coloca o descritor. Ao descrever os sons da linguagem humana, o foneticista ocupar-se-á do papel dos órgãos fonadores que intervêm na sua produção, se quiser dar uma descrição fisiológica dos mecanismos desta, mas abstrairá deles, preocupando-se então com as frequências, amplitudes, etc., que intervêm na produção de tais sons, se o seu objectivo consistir num estudo exclusivamente acústico. Para o linguista, são marginais os mecanismos articulatórios e os componentes acústicos dos fones, pois o que essencialmente o preocupa é a função dos fonemas. Por isso, um enunciado como, por exemplo, o esp. *mucho* será diferentemente apreciado pelo fisiólogo, pelo acusticista e pelo fonólogo: o primeiro verá nesse enunciado, conforme as suas preferências, ou uma sucessão de cinco posições articulatórias estáveis, [ˈmutʃo], cada uma delas constituída, por sua vez, de várias fases, ou apenas um movimento geral de passagens desta àquela posição; o acusticista delimitará o seu espectrograma horizontalmente em momentos sucessivos de grupos verticais de frequências (*u*, *f*, por exemplo) ou ausência de frequências (*t*). Um e outro, e é o que nos interessa agora, encontrarão entre as duas unidades centrais duas entidades consonânticas, *t* e *f*, combinadas de certo modo<sup>28</sup>. Pelo contrário, o linguista abstrairá da existência física das fases sucessivas do *m* ou do *tf*, visto que em espanhol a intensão, a tensão ou a distensão não são funcionalmente dissociáveis e que a língua não conhece *f* sem *t* precedente, e verá em cada um daqueles

---

<sup>28</sup> Para a fonética pura, [tʃ] não é em rigor uma combinação de [t] + [ʃ] (cf. GEORGES STRAKA, in *Bulletin de la Faculté des Lettres de Strasbourg* 35 (1957): 279-280 e a bibliografia aí citada; e sobretudo H. M. TRUBY, *Acoustico-cineradiographic analysis considerations with especial reference to certain consonantal complexes*, pp. 146 ss. e 191-192.

complexos articulatório-acústicos apenas uma unidade distintiva, /m/ e /ç/. O /m/ será definido como uma labial nasal porque a língua conhece um /b/ que é labial mas não nasal e um /n/ que é nasal mas não labial; mas, enquanto o mesmo /b/ é definido como sonoro porque a seu lado existe um /p/, surdo, o /m/ não será considerado nem como sonoro nem como surdo porque não se integra em correlação de sonoridade. Serve tudo isso para recordar o facto conhecido que, de um conjunto de traços físicos — fases de articulação, nasalidade, localização, sonoridade, etc. —, o linguista retém alguns como pertinentes e afasta outros por não-pertinentes e portanto redundantes. Deixando o plano fonológico para passar ao das unidades significativas, poderemos por transposição considerar que, dentro dum enunciado como *nós vimos as casas brancas*, cada um dos sintagmas que o constituem apresenta traços redundantes: o monema de significante *nós* em *nós vimos*, porquanto o traço «4.<sup>a</sup> pessoa» já se exprime no *-mos* de *vimos*, e o monema de significante /S/ em *as* e *brancas* visto que o elemento central do segundo sintagma, *casas*, já traz a marca do plural. Poder-se-ia arguir, é certo, que o traço «plural» deve aparecer em mais de um ponto do enunciado; mas o facto é que a sua expressão num só ponto bastaria para caracterizar o enunciado «plural» por oposição a um enunciado «singular». Os traços pertinentes de tal enunciado poderiam simbolizar-se por «ver» + *indicativo* + *perfeito* + 4.<sup>a</sup> *pessoa* — «*casa*» + «*branca*» + *definido* + *plural*, que analisariam igualmente o enunciado inglês não redundante *we saw the white houses*.

Dai se deduz que, quer nos situemos no plano da fonologia quer no da morfo-sintaxe, sempre poderemos encontrar nos enunciados certos segmentos de que faremos abstracção por não-pertinentes ou redundantes, ao lado de outros a que reconhecemos valor informativo. Não se passam diferentemente as coisas no domínio da entoação.

1. 2. 6 Como vimos atrás — e o facto é difficilmente contestável — todo e qualquer enunciado apresenta, para lá dos monemas e fonemas que o constituem e que representam já abstracções resultantes de análises preliminares, uma linha dita tonal (mas em cuja constituição intervêm factores que não exclusivamente variações de tom) que o impregna e, digamos, recobre. Essa linha define-se por uma série de pontos, que representam cada um determinada altura musical — a altura em que foi emitida cada fracção de cada som linguístico. Se considerarmos um espectrograma da palavra portuguesa *amámos* e dividirmos nele a porção correspondente ao /a/ em cinco segmentos sucessivos, encontraremos para cada ponto de segmentação uma certa altura, portanto cinco pontos que, unidos, definirão uma linha — recta, curva, ascendente ou descendente, quebrada, etc. Se o dividirmos em dez segmentos,

a curva será definida por dez pontos. Se o não dividirmos, teremos o que corresponderia à divisão em um só segmento e verificamos que o /a/ foi pronunciado com determinada altura física, que será, *grosso modo*, a média das alturas dos pontos, infinitamente numerosos, em que pode segmentar-se o /a/. Procedendo a análoga segmentação para cada uma das realizações dos outros fonemas constituintes da mesma palavra, e unindo os vários pontos, obteremos uma linha que representará a entoação com que foi pronunciada, na ocorrência, a dita palavra. Por esse processo, obtemos a linha entonacional de qualquer frase, facilmente reconhecível em certos tipos de espectrogramas e mingogramas a que já aludi<sup>29</sup>.

Nem todos os pontos ou segmentos da linha entonacional são no entanto pertinentes para a descrição linguística. Uma das tarefas do linguista consistirá portanto em determinar quais são os pontos ou segmentos que deve reter e quais os que pode e deve abandonar. O método a seguir será, como em fonologia e em morfo-sintaxe, o da comparação entre enunciados, para depois comutar segmentos.

Consideremos uma língua X em que as variações tonais são lexicalmente distintivas, como em sueco ou chinês. Reunido o *corpus* dessa língua, constatamos que existe nela oposição entre, por ex., o que transcreveremos /áta/ e /àta/, /íta/ e /ità/, /úta/ e /ùta/, mas nunca entre [atá] e [atà], [itá] e [ità], [utá] e [utà], ou [átà] e [átá], [àtá] e [àtá], etc. Supondo que a fronteira silábica cai sempre antes do /t/, a conclusão que se impõe é que, em tal língua, as variações tonais só têm estatuto funcional quando ocorrem na primeira sílaba da palavra; variações substancialmente idênticas na segunda sílaba serão irrelevantes para a descrição linguística. Do mesmo modo, se simbolizarmos por [abc]<sup>30</sup> uma curva tonal e verificarmos que tal curva se opõe a [adc], a [aec], a [afc] ... a [azc], mas que não há nunca oposição entre [abc], [ebc], [ibc] ... [zbc], nem entre [abc], [abb], [abd], [abe] ... [abz], teremos de concluir que só o ponto central da curva é, do ponto de vista funcional, entonacionalmente pertinente. Nessas condições, as curvas [abc], [acc], [adc], [aec], [afc] ... [azc] deverão ser apresentadas, numa descrição linguística, como /b/, /c/, /d/, /e/, /f/ ... /z/. Do mesmo modo se apresentarão as curvas numa língua Y ou Z em que só o primeiro ou o último segmento sejam pertinentes, como as da língua em que cada curva contenha apenas um segmento pertinente, mas de localização variável<sup>31</sup>.

<sup>29</sup> Cf. 1.1.5-6.

<sup>30</sup> Uso aqui o itálico para distinguir estes símbolos dos que representam sons ou fonemas.

<sup>31</sup> Seria o caso de uma língua em que [abc], [bac], [acb], [cab] não se opusessem, e portanto correspondessem invariavelmente a /a/ ou a /b/ ou a /c/, cada um destes termos excluindo os outros dois do sistema.

Devemos ainda considerar dois casos que se apresentam com aspectos diferentes. Um deles é o de uma língua em que, dos três segmentos  $[abc]$  da curva, todos fossem pertinentes, dada a existência de oposições significantes  $[abc]-[bbc]-[acc]-[cba]$ ... Este caso não é essencialmente diverso do primeiro, e seria com larga probabilidade o de línguas com maior número de oposições entonacionais; a análise da língua em causa diria, no entanto, se  $[abc]$  deveria nela ser considerado como uma só linha funcional, ou antes como duas ou três <sup>32</sup>. O outro caso seria o de uma língua em que as oposições fossem do tipo  $[aba]-[ada]-[geg]-[hfh]$ : nessa língua, o segmento central seria oponível e portanto pertinente ( $[b]-[d]-[e]-[f]$ ), e seriam também comutáveis os segmentos laterais, mas estes com a reserva de sempre se necessitarem entre si ( $[a...a]-[g...g]-[h...h]$ ), mas nunca, por exemplo,  $[a...b]$  ou  $[g...h]$ , em que a repetição do símbolo não indica repetição do segmento, mas sim necessidade de um segmento que não ocorre isoladamente nessa posição). Estaríamos então em presença do que chamarei um *significante descontínuo*.

1. 2. 7 De qualquer modo, é largamente presumível que os segmentos pertinentes se localizem nos enunciados em pontos variáveis de língua para língua. Como se pode afirmar que não houve ainda duas descrições paralelas de sistemas entonacionais, e como, por outro lado, nunca se procurou demonstrar a verdade deste princípio, só agora explicitamente formulado, torna-se difícil, para não dizer impossível, buscar-lhe exemplos probantes na literatura. Uma das tarefas de quem se propuser descrever a entoação de uma língua consistirá portanto em determinar a que tipo entonacional pertence tal língua. Note-se todavia que, sem ter ido tão longe como seria desejável, Pike viu bem a necessidade de distinguir entre pontos pertinentes e pontos não pertinentes, ao afirmar que «in determining the pertinent level or levels of contour, one does not classify the pitch of every syllable or part of a syllable, but only those points in the contour crucial to the establishment of its characteristic rises and falls; these may be called *contour points*», o que exemplifica: «In any rising or falling contour, two contour points are present: the pitch level at its beginning and the pitch level at its end [...]» <sup>33</sup> K. Hadding-Koch, embora não fosse seu objectivo descrever um sistema de entoação, reconheceu o mesmo, ao considerar como «points of contrast» na entoação do sueco meridional as seguintes posições: início e fim de «utterances» e «measures»; sílabas acentuadas; pontos marcados por variações de tom <sup>34</sup>.

<sup>32</sup> Cf. 1.3.3 ss.

<sup>33</sup> K. L. PIKE, *The Intonation of American English* 3.5.1.

<sup>34</sup> K. HADDING-KOCH, *The Intonation of Southern Swedish*, p. 43. — Para o conceito de «utterance» e «measure», cf. *ib.* pp. 34-35, e no presente trabalho 1.3.3 ss.

E Jurgens Buning - van Schooneveld, apesar de transcreverem a nota musical de cada sílaba na frase, assinalam segmentos pertinentes<sup>35</sup> — o que, note-se de passagem, torna híbridas as suas transcrições, pelo facto de nelas algumas notas terem valor apenas substancial e outras também funcional.

1. 2. 8 Uma vez isolados por comparação e comutação, importa caracterizar os segmentos pertinentes das curvas tonais — os que, por definição, acrescentam à frase determinados valores significativos que os monemas não exprimem. É o que faz com o seu saber técnico, embora de maneira menos consciente, qualquer falante duma língua. Assim, se na língua X considerada supra [abc] for a curva tonal de «Tu viste.» e [adc] a de «Tu viste?», diremos que [b] é o significante de enunciação e [d] o de interrogação; se [aec] «Tu viste!» se caracteriza como enfático em relação a [abc], [e] será o significante de ênfase; se [afc] «Tu viste?!» se distinguir de [adc] por enfático e de [aec] por interrogativo, então [f] será significante de interrogação enfática<sup>36</sup>. É a prática que, *mutatis mutandis* e com rigor variável, encontramos na literatura entonacional. Procedendo deste modo para todos os segmentos significantes duma língua, ao esgotá-los teremos levantado o inventário das possibilidades entonacionais distintivas de tal língua, sem, de acordo com o programa estabelecido, havermos ainda descrito a substância física das curvas tonais, nem sequer a dos seus segmentos distintivos. São as unidades de tal inventário que o linguista submeterá a exame ulterior, procurando reduzi-las às formas funcionais mais simples e ver de que maneira estas formas se organizam eventualmente em sistema.

#### DUAS FUNÇÕES FUNDAMENTAIS DA ENTOAÇÃO

1. 2. 9 Na análise preliminar da língua X, encontrámos uma unidade <b> significante de «enunciação», uma unidade <d> significante de «interrogação», uma unidade <e> significante de «ênfase», e uma unidade <f> significante de «interrogação enfática»; deixámos aí aberta a questão de saber se, num estágio ulterior da investigação, <e> e <f> devem ser interpretados doutro modo. Prosseguindo na análise dos materiais da mesma língua, poderemos vir a encontrar um contorno tonal [agc] de «Tu viste»

<sup>35</sup> JURGENS BUNING e van SCHOONEVELD, *Intonation of Contemporary Russian*, por exemplo p. 13, e passim.

<sup>36</sup> Neste momento pouco interessa que [afc] possa ser interpretado como [de], o que nos impediria de ver em [f] uma unidade sistemológica, para o considerarmos variante combinatória de [d] + [e]. Tal apresentação dos materiais releva do que chamámos a estruturação definitiva, privilégio do linguista, e ocorrerá mais tarde.

exclamativo, [ahc] de «Vê» injuntivo, [aic] de «Tu viste» afectuoso, [ajc] de «Tu viste» condescendente, [akc] de «Tu viste» concessivo, [alc] de «Tu viste» confidencial, [ame] de «Tu viste» sarcástico, etc., etc. De acordo com os princípios estabelecidos, isolaremos as unidades <g> significante de «exclamação», <h> significante de «injunção», <i> significante de «afecto», <j> significante de «condescendência», <k> significante de «concessão», <l> significante de «confidência», <m> significante de «sarcasmo», etc., etc. Num *corpus* de grande extensão — para que a análise seja válida devem figurar no *corpus* todas as possibilidades entonacionais — seríamos naturalmente obrigados a reconhecer a existência de unidades <e'> <e''> <e'''>... e <g'> <g''> <g'''>... de acordo com vários graus de ênfase ou de exclamação, <h'> <h''> <h'''>... correspondentes a outros tantos matizes de ordem, <i'> <i''> <i'''>... conforme o valor da condescendência, <l'> <l''> <l'''> e <m'> <m''> <m'''>... consoante a frase fosse mais ou menos confidencial ou sarcástica, etc., etc. Deste modo, afigura-se largamente provável que sejam inúmeras as unidades significativas como tal recolhidas no primeiro momento do estudo, pela razão muito simples de que são inúmeras, com os respectivos matizes, as diferentes atitudes dos locutores susceptíveis de colorirem diversamente os enunciados; e embora abstraindo do que podemos desde já chamar variantes tonais e que representámos com o auxílio de pequenos sinais elevados (h', etc.), serão ainda em número considerável as unidades a reter. Disso mesmo nos damos conta ao percorrer a literatura entonacional: Roger Kingdon, por exemplo, que em 1949 apontara nada menos de 60 «stress-tone» variantes possíveis da frase ingl. *I can't find one*, reconheceu em 1958 «that this number falls considerably short of the total possible»<sup>37</sup>...

Antes de se passar à estruturação pròpriamente linguística das unidades preliminarmente delimitadas pelo método sugerido, põe-se o problema de saber se, em vista de tal estruturação, serão de reter definitivamente todas essas unidades. Por outro lado, importa determinar se todas elas são do mesmo tipo ou se, pelo contrário, haverá vantagem em distinguir tipos diversos, de acordo com as funções que exercem. Não parece que a literatura entonacional haja atentado bastante neste duplo problema, que procurarei agora resolver.

1. 2. 10 Como se viu, tem sido preocupação minha constante examinar os factos entonacionais à luz da metodologia aplicada a outros problemas linguísticos mais debatidos e por isso mais familiares, cujas soluções se afiguram hoje, *eo ipso*, quase evidentes. Neste momento, no entanto, não se encontra paralelismo idêntico que se afigure válido. É certo que se poderia buscá-lo, para fundamentar uma separação por grupos das unidades entona-

---

<sup>37</sup> ROGER KINGDON, *The Groundwork of English Intonation*, p. XVI.

cionais, na distribuição dos monemas dentro da morfo-sintaxe: assim como um monema português de significado «feminino» e significante /a/ entra no paradigma do género e não no do número e o monema de significado «plural» e significante /S/ entra num paradigma nominal e não verbal, assim também, na nossa língua X, <e> <e'> <e''> <e'''>, significantes de vários significados «ênfase», entrariam num paradigma «ênfase», distinto do paradigma «exclamação» que englobaria os significantes <g> <g'> <g''> <g'''>, etc.; ou então, em distribuição mais larga, as unidades seriam repartidas por paradigmas de, por exemplo arbitrário, «atitudes positivas», «atitudes negativas», etc. Em qualquer dos casos, parece-me evidente o carácter artificial de tais paralelismos e, de qualquer maneira, a sua falta de utilidade. Mais grave — por falsa, além de inoperante — seria a analogia buscada no plano fónico, para ver em <e'> <e''> <e'''> variantes de <e>, como em português normal [r̄] (r apical múltiplo) e [r̄] (r posterior) são variantes de /r/, e [b] e [β] variantes de /b/: na realidade, individuais ou combinatórias, as variantes fonéticas não têm valor distintivo entre si, ao passo que a análise de X revelou serem distintos <e> <e'> <e''> <e'''>, etc. Posto isso, é por outro caminho que devemos enveredar na busca de solução para o nosso problema.

Parece-me evidente que, por princípio, não poderá ser afastada do inventário qualquer das unidades que a análise preliminar do *corpus* de materiais tiver revelado como significativas, dado que, em certo plano, todas elas desempenham uma função distintiva. Podemos no entanto tentar, por razões metodológicas meramente práticas, e por isso com carácter provisório, um reagrupamento dessas unidades de acordo com as respectivas conotações semânticas: teremos assim, para a língua X, um grupo <E> «ênfase» que abrangerá as unidades <e> <e'> <e''> <e'''>, um grupo <G> «exclamação», um grupo <I> «condescendência», etc.; e, como uma frase pode ser mais ou menos afirmativa ou interrogativa, vamos provavelmente encontrar também grupos como <B> «enunciação» e <D> «interrogação».

Neste estágio param, de maneira geral, os autores que têm descrito «sistemas» entonacionais. É certo que, graças à operação, alguma ordem se terá posto nos materiais. Afigura-se-me, no entanto, que uma descrição verdadeiramente linguística deve ir mais longe, e isso por eu não poder aceitar que se coloquem no mesmo plano factos tão diferentes como, por exemplo, a interrogação, que tem lugar na estrutura da língua, e a condescendência ou a ênfase, que são atitudes psicológicas ou de comportamento. Alguns autores sentiram talvez a dificuldade, e rodearam-na hábilmente, definindo também a interrogação em termos de atitude<sup>38</sup>, o que me parece um expediente *ad hoc* — por quererem ver todos os factos entonacionais apenas como

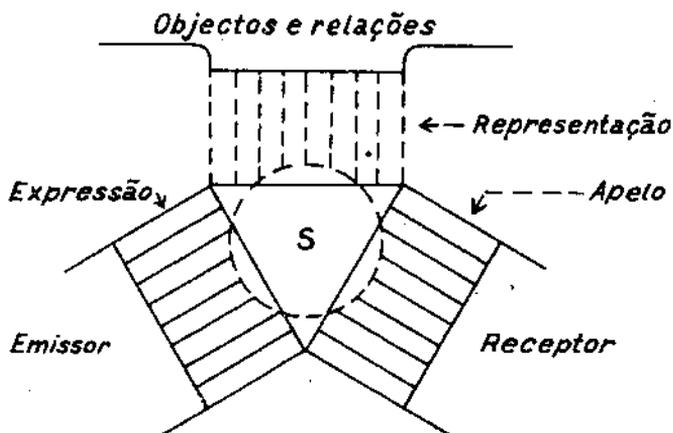
<sup>38</sup> Cf. MARIA SCHUBIGER, *English Intonation*, pp. 38-39.

manifestações de comportamento — o que não só não simplifica as interpretações como também impede de ver claro nos factos. É óbvio que, por trás da interrogação, se encontra determinada atitude do locutor — em princípio a atitude de quem duvida tanto acerca de algo que, para se esclarecer, formula uma pergunta. Deste modo, para uma psicologia da linguagem não haverá talvez diferença essencial, mas apenas de grau, entre a dúvida e a interrogação, entre um enunciado dubitativo e um enunciado interrogativo, entre um «*Tu viste*» duvidoso e um «*Tu viste?*» interrogador, e portanto não se estranharia que tal fosse a perspectiva adoptada em estudos linguísticos que tivessem por critério o psicológico. Vistas pelo linguista profissional, as coisas aparecem no entanto de outro modo, que poderá precisar-se pelo recurso ao bem conhecido modelo de *organon* apresentado como próprio da linguagem por K. Bühler <sup>39</sup>.

1. 2. 11 No fenómeno linguístico da comunicação, distingue Bühler três pontos, que são o mundo dos objectos e relações, o do emissor e o do receptor. Aos três se refere o signo linguístico na sua triplíce função semântica: ele é *simbolo* pela sua referência aos objectos e relações, *sintoma* pela sua dependência do emissor, *sinal* pelo seu apelo ao receptor. Essas as três funções da linguagem, que são respectivamente a *representação*, a *expressão* e o *apelo* <sup>40</sup>.

<sup>39</sup> KARL BÜHLER, *Teoría del Lenguaje*, 2.

<sup>40</sup> Eis o esquema do modelo:



O triângulo S simboliza o signo linguístico e o círculo o fenómeno acústico concreto. Por um lado, o triângulo compreende menos que o círculo (princípio da relevância), e por outro lado mais que ele (complemento aperceptivo). Os lados do triângulo simbolizam os três momentos que por três vezes chamam à categoria de signo o fenómeno acústico (*ob. cit.*, p. 51).

Para Bühler, portanto, o símbolo linguístico é sempre funcionalmente tríplice. Embora na linguagem predomine talvez a função representativa, sempre as outras duas se encontram presentes: inclusive numa fórmula matemática ou lógica, pode o grafólogo descobrir alguma manifestação de quem a escreveu, como parece haver apenas apelo no insulto «*Seu alfa*», «*Seu beta*», com que o estudante da anedota fez chorar alguém; simplesmente, «éstos non son más que fenómenos de dominancia, en los que alternativamente ocupa el primer plano una de las tres referencias fundamentales de los fonemas»<sup>41</sup>. Em conclusão, «'la expresión lingüística' y 'la apelación lingüística' son objetos parciales de la lingüística en su conjunto, que, comparadas con la representación lingüística, muestran estructuras propias»<sup>42</sup>.

Sem querer discutir o bem-fundado desta concepção do signo linguístico como unidade trifacial, parece-me no entanto oportuno introduzir-lhe algumas modificações interpretativas, de ordem operacional, para que o modelo de *organon* de Bühler possa com proveito esclarecer o problema entonacional que de momento nos preocupa: a repartição das unidades entonacionais por planos distintos.

A primeira operação consistirá em distinguir cuidadosamente as funções representativa, expressiva e apelativa da linguagem, disjuntando-as do bloco em que, de certo modo, se encontram reunidas, e procurando ver depois qual delas se manifesta em cada unidade entonacional. Assente que o fim primeiro da linguagem é a comunicação e que por isso a sua função mais importante é a representativa, deixaremos de lado, em princípio, as manifestações expressivas ou apelativas, subsidiárias, que sempre a acompanham no que chamaremos o grau zero. Nos casos em que aquela função se apague perante manifestações de expressão ou de apelo, diremos que ela se encontra reduzida ao seu grau zero e abandoná-la-emos, para só considerar a função especialmente relevante. Assim, o signo linguístico que é a unidade entonacional <x> revestir-se-á *ou* duma função representativa, *ou* duma função expressiva, *ou* duma função apelativa, e terá por isso valor *ou* de representação, *ou* de expressão, *ou* de apelo. Tal o princípio básico, que não podemos ultrapassar no momento actual. Adiante, quando, de acordo com ele, tivermos distribuído as unidades entonacionais pelos planos a definir segundo a função predominante que revestem, veremos se se torna necessário modificá-lo de alguma maneira.

A segunda operação, que decorre da primeira e como ela se fundamenta no resultado de observações preliminares efectuadas sobre os dados de várias

---

<sup>41</sup> *Ib.*, pp. 55-56.

<sup>42</sup> *Ib.*, p. 56.

línguas, mas não em princípios já expostos nesta obra, é ainda um postulado. Acabamos de assentar em que o fim principal da linguagem reside na comunicação: poder-se-ia provar estatisticamente que a grande maioria dos enunciados se destinam a transmitir algo que, no *organon* de Bühler, se situa mais no mundo dos «objectos e relações» que no do «emissor»; por outro lado, eles dirigem-se sem dúvida ao receptor<sup>43</sup>, mas o apelo que lhe lançam encontra-se, também na maioria dos casos, reduzido ao grau zero — pelo menos se virmos na função apelativa, no apelo, o que não é certo ter visto Bühler, mas o que para mim neste contexto o caracteriza (e assim será entendido neste trabalho), sc. um apelo de elevado grau, um apelo que direi, de modo um tanto impressionístico mas elucidativo, «carregado de afectividade». Ora é precisamente a afectividade, como atitude, que, para mim, caracteriza também a expressão e marca a função expressiva. Deste modo, o apelo e a expressão, a função apelativa e a função expressiva — como são entendidos neste trabalho e como, a meu ver, devemos entendê-los se pretendermos servir-nos destas noções para esclarecer a problemática da entoação —, aparecem marcados pela afectividade, por oposição à representação, à função representativa, que, marcada intelectualmente, a desconhece como traço realizado por unidades «supra-segmentais».

Não passe despercebida esta última formulação, importante no presente contexto, e isto porque um enunciado pode ser, em termos gerais, pleno de afectividade sem que tal afectividade ofereça interesse para o estudo entoacional: palavras como *encantador*, *mimoso*, *horrendo*, *nauseabundo*, que em princípio pertencem ao vocabulário afectivo, trazem a afectividade nelas próprias, na sua substância semântica, sem que necessariamente seja marcada de afectividade a entoação com que se pronunciem; enunciados como ptg. «*Minha tão querida Mãezinha*», fr. pop. «*Un coup du tonnerre*», ingl. «*What a pity!*», esp. «*Qué hermosa señora!*», que normalmente mais se destinam a exteriorizar sentimentos que a expor ideias, podem receber entoação de modo nenhum afectiva; do mesmo modo, a entoação com que se pronunciem versos como os de Camões nos *Lusíadas* X-145<sup>44</sup> ou V-57<sup>45</sup>, por exemplo,

---

<sup>43</sup> Excluem-se os casos (em si mesmos anormais) de solilóquio.

<sup>44</sup> *No' mais, Musa, no' mais, que a lira tenho*  
*Destemperada e a voz enrouquecida,*  
*E não do canto, mas de ver que venho*  
*Cantar a gente surda e endurecida!*

<sup>45</sup> *Ó Ninfa, a mais fermosa do Oceano,*  
*Já que minha presença não te agrada,*  
*Que te custava ter-me neste engano,*  
*Ou fosse monte, nuvem, sonho, ou nada?*

pela sua substância essencialmente expressivos ou apelativos, pode nada evocar de afectivo. Ao contrário, palavras que nos dicionários figuram com valor pejorativo podem servir de enunciados tudo o que há de mais carinhosos: exemplo, *malandro*, que pode constituir um insulto, mas pode também, pela entoação, perder o seu valor lexicológico próprio e adquirir valor totalmente diverso. Por outro lado, um enunciado cujos termos se afiguram puramente intelectuais ou até vazios de sentido e cujas formas articuladas nada sugerem de afectivo, pode aparecer como tal se realizado com entoação para tanto conveniente, isto é, com a entoação própria da expressão ou do apelo: é o caso do «*Tu quoque, filie Brute*», pronunciado com a entoação de surpresa, talvez indignada, que podemos supor ter sido a de César ao dirigir-se ao filho adoptivo que o traíra; é o caso da conhecida história do filho que escreve ao pai «*Pai, mande-me dinheiro*» e que, censurado pelo tom áspero da... ordem, se justifica dizendo que, pronunciada como ele o entendia, a frase correspondia a submisso pedido, qualquer coisa como «*Paizinho, queira fazer-me o grande favor de me mandar dinheiro*»; é ainda o do insulto «*Seu alfa! Seu beta!*» da anedota citada. Quer tudo isso dizer que, no estudo da entoação, devemos desligar-nos completamente do sentido inerente às palavras ou à estrutura gramatical da frase, para só atentar no que o texto recebe das unidades entonacionais. O princípio é igualmente válido nos domínios da representação: assim, um enunciado como fr. «*Que sais-je?*» será sempre interrogativo, pela ordem das palavras, mas a sua entoação pode ser exactamente a de uma afirmação; nesse caso, não há na curva tonal unidade significante de «interrogação».

1. 2. 12 Retomemos, para concluir, o pensamento que esta *mise-en-garde* veio interromper, com a vantagem todavia de até certo ponto o haver incidentalmente esclarecido com alguns exemplos. Dizia eu que as funções expressiva e apelativa se opõem à função representativa, em virtude de marcar a ambas uma afectividade que a última não conhece. Sem de qualquer modo a havermos procurado por obediência a critérios apriorísticos, encontramos assim perante uma distinção binária de funções — função representativa por um lado, funções expressiva e apelativa por outro —, que os factos não parecem permitir rejeitar pelo encontro de eventual marca que estivesse presente numa mas não na outra das duas funções solidárias<sup>46</sup>. Designarei o aspecto conjunto destas por *função afectiva*. Assim teremos

---

<sup>46</sup> Para fins de estudos não entonacionais, pode haver vantagem em agrupar a informação e o apelo numa função comunicativa da linguagem, ao lado da sua função expressiva: cf. J. HERCULANO DE CARVALHO, *Inovação e Criação na Linguagem. A Metáfora*, pp. 6-7.

resolvido o problema que nos ocupava, *sc.* o de saber por que planos repartir as unidades entonacionais significantes. Como solução que julgo ter encontrado, proponho que se distribuam as unidades entonacionais por dois planos, de acordo com a função que desempenham: um plano a que provisoriamente chamarei gramatical e um plano extra-gramatical. No primeiro situam-se as unidades de função representativa, de estatuto linguístico, que por isso deverão ser definidas de acordo com ele; no segundo, as unidades do que chamei função afectiva, as quais, por manifestarem atitudes — que não são factos linguísticos —, deverão definir-se precisamente em termos de atitudes ou de comportamento.

#### O CRITÉRIO DE DISCREÇÃO

1. 2. 13 A fim de podermos tirar todas as consequências que se impõem da distinção entre os dois tipos de unidades entonacionais, será necessário determinar com maior precisão quais as características permanentes e distintivas de cada um deles por oposição ao outro. Por outras palavras, porque *intelectual*, ou *comunicativo*, e *afectivo* são termos vagos e de impreciso significado linguístico, será necessário conceituar noutros termos as noções que eles procuram exprimir. Para tanto, quero recorrer agora ao critério de *discreção de contraste*, no sentido em que tem sido usado em linguística <sup>47</sup>.

Diz-se que duas unidades, por exemplo os fonemas /b/ e /p/, são discretas quando não se pode passar de uma a outra através duma escala de continuidades distintivas: a realização de /b/ pode ser mais ou menos «sonora», a de /p/ mais ou menos «surda», mas as duas unidades serão sempre mutuamente exclusivas, neste sentido que no texto aparecerá sempre *ou* uma *ou* a outra, sem possibilidade de graus intermédios: não podemos admitir enunciados como «*Está aqui a bata*» e «*Está aqui a pata*» em que *bata* fosse um pouco menos *bata* por comportar menos «sonoridade» e *pata* um pouco mais *pata* por comportar maior «surdez». É certo que, fisicamente, se pode passar de /p/ a /b/ por um aumento gradual de «sonoridade». Os limites entre os quais pode variar a surdez ou a sonoridade de um /p/ ou de um /b/ definem o chamado «campo de dispersão» das unidades, linguisticamente distintas graças a uma «margem de segurança» que não deixa confundi-las

---

<sup>47</sup> Cf. CHARLES F. HOCKETT, *A Manual of Phonology* 023; ANDRÉ MARTINET, *Éléments* 1.17; IDEM, *Économie* 5.8 e 5.10.

nem aparecer graus intermédios<sup>48</sup>. Discreção opõe-se portanto a continuidade<sup>49</sup>.

Uma das razões que levaram Martinet a considerar linguisticamente marginais os factos de entoação é, com a não obediência que revelam ao critério da dupla articulação da linguagem, o seu carácter não discreto: ao passo que o sentido de fr. *bière* não varia com o grau de sonoridade do /b/, a mais pequena variação na subida ou descida da voz altera a significação exacta do enunciado: «la signification exacte de l'énoncé varierait selon le degré de hauteur ou de profondeur atteint; une note très basse impliquerait une affirmation brutale; l'assertion se fera de moins en moins catégorique dans la mesure où la chute mélodique sera moins rapide; en relevant la courbe, on passera insensiblement à des affirmations nuancées de doute, et, le doute croissant, à des questions de plus en plus dubitatives.»<sup>50</sup>

Sem negar pertinência à observação de Martinet, parece-me no entanto possível estruturar de algum modo o contínuo em que se movem as variações tonais. A bem dizer, estaria feita a estruturação se aceitássemos a teoria dos níveis significantes de Pike, de acordo com a qual a subida do nível /2/ ao nível /1/ se faria como a passagem de /p/ a /b/: até certo ponto seria sempre /2/, a partir de certo ponto seria sempre /1/, e, dada a impossibilidade de existirem estádios intermédios, seriam também unidades discretas os níveis significantes. Para podermos seguir agora tal caminho, deveríamos no entanto ter aceite a justeza — quer dizer, a eficácia — da tese de Pike. Como estamos longe disso, procederemos doutro modo.

1. 2. 14 Para tanto, consideremos a situação muito simples dum indivíduo *A* dirigindo-se a um indivíduo *B* nestes termos: «*O teu pai já veio?*» Reconhecendo no texto a presença duma unidade supra-segmental de função idêntica à de <*d*> na língua *X* atrás considerada, *B* compreendê-lo-á como uma interrogação. Se a mensagem for «*O teu pai já veio.*», graças à unidade correspondente a <*b*> na mesma língua, *B* verá nela uma afirmação. Mas

---

<sup>48</sup> Sobre as noções de «campo de dispersão» e «margem de segurança», cf. ANDRÉ MARTINET, *Économie* 2.10-11 ss.

<sup>49</sup> A caixa de velocidades do automóvel é exemplo de um conjunto de unidades discretas: ponto morto, 1.ª velocidade, 2.ª velocidade, 3.ª velocidade, 4.ª velocidade, marcha atrás, sem que possamos conceber uma velocidade que se encontrasse entre a 1.ª e a 2.ª, ou que fosse mais ou menos marcha atrás. Pelo contrário, as velocidades quilométricas são unidades de tipo contínuo.

<sup>50</sup> A. MARTINET, *Éléments* 1.16; cf. *ib.* 1.17; cf. a crítica de BERTIL MALMBERG, «Analyse instrumentale et structurale des faits d'accents», *Proceedings of the Fourth International Congress of Phonetic Sciences*, pp. 456-475, especialmente p. 474.

se, numa mensagem «*O teu pai já veio*», *B* não reconhecer nem a unidade <*d*> nem a unidade <*b*> nem qualquer das outras unidades que poderiam opor-se-lhes, naturalmente perguntará a *A* se ele está a afirmar ou a interrogar. Se *A* disser «*Hoje não comi*», a reacção de *B* será diferente conforme este compreender a frase como um texto terminado ou como um texto não terminado; no último caso, será naturalmente levado a perguntar «*Não comeste o quê?*», e então *A* repetirá «*Não comi.*», acentuando as características da unidade significante de «frase terminada» se a sua intenção era dizer, por exemplo, «*Não comi nada*», ou acrescentando o complemento — «*Não comi fruta*», por exemplo — se ele efectivamente faltava. Deste modo, e supondo que o que fisicamente caracteriza <*d*> em relação a <*b*> é uma linha tonal ascendente contra uma linha descendente, será possível passar da interrogação «*O teu pai já veio?*» à afirmação «*O teu pai já veio.*» através de várias etapas, sucessivamente «mais interrogativa», «menos interrogativa», «nem interrogativa nem afirmativa», «menos afirmativa», «mais afirmativa»; e se o que caracterizar a frase terminada for, fisicamente, uma descida da voz, contra a não-descida para a frase não-terminada, será também possível passar de um «*Não comi...*» (não-terminado) a um «*Não comi.*» (terminado) através de etapas «menos não-terminado», «nem não-terminado nem terminado», «menos terminado» ... Nada disso obsta, no entanto, a que, para as necessidades funcionais da comunicação, «*O teu pai já veio*» é *ou* interrogativo *ou* afirmativo, «*Não comi*» frase terminada *ou* frase não-terminada. Nestas condições, admitiremos, como para /p b/ no plano fonemático, que, no plano «supra-segmental», cada unidade possui o seu «campo de dispersão» dentro do qual pode mover-se sem que perigues a sua identificação, e que entre as unidades directamente oponíveis há também «margens de segurança» que previnem as confusões. O mesmo é dizer que no plano «supra-segmental» há também unidades discretas.

1. 2. 15 Mas serão de tipo discreto todas as unidades entonacionais? A meu ver, não. É certo que se poderia tentar aplicar a todas essas unidades o critério de que acabo de servir-me para algumas delas. Na língua X, a unidade <*g*>, significante de «exclamação», teria também, o seu campo de dispersão, dentro do qual se situariam os então alófonos <*g'*>, <*g''*>, <*g'''*>, etc., e assim o enunciado que ela caracterizasse poderia variar gradualmente de significado «muito exclamativo» a «exclamativo», «pouco exclamativo», «muito pouco exclamativo», etc., até um momento em que deixaria de se encontrar presente o traço «exclamação»; do mesmo modo, <*m*> seria sempre <*m*> enquanto as suas realizações significassem sempre «sarcasmo» em qualquer grau; etc. Em princípio, nada se oporia a tal interpretação, e as dificuldades que na prática da análise pudessem surgir não teriam o direito de

pôr em causa o princípio teórico. Mas, ainda que a adoptássemos, o facto não faria desaparecer a diferença fundamental que vejo entre os dois tipos.

E a diferença reside em que as unidades de tipo *intelectual*, as que exercem função comunicativa, são indispensáveis à constituição do texto, enquanto as de tipo afectivo o não são: linguisticamente, um texto terá de ser interrogativo ou afirmativo, terminado ou não-terminado, mas não terá de ser exclamativo, afectuoso, condescendente, concessivo, confidencial, sarcástico, irónico, etc. O tipo intelectual é assim constituído por um paradigma de unidades nessárias, directamente oponíveis entre si, que direi também discretas. As unidades de tipo afectivo não formam pròpriamente um paradigma, não são indispensáveis à constituição dos enunciados, e não são necessariamente oponíveis entre elas; por outro lado, não são discretas.

Consideremos uma frase de tipo «*Tu viste?*», de unidade entonacional significativa <*d'*> «muito interrogativo», por oposição a «*Tu viste?*» de unidade <*d*> significante de só «interrogativo». As coisas devem pôr-se nestes termos, dado que há uma diferença entre <*d*> e <*d'*>. Isso não nos obrigará, porém, a estabelecer a existência de oposição directa entre as duas unidades. A formulação que acabamos de fazer permitir-nos-á considerar <*d'*> como variante de <*D*>, apesar da diferença de significado (na ocorrência, de grau de interrogação) destas unidades: <*d'*> será unidade do plano afectivo, que colore a realização de <*D*>. Afectivamente, por conseguinte, haverá diferença de grau entre <*d'*>, <*d''*>, <*d'''*>, sem que essa diferença de valor afectivo implique uma diferença de valor comunicativo; assim, <*d'*> <*d''*> <*d'''*> opõem-se entre si em determinado plano, no qual correspondem a diferentes significados, sem se oporem a <*d*>, unidade discreta de outro plano, cujo significado, de valor gramatical, é insusceptível de receber caracterizações de tipo gradativo. A unidade <*d*> terá de *existir*, pela sua presença ou ausência, em qualquer texto.

Consideremos agora uma frase «*Tu viste.*», na qual reconhecemos a presença duma unidade <*m*> significante de «sarcasmo», oposta a três frases idênticas só distintas dela e entre si por as suas unidades entonacionais serem respectivamente <*m'*>, <*m''*>, <*m'''*>. Qualquer destas frases terá de ser também afirmativa ou interrogativa e de comportar portanto igualmente uma unidade de primeiro plano, seja <*b*> seja <*d*>, da qual agora abstrairemos, para só considerar a de tipo afectivo. Parece-me difícil admitir que as unidades marcadas por linhas exponenciais se refiram a uma unidade superior que estivesse para elas como <*D*> para <*d'*> <*d''*> <*d'''*>. E isto porque, se quiséssemos encontrar um paralelismo completo, deveríamos poder integrar o <*M*> assim deduzido no plano em que entra o <*D*>, ou seja no paradigma de unidades de valor comunicativo, o que seria violar o estatuto definido deste paradigma; não integrando <*M*> aí, mas sim no plano afectivo, teríamos

de considerar a existência, dentro do mesmo plano, de «variantes»  $\langle m' \rangle$   $\langle m'' \rangle$   $\langle m''' \rangle$ , reconhecidas como oponíveis — o que lhes retiraria a qualidade de variantes, que não devem ter significados distintos. É certo que se poderia encontrar solução para o caso, reconhecendo a existência dum plano intermédio onde entrariam  $\langle M \rangle$ ,  $\langle E \rangle$ ,  $\langle G \rangle$ ,  $\langle H \rangle$  e todos os «máximos divisores comuns», se assim posso exprimir-me, das unidades afectivas. As unidades de tal plano «intermédio» continuariam todavia a ser largamente distintas das do plano intelectual, sem no entanto se afastarem das do plano afectivo, e, ao contrário daquelas, como estas não teriam de *existir* no enunciado, pela sua presença ou ausência. De modo que a solução encarada não traria afinal quaisquer vantagens nem poria em causa a existência dos dois planos considerados. É por tudo isso que definitivamente não me parece útil procurar descobrir qualquer espécie de discreção nas unidades de tipo afectivo.

1. 2. 16 Retida assim a distinção entre os dois planos por que se distribuem as unidades entonacionais — plano de unidades discretas e plano de unidades não-discretas, plano comunicativo e plano afectivo —, impõem-se agora mais algumas considerações.

Em primeiro lugar, o valor relativo das unidades de um e do outro plano. As unidades do paradigma da comunicação têm como significados valores de tipo gramatical, desempenham funções linguísticas; por isso devem considerar-se como fazendo parte da estrutura linguística dos textos, de cuja constituição são parte integrante e indispensável. Não sucede o mesmo com as unidades do plano afectivo, as quais são facultativas, pelo que podem considerar-se como algo que se acrescenta, sem carácter de necessidade, a textos já constituídos. Nestas condições, sou levado a reconhecer às últimas importância secundária em relação à das primeiras e a atribuir-lhes um estatuto linguisticamente marginal, por oposição ao estatuto de unidades centrais que é o daquelas. Talvez fosse até tentador relacionar as primeiras com a língua saussuriana e as segundas com o discurso (*parole*), dado que umas são constantes e as outras largamente acidentais. Tal relação revelar-se-ia no entanto falsa, como é facilmente demonstrável, mesmo só através dos elementos já aqui reunidos: com efeito, uma unidade de discurso [a] é sempre realização de uma unidade de língua /a/, enquanto as unidades entonacionais de plano afectivo não são realizações de unidades do plano comunicativo<sup>51</sup>;

<sup>51</sup> E isto mesmo para unidades como  $\langle d' \rangle$   $\langle d'' \rangle$   $\langle d''' \rangle$ , que poderia haver a tentação de considerar realizações de  $\langle D \rangle$ : na realidade, um enunciado do tipo «*Tu viste?*» com significante entonacional  $\langle d' \rangle$  deve interpretar-se como contendo a unidade de primeiro plano  $\langle d \rangle$  + uma unidade de segundo plano, que poderá ser o significante de «ênfase» ou de outra atitude que a análise da língua determinar.

em segundo lugar, e como consequência, duas realizações diferentes duma mesma unidade de língua não são nunca oponíveis, ao contrário do que se dá com as supostas variantes entonacionais, por exemplo <d'> <d''> <d'''>, que a estruturação preliminar da língua revelara serem distintivas; finalmente, sucede que todas essas unidades entonacionais, de primeiro ou de segundo plano, são ainda entidades abstractas, ideais, realizadas nos textos por factores físicos de melodia, intensidade, andamento, etc., ao passo que a unidade de discurso [a] é já realização física concreta de uma unidade abstracta, ideal, /a/. Se o paralelismo não é válido, temos no entanto de resolver o problema de saber se devemos ou não considerar numa descrição linguística a existência das unidades que chamámos de função afectiva. E isto até porque, embora sem especial atenção aos factos entonacionais, o assunto já foi mais de uma vez debatido.

Troubetskoy, por exemplo, embora reconhecendo o interesse do esquema tripartido de Bühler, que discute com certo pormenor nas suas aplicações ao plano fónico<sup>52</sup>, acaba por relegar o estudo dos processos fónicos de expressão e apelo para «une branche scientifique particulière, à savoir la *phonostylistique*», divisível em estilística fonética e estilística fonológica, e conclui: «Si dans la description phonologique d'une langue on doit étudier la stylistique phonologique (aussi bien au point de vue de la fonction expressive qu'à celui de la fonction d'appel), la tâche propre de cette description doit toutefois rester l'étude phonologique du 'plan représentatif'. La phonologie n'a donc pas à être *subdivisée* en phonologie expressive, appellative et représentative. Le nom de 'phonologie' peut comme auparavant être réservé à l'étude de la face phonique de la langue, de valeur représentative, tandis que l'étude des éléments de la face phonique de la langue, de valeur expressive et de valeur appellative, sera faite par la 'stylistique phonologique', qui de son côté ne serait qu'une partie de la 'phonostylistique'»<sup>53</sup>. Por outro lado, parece haver para Troubetskoy identidade absoluta entre a língua saussuriana e o sistema funcional.

Ao estudar o problema da distinção entre a língua e a fala (discurso) Bertil Malmberg teve oportunidade de discordar da posição assumida pelo autor russo<sup>54</sup>. Para ele, «le système (c'est à dire la *langue*) comprend beaucoup qui n'est pas fonctionnel dans le sens que Troubetskoy donnait à ce terme»<sup>55</sup>, quer dizer, cuja função não é representativa, mas sim expressiva

---

<sup>52</sup> N. S. TROUBETSKOY, *Principes de phonologie*, pp. 16-29.

<sup>53</sup> *Ob. cit.*, p. 29.

<sup>54</sup> BERTIL MALMBERG, «Autour du problème langue-parole», *Système et méthode* pp. 5-21; v. também «Les Conventions linguistiques», *ib.* pp. 33-52, especialmente pp. 50-52.

<sup>55</sup> *Ob. cit.*, p. 6.

ou apelativa, como por exemplo o chamado «acento de insistência» francês: este acento é funcional em francês, mas os mesmos processos físicos (alongamento consonântico, etc.) que o realizam, transplantados para outra língua, podem não desempenhar aí qualquer função da mesma ou doutra natureza, isto é, podem ser funcionalmente irrelevantes. Donde a sua conclusão: «La preuve qu'un phénomène quelconque relève de la *langue* (dans le sens saussurien) est à chercher dans son caractère d'être fonctionnel ou non. Si le phénomène en question peut être utilisé dans un but distinctif, c'est un fait de langue, autrement non. Mais puisque j'ai souligné ci-dessus que, si je comprends bien, la *langue* comprend en réalité beaucoup d'éléments qui ne sont pas fonctionnels pour le système purement intellectuel — ou mieux pour la fonction symbolique de la langue — il s'ensuit que la langue collective renferme toutes les possibilités d'expression, susceptibles de supporter une opposition de sens dans n'importe quelle des trois fonctions différentes assignées à la langue par le triple schéma de Bühler et de Gardiner.»<sup>56</sup>

No que diz respeito à entoação, o facto de a comunidade que fala a língua X interpretar <i> como significante de «afecto», <k> de «concessão», <m> de «sarcasmo» e <i''> como «mais afectivo» que <i''>, <k''> como «mais concessivo» que <k''> e <m''> como «mais sarcástico» que <m''>, indica, segundo vimos, que todas estas unidades e as outras que satisfizerem às mesmas condições de oponibilidade devem ser consideradas pelo linguista. De acordo com o ponto de vista de Malmberg, por serem funcionais elas pertencerão ao sistema e portanto à língua (no sentido saussuriano) X, o que tudo exigiria as levássemos em conta numa descrição linguística, ao mesmo título que <b>, <d> e as outras unidades do primeiro plano.

Mas, visto o estatuto linguisticamente marginal daquelas unidades e o seu carácter acessório e não-discreto, parece-me dificilmente concretizável tal desiderato. Eu seria tentado a situá-las antes num sector que não cabe dentro do dualismo língua-discurso e que poderia talvez ser o do comportamento em geral. Assim como existe dentro de cada comunidade um conjunto de gestos, cada um dos quais significa qualquer coisa relativamente bem determinada (um abanar de cabeça afirmativo, um outro abanar de cabeça negativo, um gesto vago com as mãos ou uma protuberância labial significativos da pouca importância atribuída a algum facto, um sorriso afectuoso e outros sorrisos desdenhosos ou sarcásticos, etc.), mas que, como é óbvio, não entram no quadro das preocupações dos linguistas, assim também as várias atitudes teriam significantes extra-linguísticos. O que no entanto nos tenta a aludir aos significantes das atitudes é que estes se realizam por

---

<sup>56</sup> *Ob. cit.*, p. 21. — Cf. a propósito EUGENIO COSERIU, *Sistema, norma y habla*.

processos fônicos idênticos aos que realizam as unidades entonacionais de função representativa, por um lado, e que, por outro, as unidades que considerámos de segundo plano desempenham funções que em princípio admitimos com Bühler serem próprias da linguagem — funções afectivas que recobrem a expressão e o apelo da *Teoría del Lenguaje*. Tudo isso me leva a adoptar uma atitude que, à parte a terminologia, não se encontra longe da de Troubetsky e que formulo assim: as unidades entonacionais de função representativa, discretas, constituem um sistema linguístico necessário à constituição dos enunciados e fazem por isso parte da língua; as unidades entonacionais de função afectiva, não-discretas e de estatuto não propriamente linguístico, não pertencem à língua mas a um sector que, pela sua natureza especial, merece referência no quadro da descrição entonacional das línguas.

#### ESTATUTO LINGUÍSTICO DA ENTOAÇÃO

1. 2. 17 Creio haver insistido já bastante no carácter não-articulado das unidades entonacionais para não ter de voltar agora a tratar do mesmo ponto. Bastará recordar que, independentes da dupla articulação da linguagem, tais unidades trazem consigo ao texto elementos de sentido que, sem elas, ele não possuiria, o que constitui o fundamento mesmo da sua pertinência funcional. Acabamos também de estabelecer uma distinção, que se me afigura essencial, entre dois tipos de unidades entonacionais, umas propriamente linguísticas pela sua natureza discreta, outras linguisticamente marginais pela sua não-discreção, e considerámos aquelas indispensáveis à constituição dos textos. Esta última característica de tais unidades suscita no entanto alguns comentários e talvez requeira nova formulação.

A literatura entonacional tem assinalado o facto, comum a várias línguas, de ser de tipo enunciativo a entoação de frases interrogativas que contêm um elemento lexical ou gramatical («nome», «pronome», «advérbio», «partícula») interrogativo, e explica-o geralmente por razões de atitude do locutor, a qual, sem consideração pela chamada «estrutura gramatical» da frase, determinaria a entoação. Jurgens Buning e van Schooneveld, por exemplo, exprimem-se deste modo: «These so-called interrogative elements are only contextually interrogative, but may also be used as indefinites. They express the uncertainty of the speaker and become interrogative only when used in the function of an appeal. In other words, adjectives like *kako* and *kotoryj*, substantives like *kto* and *čto* denote that the speaker is uncertain exclusively about one element (an adjectivity or a substance respectively) of a sentence, while otherwise accepting the predication effected. In a sentence

with an interrogative intonation, on the other hand, the entire situation described, the predication with all its elements is placed in doubt by the speaker.»<sup>57</sup>

Desconhecendo o russo, ignoro se é exacta tal interpretação e se na realidade podem considerar-se apenas «contextualmente interrogativas» formas como *kto* «quem» e *kako* «que»: frases como «*któ p'èrvij v'pust'il štò ón r'iv'izór?*» e «*í kakój za rúsk'ij n'í l'áb'it bístraj jizdí?*», que os Autores traduzem respectivamente por «Who let out first that he is an inspector?» e «And which Russian does not love fast riding?» e oferecem entoação enunciativa<sup>58</sup>, poderão ser outra coisa senão interrogações? Em caso afirmativo — se, tais quais, essas frases podem ser enunciações —, ocorre perguntar que traço permite identificá-las como interrogativas: não decerto a entoação, que é enunciativa, nem — a aceitarmos a interpretação de Jurgens Buning e van Schooneveld — os monemas *kto* e *kako*, que unicamente exprimiriam incerteza, sendo-lhes o carácter interrogativo dado apenas pelo contexto. Donde me parece poder concluir-se serem efectivamente estes monemas, em si mesmos interrogativos, os responsáveis do carácter interrogativo das frases em que entram.

O facto tem aliás paralelo noutras línguas, como o francês, em que a entoação de frases como, p. ex., «*Qui l'a dit?*», «*Que sais-je?*» é de tipo enunciativo sem que tais frases deixem de ser compreendidas como interrogativas, porquanto a natureza do «pronome» *qui* na primeira, a posposição do sujeito ao predicado na segunda, não permitem outra interpretação. A entoação interrogativa, que pode sempre acompanhar as frases desse tipo, deve considerar-se, quando aparece, como traço redundante no plano da representação, e tem apenas valor afectivo. Reflexo gráfico do facto é a supressão, cada vez mais generalizada, do ponto de interrogação nessas frases; por exemplo: «*Est-ce de ces grands passages, si poétiques, que Simone Jacquemard a conçu sa passion des oiseaux, qu'elle a étendue depuis à toutes les bêtes.*»<sup>59</sup>; «*D'ailleurs — ai-je besoin de vous le rappeler — en matière constitutionnelle il ne doit y avoir que des interprétations restrictives.*»<sup>60</sup>; «*Il a mis en cause la presse, l'industrie, que sais-je encore.*»<sup>61</sup>. O processo é particularmente frequente nas frases iniciadas por *Voulez-vous*, *Puis-je*, etc., sobretudo em officios

---

<sup>57</sup> J. E. JURGENS BUNING — C. H. VAN SCHOONEVELD, *Intonation of Contemporary Russian*, p. 67.

<sup>58</sup> *Ob. cit.*, p. 15.

<sup>59</sup> *Le Monde* n.º 5549 (20.11.1962), última ed., p. 24, col. 2.

<sup>60</sup> A. FABRE LUCE, *Haute Cour*, p. 28.

<sup>61</sup> *Id.*, *ib.*, p. 144.

administrativos, cujo estilo exclui em princípio o emprego de unidades afectivas <sup>62</sup>.

Em inglês não devem as coisas passar-se de modo muito diferente. Percorrendo no trabalho de Pike a secção consagrada aos «Contours Occurring with Questions» <sup>63</sup>, verificamos apresentarem contornos descendentes as frases interrogativas que compreendem um pronome interrogativo (exs.: «*Who could have done it?*», «*What's that?*»), as construções do tipo *do* (*did*) + verbo (ex.: «*Did anyone follow him down?*»), *will* (*would*) + verbo (ex.: «*Will you give three thousand?*»), a posposição do sujeito ao verbo (exs.: «*this is a trying situation, isn't it?*», «*Hal you can do your little tricks when it comes to it, can't you?*»). É certo que a todas estas construções podem sobrepor-se contornos ascendentes, cujas conotações, de acordo com as explicações de Pike, parecem no entanto ser de carácter afectivo; como nos casos franceses apontados, a entoação substancialmente interrogativa destas frases é redundante no plano da representação. Note-se que, pelo contrário, oferecem sempre contornos ascendentes aquelas perguntas cuja construção morfo-sintáctica não implica interrogação, como: «*This is Mr. Holmes?*», «*You wished to see me?*», «*Smoke?*», «*And the mark here on your neck plainly showing the clutch of a man's fingers?*», «*No?*», «*Yes?*», «*Arranged for?*», «*Nothing?*», «*Eh?*».

Leva-nos esta situação a reconhecer que, se a sua construção morfo-sintáctica for de tipo interrogativo, a pergunta representativa dispensa a entoação própria que, doutro modo, requereria. O reconhecimento deste facto limita até certo ponto a necessidade postulada das unidades de primeiro plano para a constituição dos textos. Mas só até certo ponto: porque, na verdade, as perguntas daquele tipo apresentam, em lugar da entoação significativa de «interrogação», a unidade de significado geral «enunciação». A explicação do facto parece-me ser a seguinte: num texto morfo-sintacticamente interrogativo, neutraliza-se a oposição representativa entre os significantes entonacionais de «interrogação» e de «enunciação», em favor deste último, que desse modo revela ser o termo não-marcado da oposição; é aliás natural que assim suceda, porquanto uma pergunta como, por exemplo, fr. «*Que sais-je*» não pode, por definição, ser enunciativa <sup>64</sup>. Numa língua

---

<sup>62</sup> É certo que, nessa correspondência, frases como «*Voulez-vous me communiquer la liste des étudiants inscrits*» ou «*Puis-je vous demander de m'indiquer le nombre des places disponibles*» constituem, mais que perguntas, injunções polidas. Creio no entanto que o facto não invalida a minha interpretação.

<sup>63</sup> K. L. PIKE, *Intonation of American English*, 6.2.4.

<sup>64</sup> A propósito das perguntas («questions») escreve PIKE, *ob. cit.*, *ib.*: «Intonation contours cannot be defined in terms of the grammatical constructions with which they

em que as enunciações pudessem apresentar uma construção morfo-sintáctica específica e exclusiva (por exemplo certa ordenação dos morfemas, ou a inclusão de um morfema de significado «enunciação»), seria normal que nelas se neutralizasse a mesma oposição entonacional. E numa língua em que todas as enunciações (ou, *mutatis mutandis*, todas as interrogações) apresentassem necessariamente uma construção de tal tipo, não haveria conseqüentemente oposição de natureza entonacional entre significantes de «enunciação» e significantes de «interrogação». Embora sem ilustrar perfeitamente a situação aqui encarada, não deixa de ser interessante recordar a este propósito a função do segmento [*Φuru*] que Robert Austerlitz<sup>65</sup> encontrou em Ghiliak (falado no Japão) servindo apenas de suporte a uma subida de tom indicativa de que a descida precedente não marca o fim do discurso: pode uma língua conhecer um segmento como aquele, cuja função não seja a de suportar uma subida melódica significativa, mas sim a de significar em si mesmo, pela sua presença ou ausência, respectivamente «não-terminado» ou «terminado» (e então seria irrelevante a melodia física que necessariamente o acompanharia). Note-se que em português e nas línguas que conheço, as frases negativas contêm necessariamente um monema de significado «negação», e opõem-se assim às afirmativas, que o não contêm; mas não é inconcebível uma língua que, para o significado «negação», possuísse significantes não articulados mas sim entonacionais. Ou será tão diversa a natureza da negação da da interrogação que se invalide a hipótese? Nesta ordem de ideias, nada nos impede de admitir a existência duma língua que desconhecisse por completo entoação significante, ao menos no plano da representação; menos imaginável é talvez uma língua que não utilizasse formas entonacionais de significados afectivos, porque, para exprimir todos os matizes geralmente traduzidos pelos significantes entonacionais não discretos, ela teria de dispor de um número de monemas articulados ou de processos sintácticos teoricamente ilimitado.

Além dos casos citados de neutralização inerente à estrutura da língua, outros há que, embora esporádicos e não decisivos, não deixa de ser interessante registrar aqui: refiro-me a casos que chamarei *de situação*. Mostra a experiência que, ao menos em certas línguas, a uma pergunta pode faltar qualquer traço linguístico — morfo-sintáctico, lexical, entonacional — de significado «interrogação», se a situação em que ela é proferida indicar sem dúvidas ao interlocutor que o locutor está a perguntar e não a afirmar. Assim,

---

occur.» À luz do exposto, poderíamos retomá-la como querendo dizer que o uso de uma construção gramatical de valor interrogativo exclui a resignificação de tal valor por processos entonacionais.

<sup>65</sup> Cf. ANDRÉ MARTINET, *A Functional View of Language*, p. 33 e respectiva nota.

no *corpus* português que possuo, figura uma pergunta «*Está a chover?*» pronunciada com entoação declarativa, o que se explica precisamente pela situação: o indivíduo *A* encontra-se à janela, olhando a rua, quando, no interior da casa, *B* pronuncia aquela frase, a qual não pode deixar de constituir uma pergunta por ele não estar em condições de afirmar. Casos como este estão todavia longe de ser gerais e definem-se como ocorrências de discurso sem repercussão sistemática na língua <sup>66</sup>.

1. 2. 18 As considerações precedentes — e em particular a do caso de facto da interrogação em línguas como o inglês, o francês, o russo e, como veremos, o português — conduzem-me a ver na entoação significativa um conjunto de processos funcionais (numa perspectiva histórica poderia talvez dizer-se funcionalizados) que suprem carências ou substituem elementos do sistema linguístico central (casos respectivamente ilustrados pelas frases enunciativas e pelas frases interrogativas das línguas citadas). Como seria decerto inadequado pretender que os processos entonacionais são linguísticamente centrais, ou mesmo tão centrais como os que se conformam na dupla articulação da linguagem, o estatuto da entoação parece assim ser fundamentalmente supletivo e marginal e por isso concluo com Bolinger que «Intonation operates in its own sphere, and the uses that grammar makes of it are catch-as-catch-can» e que: «The encounters between intonation and grammar are casual, not causal. Grammar uses intonation on those frequent encounters, but intonation is not [primarily, acrescentaria eu] grammatical.» <sup>67</sup>

#### NOMENCLATURA

1. 2. 19 Na literatura especializada, têm recebido designações diversas as unidades entonacionais de que venho falando. Troubetskoy chamou-lhes *entoações* («intonation 'de continuité'», «intonation 'conclusive'», etc.) <sup>68</sup>.

---

<sup>66</sup> Cf. a experiência de K. HADDING-KOCK, *Intonation of Southern Swedish*, p. 68 n. 159: «In the dialogue the presence of a context and a 'situation' made strong expressive means unnecessary. In chapter 9, however, where an isolated utterance is varied, rising first syllables of Accent-1 words and high second syllables of Accent-2 words are used as expressive means.» Encontram-se mais desenvolvidas considerações sobre a importância do contexto e da situação nos fenómenos entonacionais em: LEE S. HULTZÉN, «Information Points in Intonation», *Phonetica* 4 (1959): 107-120; e DWIGHT L. BOLINGER, «Intonation and Grammar», *Language Learning* 8 (separata s/d.): 31-37.

<sup>67</sup> DWIGHT L. BOLINGER, «Intonation and Grammar», *Language Learning* 8: 31-37, aqui 36 e 37.

<sup>68</sup> TROUBETSKOY, *Principes*, pp. 238 ss.

K. L. Pike criou a designação de *pitch contours* <sup>69</sup>; no que foi seguido por vários autores, e ainda recentemente por K. Hadding-Koch, que adoptou a de *melodic contours* <sup>70</sup>. Outros autores, como Zellig S. Harris <sup>71</sup>, Rulon S. Wells <sup>72</sup>, Charles F. Hockett <sup>73</sup>, preferem a de «morfemas de entoação», «morfemas supra-segmentais», ou simplesmente «morfemas».

A designação de *morfemas* aplicada a tais unidades, embora não difira essencialmente da de *contornos*, parece apontar mais que esta para a gramática, até pelo paralelismo que pretende estabelecer entre, por um lado, um morfema «segmental» como ingl. *-ly*, de significante /lij/, e os fonemas /l/, /i/, /j/ constitutivos desse significante, e por outro lado o «morfema supra-segmental» ingl. /31↓/ e os «fonemas entonacionais» seus constituintes /3/, /1/ e /↓/ <sup>74</sup>. E aqui deparamos com um problema a que já aludi ao apresentar alguns dos principais estudos consagrados à entoação: o da análise em termos de «níveis» ou de «configurações» (ingl. *levels vs configurations*) <sup>75</sup>. Teremos de examiná-lo agora, à luz das aquisições do presente capítulo, para depois podermos julgar da verdadeira natureza das unidades entonacionais.

#### NÍVEIS E CONFIGURAÇÕES

1. 2. 20 De acordo com o critério de discreção, distinguimos acima entre unidades entonacionais discretas, que considerei pròpriamente linguísticas, e unidades não-discretas, linguisticamente marginais.

Caracteriza as primeiras a sua não-continuidade, a sua não-graduação, a impossibilidade de as definir por «mais» ou «menos» (como, por exemplo, no plano fonemático, a chamada sonoridade). Daí resulta que a unidade representativa <d> «interrogação» da língua X não é oponível a outras eventuais unidades representativas mais ou menos interrogativas, <d'>, <d''>, etc. O mesmo se dirá da unidade <b> «enunciação» da mesma língua, e, de modo geral, de todas as unidades representativas. Donde se conclui que, no plano

<sup>69</sup> K. L. PIKE, *Intonation of American English*, passim.

<sup>70</sup> K. HADDING-KOCH, *Intonation of Southern Swedish*, por ex. p. 39.

<sup>71</sup> ZELIG S. HARRIS, «Simultaneous Components in Phonology», *Lg* 20 (1944): 181-205; Id., *Structural Linguistics* 6.6 e n. 11, apêndice a 6.1, e 12.344.

<sup>72</sup> RULON S. WELLS, «The Pitch Phonemes of English», *Lg* 21 (1945): 27-39.

<sup>73</sup> CHARLES F. HOCKETT, *A Course in Modern Linguistics*, por ex. 15.2, 19.2. Tal designação não aparece ainda, salvo erro, in *A Manual of Phonology* do mesmo Autor.

<sup>74</sup> Exemplifico de acordo com a análise entonacional inglesa de Hockett, tal como aparece no *Course in Modern Linguistics* 4; cf. *ib.* 15.2.

<sup>75</sup> Cf. atrás 1.1.11-12. Não repetirei agora as remissões bibliográficas feitas aí.

da representação, se mostra imprecisa, a meu ver, uma análise por níveis: se admitirmos por hipótese ser uma subida do tom a realização física do traço «interrogação», será irrelevante que essa subida se faça de 1 a 2 ou a 3 ou a 4, de 2 a 3 ou a 4, de 3 a 4, porquanto <d> se realizará (quer dizer: será compreendido como «interrogação») desde que haja uma subida de tom, independentemente da sua extensão ou quantidade, exactamente como o fonema ptg. /b/ é sonoro se a articulação bilabial não-nasal for acompanhada de vibrações laringeas, sem que importe o número ou a amplitude destas.

As segundas unidades definem-se exactamente ao invés das primeiras — pela sua continuidade, gradação, possibilidade de caracterização em termos de «mais» ou «menos». Assim, será absolutamente legítimo distinguir entre um <i'> «mais afectuoso» que <i> e «menos afectuoso» que <i''>, um <k> «pouco concessivo» e um <k''> «muito concessivo», etc.: considerar apenas um traço <i> «afecto» e um traço <k> «concessão», que abraçasse as «famílias» <I> e <K>, para reduzir a termos de discreção as unidades deste segundo tipo, corresponderia, como vimos <sup>76</sup>, a simples expediente sem vantagens. Se admitirmos que o traço «concessão» se realiza por uma descida de tom seguida de uma subida, o grau de concessão variará de acordo com a extensão do movimento tonal: assim, para Hockett, a entoação /31 ↑ / implica maiores reservas que a entoação /32 ↑ / <sup>77</sup>. É de supor, no entanto, que haja mais de dois graus de concessão, e que mesmo quatro níveis não bastem para distinguir todos os matizes concessivos da língua. Creio que, para reflectir com precisão a realidade, a descrição entonacional teria de jogar com um número teóricamente ilimitado de níveis tonais. Quatro é no entanto o número que adopta a maioria dos Autores <sup>78</sup>, sem que pareça corresponder a qualquer coisa de concreto. Por isso creio possível perguntar com Bolinger «What is the magic of the number four?» e concluir com o mesmo Autor: «The number might as well be six, or ten, or as many semitones as can be counted in the range of the voice. The division into four is arbitrary and for convenience only, and it would have been more scientific to avow it as 'such.» <sup>79</sup>

<sup>76</sup> Cf. 1.2.10.

<sup>77</sup> Cf. CHARLES F. HOCKETT, *A Course in Modern Linguistics* 4.2 (11) e (12).

<sup>78</sup> Cf. a bibliografia indicada em 1.1.12 n. 41. — ZELIG S. HARRIS, «Simultaneous Components in Phonology», *Lg* 20 (1944): 181-205, e *Structural Linguistics* 6, usa sete algarismos, de 0 a 6, mas o seu critério distribucional limita-lhes a extensão. Charles F. Hockett serve-se apenas de três no *Manual of Phonology* 211, considerando o possível nível /4/ como uma «feature of 'extra-height'», também por critério distribucional; no *Manual of Phonology* 4 considera já, no entanto, a existência de quatro.

<sup>79</sup> DWIGHT L. BOLINGER, «Intonation and Analysis», *Word* 5 (1949): 248-254, aqui 250.

Nessas condições, as unidades de valor representativo deverão ser descritas em termos de configurações, já que, dada a sua discreção, não haverá para elas níveis pertinentes. Pelo contrário, as unidades de tipo afectivo poderão talvez descrever-se convenientemente em termos de níveis — uma vez que uma análise assim elaborada se mostre capaz de dar conta de todos os matizes de significação que essas unidades traduzem. Para tanto, terão de vencer-se não poucas dificuldades.

Necessário será, por um lado, identificar um número de níveis suficientemente amplo para, sem ambiguidades, dar conta de todos os matizes emocionais que, dentro de cada tipo (afecto, condescendência, sarcasmo, etc.), a língua puder exprimir, o que só parecerá tarefa fácil se nos dispusermos a sacrificar o rigor científico a grosseiras aproximações.

Por outro lado, terá de rever-se a própria conceituação de *nível*, que, nos termos em que se encontra formulada, se me afigura ineficaz e inconsistente, e isto por duas razões primordiais. Em primeiro lugar (embora tal não seja o mais importante, por dizer respeito menos propriamente à essência das coisas que à respectiva nomenclatura), não poderemos continuar a referir-nos aos níveis como *significantes*<sup>80</sup>: como teremos ocasião de verificar, os níveis em si mesmos não são significantes, mas distintivos<sup>81</sup>. Em segundo lugar, pretende a tradição, desde Pike<sup>82</sup>, que os níveis são relativos e não absolutos. Ora, como pertinentemente demonstrou Bolinger e já tive ocasião de recordar no presente trabalho<sup>83</sup>, os níveis não poderão ser *apenas* relativos. Não se lhes nega, como é óbvio, certo grau de relatividade, que impõe, entre outros, o simples facto de variarem os registos vocálicos de indivíduo para indivíduo, de momento para momento. Mas, sem admitirmos paralelamente certo grau de absolutismo tonal para cada nível, ficaremos impossibilitados de distinguir sequências de níveis em que não figurem todos os da escala: admitindo que, em determinada língua, eles são quatro, de acordo com um critério de pura relatividade 12 será equivalente a 23 e a 34, 21 a 32 e a 43, 41 a 42 e a 43, como a 31 ou a 32 a ou 21, etc., e até, em contexto onde apareça um único nível, este tanto poderá ser 1 como 2 ou 3 ou 4, o que significa que ele não existirá, por isso que o estabelecimento duma relatividade implica necessariamente a existência de pelo menos dois termos.

1. 2. 21 Convencida da eficácia do conceito na descrição entonacional, procurou K. Hadding-Koch justificar instrumentalmente a existência de

---

<sup>80</sup> Como fez K. L. PIKE, *Intonation of American English* 3. 5. 1.

<sup>81</sup> Cf. adiante 1.2.23-24.

<sup>82</sup> K. L. PIKE, *ib.*, *ib.*

<sup>83</sup> Cf. 1.1.12.

níveis, na forma de «*relevant frequency regions*» atribuídas a cada um dos quatro auditivamente identificados<sup>84</sup>, e assim abriu à investigação as portas de um caminho que se revelará talvez útil percorrer. Os resultados que obtive parecem-me no entanto ainda excessivamente magros e não confirmar o optimismo da Autora a seu respeito. O que deles se extrai de mais positivo é possivelmente a verificação de que, a alguns meses de intervalo entre duas gravações dum mesmo texto, para os dois informantes considerados duas vezes, não variaram as zonas de frequências «preferidas» para a realização de cada um dos níveis auditivamente determinados<sup>85</sup>. Como de esperar, os registos das vozes femininas são aí na generalidade mais altos que os das vozes masculinas. Mas sucede também mostrarem-se importantes as oscilações entre as frequências registadas para um mesmo nível entre os informantes do mesmo sexo. Considerando separadamente as vozes masculinas e as femininas, e tomando para cada um dos grupos, dentro de cada nível, as frequências (em cps) máximas e mínimas registadas por Hadding-Koch, pode estabelecer-se o seguinte quadro de correspondências:

<i>Nível</i>	<i>Locutores masculinos</i>	<i>Locutores femininos</i>
4	155-195	260-370
3	125-155 e 145-195	195-260 e 260-370
2	85-125 e 110-145	130-195 e 175-260
1	85-145	130-175

<sup>84</sup> K. HADDING-KOCH, *Intonation of Southern Swedish*, pp. 90 ss.

<sup>85</sup> Trata-se dos informantes K e UR, ambos femininos, que, em cada uma das gravações, utilizaram as seguintes zonas de frequências (a seta ↑ indica «mais alto», ↓ «mais baixo»):

<i>Locutor</i>	<i>Nível</i>	<i>Frequências (cps)</i>
K	4	370 ↑
	3	260-370
	2	175-260
	1	175 ↓
UR	4	295 ↑
	3	245-295
	2	165-245
	1	165 ↓

Quadro cuja análise sugere alguns comentários. Um, menor, mostrará que os vários níveis contíguos se unem muitas vezes pela mesma frequência, sem que se assegurem as distinções entre eles por algo de equivalente ao que em fonemática se designa por «margem de segurança»; exemplo, as frequências 155 e 195 nos níveis 3 e 4 (vozes masculinas). Outro, mais importante, é o que revela o seguinte: para as vozes masculinas, o nível 1 confunde-se, ou pode confundir-se, com 2 e 3, o nível 2 com 3 e 1, o nível 3 com 4 e 2, o nível 4 com 3; para as vozes femininas, o nível 1 com 2, o nível 2 com 3 e 4, o nível 3 com 4 e 2, o nível 4 com 3 e 2. Trata-se dum facto perturbador, visto que põe em causa o princípio mesmo do valor distinto — e distintivo — dos níveis, como é fácil verificar. Deste modo nos encontramos ainda perante a situação há pouco descrita: não ocorrendo os quatro níveis num enunciado, não poderemos identificar os que ocorrem como representando 1, 2, 3 ou 4. Por tudo isso se afigura pequeno o progresso assim realizado na tentativa de determinar com maior segurança a natureza dos chamados níveis tonais. Até poder resgatar-se com garantias mais sólidas e mais conveniente formulação, continua assim hipotecada a validade da análise entonacional em termos de níveis no sector das unidades de tipo afectivo em que admitimos poder ela revelar-se útil.

1. 2. 22 De quanto precede se infere que uma análise exaustiva e total da entoação de uma língua deverá apelar para os dois princípios — de configurações e de níveis —, que deixarão de opor-se (como até aqui tem sucedido) para passarem a completar-se. Completar-se, entenda-se, no sentido de complementaridade, sem necessária sobreposição de ambos. As unidades de valor representativo serão descritas apenas em termos de configurações, sem referência a níveis. As de valor afectivo descrever-se-ão ou em termos de configurações precisadas por níveis (por exemplo: «subida de tom de nível 1 a nível 2»), ou apenas em termos de níveis (por exemplo: «unidade 12»). Mas isso dependerá em boa parte dos termos em que vier a reformular-se — a admitir que virá a reformular-se — a teoria dos níveis, e das consequentes implicações.

De qualquer modo, não deve perder-se de vista este princípio básico em que atrás insisti bastante mas que ficou na sombra da presente discussão: e é que tanto as configurações como os níveis se reportam em última análise à descrição substancial das unidades entonacionais e se situam assim num plano físico que não é o linguisticamente essencial.

MORFEMAS E FONEMAS ENTONACIONAIS?

1. 2. 23 Posto isto, pretendemos pois saber se deverão — ou poderão — considerar-se morfemas as unidades entonacionais. Para resolver o problema, e a menos que não aspirássemos a uma coerência terminológica básica, teremos naturalmente de confrontar tais unidades com os morfemas previamente definidos<sup>86</sup>, na busca de possível paralelo. Desde logo encontraremos como primeira diferença o facto de aquelas unidades serem «supra-segmentais», enquanto são «segmentais» os morfemas com que as comparamos. Isto não deve no entanto constituir obstáculo ao prosseguimento da investigação, em primeiro lugar porque tal diferença estava já implícita — e dela se partia, até certo ponto — nos dados do problema, e em segundo lugar porque o que pretende saber-se é exactamente se se encontram unidades idênticas nos materiais linguísticos de distintos planos (segmental e supra-segmental).

Ao falarem de morfemas entonacionais, têm os Autores no espírito, mais ou menos explícita, a comparação a que aludi atrás<sup>87</sup>: assim como o morfema segmental, significante, é representado por fonemas segmentais, desprovidos de sentido, assim também o morfema supra-segmental é composto de fonemas supra-segmentais, *pitch phonemes* ou *pitch levels*, igualmente desprovidos de sentido<sup>88</sup>. Rulon S. Wells, por exemplo, exprime-se assim: «They [sc.: *the pitch phonemes*] are organized into meaningful sequences called pitch morphemes, which are the strict analogues of segmental morphemes composed of segmental phonemes»<sup>89</sup>. Temos aí uma analogia que me parece precipuamente externa — e portanto de menos interesse linguístico —, embora contenha o elemento funcional em que julgo dever fundamentar-se a discussão e ao qual voltarei.

---

<sup>86</sup> Para a conceituação do morfema (monema), cf. entre tantos outros: CHARLES F. HOCKETT, *A Course in Modern Linguistics* 14-15; ANDRÉ MARTINET, *Éléments de linguistique générale* 4; ZELIG S. HARRIS, *Structural Linguistics* 12 ss.; JOSEPH H. GREENBERG, *Essays in Linguistics* 2; E. NIDA, *Morphology*.

<sup>87</sup> 1.2.19.

<sup>88</sup> Cf., por ex., a bibliografia citada nas notas (71), (72), (73) deste capítulo, e ainda K. L. PIKE, *The Intonation of American English* 3.5.1 e sobretudo n. 40 (p. 177).

<sup>89</sup> RULON S. WELLS, «The Pitch Phonemes of English», *Lg* 21 (1945): 27-39, aqui 34. Antes escrevera: «The pitch phonemes, like the segmental phonemes, do not in general have meaning by themselves.» A restrição representada por *in general* é supérflua e revela a mesma confusão entre dois planos distintos (as duas articulações da linguagem, na nomenclatura de Martinet) de que é testemunho estoutro passo: «pitch phoneme 4 is a morpheme in itself, with the meaning 'surprise'» (*ib.* 31) — o que é tão infeliz como, e.g., afirmar que o fonema ptg. /a/ de *há* é um morfema com o sentido de 'haver' + 'presente', etc. (cf. idêntica crítica em K. L. PIKE, *The Intonation of American English* n. 40).

Mas antes deveremos perguntar-nos se são efectivamente comparáveis com os fonemas segmentais os chamados *pitch phonemes* — para levarmos em conta as unidades entonacionais de função afectiva. Ocupando-se da questão com certo pormenor, apontou Dwight L. Bolinger<sup>90</sup> uma série de diferenças que considera essenciais, baseado todavia em critérios que não se me afiguram todos decisivos. Diz o Autor, por exemplo, o seguinte: «If we made articulation the basis for determining phonemes, there would be only one pitch phoneme \*, the functioning of the intonation-producing apparatus, i.e., intonation itself»; «the 'pitch phonemes' that have been singled out do not owe their existence to objective differences between one and another, but to relative position on the pitch scale (and to the simple fact — a wholly subjective fact — that it is convenient to create divisions where none are objectively found)»; «the proper phonemes of pitch are to be found not in position, but in direction: not high versus low, but up versus down. This results in yet another contrast with the ordinary phonemes: it is as if we were unable to treat of *m* as an entity, but had to take as our fundamental unit the shift from *m* to something else»<sup>91</sup>. Estes factos são exactos, mas sugerem-me alguns comentários críticos.

Em primeiro lugar, o reconhecimento dos fonemas não pode basear-se em critérios substanciais, fonéticos, de ordem articulatória ou outra, mas sim em critérios funcionais: a experiência revela o facto extremamente banal, já recordado nestas páginas, de que uma mesma «articulação» é muitas vezes interpretada diferentemente por distintas comunidades linguísticas. É pois a função que devemos considerar como termo de comparação entre os fonemas segmentais e o que *a priori* designarei por *fonemas supra-segmentais* (= ingl. *pitch phonemes*).

Em segundo lugar, e no plano em que assim nos situamos, não vejo oposição essencial entre eles: se um «fonema supra-segmental» se define por oposição aos outros, não é necessariamente do mesmo modo que se definem os fonemas segmentais? Não é porque o espanhol distingue apenas uma posição (ou um timbre) funcional na série vocálica anterior entre os extremos /i/ e /a/ e uma outra na série posterior entre /a/ e /u/, enquanto o português distingue duas em cada um dos casos, que, a partir duma mesma substância, a primeira língua comporta os fonemas /e/ e /o/ e a segunda os fonemas /e/, /e/, /ɔ/ e /o/? O fonema ptg. /'a/ não existirá apenas por oposição (quer dizer: em relação) aos outros fonemas centrais, e em especial a /'a/?

---

<sup>90</sup> In «Intonation and Analysis», *Word* 5 (1949): 248-254, aqui 248-251.

\* «Or conceivably three, if below-singing-level, chest tones, and falsetto were distinguished [...]» (p. 249, n. 1).

<sup>91</sup> *Art. cit.*, p. 249.

Não vale a pena insistir nestes factos bem conhecidos, nem recordar a propósito a noção de «margem de segurança» e o valor probante que ela oferece neste contexto. Assim, se a análise entonacional de uma língua tiver revelado a existência de quatro níveis pertinentes, cada um deles será tão «entidade» como, por ex., /m/. Note-se que, com estas considerações, não pretendo defender o tipo de análise por níveis — problema de que me ocupei preliminarmente —, mas tão-só comparar as duas espécies de «fonemas». Creio aliás que em boa parte as observações de Bolinger concernem mais o problema da análise que propriamente a natureza das unidades<sup>92</sup>.

Reduzindo o problema aos seus termos essenciais, que são igualmente os mais simples (e deste modo regressamos também ao ponto suspenso há pouco), o que fundamentalmente caracteriza o fonema é o seu carácter de unidade distintiva, por oposição ao morfema, unidade significativa. O que importa pois determinar é se, como sucede no plano segmental, as unidades *a priori* designadas por *fonemas e morfemas supra-segmentais* se caracterizam do mesmo modo como distintivas e significativas, respectivamente. Retomo assim um dos considerandos de outros Autores, mas rejeito o aspecto, apontado nomeadamente por Wells no passo acima citado, de organização necessária dos fonemas supra-segmentais em «meaningful sequences», o qual é a meu ver secundário e, contrariando o que vai revelar-se evidente, nos impediria de considerar em conjunto unidades de plano representativo e unidades de plano afectivo: com efeito, se, como procurei demonstrar, as unidades de plano representativo se não deixam analisar em níveis, por serem monolíticas deveríamos, a seguir Wells, abandonar desde já a possibilidade de vir a considerá-las morfemáticas.

1. 2. 24 No ponto em que nos encontramos do presente trabalho, creio reunidos já os elementos que nos permitirão agora responder em poucas linhas à pergunta formulada em última análise, sc. se há no plano supra-segmental algo de equivalente aos fonemas e morfemas segmentais, ou seja, unidades distintivas e unidades significativas. De acordo com o exposto, e dado que, por definição funcional, as unidades entonacionais acrescentam ao texto algo que ele não recebe da sua dupla articulação, não cabem dúvidas de que tais unidades são significativas. Note-se, aliás, que elas comutam com unidades significativas, de primeira articulação: por exemplo, o significante entonacional de «interrogação» comuta em francês com *est-ce que* («vous venez?» — «est-ce que vous venez?») ou com outros processos morfo-sintácticos («vous venez?» — «venez-vous?»).

---

<sup>92</sup> Cf. em especial o último dos passos citados do seu artigo.

Se entre as unidades significativas de primeira articulação quisermos estabelecer categorias — «morfemas», «lexemas», «palavras», por exemplo —, uma preocupação de exaustividade conduzir-nos-ia naturalmente a indagar se tais categorias reaparecem nas unidades significativas entonacionais. O problema não é fácil de resolver, até por serem dificilmente definíveis aquelas categorias. Deixando de lado a «palavra», que em linguística geral não parece corresponder a algo de preciso<sup>93</sup>, consideremos no entanto que o morfema é unidade significativa de tipo gramatical, enquanto o lexema o é de tipo lexical. Nestas condições, poderiam talvez aproximar-se as unidades entonacionais de função representativa dos morfemas e as de função afectiva dos lexemas. Com efeito, as primeiras pertencerão necessariamente, em cada língua, a um inventário fechado, enquanto as segundas pertencerão a inventários abertos — como os morfemas e os lexemas, respectivamente; por outro lado, as primeiras comutarão normalmente com unidades ou processos gramaticais, enquanto as segundas comutarão mais provavelmente com significantes doutro tipo. Mas duvido de que se possa ir muito longe, e com grande proveito, neste caminho. O que de qualquer maneira importa reter é que, representativas ou afectivas, as unidades entonacionais são, como a análise tem mostrado, de tipo significativo.

Significativas, as unidades entonacionais não se deixam, como os morfemas ou lexemas, segmentar em unidades mais pequenas de estatuto idêntico: são pois, como eles, unidades mínimas. Esse seu carácter não obsta todavia a que possamos analisá-las em unidades menores, mas de diferente plano. Vimos com efeito que, se as de tipo representativo não podem analisar-se em termos de níveis, o mesmo não sucede, em princípio, com as de tipo afectivo. Ora, como também vimos, os níveis não são significantes: eles são apenas elementos que, combinados de algum modo, não constituem, mas representam, os significados daquelas unidades significativas. Assim, um significado afectivo pode ter numa língua o significante /31/, outros significados os significantes /13/, /32/, /21/, /1/, /2/, /3/, etc. Quer dizer: representa aquele significado, naquela língua, o conjunto, de certo modo organizado, de /3/ e /1/, da mesma maneira que, em português, «4.ª pessoa» é significado por um /mus/, inalisável em unidades menores significativas, mas representado por uma sucessão de fonemas /m/, /u/, /s/, organizados por esta

---

<sup>93</sup> Sobre a «palavra», cf., além dos manuais de linguística geral, onde recebe diferentes tratamentos (CHARLES F. HOCKETT, *A Course in Modern Linguistics* 19; ARCHIBALD A. HILL, *Introduction to Linguistic Structures* 8.1; ZELIG S. HARRIS, *Structural Linguistics*, passim; ANDRÉ MARTINET, *Eléments de linguistique générale*, 4.15-17); KNUD TOGEBY, «Qu'est-ce qu'un mot?», *TCLC* 5 (1949): 97-111; JOSEPH H. GREENBERG, *Essays in Linguistics*, pp. 27-34; C. L. EBELING, *Linguistic Units*, pp. 134-135.

ordem, mas susceptíveis de se organizarem diversamente para constituírem outros significantes — por exemplo, /m/ para, precedido de /a/ e seguido de /u/, representar /'amu/ distinto de /'anu/ ou de /'anu/, /u/ para representar «masculino», /S/ para representar «plural», /u/ + /S/ para representar «masculino» + «plural». Leva-nos esta situação funcional a aproximar os níveis tonais dos fonemas, unidades de primeira articulação, ainda que sejam muito grandes as diferenças físicas («objectivas», na terminologia de Bolinger <sup>94</sup>) entre uns e outros <sup>95</sup>. Designá-los por *fonemas supra-segmentais* ou por *níveis*, ou ainda doutro modo, não lhes afecta a natureza: é problema de simples nomenclatura, cujo grau de arbitrariedade só se deixa legitimamente limitar pela salvaguarda de indispensável coerência.

---

<sup>94</sup> Cf. 1.2.23.

<sup>95</sup> Divirjo assim da interpretação de Martinet, para quem os níveis seriam significantes: «The relation of levels to contour is comparable with that of words to sentence, in which both words and sentence are signs with *signifié* and *signifiant*, and basically different from that between phoneme and word or moneme. Should we insist on identifying the items we operate with in intonational matters, with the units that are the frame of double articulation, we would have to say that levels are monemes, i.e. minimal units with meaning, whereas contours are a succession of monemes» (ANDRÉ MARTINET, *A Functional View of Language*, p. 37).

## SEGMENTAÇÃO

1.3.1 O processo sugerido, logo no início do presente capítulo, para a identificação das unidades entonacionais foi o do estabelecimento de oposições significativas, correntemente praticado em linguística funcional. Vimos desde então operando com unidades assim identificadas, que considerámos constituir o inventário entonacional sobre que haveríamos de trabalhar e às quais viemos a atribuir, em princípio, carácter morfemático. Ainda de acordo com o exposto, reconhecemos que, significantes, os morfemas entonacionais acrescentam algo — o seu significado — aos textos duplamente articulados sobre os quais incidem, o que nos levou a designar provisoriamente<sup>1</sup> por «*frases enunciativas*», «*frases exclamativas*», «*frases concessivas*», etc., os conjuntos resultantes da combinação dos textos articulados com os respectivos morfemas entonacionais. Embora tal não haja sido explicitado, quer isto dizer que até aqui considerámos a *frase* como uma porção de texto afectada por um só morfema entonacional, sem previamente a termos definido, nem estabelecido o processo de delimitar as porções de texto a cada uma das quais corresponderá um morfema. É ao que cumpre agora proceder.

### A FRASE GRAMATICAL

1.3.2 Não parecem na ordem do dia das preocupações dos linguistas contemporâneos os problemas relativos à frase, sua conceituação e definição. V. Skalička definiu-a como «la réaction sémiologique élémentaire»<sup>2</sup>, o que diz muito pouco. V. Mathesius como «an elementary speech utterance, through which the speaker (or writer) reacts to some reality, concrete or abstract, and which in its formal character appears to realize grammatical possibilities of the respective language and to be subjectively, that is, from the point of view of the speaker (or writer), complete»<sup>3</sup>. *O American College*

<sup>1</sup> Cf. 1.1.13.

<sup>2</sup> V. SKALIČKA, «La fonction de l'ordre des éléments linguistiques», *TCLP* 6 (1936): 129-133, aqui 131.

<sup>3</sup> V. MATHESIUS, «On Some Problems of the Systematic Analysis of Grammar», *TCLP* 6 (1936): 95-107, aqui 105-106 n. 7.

*Dictionary* <sup>4</sup> considera-a «a linguistic form [...] which is not part of any larger construction». Nesta definição, como na de V. Mathesius, encontra-se um traço comum, o do carácter completo do texto designado por *frase*.

Quem, no entanto, trouxe nos últimos tempos o contributo mais valioso para o esclarecimento do problema linguístico da frase foi André Martinet <sup>5</sup>. Procurou o Autor identificar e delimitar a frase de acordo com a estrutura gramatical do texto e não com o que chama «les vicissitudes de la courbe mélodique» <sup>6</sup>, no que se mostra perfeitamente coerente com o seu princípio (já recordado nestas páginas) de que só é pròpriamente linguístico o que entra no quadro da dupla articulação da linguagem e de que por conseguinte os factos entonacionais são linguisticamente marginais <sup>7</sup>: «Le linguiste a intérêt, en la matière, à garder ses distances et à voir dans la phrase une construction grammaticale qu'il conviendra de définir en termes d'unités discrètes.» <sup>8</sup> Para levar a cabo o seu objectivo, recorre Martinet ao conceito de «expansão», de que se ocupara noutra lugar e que pode definir-se como «tout ce qui n'est pas indispensable» <sup>9</sup>. Numa frase como o fr. *les chiens de la voisine mangent la soupe*, enquanto *de la voisine* e *la soupe* são expansões, por dispensáveis, *les chiens mangent* é o núcleo, sem o qual o enunciado deixaria de existir: não se admite, com efeito, algo como *de la voisine mangent la soupe*, ou *les chiens de la voisine la soupe*, etc. Tipo particular da expansão é a coordenação, já que a estrutura do enunciado não se altera pela supressão do elemento coordenado: por ex., *urbi et orbi*, como *il vend et elle achète*, podem passar a só *urbi* ou só *orbi*, a só *il vend* ou só *elle achète*, sem que se modifiquem gramaticalmente os enunciados de que fazem parte. Assim, «la phrase se définira comme centrée soit autour d'un seul prédicat, soit autour de deux ou plus de deux prédicats coordonnés» <sup>10</sup>.

A posição assumida por Martinet apresenta sem dúvida interesse, e é, segundo creio, a que até hoje melhor interpretou a realidade, pelo que os linguistas terão toda a vantagem em meditar nela. Sucede, no entanto, que a pertinência dos conceitos e definições preliminares depende da sua utilidade, e que esta é função dos objectivos prosseguidos: considerar um bosque como um local onde se pode descansar à sombra ou como um conjunto de árvores que podem serrar-se para se obter madeira depende evidentemente do ponto de vista daquele que tenciona utilizá-lo; e a perspectiva do lenhador

<sup>4</sup> S. u. «Sentences».

<sup>5</sup> ANDRÉ MARTINET, «Réflexions sur la phrase», in *Language and Society* pp. 113-118.

<sup>6</sup> *Art. cit.*, p. 116.

<sup>7</sup> Cf. I. I. 10.

<sup>8</sup> *Ib.*, p. 117.

<sup>9</sup> Cf. ANDRÉ MARTINET, *Eléments de linguistique générale* 4. 30-33.

<sup>10</sup> A. MARTINET, *art. cit.*, p. 116.

não invalida decerto a do viajante fatigado. Ora, a definição da frase formulada por Martinet, útil no quadro da dupla articulação da linguagem e da estrutura gramatical dos enunciados que nele se insere, revela-se ineficaz quando passamos a estudos entonacionais — o que nada tem de surpreendente, visto que, ao entrarmos em tais estudos, deixamos o domínio dentro do qual ela foi estabelecida, de resto com deliberada exclusão de quaisquer factores ou considerandos de ordem entonacional. No âmbito do presente trabalho, terá pois de encarar-se diferentemente a frase, e estabelecer deste modo as porções de texto sobre as quais operaremos e que, em princípio, nada terão necessariamente de comum com a *frase gramatical* (duplamente, e só duplamente, articulada).

#### A FRASE ENTONACIONAL

1.3.3 Na realidade, a literatura entonacional deu-se bem conta de que não pode operar com frases gramaticais. S. Karcevskij afirmava já em 1931: «C'est précisément l'intonation qui fait la phrase. N'importe quel mot ou assemblage de mots, n'importe quelle forme grammaticale, n'importe quelle interjection peuvent, si la situation l'exige, servir d'unité de communication.»<sup>11</sup> E mais tarde de Groot exprimia ideia análoga ao afirmar: «C'est donc l'intonation qui, en dernier ressort, détermine le caractère, le sens, la catégorie de la phrase: c'est le ton qui fait la phrase.»<sup>12</sup> Entre os Autores que mais recentemente descreveram «sistemas entonacionais», uns puseram o problema em termos que me parecem pouco felizes. É o caso, por ex., de Maria Schubiger, que escreve o seguinte: «The flow of utterance can be divided into sections, the elements of which are more closely connected with each other than with what precedes or follows. These sections are either short sentences or parts of longer sentences. In this book they will be called *sense-groups* [...] Intonation, too, is not an amorphous sequence of tones, it is susceptible of the same formal analysis. Each sense-group corresponds to a *tone-group*.»<sup>13</sup> Quer dizer que a frase entonacional deixa de conceituar-se em termos gramaticais para se conceituar em termos semânticos, o que, pelo menos em linguística geral, não traz vantagens apreciáveis.

---

<sup>11</sup> S. KARCEVSKIJ, «Sur la phonologie de la phrase», *TCLP* 4 (1931): 188-227, aqui 190. — Note-se que Karcevskij distingue a *frase*, cujas implicações são, como se vê, entonacionais, da *proposição* (fr. *proposition*, ingl. *sentence*), unidade gramatical (sintáctica).

<sup>12</sup> A. W. DE GROOT, «L'Intonation de la phrase néerlandaise et allemande considérée du point de vue de la linguistique structurale», *CFS* 5 (1945): 17-31, aqui 30.

<sup>13</sup> MARIA SCHUBIGER, *English Intonation — Its Form and Function*, p. 9.

Outros autores — e parecem ser a maioria — não se preocupam com o problema, que passam, ou quase, em silêncio: creio ser em vão que se procurará a delimitação formal do quadro em que operam, por exemplo, K. L. Pike ou Charles F. Hockett nas suas análises da entoação inglesa<sup>14</sup>.

Quem, a meu ver, melhor tratou o problema, já por o não haver iludido, foi K. Hadding-Koch, que, ao estudar a entoação do sueco meridional, dividiu o seu texto dialogado de 353 palavras (em que fundamenta o estudo) numa série de *utterances*, «usually coinciding with the sentences of the text»<sup>15</sup>, cada uma das quais constitui «a stretch of speech between pauses of indeterminate length (but long enough for a listener to know that he may now speak without interrupting)»<sup>16</sup>. Louvar-se-á assim o cuidado da Autora em delimitar as porções de texto a que chama *utterances*, não de acordo com critérios gramaticais<sup>17</sup>, mas sim por critérios mais adequados à interpretação de materiais extra-segmentais — a ocorrência de pausas. Idêntico cuidado se mantém (e aqui a Autora segue uma prática generalizada) na segmentação de tais porções de texto em porções menores, designadas por *measures*, cada uma das quais constituída por uma unidade acentuada, «the head of an intonation contour», eventualmente precedida e/ou seguida de um *pré-contorno* e/ou de um *pós-contorno* (ingl. *precontour* e *postcontour*, respectivamente o que precede e o que segue a sílaba acentuada)<sup>18</sup>.

Desejo no entanto fazer uma observação à prática seguida por Hadding-Koch. Depreende-se da sua exposição que o diálogo em que baseia o estudo e de que possui doze realizações (leram-no dez locutores, dois dos quais duas vezes)<sup>19</sup> foi dividido em segmentos<sup>20</sup> independentemente dessas realizações. Só assim se compreende que a divisão seja a mesma para todos eles — a menos, é claro, que todas as pausas que delimitam os ditos segmentos hajam ocorrido

---

<sup>14</sup> É certo que HOCKETT (*A Course in Modern Linguistics* 4.3) define o *macrosegment* como «the stretch of material spoken with a single intonation» e acrescenta, além doutras, esta precisão importante, que permite delimitá-lo: «Every macrosegment ends with a TC [= *terminal contour*, representado por / ↑ / ou / ↓ / ou / | / ], which therefore automatically marks the boundary between successive macrosegments in a single utterance.» Mas falta definir *utterance* (empregado na obra provavelmente com o sentido corrente e impreciso de «enunciado, oração, período»), que é o que está agora em causa.

<sup>15</sup> K. HADDING-KOCH, *Intonation of Southern Swedish*, p. 34.

<sup>16</sup> *Ib.*, p. 35.

<sup>17</sup> Cf. *ib.*, n. 97 (pp. 34-35).

<sup>18</sup> *Ib.*, p. 35.

<sup>19</sup> *Ib.*, p. 90.

<sup>20</sup> *Ib.*, pp. 34 ss. — Designo aqui simplesmente por *segmento* (termo largo que não convém por agora especificar, até porque as várias especificações a que ele se presta e a que corresponderão outras tantas designações serão função da análise entonacional de cada língua) o que Hadding-Koch chama *utterance*.

exactamente nos mesmos pontos do texto, o que não é impossível dada a natureza deste (constituído por curtas «frases» gramaticais, ele era previamente conhecido dos locutores, que puderam ensaiá-lo e evitar assim hesitações que doutro modo naturalmente ocorreriam, fazendo intervir pausas suplementares em pontos do texto decerto variáveis de realização para realização). Seja porém como for, o que importa deixar aqui expressamente formulado é a necessidade de não delimitar aprioristicamente os textos, mas de só o fazer de acordo com as respectivas realizações. Um texto como, e.g., ptg. «*Ele disse*» /elə disə/ pode constituir um só segmento, com o respectivo núcleo (designação que utilizo para traduzir o ingl. *head*) em /'e/ e pós-contorno /lə disə/, ou com núcleo /'di/, pré-contorno /elə/ e pós-contorno /sə/, ou então, em realização mais «colorida», dois segmentos delimitados por uma pausa entre as duas palavras, o que resultará em /'elə/ com núcleo /'e/ e pós-contorno /lə/, e /'disə/ com núcleo /'di/ e pós-contorno /sə/, do que só em presença do texto realizado poderá decidir-se.

#### PAUSAS

1.3.4 Em comunicação apresentada ao IV Congresso International da Ciências Fonéticas, reunido em Helsínquia em 1961, ocupou-se Georges Faure de um caso curioso: o de uma mesma série de fonemas poder representar toda uma série de «frases», inteiramente distintas umas das outras, de acordo com a respectiva «melodia»<sup>21</sup>. Eis alguns dos exemplos franceses com que o Autor ilustrou o seu propósito:

1) A sequência [lasœrdəzaklavalevu] pode corresponder às seguintes frases:

- a) *La sœur de Jacques Laval, et vous.*
- b) *La sœur de Jacques, Laval et vous.*
- c) *La sœur de Jacques, la valez-vous?*
- d) *La sœur de Jacques, l'avalez-vous?*  
(= «pouvez-vous la supporter?»)
- e) *La sœur de Jacques Lavallée? Vous?*<sup>22</sup>

<sup>21</sup> GEORGES FAURE, «L'Intonation et l'identification des mots dans la chaîne parlée (exemples empruntés à la langue française)», in *Proceedings of the Fourth International Congress of Phonetic Sciences*, pp. 598-609.

<sup>22</sup> Poder-se-ia ainda acrescentar:

- f) *La sœur de Jacques? Lavallée? Vous?*
- g) *La sœur de Jacques? Laval et vous?*
- h) *La sœur de Jacques. Laval et vous.*
- i) *La sœur de Jacques Lavallée. Vous. Etc.*

- 2) A sequência [mɛwimɔ̃ʃɛrreɛlmã] pode corresponder a:
  - a) *Mais oui mon cher, réellement!*
  - b) *Mais oui mon cher Rey, elle ment!*
  
- 3) A sequência [kɛlparadi] pode corresponder a:
  - a) *Quel paradis!*
  - b) *Qu'elle part à Die?*
  
- 4) A sequência [ɔ̃nãparlraãkɔ̃rsiltãbdɛlanɛʒ] pode corresponder a:
  - a) *On en parlera: en Corse, il tombe de la neige!*
  - b) *On en parlera encore, s'il tombe de la neige.*
  
- 5) A sequência [ɛlerydlakolin] pode corresponder a:
  - a) *Elle est rue de la Colline.*
  - b) *Elle est rude, la colline!*
  
- 6) A sequência [ilaparlɛdypɔ̃] pode corresponder a:
  - a) *Il a parlé, Dupont.*
  - b) *Il a parlé du pont.*
  - c) *Il a parlé, Dupont?*
  - d) *Il a parlé du pont?*

Com esses exemplos, pretende G. Faure provar que «la mélodie de la voix parlée [est] indispensable à l'identification des mots actualisés dans un acte de parole»<sup>23</sup>, ou, como dirá depois, a assegurar «le découpage lexicologique» da frase. Releve-se de passagem o que há de falso nesta posição, a qual parece pressupor que cada *palavra* possui uma entoação própria, graças à qual se distinguiria de outras *palavras* fonemáticamente idênticas, como em português *sentiram* se distingue de *sentirão* pelo esquema acentual (— · — ~ — — ·), ou em sueco *'anden* se distingue de *''anden* (acento 1 ~ acento 2). Ora, ainda que cada palavra seja necessariamente pronunciada com determinada «melodia», não será talvez demais insistir aqui no facto, já apontado nestas páginas, de que a entoação não opera ao nível da palavra, mas sim ao da frase entonacional ou dos seus segmentos, em suma, do texto, e por conseguinte, se acessoriamente permite distinguir uma palavra de outra, isso é consequência de numa das linhas tonais poder inserir-se uma, mas não a outra, das palavras. Temos prova indirecta do que afirmo, por exemplo, nas actualizações da primeira sequência fonemática citada por Faure: enquanto varia a entoação

---

<sup>23</sup> *Comunicação citada*, p. 600.

de a) para b), c), d), e), é possível identificar palavras diferentes de frase para frase; mas desde que duas frases requerem — como frases, acentue-se — uma mesma entoação, esta deixa de assegurar o «découpage lexicologique», como é o caso de c)-d), onde não há possibilidade de distinguir *la valez-vous?* de *l'avalez-vous?* São correntes idênticos casos de «homonímia».

Situações como as apontadas por Faure ocorrem em variadas línguas e prestam-se para jogos de palavras, *calembours*, adivinhas, etc. Em português pode citar-se, entre tantas outras, a da sequência /aɣajɲamaɲdɔ̃ɲɪŋɡla-*tepa*/, que, de acordo com a entoação, pode ser o que se ortografará a *rainha-mãe de Inglaterra* ou a *rainha, mãe de Inglaterra*, com os sintagmas *a-rainha-mãe* e *de-Inglaterra* ou *a-rainha* e *mãe-de-Inglaterra*; ou ainda aquela (basta transportarmos-nos do plano da escrita para o da elocução) com que na escola primária nos chamavam a atenção para a necessidade de bem «pontuar»: *um caçador tinha um cão e a mãe do caçador era também o pai do cão* — «disparate» que a colocação de um «ponto e vírgula» depois de *mãe* transforma em acerto... Se é verdade que nestes casos só factos entonacionais permitem distinguir as frases «acertadas» das «disparatadas», ou entre várias frases igualmente «acertadas» nos exemplos de Faure, serão no entanto, como pretende este Autor, de natureza propriamente melódica esses factos entonacionais?

1. 3. 5 Procedendo ao exame físico das linhas melódicas, instrumentalmente obtidas a partir de textos como os citados, encontraremos decerto importantes diferenças entre a que corresponderá, por ex., a *a rainha-mãe de Inglaterra* e a que corresponderá a *a rainha, mãe de Inglaterra*: esta oferecerá provavelmente uma quebra de melodia na passagem de *rainha* a *mãe*, por exemplo com as sílabas *i* e *mãe* pronunciadas em dois movimentos melódicos, qualquer coisa como - -, quebra que não ocorrerá, ou que ocorrerá com diferentes características físicas, na primeira. A comunicação de Faure é aliás acompanhada de espectrogramas que ilustram algumas das possibilidades de actualização da sequência [lasɛrdɔzaklavalevu]<sup>24</sup>, e, como era de esperar, as linhas tonais variam de espectrograma para espectrograma. Mas, além de variações melódicas, o mesmo exame é susceptível de revelar, no caso português, a presença de uma pausa, mais ou menos longa, talvez até muito breve, entre *rainha* e *mãe* no texto *a rainha, mãe de Inglaterra*, ao contrário do que sucederá no texto que se lhe opõe. Isso mesmo sucede nos citados espectrogramas de Faure, que não deixam dúvidas a tal respeito,

---

<sup>24</sup> Cf. na citada comunicação as figs. 6-9.

de modo que, representando por um traço vertical cada pausa, obteremos a seguinte representação das quatro frases espectrografadas:

- a) *La sœur de Jacques Laval, | et vous.*
- b) *La sœur de Jacques, | Laval, | et vous.*
- c) *La sœur de Jacques, | la valez-vous?*
- d) *La sœur de Jacques Lavallée? Vous?*

Como, fisicamente, a melodia varia de frase para frase nos pontos onde ocorrem estas pausas, são duas as possibilidades de interpretação linguística que se nos deparam, pois poderemos considerar como traços distintivos ou as variações melódicas ou as ocorrências (ou não-ocorrências) de pausas. Por outras palavras, se coexistirem os dois traços físicos de melodia e pausa no sintagma, um deles será irrelevante e, quando muito, variante combinatória de unidade primária<sup>25</sup>: deveremos pois determinar a qual deles vamos atribuir valor funcional.

Se as coisas se apresentam de maneira mais simples numa língua que conheça e utilize uma única das duas possibilidades gerais assim combinadas em português e francês, e onde por conseguinte não oferece dificuldade a identificação do traço distintivo, o problema complica-se no entanto ao passarmos para uma língua tal que conheça a ambas no seu paradigma pré-estruturado, sem — ao contrário do português e do francês — jamais as combinar no sintagma, isto é, que se sirva ora de variações melódicas, ora de pausas, de maneira que a presença de um destes traços físicos necessariamente exclua a do outro. Ao descrever a entoação de tal língua, e para dar

---

<sup>25</sup> Por *unidade primária* entendo aqui uma unidade significativa que como tal exista nesse ponto independentemente da presença daquele dos traços que considerarmos relevante. Exemplifico com o ptg. «a rainha, mãe de Inglaterra»: admitindo que o traço pertinente do enunciado é a pausa após «rainha», só podemos ver na melodia desta sílaba uma variante combinatória, determinada pela presença da pausa seguinte, se a melodia de tal sílaba for pertinente no conjunto da linha tonal, e isto porque a existência de *variantes* é condicionada pela de algo que possa variar; ora, se for irrelevante, esse ponto da linha tonal não existe linguisticamente e não é portanto susceptível de variar, o que nos impede de considerá-lo variante combinatória. Quer dizer: será necessário poder-se opor

1  
«a rainha, mãe de Inglaterra»

a

2  
«a rainha, mãe de Inglaterra»

(em que os algarismos sobpostos representam dois morfemas distintos) para que a presença duma pausa, abaixo simbolizada por um traço, transforme 1 na variante 1a:

1a  
«a rainha, | mãe de Inglaterra».

conta da situação, parece-me que o procedimento mais realista consistirá em indicar que ela possui uma unidade funcional, realizada no discurso já por uma variação melódica, já por uma pausa — o que, note-se, não nos impedirá de designar por «variação melódica» ou por «pausa», assim entre aspas e sem maiores precisões, essa unidade funcional <sup>26</sup>.

Sempre que possível, creio no entanto vantajoso operarmos com a noção de pausa, de preferência à de melodia, o que facilitará a interpretação e descrição dos materiais. Não será para tanto indispensável a presença efectiva de uma pausa física (isto é, duma interrupção da fonação, daquilo a que no espectrograma corresponderá um espaço branco) em determinado ponto do texto: bastará, a meu ver, a possibilidade da sua ocorrência, a possibilidade de se realizar o mesmo texto com uma pausa nesse ponto, em lugar da variação melódica actualmente registada. Tal é, por exemplo, o caso do português <sup>27</sup> ou do francês. Nesta língua, todos os textos do tipo dos do primeiro exemplo de Faure, ainda que realizados por meios exclusivamente melódicos, são susceptíveis de receber uma pausa funcional nos pontos que, para o efeito, neles corresponderem àqueles que marquei com um traço. Em português, *João Luís* pode designar um só indivíduo, ou, com diferente melodia, dois indivíduos, um de nome *João* e o outro de nome *Luís* (o que então se representará grãficamente por *João, Luís*, por exemplo); mas o segundo texto possível é sempre susceptível de se realizar pela intercalação de uma pausa entre os dois nomes. Idênticamente, se eu quiser estabelecer uma lista das obras que, por ordem decrescente de interesse, por exemplo, mais apreciei, não será indiferente dizer *A,|B,|C,|D,|E* (os traços continuam a representar as ocorrências de pausas) ou *A,|B,|C,D,|E*, porquanto, no primeiro caso, estabelecerei uma diferença de grau entre o valor das obras *C* e *D*, valor que, no segundo, será idêntico para ambas <sup>28</sup>. A consideração da existência de pausas distintivas nos casos portugueses

---

<sup>26</sup> A exemplo do que tantas vezes se faz em fonologia, *u.g.* ao designar por «sonoridade» o que, na substância física, corresponde a algo de muito mais complexo que a simples presença numa articulação, de outro modo «surda», de vibrações laríngeas. Cf. a respeito deste caso particular: MARGUERITE DURAND, «De la perception des consonnes occlusives: questions de sonorité», *Word* 12 (1956): 15-34; e PIERRE DELATTRE, «Le jeu des transitions de formants et la perception des consonnes», *Proceedings of the Fourth International Congress of Phonetic Sciences*, pp. 407-417.

<sup>27</sup> Cf. neste trabalho 2.1.3.

<sup>28</sup> Ocupei-me deste caso a propósito do problema da pontuação, e bem assim de outros que, como ele, são susceptíveis de interpretação entonacional se nos transportarmos do plano da linguagem escrita para o da linguagem oral que ela reflecte, no meu artigo «Notas acerca de Pontuação (a propósito de dois artigos de Alexandre Herculano)», *RP* 22 (1957): 212-218.

apontados, e possivelmente também nos franceses, oferece ainda a vantagem de tais pausas bem se integrarem nos textos como elementos demarcadores dos segmentos: com efeito, o texto *João Luis* designativo de um indivíduo constituirá um só segmento (com um só acento, em *ão* ou em *is*), ao passo que a enumeração de dois indivíduos, *João e Luis*, constituirá um texto composto de dois segmentos (o primeiro dos quais acentuado em *ão* e o segundo em *is*), exactamente delimitados, como todos, por uma pausa entre eles: *João|Luis*<sup>29</sup>. Assim, ao mesmo tempo que delimitam segmentos, estas pausas conotarão de determinada maneira o que as precede, e por isso se apresentam com função dupla, que doutro modo se repartirá por elas, então unidades apenas demarcadoras, e por variações melódicas destinadas a caracterizar o segmento precedente. Quando realizadas por factores melódicos e não por interrupções mais ou menos longas da corrente fónica, essas pausas funcionais serão representadas no discurso por virtualidades de pausas.

1.3.6 Na análise de algumas línguas, poderá revelar-se suficiente operar com um só tipo de pausas, não diferenciadas, como tem sido o caso nas páginas precedentes. Convém no entanto, em linguística geral, admitir a possibilidade de existir mais de um tipo. K. L. Pike, que foi na literatura entonacional um dos primeiros Autores a reconhecerem a existência de pausas funcionais, postula duas na entoação do inglês americano<sup>30</sup>. Duas são também as que vamos encontrar em português, mas uma análise um pouco diferente poderia sugerir haver três<sup>31</sup>. A designação a dar a cada pausa variará naturalmente com as necessidades da análise e as preferências dos autores: Pike falou de uma *tentative pause* e de uma *final pause*; eu falarei em português de pausas *breve e longa*; poderia também falar-se de pausas *não-conclusiva e conclusiva*, ou (o que seria particularmente cómodo em línguas que conhecessem mais de duas), de pausas 1, 2, etc. Arbitrária é também a sua representação; nos casos em que houver apenas duas, podem servir os símbolos *|||* e *|||*<sup>32</sup>.

Posto isto, convém todavia notar que, em linguística geral, o critério que, para a segmentação, se baseia na ocorrência de pausas pode não ser o

<sup>29</sup> Cf. 2.1.3 ss.

<sup>30</sup> K. L. PIKE, *The Intonation of American English* 3.6.1. Cf. também CHARLES BALLY, «Intonation et syntaxe», *CFS* 1 (1941): 33-42.

<sup>31</sup> Cf. 2.1.3 n. 1.

<sup>32</sup> Não se confundam estes com os símbolos, idênticos mas de valor diverso, usados por G. L. TRAGER e H. L. SMITH JR., *An Outline of Linguistic Structure* 1.7.2, ou por H. A. GLEASON, *An Introduction to Descriptive Linguistics* 4.12 ss., nem com os símbolos /↓ ↑ || de CHARLES F. HOCKETT (*A Manual of Phonology* 211; *A Course in Modern Linguistics* 4) e de K. HADDING-KOCH, *Intonation of Southern Swedish*, pp. 37-38.

único válido. Ele revela-se, com efeito, pertinente em bom número de línguas, por exemplo em sueco e em inglês americano, como parece concluir-se dos estudos de K. Hadding-Kock e de K. L. Pike respectivamente, em francês (cf. a interpretação supra dos casos apresentados por G. Faure), e em português, como espero demonstrar na segunda parte do presente trabalho<sup>33</sup>. Mas devemos admitir que noutras línguas ele tenha de ser precisado ou até preterido: pode, com efeito, conceber-se uma língua que levasse muito longe um processo conhecido do Ghiliac<sup>34</sup>, introduzindo no final de cada segmento um morfema que o delimitasse — o que não seria naturalmente prático, uma vez que as universais necessidades de, durante o discurso, se parar de quando em quando para respirar podem ser aproveitadas para fins funcionais. Qualquer conclusão definitiva seria contudo prematura no estado actual dos nossos conhecimentos, por um lado por ser ainda reduzido o número de sistemas até hoje descritos e por outro porque, encontrando-nos nós ainda em plena busca de um método eficaz de descrição entonacional, pode dizer-se serem tantos os métodos quantos os linguistas que se têm ocupado do assunto, o que torna extremamente precários os desejáveis e desejados confrontos.

#### JUNTURAS

1. 3. 7 Com as pausas de qualquer tipo não devem confundir-se as *junturas* (= ingl. *junction*, fr. *joncture* ou *jointure*), que, embora extra-segmentais, não relevam propriamente do domínio entonacional, mas sim do fonológico, onde encontram tratamento adequado no capítulo da sílaba, especialmente a propósito da delimitação silábica. Parecem as junturas particularmente frequentes em inglês, língua que conhece numerosas oposições do tipo *night-rate ~ nitrate ~ Nye trait, an aim ~ a name, market ~ mark it*, etc., e representam-se correntemente pelo símbolo  $|+|$ <sup>35</sup>. Pode no entanto

<sup>33</sup> Cf. 2.1.3.

<sup>34</sup> Cf. ANDRÉ MARTINET, *A Functional View of Language*, p. 33 e respectiva nota.

<sup>35</sup> O problema das junturas tem sido tratado por diversos autores, tanto do ponto de vista funcional como do físico. Cf., por exemplo: ZELIG S. HARRIS, *Structural Linguistics* 8 e passim; CHARLES F. HOCKETT, *A Manual of Phonology* 220, 222, 324; ID., *A Course in Modern Linguistics* 6; ARCHIBALD A. HILL, *Introduction to Linguistic Structures* 2.3; ANDRÉ MARTINET, *Éléments de linguistique générale* 3.6; NOAM CHOMSKY, MORRIS HALLE e FRED LUKOFF, «On Accent and Juncture in English», *For Roman Jakobson*, pp. 65-80; ILSE LEHISTE, *An Acoustic-Phonetic Study of Internal Open Juncture*; ID., «Acoustic Studies of Boundary Signals», in *Proceedings of the Fourth International Congress of Phonetic Sciences*, pp. 178-187; SIMEON POTTER, «Syllabic Juncture», *ib.* pp. 728-730; e ainda DWIGHT L. BOLINGER e LOUIS J. GERSTMAN, «Disjuncture as a Cue to Constructs», *Word* 13 (1957): 246-255. — Se em francês uma frase como *c'est moi qu'il écoute* se distingue efectivamente,

afigurar-se útil, nalguns casos, admitir a existência num sistema entonacional de alguma unidade que, neste plano, funcione de certo modo como no plano fonológico funcionam as juntas propriamente ditas.

#### OS MORFEMAS NOS SEGMENTOS

1. 3. 8 Quantos morfemas comporta cada segmento? Eis uma pergunta a que parece difícil responder em linguística geral. Creio dever limitar-me aqui de novo a formular possibilidades, sem ir longe no caminho das generalizações. As possibilidades gerais que teóricamente se deparam são, a meu ver, estas: de acordo com a língua, cada segmento comporta ou um só morfema entonacional ou mais que um, sem excluir a situação que combina estas duas possibilidades.

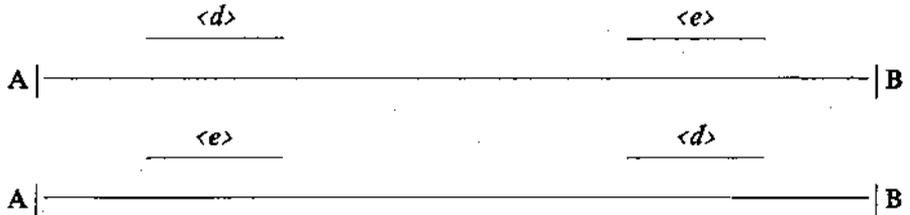


FIG. 1.1

Representação simbólica de dois morfemas entonacionais sucessivos num mesmo segmento: — A-B representa o texto segmental; as barras verticais ( | ), as pausas que delimitam o segmento; os traços sotopostos, os morfemas entonacionais, designados por <d> «interrogação» e <e> «ênfase» e cuja ordem é indiferente. Os espaços brancos que precedem e seguem estes traços correspondem a pontos irrelevantes da linha tonal.

Dois morfemas que ocorram no mesmo segmento podem ser sucessivos. Será a situação de uma língua Y realizando um texto interrogativo enfático pelos morfemas <d e> distribuídos no segmento de modo esquemáticamente representado na fig. 1.1.

em condições normais de elocução (quer dizer: em condições diferentes das artificialmente criadas para a experimentação, estas excepcionalmente favoráveis à revelação de distinções subtis doutro modo inexistentes), de *c'est moi qui l'écoute* — do que, de acordo com um pequeno inquérito que efectuei, eu duvido —, não deixaria de ser tentador interpretar o caso em termos de juntura, de preferência a ver na distinção uma possibilidade de opor, em francês, fonemas marginais implosivos a fonemas marginais explosivos. Cf. a propósito: BERTIL MALMBERG, in *Acta Linguistica* 2 (1940-1941): 60; ID., «La Coupe syllabique dans le système consonantique du français», *ib.* 4 (1944): 61-66; ID., «La Structure phonétique de quelques langues romanes», *Orbis* 11 (1962): 131-178, aqui 151-152.

Mas a situação pode apresentar-se diferentemente. Para a esclarecermos, recordemos os dados a cuja estruturação preliminar assistimos atrás <sup>36</sup>. Admitindo que, na língua X, [abc] é a linha tonal de «Tu viste.» e [adc] a de «Tu viste?», considerámos <b> significante de «enunciação» e <d> significante de «interrogação»; prosseguindo, dissemos que, se [aec] «Tu viste!» se caracteriza como enfático em relação a [abc], <e> seria o significante de «ênfase», e que, se [afc] «Tu viste?!» se distingue de [adc] por enfático e de [aec] por interrogativo, então <f> seria significante de «interrogação enfática». Tratava-se, insista-se, da pré-estruturação a que procede o saber técnico do falante, a qual abre o caminho à estruturação propriamente linguística, sem no entanto se confundir com ela. É a esta última que cumpre agora proceder. Não me parece necessário encarar diferentemente o estatuto de <b> e <d>, pelo que veremos nestas unidades morfemas entonacionais, de significantes /b/ e /d/ e significados «enunciação» e «interrogação», respectivamente. O mesmo não sucede com <e> e <f>. Com efeito, se a língua X não possuir processos morfo-sintácticos que traduzam os significados «enunciação» e «interrogação», supri-los-á naturalmente por processos entonacionais. Ora, se <afc> se distingue de <aec> por ser interrogativo, quer isso dizer que <aec> é não-interrogativo; e como opusemos «interrogativo» a «enunciativo», <aec> será consequentemente enunciativo. O que permite distinguir tal curva da curva <abc> é o facto de esta comportar apenas o significado «enunciação», enquanto a primeira, além deste, comporta também o significado «ênfase». Idêntico raciocínio para <afc> relativamente a <adc>: a segunda curva implica apenas «interrogação», enquanto a primeira implica, além desta conotação, a de «ênfase». Por consequência, encontramos o traço «ênfase» comum a <aec> e a <afc>, o que me leva a ver em <e> e <f> não unidades simples, mas sim compostas: <e> será a resultante da combinação de /b/ «enunciação» + um morfema de significado «ênfase», morfema que se combina por outro lado com /d/ «interrogação» no que previamente chamáramos unidade <f>. Poderemos continuar a representar por <e> o morfema de significado «ênfase», mas tendo então o cuidado de rever a estruturação preliminar atrás referida, de tal modo que [aec] passará a considerar-se como contendo, além desse morfema, o morfema /b/ comum a [abc]. Seria decerto possível admitir, ao lado de /b/ e /d/, a existência de morfemas /e/ e /f/, respectivamente definidos como significantes de «enunciação enfática» e «interrogação enfática», mas tal procedimento levar-nos-ia, por coerência, a admitir também a existência de uma série, teoricamente ilimitada, de morfemas que combinassem, cada um numa só unidade linguística, os significados «enunciação», «inter-

---

<sup>36</sup> 1.2.8 ss.

rogação», «segmento completo», «segmento incompleto», etc., com os significados «concessão», «afecto», «confidência», «sarcasmo», etc., isto é, em termos gerais, todos os morfemas que consideramos de primeiro plano (representativo) com todos os de segundo plano (afectivo). A multiplicidade de morfemas entonacionais que daí resultaria teria como consequência a invalidação da existência de morfemas afectivos e portanto dos dois planos de morfemas entonacionais que postulei. O facto não seria grave se o seu resultado fosse apenas esse: provaria unicamente ser inadequado, ou pelo menos desnecessário — de qualquer modo sem vantagens — o princípio de que parti ao distinguir aqueles dois planos. Mas — e aí reside o mais impor-

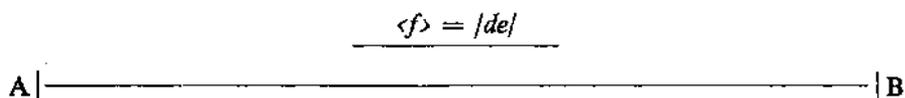


FIG. 1.2

Representação simbólica do amálgama de dois morfemas entonacionais ( $|d|$  e  $|e|$ ) num mesmo segmento,  $\langle f \rangle$ , representado pelo traço sotoposto à linha A-B. Como na fig. 1.1, esta linha representa o texto articulado, as barras verticais representam as pausas que delimitam o segmento, e os espaços brancos que precedem e seguem  $\langle f \rangle$  correspondem a pontos irrelevantes da linha tonal.

tante — tal procedimento revelaria que a análise entonacional não fora exaustiva e que o «sistema» por ela obtido infringiria o princípio, comumente aceite pela generalidade dos linguistas, da simplicidade da análise, válido afinal por traduzir um outro, mais considerável — por se referir ao objecto descrito e não à descrição —, que é o *princípio de economia*, formulado por Hjelmslev do seguinte modo: «The description is made through a procedure. The procedure shall be so arranged that the result is the simplest possible, and shall be suspended if it does not lead to further simplification»<sup>37</sup>; e que infringiria também — o que é apenas corolário do que acaba de dizer-se — estoutro princípio, dito *da redução*: «Each operation in the procedure shall be continued or repeated until the description is exhausted, and shall at each stage lead to the registration of the lowest possible number of objects.»<sup>38</sup>

<sup>37</sup> LOUIS HJELMSLEV, *Prolegomena to a Theory of Language*, p. 61.

<sup>38</sup> ID., *ib.* — Note-se aliás que estes dois princípios se encontram já implícitos, *avant la lettre*, na definição do fonema do «Projet de terminologie phonologique standardisée»: «Unité phonologique non susceptible d'être dissociée en unités phonologiques plus petites et plus simples», *TCLP* 4 (1931): 309-323, aqui 311. E é precisamente por haver reconhecido que o fonema assim definido se deixa afinal analisar em unidades «mais pequenas e

O facto de dois morfemas entonacionais se combinarem de tal modo que apareçam amalgamados num mesmo segmento significante (assim /d/ «interrogação» e /e/ «ênfase» em <f> «interrogação enfática») não surpreenderá aliás quem estiver habituado à análise morfo-sintáctica: pois não representa o português de *ele vai à rua* o amálgama dos dois morfemas *a* e *a* de, por exemplo, *ele vai a casa* e *a rua é grande?*<sup>39</sup> (Cf. fig. 1.2).

---

mais simples» (os seus traços pertinentes) que Troubetskoy modificou ligeiramente a definição, e a formulou nestes termos: «Ces unités phonologiques qui, du point de vue de la langue en question, ne se laissent pas analyser en unités phonologiques encore plus petites et successives [*O sublinhado é meu*], nous appellerons des phonèmes» (N. S. Troubetzkoy, *Principes*, p. 37).

<sup>39</sup> Sobre a noção de «amálgama», cf. ANDRÉ MARTINET, *Eléments de linguistique générale* 4.2.

## TONS E ENTOAÇÃO

1.4.1 Quero aludir agora, rapidamente, ao problema das relações entre a entoação e os tons<sup>1</sup>, nas línguas que os possuem. Não interessa discutir aqui o fundamento da distinção, estabelecida por K. L. Pike<sup>2</sup>, entre línguas tonais, como por exemplo o chinês, e línguas que, embora se sirvam de tons, não se incluíam nesse grupo por necessitarem de duas sílabas em cada palavra do par que se opõe por meios tonais, como é o caso do sueco<sup>3</sup>, do norueguês<sup>4</sup> e de certos dialectos dinamarqueses<sup>5</sup>, mas apenas apontar as possíveis interações dos processos que permitem distinguir uma frase de outra frase e uma palavra (ou um lexema) de outra palavra (ou outro lexema), ou, noutros termos, as possíveis influências mútuas entre os morfemas entonacionais e os tons (ou acentos, como são designados nas línguas escandinavas).

1.4.2 Alguns autores, como H. Sweet<sup>6</sup> e K. L. Pike<sup>7</sup>, supõem incompatível a coexistência, numa mesma língua, do que eu designo por morfemas entonacionais com um sistema de tons. O primeiro destes dois Autores distingue entre o que considera serem «word-tone languages» (isto é, línguas

---

<sup>1</sup> Sobre os tons, cf. ANDRÉ MARTINET, «Accent et tons», *Miscellanea Phonetica* 2 (1954): 13-24.

<sup>2</sup> K. L. PIKE, *Tone Languages*, pp. 13-15.

<sup>3</sup> Cf. HADDING-KOCH, *Intonation of Southern Swedish*, pp. 62 ss., e a bibliografia aí citada.

<sup>4</sup> Cf. MARTIN KLOSTER JENSEN, *Tonemicity*, trabalho de linguística geral com especial aplicação a dialectos noruegueses, e bibliografia aí citada.

<sup>5</sup> Cf. O. JESPERSEN, «Stød og musikalsk akcent», *Dania* 4 (1897); N. ANDERSEN, «Den musikalske akcent i Østsvig», *Dania* 4 (1897): 65-81, 165-180; A. BJERRUM, *Fjoldemålets Lydsystem*. (Informações bibliográficas amavelmente comunicadas pelo meu Amigo Martin Kloster Jensen.)

<sup>6</sup> H. SWEET, «On Danish Pronunciation», *Transactions of the Philological Society* (1873-74), p. 6.

<sup>7</sup> «In addition to their lexical pitch, however, tone languages may have various types of pitches superimposed upon them. Thus, the general pitch of the voice may carry implications of anger, disgust, joy, and so on [...], but these types tend to be vocal reflections of physiological states, or general pitch characteristics, rather than specific pitch contours organized into an intricately interwoven structural pattern», escreve K. L. PIKE, *Intonation of American English* 3.4.

que conhecem tons lexicalmente distintivos) e «sentence-tone languages» (línguas que, como o português, só conhecem distinções tonais no plano frásico), e acerca do norueguês (que pertence ao primeiro tipo) declara que «there is generally no difference in inflexion in assertive and interrogative sentences» e que «where the interrogation is very emphatic, all that is done is simply to increase the range of the tone»<sup>8</sup>.

À luz de investigações recentes, afigura-se-me no entanto insustentável esse ponto de vista, aliás recentemente refutado por Martin Kloster Jensen nos seguintes termos: «The fact that the structure of intonation patterns seems to be insufficiently described in all languages will not prevent us from stressing the point that Scandinavian dialects have an intonational system in coexistence with tonemicity.»<sup>9</sup> Para o sueco, é idêntica a conclusão que se extrai dos trabalhos de Kerstin Hadding-Koch<sup>10</sup> e de Bertil Malmberg<sup>11</sup>. E passando das línguas escandinavas, que para Pike não são tonais (como já lembrei), para o chinês, que o é, a situação não parece variar: «The actual pitch movement in Chinese speech is the algebraic sum of tone and intonation.»<sup>12</sup>

Se considerarmos exclusivamente os factos físicos, é largamente provável que a situação se apresente na generalidade das línguas tonais do mesmo modo que em chinês, isto é, que a linha melódica reflecta as combinações das variações próprias dos tons com as dos morfemas entonacionais. Mas, do ponto de vista linguístico, será indispensável manter as distâncias entre estes e aqueles, embora assinalando, se para tanto houver lugar, de que maneira a realização dos tons pode influenciar a dos morfemas entonacionais, e inversamente.

---

<sup>8</sup> H. SWEET, *loc. laud.*, p. 6.

<sup>9</sup> MARTIN KLOSTER JENSEN, *Tonemicity* 1.8.

<sup>10</sup> K. HADDING-KOCH, *Intonation of Southern Swedish*, pp. 62 ss.; ID., «Notes on the Swedish Word Tones», *Proceedings of the Fourth International Congress of Phonetic Sciences*, pp. 630-638.

<sup>11</sup> BERTIL MALMBERG, «Analyse instrumentale et structurale des faits d'accents», *Proceedings of the Fourth International Congress of Phonetic Sciences*, pp. 456-475.

<sup>12</sup> Y. R. CHAO, «Tone, Intonation, Singsong, Chanting, Recitative, Tonal Composition and Atonal Composition in Chinese», *For Roman Jakobson*, pp. 52-59, aqui p. 53.

## A SUBSTÂNCIA FÍSICA DA ENTOAÇÃO

1. 5. 1 De acordo com o que em devido tempo se postulara como sendo o melhor caminho a seguir, e talvez o único susceptível de conduzir a resultados linguisticamente pertinentes, temos até aqui operado com unidades funcionais, a cuja realização no discurso só marginal e esporadicamente aludi uma ou outra vez. Mr. de La Palisse reconheceria no entanto sem grande esforço que a tais unidades sempre corresponde no discurso qualquer substância física. A ela desejo agora consagrar algumas linhas, cuja extensão me parece proporcional tanto à importância da matéria na economia do presente trabalho, como à soma do que, no estado actual das investigações, se afigura definitivamente adquirido ou adquirível.

1. 5. 2 As descrições entonacionais partem todas do princípio, expressamente formulado ou implicitamente aceite, de que no que se convencionou chamar *entoação* existe um factor físico omnipresente, constituído por variações melódicas ou tonais, que asseguraria, no plano do discurso, as distinções estabelecidas na língua entre os diversos morfemas entonacionais. Daí que os «sistemas» entonacionais sejam tão correntemente descritos em termos de níveis ou, mais raramente, de configurações.

Estudos instrumentais e experimentais vêm mostrando no entanto, de há anos a esta parte, que as coisas estão longe de ser tão simples, aqui como em outros sectores da fonia<sup>1</sup>. Enquanto se pensava, por exemplo, que o acento (= ingl. *stress*) era fisicamente determinado pela força do ar expirado na emissão de uma sílaba proeminente<sup>2</sup> e o tom a qualidade física dependente da frequência das vibrações que produzem o som<sup>3</sup>, a experiência encarregou-se de provar que tudo é mais complexo e que os processos físicos assim

---

<sup>1</sup> Encontra-se uma revista histórica dos trabalhos instrumentais consagrados à entoação inglesa e a problemas particulares (frequência, percepção auditiva, quantidade, intensidade) em KENNETH L. PIKE, *The Intonation of American English* 2.2.

<sup>2</sup> Cf. MAURICE GRAMMONT, *Traité de Phonétique*, pp. 115 ss., e ainda recentemente ROGER KINGDON, *The Groundwork of English Stress*, p. ix.

<sup>3</sup> Cf. MAURICE GRAMMONT, *Traité de Phonétique*, pp. 125 ss.

considerados próprios do tom podem assegurar, e muitas vezes asseguram, por si sós, a realização do «acento», ao passo que as qualidades físicas deste não estão ausentes daquele<sup>4</sup>. Outros factores, como a qualidade da voz e a correlativa distância entre os formantes das vogais<sup>5</sup>, a quantidade<sup>6</sup>, o andamento<sup>7</sup> e até a «glotalização»<sup>8</sup>, acrescentam-se aos já conhecidos sobre a intensidade<sup>9</sup> e, evidentemente, as variações melódicas pròpriamente ditas. Se são estas últimas as mais estudadas, isso deve-se talvez, no que respeita aos estudos auditivos, ao peso da tradição e, quanto aos instrumentais, também ao facto de serem elas ainda, apesar de todas as limitações, as que os aparelhos disponíveis mais se prestaram até hoje a observar. Além de todos os factores físicos, há que considerar ainda, e quiçá primordialmente, os que concernem a situação e o contexto<sup>10</sup>.

A tudo isso, que, como mostram as remissões bibliográficas, (as quais não se pretendem exaustivas), tem sido reconhecido e revelado, embora relativamente pouco explorado, desejaria eu acrescentar agora umas duas ou três observações rápidas, que me parecem corroborar o que se sabe sobre a não-unicidade do factor melódico na entoação.

#### A LINGUAGEM COCHICHADA E O CANTO

1. 5. 3 Nos bancos da escola, no cinema, no teatro, nos vários locais e ocasiões onde é de regra o silêncio, todos experimentámos alguma vez a necessidade de falar, de comunicar com um vizinho. Não nos privámos

---

<sup>4</sup> Cf. em especial DWIGHT L. BOLINGER, «Intersections of Stress and Intonation», *Word* 11 (1955): 195-203; ID., «On Intensity as a Qualitative Improvement of Pitch Accent», *Lingua* 7 (1958): 175-182; ID., «A Theory of Pitch Accent in English», *Word* 14 (1958): 109-149; GUNNAR FANT, *Modern Instruments* 3.27; K. HADDING-KOCH, *Intonation of Southern Swedish*, p. 60.

<sup>5</sup> Cf. J. N. SHEARME e J. N. HOLMES, «An Experiment Concerning the Recognition of Voices», *LgS* 2 (1959): 123-131.

<sup>6</sup> Cf. a bibliografia já citada por K. L. PIKE, *The Intonation of American English* 2.2.3; GUNNAR FANT, *ob. cit.*, pp. 48 e 61.

<sup>7</sup> Cf. K. HADDING-KOCH, *ob. cit.*, p. 61.

<sup>8</sup> Cf. GUNNAR FANT, *ob. cit.* 3.27; K. HADDING-KOCH, *ob. cit.*, pp. 87 e 96.

<sup>9</sup> Cf. K. L. PIKE, *ob. cit.* 2.2.3; GUNNAR FANT, *ob. cit.* 3.27; K. HADDING-KOCH, *ob. cit.*, p. 48.

<sup>10</sup> Cf. K. HADDING-KOCH, *ob. cit.*, pp. 47 e 68 n. 159. Esta Autora parece identificar os dois conceitos de «situação» e «contexto», que, na tradição saussuriana, eu prefiro distinguir, vendo no primeiro o ambiente extra-linguístico em que se situa o texto ou porção de texto em causa, e no segundo o ambiente linguístico.

decerto de afirmar, de perguntar, de exclamar, de duvidar, de confidenciar, talvez de trocar... Se fomos entendidos, se aquilo que afirmámos se não confundiu com uma pergunta e se o que perguntámos não foi tomado por afirmativo, se a aprovação se distinguiu da dúvida e o aplauso da troça ou do sarcasmo, isso significa que foi correcta a entoação da frase assim cochichada, e que por conseguinte o cochicho é um meio de comunicação, decerto relativamente pouco utilizado, mas em todo o caso eficaz. Ora do cochicho estão ausentes, por definição, as variações melódicas, a frequência produzida pela vibração das chamadas «cordas vocais», e daí resulta que, em tal meio de comunicação, elas não podem assegurar as distinções que se lhes consideram devidas quando se fala «em voz alta». Donde se conclui que, melhor ou pior, se realizam então por outros processos as mesmas distinções — quanto aos tons de várias línguas que os possuem aliás já verificadas por meios experimentais, que naturalmente corroboraram a experiência de todos e cada um <sup>11</sup>.

Nesta altura levanta-se o problema interessante de saber se tais processos são exclusivos da linguagem cochichada ou se, pelo contrário, se encontram também presentes na linguagem normal. Gostaríamos, por outras palavras, de esclarecer se, para a realização dos morfemas entonacionais, a linguagem cochichada «inventa» processos desconhecidos da linguagem normal ou se pode lançar mão de processos que nesta coexistam com as variações melódicas conhecidas. A propósito da realização dos tons nas chamadas línguas tonais, quando cochichadas, opta Martin Kloster Jensen pela segunda possibilidade, que interpreta como «thé 'phonologization', in the absence of voicing, of features which are present even in voiced speech» e lhe parece preferível à primeira, dado que o recurso a processos diferentes, substitutivos, «would demand of speakers a different technique from that which is used normally» <sup>12</sup>. Embora este argumento e os que o esclarecem não me pareçam decisivos — basta pensar na multiplicidade de processos compensatórios que a cada momento permitem no discurso a correcta realização dos fonemas sob formas que podem afastar-se de maneira tão sensível das realizações-padrão —, e embora não haja procedido a qualquer género de experiências ou observações que me permitam pronunciar-me com segurança, no entanto, com base em raciocínio teórico e de simples princípio, é igualmente a segunda possibilidade que, provisoriamente e até prova em contrário, se

---

<sup>11</sup> Cf. MARTIN KLOSTER JENSEN, «Recognition of Word Tones in Whispered Speech», *Word* 14 (1958): 187-196, e a bibliografia que cita; JOHN D. MILLER, «Word Tone Recognition in Vietnamese Whispered Speech», *Word* 17 (1961): 11-15.

<sup>12</sup> MARTIN KLOSTER JENSEN, *art. cit.*, p. 189.

me afigura mais verosímil. E isto porque, conhecendo nós ainda tão pouco acerca das qualidades físicas de que se revestem na linguagem normal os morfemas entonacionais, mas conhecendo também a complexidade desse pouco, à qual se acrescentará naturalmente a do muito que falta descobrir, parece-me temerário excluir desde já a hipótese de neste muito se incluir também algo, senão tudo, do que no cochicho se reveste de importância e valor distintivo. Por outro lado, reconhece-se o papel da intensidade nas distinções «melódicas» da linguagem normal, e sabe-se que, noutros sectores da fonia, ela pode acompanhar, e mesmo substituir, factores laríngeos, ausentes por definição do cochicho (penso uma vez mais nas oposições ditas de «sonoridade» do tipo *p-b, t-d, k-g*<sup>13</sup>); ora, se, como parece, não pode contestar-se a pertinência dessa mesma intensidade nas realizações cochichadas dos morfemas entonacionais, encontramos assim pelo menos um fenómeno da linguagem normal, geralmente considerado marginal ou insignificante (quando não é mesmo ignorado), que se mostra de grande importância naquelo outro tipo de linguagem — e daqui é que de novo o raciocínio teórico a que aludia, aliado ao cepticismo que não escondo quanto ao valor do que se julga saber sobre a face física dos ditos morfemas, tira argumento para admitir que o progresso da investigação venha a revelar a existência de casos idênticos<sup>14</sup>.

Antípoda do cochicho é o canto, cujas características conhecidas, por oposição às da linguagem falada, seria evidentemente descabido citar neste contexto<sup>15</sup>. Mas a referência a uma delas, porventura a mais saliente, não deixará de fazer meditar nas características físicas da entoação, e essa é que no canto a voz não pode afastar-se da melodia musical. O canto é por conseguinte o domínio por excelência das variações melódicas, condicionadas e determinadas por factores que não são os que presidem à organização da linguagem falada, mas não deixa por isso de traduzir, quando necessário, os aspectos representativos e afectivos desta. E tão difícil parece conciliar as necessidades musicais com as lingüísticas que Hockett vê no canto «the only genuinely intonationless speech»<sup>16</sup>. Nestas condições, ou se admite que na realização dos morfemas entonacionais jogam poderosos factores não essencialmente melódicos, e quiçá inteiramente não-melódicos

---

<sup>13</sup> Cf. supra I.3.5 n. 26.

<sup>14</sup> Embora não sejam aí expressamente considerados os fenómenos entonacionais, não deixará de sugerir pertinentes paralelos a leitura do que PETER LADEFOGED escreveu sobre «The Value of Phonetic Statements», *Lg* 36 (1960): 387-396.

<sup>15</sup> Sobre o assunto, cf. RAOUL HUSSON, *La Voix chantée*; ID., *Physiologie de la Phonation*; ID., *Le Chant*.

<sup>16</sup> CHARLES F. HOCKETT, *A Course in Modern Linguistics* 4.6.

• — ou então o termo *entoação* (mesmo no seu sentido linguístico) designa algo de muito diverso do que todos vimos mais ou menos supondo.

Aos físicos e à fonética pura compete esclarecer os problemas aqui unicamente apontados ou recordados, e bem assim os que o progresso das investigações não deixará de levantar.

## II PARTE

# ENTOAÇÃO PORTUGUESA

### PRELIMINARES

2.1.1 A seguinte descrição da entoação portuguesa, funcional, acompanha o espírito e os princípios definidos na primeira parte deste trabalho, pelo que não regressarei aqui, sistematicamente, à fundamentação teórica geral do que expuser. Tal descrição representará assim, até certo ponto, uma *mise en épreuve* da teoria proposta nessa primeira parte, um teste da viabilidade da sua aplicação a determinado domínio linguístico.

### OS SEGMENTOS

2.1.2 Ao abordarmos um texto português, com vista a estudá-lo entonacionalmente, impõe-se em primeiro lugar dividi-lo em frases entonacionais, que constituirão as unidades mais vastas sobre as quais havemos de operar. A frase entonacional é deste modo o segmento primeiro que se nos depara, imediatamente depois do texto. Em sentido inverso, diremos que o texto é constituído por uma série de frases entonacionais sucessivas — e um caso particular, mas não de essência diversa, será o do texto constituído por uma só frase entonacional. Na realidade — e como aliás também sucede, de maneira geral, com a frase sintacticamente definida — cada frase entonacional constitui um segmento totalmente independente das outras frases entonacionais que no texto possam precedê-la ou seguir-se-lhe. Quer dizer isto que, do ponto de vista da entoação, o texto não possui existência linguística própria, não é um segmento linguístico.

Identificadas as frases entonacionais, cumpre delimitar os segmentos em que elas são susceptíveis de se decompor e que são de dois tipos: a primeira operação, efectuada na frase entonacional, conduzirá à identificação do que

designarei por *cláusulas entonacionais* (ou simplesmente *cláusulas*), e a operação seguinte, efectuada na cláusula, à do que chamarei *medidas*. Por ordem decrescente de generalidade, teremos pois, esquemáticamente:

Frases			
Cláusula		Cláusula	
Medida	Medida	Medida	Medida

FIG. 2.1

Como casos particulares, teremos o da frase entonacional constituída por uma só cláusula e o da cláusula constituída por uma só medida.

#### PAUSAS

2.1.3 O critério de delimitação de tais segmentos residirá na ocorrência de pausas linguísticas, que serão de dois tipos: a pausa *breve*, que representarei por um traço vertical (|), e a pausa *longa*, representada por dois traços verticais (||). Pode esta nomenclatura sugerir que os dois tipos de pausas se distinguem pelo menor ou maior lapso de tempo durante o qual cessa a fonação, e não há com efeito dúvida de que na maioria dos casos a pausa longa dura mais que a breve. Sucede no entanto que qualquer das duas pausas, e em especial a breve, pode realizar-se por processos melódicos, de preferência à interrupção da corrente fónica. De qualquer modo, esses traços são físicos, e o que importa aqui é distinguir funcionalmente as duas entidades linguísticas designadas por «pausas». Nestes termos, a pausa longa será a que delimita as cláusulas e a breve a que delimita as medidas, o que significa, de acordo com o que vimos, que elas intervêm em dois níveis sucessivos de análise: a que opera na frase entonacional e a que opera na cláusula. Falta assim delimitar a frase entonacional.

Tanto a medida como a cláusula constituem segmentos que se integram em segmentos mais vastos: a cláusula para a primeira, a frase para a segunda. Quer isso dizer que um texto não pode existir graças apenas à presença nele de medidas ou cláusulas, as quais não têm portanto existência autónoma; em termos morfo-sintácticos, poderíamos considerá-las formas presas. Pelo contrário, a frase entonacional, que, como vimos, é independente, não requer a existência necessária de qualquer daqueles segmentos; ainda em termos

morfo-sintácticos, poderíamos ver nela uma forma livre. Esta conceituação da frase entonacional leva-nos a encará-la como um segmento não-continuando, fechado, por oposição à cláusula e à medida, que implicam uma continuação do texto e se apresentam por isso como segmentos abertos. Admitindo que uma frase entonacional comporta duas cláusulas, a pausa longa que terminará a segunda destas coincidirá também necessariamente com o termo da dita frase; simplesmente, a pausa não pode por si só delimitar a frase, porquanto é uma pausa idêntica que delimita a primeira das duas cláusulas,



FIG. 2.2

Representação esquemática de um texto constituído por três frases entonacionais de fronteiras indicadas pelos símbolos  $\neq$ . A primeira e a terceira comportam cada uma duas cláusulas, delimitadas por pausas longas ( $//$ ), enquanto a segunda comporta apenas uma cláusula, cujos limites coincidem com os da frase. Esta cláusula e a primeira da frase comportam cada uma duas medidas, delimitadas por pausas breves ( $|$ ). A segunda cláusula da primeira frase (e bem assim as duas cláusulas da terceira) comporta apenas uma medida, que coincide com a própria cláusula.

sem no entanto concluir aí uma frase. Nestas condições, creio serem dois os traços necessários à delimitação da frase entonacional: um deles será uma pausa longa (que, no caso considerado, delimita a cláusula); o segundo, uma marca de não-continuidade, de fechamento. Esta marca afectará não propriamente a última cláusula, mas sim todo o texto compreendido entre ela e a ocorrência imediatamente anterior de idêntica marca. A frase entonacional define-se, por consequência, como a porção de texto delimitada no seu início e no seu termo por uma pausa longa associada a uma marca de fechamento, complexo que representarei pelo símbolo  $\neq$ <sup>1</sup>. Um caso particular será o da primeira frase do texto, que, não sendo, por definição, precedida de outra frase, não aparecerá inicialmente assim delimitada; ou, se se preferir, o complexo  $\neq$  aparece representado, em posição inicial do texto, pela ausência de entoação, ou seja, por um zero entonacional — o que, sem perigo de confusões, por se tratar afinal de uma convenção, poderá simbolizar-se pelo mesmo  $\neq$ . (Cf. fig. 2.2.)

<sup>1</sup> Em lugar deste complexo, poderia considerar-se a existência dum terceiro tipo de pausa,  $//|$ , o que no entanto reflectiria, a meu ver, uma análise menos exaustiva dos factos.

## ACENTUAÇÃO

2. 1. 4 A ocorrência de uma pausa, breve ou longa, implica a de um acento de relevância entonacional na medida, cláusula ou frase que ela delimita<sup>2</sup>. Assim, um texto como

(1) / 'ew 'disə /

pode constituir uma frase entonacional de uma só medida, com acento em /'di/ ou em /'ew/,

(1)(i) ≠ 'ew "disə ≠

(ii) ≠ "ew 'disə ≠,

ou uma frase de duas medidas, delimitadas por uma pausa breve entre /'ew/ e /'disə/ e cada uma das quais compreende então um acento:

(1)(iii) ≠ "ew | "disə ≠.

Em (1)(ii) insiste-se no sujeito por oposição ao predicado, em (1)(iii) insiste-se igualmente em ambos; (1)(i) é relativamente neutra.

Numa frase de várias medidas, como, por exemplo,

(2) ≠ "ew | "ONTAJN | 'disə "kə | 'nəstəs KONDI"SOJNS | NAWN vi"ria ≠,

o acento da última será geralmente também o principal da frase.

Também numa cláusula de várias medidas, como na frase que segue, o acento da última é o principal da cláusula:

(3) ≠ "ew | "ONTAJN || i 'nəstəs KONDI"SOJNS | NAWN pu'dia 'ser 'dotru "mōdu || 'disə kə NAWN vi"ria ≠.

Dado que, como adiante veremos, a frase, cláusula ou medida é marcada por um morfema entonacional, a importância do acento reside no facto de cada morfema ocorrer sempre em sílaba acentuada. Por outras palavras,

---

<sup>2</sup> Representarei tal acento pelo símbolo " anteposto à sílaba sobre que recai, e conservo o símbolo ' para marcar as sílabas só fonologicamente acentuadas.

a identificação do segmento pertinente da frase, cláusula ou medida coincidirá com a do acento que afecta cada uma destas unidades. De maneira geral, e no que concerne os aspectos representativos da entoação, o acento que se retém em cada uma destas unidades é o último acento lexical possível da unidade, em favor do qual as outras palavras acentuáveis perdem os seus: cf. por ex. em (3) os acentos de /'modu/ e /vi''ria/ e a ausência de acento entonacional em /pu'dia/, /'ser/, /'dotru/, /'disə/, etc. Para efeitos de entoação são acentuáveis quaisquer palavras, inclusive as que lexicalmente se apresentam desprovidas de acento (enclíticas), ou partes de palavras:

(4) ≠ ...u pa'is ''kə | a'IAJN də 'ser u majs AN'tigu ali'adu da 'GRAN  
brə''tapa | sə mus'tro ''SENPRƏ | a'migu dədi'kadu i li''al ≠,

cuja primeira medida é acentuada em /kə/.

Cf. ainda o seguinte diálogo, captado pelo autor (I e II representam dois locutores):

- (5)(i) I ≠ 'tu di'sestə kə 'elə ''vɪnə ≠  
(ii) II ≠ 'ew NAWN 'disə kə 'elə ''vɪnə ≠ pərgun'taj ''sə ≠  
(iii) I ≠ ''NAWN ≠ di'sestə ''kə | 'elə ''vɪnə ≠.

Outros exemplos de acentuação, para efeitos entonacionais, de sílabas fonologicamente não acentuadas:

- (6) ≠ ''inpurta''sojns | i ''əspurta''sojns ≠ (/''in/ e /''əs/)  
(7) ≠ ''inkar'nadu NAWN 'e u 'mesmu kə ''ENkar''nadu ≠ (/''in/ e /''en/).

E o autor surpreendeu-se a dizer numa aula, a propósito das fases fonéticas das consoantes, o seguinte:

- (8) ≠ KON'VAJN distin'gir a ''INLEN''SAWN | da ''disten''SAWN ≠.

Tal processo de dar relevo a um segmento normalmente não acentuado lembra os chamados acentos de insistência franceses<sup>3</sup>, e integra-se na função expressiva da entoação. Quando numa mesma medida ocorrem dois acentos, como sucede nos exemplos (6), (7), (8), o primeiro suporta assim um morfema entonacional de função expressiva e o segundo o morfema de função

<sup>3</sup> Cf. MAURICE GRAMMONT, *Traité de phonétique*, pp. 118-119; Id., *Traité pratique de prononciation française*, pp. 139 ss.; J. MAROUZEAU, *Notre Langue*, pp. 14 ss.

representativa requerido pela medida, cláusula ou frase, de acordo com o que veremos.

Acerca da «colocação», no segmento, do morfema entonacional de função representativa, note-se no entanto que é largamente irrelevante; com efeito, ele caracteriza a frase, cláusula ou medida, e não pròpriamente uma porção sua. Assim, na nossa frase (5)(i), o morfema sotoposto à sílaba /'vi/ de /'vina/ não se reporta a tal sílaba ou à palavra a que ela pertence, mas sim a toda a frase ≠'tu di'sestø ke 'ele ''vina ≠, a qual conota de determinado modo.

Todas as frases até aqui citadas, com as suas cláusulas e medidas, se encontram incompletas, por lhes faltarem os indispensáveis morfemas entonacionais. Destes me ocuparei nos capítulos seguintes.

## FUNÇÃO REPRESENTATIVA

### A FRASE

2.2.1 A fim de procurar descobrir as oposições de carácter representativo da entoação portuguesa, começarei a exposição pelas que operam no segmento mais vasto cuja existência postulámos, ou seja, a frase entonacional, tendo presente a característica que por definição lhe atribuímos de segmento fechado, não continuando.

#### OS MORFEMAS

2.2.2 Consideremos que um texto como /'elə ''e/ aparece delimitado pelos traços que convencionámos simbolizar por /≠/, donde:

(9) ≠ 'elə ''e ≠.

Tal texto só ascenderá pròpriamente à categoria de frase entonacional quando contiver um morfema de entoação, cuja natureza será determinada, como ficou dito na primeira parte deste trabalho, pelo processo da comutação. São três as possibilidades oposicionais a que ele se presta, correspondentes àquilo que em ortografia oficial representáramos por «*Ele é.*», «*Ele é?*» e «*Ele é...*» e que caracterizaremos como «frase enunciativa» («afirmativa»), «frase interrogativa» e «frase suspensiva», respectivamente. Quer dizer que o texto considerado é susceptível de receber um morfema de significado «enunciação» que representarei pelo símbolo /↓/, um morfema de significado «interrogação», que representarei pelo símbolo /↑/, ou um morfema de significado «suspensão», que representarei pelo símbolo /→/. Assim deparamos com as três frases entonacionais seguintes:

(9)(i) ≠ 'elə ''e ↓ ≠

(ii) ≠ 'elə ''e ↑ ≠

(iii) ≠ 'elə ''e → ≠.

No caso concreto do texto presente, a frase (9)(iii) pode ser acompanhada de um gesto que lhe precisará o sentido, ou que precisará o sentido do verbo

*ser* empregado sem o chamado «nome predicativo do sujeito»: o gesto da ponta de um dedo apoiada na testa ou nas fontes levará o interlocutor a compreender tal frase como «ele é maluco», por exemplo. Poderia este facto levar-nos a ver no morfema entonacional próprio um traço irrelevante, suprido pelo gesto indicado, um exemplo da importância do factor situacional na atribuição ao texto de um sentido que lhe não é transmitido pelos elementos lexicais ou morfo-sintácticos que o compõem. Outra poderia ser a interpretação: atendendo a que a mesma frase será interpretada igualmente por um ouvinte colocado extra-situação — por exemplo numa conversa telefónica ou, melhor ainda, na reprodução de um disco ou fita magnetofónica —, poderia supor-se que o verbo *ser*, não acompanhado de «nome predicativo», significa já lexicalmente «ser maluco». À discussão de casos deste tipo terei ocasião de voltar adiante, com certo pormenor<sup>1</sup>. Por agora bastará notar que, se o sentido da frase (9)(iii) fosse exclusivamente determinado pela situação ou pelo valor lexical do verbo *ser* que nela figura, à luz do que também mais tarde veremos<sup>2</sup> seria de esperar que fisicamente ela se realizasse com a linha melódica de (9)(i) — o que de facto não sucede, porquanto a acompanha uma linha que não é a de (9)(i) nem a de (9)(ii)<sup>3</sup>.

Seja, porém, como for, a verdade é que a frase que nos vem ocupando constitui um caso particular onde a dúvida é permitida, mas não nos autoriza a concluir pela inexistência, no sistema entonacional português, de um morfema de significado «suspensão», como vou demonstrar.

Consideremos o seguinte texto: (10) «*Essa condição já está preenchida. O resto...*». Compõe-se ele de duas frases entonacionais, cuja fronteira coincide com o ponto final após *preenchida*, e a primeira das quais comporta um morfema de significado «enunciação»:

(10) ≠ 'esα kondi'sawn 'za əs'ta præn''fida ≠.

A segunda comportará um morfema de significado «suspensão», isto é, exactamente o mesmo que considerámos integrar a frase (9)(iii):

(11)(i) ≠ u ''restu → ≠,

<sup>1</sup> 2.6.

<sup>2</sup> 2.6.

<sup>3</sup> Com o sentido de «ele é maluco», a frase «*Ele é...*» pode no entanto apresentar-se entonacionalmente como ≠ 'elo ''ε † ≠ acompanhada do gesto referido, que então parece destinar-se, não propriamente a explicitar o sentido, mas a substituir inteiramente o predicativo «maluco». Note-se, aliás, que o mesmo texto, interrogativo («*Ele é?...*»), se apresenta precisamente com o morfema / † / acompanhado do citado gesto, por a língua não permitir a combinação deste morfema com o morfema «suspensão» |→|.

o que se torna evidente pela comparação possível com as frases enunciativa e interrogativa seguintes:

(11)(ii) ≠ u "reStu ↓ ≠

(iii) ≠ u "reStu ↑ ≠.

Ainda aqui poderá arguir-se que o contexto suportaria dificilmente a frase (11)(ii) em lugar de (11)(i). No entanto, (11)(iii) seria indiscutivelmente normal, por oposição a (11)(ii), senão aqui pelo menos noutros contextos, como, por exemplo:

(12)(i) ≠ kə əs'ta α'ki ↑ ≠ u "reStu ↑ ≠

(ii) ≠ kə əs'ta α'ki ↑ ≠ u "reStu ↓ ≠.

Poderiam sem dificuldade multiplicar-se e variar-se os exemplos, o que no entanto se me afigura supérfluo; uma vez que postulámos a existência na língua dos morfemas representados por /↓/ e /↑/, os casos em que não joga a oposição entre eles deverão encarar-se ou como de neutralização condicionada por factores de ordem lexical ou morfo-sintáctica<sup>4</sup>, ou como simples ocorrências de discurso. Que se explica deste último modo a improbabilidade de ocorrer no texto «*Essa condição já está preenchida O resto...*» a frase (11)(ii), comprova-se facilmente pela supressão nele da primeira frase, (10), ou sua substituição por outra.

Atendo-nos, aliás, à nossa conceituação de frase entonacional como segmento independente, o problema nem sequer se poria, pois o segmento ≠ u "reStu ≠ deveria encarar-se em si mesmo, sem qualquer relação com o que o precede no texto. Prefiro no entanto evitar tal procedimento, que seria em boa parte formalista e apriorístico e que, iludindo a investigação, deixaria na sombra uma realidade de interesse, que passo a descrever.

O MORFEMA /→/

2. 2. 3 Sintacticamente, «*O resto...*» não constitui propriamente uma frase, ou constitui o que já se tem chamado uma frase elíptica ou incompleta, por isso que lhe falta alguma coisa, na ocorrência o «predicado». Entonacionalmente, pelo contrário, é uma frase real, limitada pelo complexo //

<sup>4</sup> Cf. 2.6.

e compreendendo o morfema /->/. Dessa frase entonacional, (11)(i), aproximemos as seguintes:

- (13) ≠ nu EN'tANTu → ≠  
 (14) ≠ 'nesas KONdi'sojNS → ≠  
 (15) ≠ saJN ''elos → ≠  
 (16) ≠ 'vistu ''isu → ≠  
 (17) ≠ saJN u ''kə → ≠  
 (18) ≠ 'esta ''žENTə → ≠  
 (19) ≠ 'komu NAWN 'pədə ''ser → ≠  
 (20) ≠ as 'kojzas 'SENDu u kə ''SAWN → ≠  
 (21) ≠ uma 'ves kə US 'dadus du prU'blema DAWN vari''arAWN → ≠  
 (22) ≠ ku'ANDu 'ew ''disə → ≠  
 (23) ≠ sə u sə'pOR do'tOR ki'zəsə 'dar uma pala'vrinja na ENbaj-  
 ''fada → ≠,

extraídas respectivamente do textos: (13) «Prometeram pagar quando recebessem, e já receberam. No entanto...»; (14) «Os livros são muito caros. Nessas condições...»; (15) «Você precisa de arranjar os documentos. Sem eles...»; (16) «Você não trouxe os papéis que eu lhe indiquei. Visto isso...»; (17) «Exigem que nos deixemos guiar pelos ventos da história. Sem o que...»; (18) «Esta gente...» (comentário concordante a uma crítica formulada pelo interlocutor); (19) «Gostava de mobilar a casa a meu gosto. Como não pode ser...»; (20) «As coisas sendo o que são...» (título de palestra radiofônica em que esta expressão apareceu várias vezes repetida, como primeira parte de frases; foi também, assim isoladamente, a última frase da palestra<sup>5</sup>); (21) «Estava tudo preparado para que a Grã-Bretanha entrasse no Mercado Comum, e, a menos que intervisse alguma má-vontade de última hora, não parecia que pudessem surgir obstáculos de monta. Uma vez que os dados do problema não variaram...»; (22) «Quando eu disse...» (o locutor interrompeu-se voluntariamente, para ceder a palavra a um interlocutor que a desejava); (23) «Se o Senhor Doutor quisesse dar uma palavrinha na Embaixada...» (pedido delicado).

No espírito dos comentários a (11)(i) por oposição a (11)(ii)-(iii), não há dúvida de que as frases (13)-(23) compreendem o morfema de significado «suspensão» /->/. Em segundo lugar, todas elas apresentam estrutura sintáctica idêntica à de (11)(i), ou, se se preferir, a mesma ausência de estrutura sintáctica: de (13) a (17) cada uma se resume a um «complemento» de algo

<sup>5</sup> Acompanhada duma entoação de ironia, de que não cumpre tratar aqui.

que não se exprime; (18) é constituída apenas pelo que, noutras condições, desempenharia provavelmente a função de sujeito; de (19) a (23) temos «proposições subordinadas» ... sem termo subordinante.

Por outro lado, não encontro ocorrências do morfema /→/ em frases que não sejam deste tipo sintáctico: a complementação, em termos sintácticos, de qualquer das frases (13)-(23) implica necessariamente a exclusão de tal morfema, de modo que a escolha só se fará entre os morfemas /↓/ «enunciação» e /↑/ «interrogação». Quer dizer: enquanto uma frase entonacional «suspensiva» se opõe a uma «enunciativa» e a outra «interrogativa», como é o caso de

- (14)(i) ≠ 'nesas kondi''sojns → ≠  
 (ii) ≠ 'nesas kondi''sojns ↓ ≠  
 (iii) ≠ 'nesas kondi''sojns ↑ ≠,

essa tríplice oposição aparece condicionada pelo carácter imperfeito, incompleto, do texto sintácticamente considerado. Com efeito, se completarmos o texto (14) de modo que tenhamos, por exemplo, (15) «*Nessas condições não posso comprá-los*», o novo texto só será susceptível de receber os dois morfemas de significado «enunciação» e «interrogação»:

- (15)(i) ≠ 'nesas kondi''sojns nawn 'posu kon''pra-lus ↓ ≠  
 (ii) ≠ 'nesas kondi''sojns nawn 'posu kon''pra-lus ↑ ≠

Merece apontar-se tal estado de coisas, porquanto ele revela a importância de que se reveste, na distribuição dos morfemas entonacionais, um factor estranho ao sistema entonacional, importância tanto maior quanto é verdade que parece não oferecer excepções a situação descrita. Pode interpretar-se esta situação como representando a neutralização de uma oposição existente entre, por um lado, o morfema /→/ e, por outro, os dois morfemas /↓/ e /↑/, não-marcados relativamente ao primeiro. Se a experiência vier a demonstrar que o binarismo ultrapassa um formalismo apriorístico, a teoria binária poderia encontrar aqui nova ilustração.

## A CLÁUSULA

2.3.1 Da frase entonacional simples (isto é, não dividida em cláusulas ou em medidas), delimitada pelos complexos /≠/, passarei agora ao estudo do segmento que imediatamente lhe sucede na escala de generalidade — a cláusula.

Delimitada, como vimos, por pausas longas, ///, a cláusula constitui um segmento ligado, que só existe dentro da frase, da qual se distingue pela ausência do traço «fechamento», que lhe dá a característica de segmento aberto, a continuar precisamente no âmbito da frase. Ela apresenta-se no entanto, e apesar disso, com larga autonomia entonacional, que cumpre ilustrar.

### A CLÁUSULA DE «DISCURSO DIRECTO»

2.3.2 Consideremos o texto: «*Ele disse: — 'Virei'.*» Constituindo uma frase entonacional, ele é composto de duas cláusulas, delimitadas pela pausa longa que ocorre após *disse*:

(15) ≠ 'elə ''disə || vi''raj ≠.

A segunda cláusula mostra-se susceptível de receber qualquer dos três morfemas /↓/, /↑/, ou /→/, como mostram as oposições:

(15)(i) ≠ 'elə ''disə || vi''raj ↓ ≠

(ii) ≠ — — — || vi''raj ↑ ≠

(iii) ≠ — — — || vi''raj → ≠.

Importa no entanto determinar se o morfema ocorrente em tal cláusula caracteriza apenas esta (e então a primeira cláusula deve receber também um morfema próprio), ou se, pelo contrário, ele se aplica a toda a frase (e então não será apenas um morfema de cláusula, mas sim de frase). Para tanto, o método a que uma vez mais temos de recorrer é o da comutação, para assim verificar se na primeira cláusula existe possibilidade de escolha de morfema entonacional, ou se, pelo contrário, a sua entoação é automaticamente determinada pela da segunda. Creio ser a primeira alternativa a verdadeira,

porquanto se afigura admissível que o primeiro segmento, «*ele disse*», seja enunciativo ou interrogativo. Nada nos impede, com efeito, de considerar a existência em português dum texto que ortograficamente poderíamos representar por «*Ele disse: — 'Virei'?*» e cujo traço interrogativo ocorra na primeira cláusula:

(16)(i) ≠ 'elə "disə † || vi"raj † ≠,

por oposição a um texto que dele só difira por a primeira cláusula ser enunciativa:

(16)(ii) ≠ 'elə "disə † || vi"raj † ≠.

Cf. ainda as seguintes possibilidades:

(16)(iii) ≠ 'elə "disə † || vi"raj † ≠

(iv) ≠ 'elə "disə † || vi"raj † ≠:

em (16)(i), o locutor pergunta se a pessoa afirmou que viria («*Ele disse: 'Virei'?*»); em (16)(ii), afirma que a pessoa afirmou que viria («*Ele disse: 'Virei.*»); em (16)(iii), afirma que a pessoa perguntou se viria («*Ele disse: 'Virei'?*»); em (16)(iv), pergunta se a pessoa perguntou se viria («*Ele disse: 'Virei'?*»).

Por outro lado, corrobora a exactidão da primeira alternativa o facto de a segunda cláusula poder conter, como vimos, o morfema /→/: ora, se automaticamente determinada pela da segunda, a entoação da primeira cláusula deveria ser suspensiva no caso de também o ser a desta, o que se afigura impossível em virtude da estrutura sintáctica em presença. Trata-se, no entanto, de argumento de segunda ordem, porquanto, se as coisas se apresentassem doutro modo, a interpretação dos factos seria função dessortra apresentação, os próprios factos seriam outros, e é preferível não atribuir valor definitivamente probante a simples possibilidades que se não concretizam.

Convém notar, no entanto, que estatisticamente as frases entonacionais (16)(i)-(iv) não parecem apresentar todas idêntica frequência: o índice mais elevado irá para (ii); seguir-se-lhe-ão (iii), (iv), (i), a última das quais parece ser a menos frequente. Às frases menos representadas, parece a língua preferir outras, construídas por diferentes processos lexicais, morfo-sintácticos ou léxico-morfo-sintácticos (como o uso do verbo *perguntar* em substituição de «*dizer + /†/*»): «*Ele perguntou se viria?*» por (iv), «*Ele disse que viria?*» por (i), «*Ele perguntou se viria.*» por (iii).

Na mesma ordem de ideias, consideremos o seguinte texto de Vieira (abstraindo da primeira parte da frase sintáctica em que se integra, e que não nos encontramos por enquanto em condições de analisar): «[...] começa a dizer a altas vozes: — Já que me não querem ouvir os homens, ouçam-me os peixes»<sup>1</sup>, entonacionalmente assim dividido:

(17) ≠ ku'mesa a di'zer a 'altas ''vözəs || 'za kə mə PAWN 'kɛɾAJN o'vir  
us 'ɔmajNS 'osAWN-mə us ''pajfəs ↓ ≠.

Mais correntemente, a segunda cláusula aparecerá composta de duas medidas, cuja fronteira cai após *homens*; consideremos no entanto, por agora, a realização mais simples que transcrevi. Não oferece dúvida comportar esta cláusula o morfema de significado «enunciação», /↓/. O problema que se levanta, aqui como há pouco, é o de saber se a primeira cláusula deve considerar-se marcada automaticamente pelo morfema da segunda, ou se, ao contrário, possui morfema próprio. Uma vez mais, é esta interpretação que parece justa, por isso que é possível opor

(17)(i) ≠ ku'mesa a di'zer a 'altas ''vözəs ↓ ||

a

(ii) ≠ ku'mesa a di'zer a 'altas ''vözəs ↑ ||,

embora, para o sentido interrogativo desta última, fosse talvez mais normal uma frase doutro modo construída, como, por exemplo, «Começará a dizer o seguinte a altas vozes...» ou «Será 'Já que me não querem ouvir os homens, ouçam-me os peixes' o que ele começa a dizer a altas vozes?».

Estas considerações e as produzidas a propósito de (16) (i)(iii)(iv), e bem assim as que de idêntico jaez sugerem as frases de mesma estrutura, adquirem, a meu ver, carácter de generalidade tal que me levam a considerar de fraco rendimento funcional os contrastes de tipo

(a) ≠ — — — — ↑ || — — — — ↓ ≠,

por oposição aos mais correntes de tipo

(b) ≠ — — — — ↓ || — — — — ↓ ≠.

<sup>1</sup> P.<sup>o</sup> ANTÓNIO VIEIRA, *Sermões*, p. 160.

Se temos de considerar a existência da oposição /↓/-/↑/ na primeira cláusula, isso deve-se ao facto de, embora pouco frequente relativamente ao primeiro, o segundo termo da oposição ser possível na frase entonacional considerada. Creio até poder concluir que ele apenas ocorre em casos extremos de necessidade, por exemplo numa leitura ou se só uma vez começada a construção o locutor se dá conta do carácter interrogativo do que designámos por primeira cláusula. À parte esses casos relativamente raros, a preferência irá, segundo creio e procurei exemplificar, para construções doutro tipo.

2.3.3 Outra possibilidade, que ainda não aponte, de obviar à dificuldade, consiste em transferir para a segunda cláusula o morfema /↑/ da primeira cláusula interrogativa, donde

(17)(iii) ≠ ku'mesa a dizer a altas "vozəs || 'za kə mə nawn 'kerajn  
o'vir us 'oma:jns 'osawn-mə us "pajfəs ↑ ≠.

O processo é possível nomeadamente em casos de discurso como este, em que não oferece dúvida o carácter enunciativo da cláusula que constitui o «discurso directo» incluso na frase. Mais difícil parece que se aplique a (16)(iv). De qualquer modo, no entanto, observa-se que, quando utilizado, este processo traz normalmente como consequência o emprego de uma pausa breve, /|/, em lugar da longa acima ilustrada, no que sai fora do âmbito deste capítulo.

#### A CLÁUSULA ENUMERATIVA

2.3.4 Não fundamentalmente diverso do caso de discurso directo, que vimos considerando, é o das enumerações precedidas de pausa longa. Assim, um texto como (18) «*Obra estudada: os 'Sermões' de Vieira*», é entonacionalmente:

(18) ≠ 'obra əstu'dada ↓ || us sə'r'mojns da vi''ajra ↓ ≠.

Se forem mais de um os termos da enumeração, eles podem ver-se delimitados por pausas breves (possibilidade que adiante se estudará) ou por pausas longas; neste caso, à primeira cláusula, introdutória da enumeração, seguir-se-ão várias cláusulas, que podem ser tantas quantos os termos enumerados e cada uma das quais compreende um morfema entonacional; o estatuto da cláusula introdutória não se altera. Assim, por exemplo, o texto (19)

«Comprei: um romance; um livro de poemas; um tratado de botânica; vários jornais.» pode oferecer a seguinte estrutura entonacional:

(19)(i) ≠ KON''praj ↓ || UN RU''mansə ↓ || UN 'livru də pu''emas ↓ ||  
UN tra'tadu də bu''tanika ↓ || 'varius zur''najs ↓ ≠.

Mas são possíveis outras entoações, entre elas a que reúne numa só cláusula as duas últimas:

(19)(ii) ≠ KON''praj ↓ || UN RU''mansə ↓ || UN 'livru də pu''emas ↓ ||  
UN tra'tadu də bu''tanika ↓ | 'varius zur''najs ↓ ≠.

Se (19)(ii) não parece especialmente conotado em relação a (19)(i) — dir-se-ia que o locutor pretendeu apressar o final —, o mesmo não sucede com (19)(iii), em que, entonacionalmente, o locutor só enumera dois termos principais — *um romance* e *um livro de poemas*, por um lado, *um tratado de botânica* e *vários jornais*, por outro —, pretendendo opor em bloco os elementos de um aos do outro; neste caso, aliás, a tendência mais natural seria para substituir pela coordenativa e a pausa breve que delimita, dentro da cláusula segunda, as duas medidas:

(19)(iii) ≠ KON''praj ↓ || UN RU''mansə | UN 'livru də pu''emas ↓ ||  
UN tra'tadu də bu''tanika | 'varius zur''najs ↓ ≠.

Possível também é não empregar qualquer pausa após *comprei*, o que conduzirá ao uso de pausas breves nos pontos da enumeração em que encontramos pausas longas:

(19)(iv) ≠ KON'praj UN RU''mansə | UN 'livru də pu''emas | UN tra'tadu  
də bu''tanika | 'varius zur''najs ↓ ≠.

A possibilidade da supressão de /||/ após *comprei* afigura-se-me condicionada pela estrutura sintáctica do texto, em que a enumeração constitui o «complemento directo» do verbo «transitivo» *comprar*. Com efeito, não ocorre a mesma possibilidade se não contiver um verbo deste tipo o que constituir a cláusula introdutória da enumeração, como se vê no texto (20) «*Três factores contribuem para a crise: o nível de vida da população, que parece ter descido; a velhice desconfortável a que se deixaram chegar algumas casas de espectáculos; e uma tributação inoportável para a média das receitas.*»:

(20)(i) ≠ 'tres fa'torəs KONRI'buajN para a ''križə ↓ || u 'nível də  
'vida da pupulá''sawN | kə paresə 'ter dəs'sidu ↓ || a ve'lisə daskon-

fur'tavEL a kə sə daj'fARAWN fə'gar al'gumas 'kazas də əspə'takulus ↓ ||  
i uma tributa'SAWN inkonpur'tavEL para a 'media das rə'sajtas ↓ ≠.

Se não parece possível evitar a fronteira de cláusula após *crise*, o mesmo não sucede com as que se lhe seguem: suprimindo provisoriamente o segmento que *parece ter descido* (por ele adquirir então estatuto que não estamos ainda aptos a considerar), teremos o seguinte:

(20)(ii) ≠ 'tres fa'tores KONTRI'BUAJN para a "krizə ↓ || u 'nivEL də  
'vida da pupula'SAWN ↓ | a ve'lisə dəskonfur'tavEL a kə sə daj'fARAWN  
fə'gar al'gumas 'kazas də əspə'takulus ↓ | i uma tributa'SAWN inkon-  
pur'tavEL para a 'media das rə'sajtas ↓ ≠.

#### AS CLÁUSULAS PARENTÉTICAS

2.3.5 Do «discurso directo» e das enumerações, que temos considerado, cumpre aproximar os segmentos parentéticos.

Por «segmento parentético» entendo um segmento intercalado numa frase entonacional, da qual participa apenas porque antes (e eventualmente depois) dele não ocorre o complexo /≠/ que lhe daria estatuto frásico. Com esta reserva, é largamente independente do que com ele compõe a frase entonacional. Delimitam-no pausas longas e constitui por isso cláusula entonacional com morfema próprio, segundo o esquema

≠ ——— || ———\* || ——— ≠,

em que o sinal \* representa qualquer um dos três morfemas /↓/, /↑/ ou /→/. Como caso particular, temos aquele em que o limite final da cláusula parentética coincide com o da frase, e em que portanto à pausa longa final se associa a marca de fechamento, ou seja

≠ ——— || ———\* ≠.

2.3.6 Alguns exemplos ilustrarão o que acabo de dizer. Consideremos o texto (21) «*Lúisa parece ter estudado, além do Latim, Grego, Hebraico, Síriaco e Aramaico*», que pode receber diversas entoações:

(21)(i) ≠ lu'iza pa'resə 'tER əstu'dadu || a'lajN du la'tin ↓ || "gREGU |  
i"brajku | sí'riaku i arə'majku ↓ ≠,

com segmento parentético || a'lajN du la'tin ↓ ||, que, em lugar do mor-

fema de significado «enunciação», /+/, poderia comportar o de significado «interrogação», /↑/:

(21)(ii) ——— || a'IAJN du la'tin ↑ || ———.

O segmento parentético poderia no entanto compreender, não apenas o termo *latim*, mas também o termo *grego*, por consideração destas duas línguas opostas em bloco às restantes da frase<sup>2</sup>, e então teríamos

(21)(iii) ≠ lu'iza pa'resə 'ter əstu'dadu || a'IAJN du la'tin "gregu ↓ | i''brajku || sí'riaku i ara''majku ↓ ≠,

ou

(21)(iv) ≠ ——— || a'IAJN du la'tin "gregu ↑ || ——— ≠.

*Hebraico* pode ainda entrar no segmento parentético:

(21)(v) ≠ ——— || a'IAJN du la'tin 'gregu i''brajku ↓ || ——— ≠

(vi) ≠ ——— || a'IAJN du la'tin 'gregu i''brajku ↑ || ——— ≠,

e só pelo facto extra-entonacional de se coordenar por *e* aos termos precedentes o termo *aramaico* se não alarga a este a mesma possibilidade, ao contrário do que sucederia na ausência de tal *e*:

(21)(vii) ≠ ——— || a'IAJN du la'tin 'gregu i'brajku sí'riaku ↓ || ara''majku ↓ ≠

(viii) ≠ ——— || a'IAJN du la'tin 'gregu i'brajru sí'riaku ↑ || ara''majku ≠.

*Aramaico* pode ainda participar do segmento parentético, o que implica o prolongamento da frase através doutros termos, por exemplo *música*, *retórica*, *pintura*:

(22)(i) ≠ lu'iza pa'resə 'ter əstu'dadu || a'IAJN du la'tin 'gregu i'brajku sí'riaku ara''majku ↓ || "muzika re'torika pin'tura ↓ ≠

(ii) ≠ ——— || a'IAJN du la'tin 'gregu i'brajku sí'riaku ara''majku ↑ || ——— ≠.

<sup>2</sup> Compare-se a designação da antiga cadeira do curso liceal *Português-Latim*.

A cláusula parentética é susceptível de comportar, além dos morfemas /↓/ e /↑/ ilustrados, também o morfema /→/, nas condições expostas a propósito da sua ocorrência na frase entonacional. Assim, teremos

(22)(iii) ≠ — — — || a'laJN du la''tIN | ''gregu | i''brajku | si''riaku | ara''majku → || — — — ≠,

que o dito morfema caracteriza como suspensiva, assim indicando que a enumeração poderia continuar, pelo que adquire no discurso o significado de «etc.»

Outros exemplos de cláusulas parentéticas são os seguintes, extraídos dum sermão de Vieira: (23) «*Vós, diz Cristo, Senhor nosso, falando com os pregadores, sois o sal da terra*»; (24) «[...] *os ouvintes, em vez de servir a Cristo, servem a seus apetites*»; (25) «[...] *começam a concorrer os peixes, os grandes, os maiores, os pequenos, e postos todos por sua ordem [...]*»<sup>3</sup>:

(23)(i) ≠ ''vOS || 'dis ''kristu | sə'pOR ''nOSu | fa'lanDU KON US prega-  
''dorəs ↓ || 'sojs u 'sal da ''tega ↓ ≠

(24)(i) ≠ — — us o''vintəs || AJN 'ves də sər'vir a ''kristu ↓ || 'servAJN  
a 'sews apə''titəs ↓ ≠

(25) ≠ — — — ku'mesAWN a konku'çer us ''pəjəs || us ''grandəs | us  
maj''ərəs | us pə''kenus ↓ || i 'postus 'todus pur sua ''ərdaJN — — — ≠.

Observe-se em (25) que, não fora a cláusula parentética assim delimitada, os termos *os grandes, os maiores e os pequenos* teriam o mesmo estatuto linguístico de *os peixes*, isto é, seriam outros tantos sujeitos de *começam a concorrer*.

2.3.7 Conforme ficou dito linhas acima, a cláusula parentética pode ocorrer na porção final da frase, imediatamente antes do complexo /≠/ que a fecha. Tal sucede, por exemplo, no texto (26) «*Nesta preocupação acompanhava as preocupações do 'laicado católico' (sic)*»:

(26) ≠ 'nesta priəkupa'sAWN akonpa'pava as priəkupa'sojNS du  
laj''kadu ka''təliku || ''sik ↓ ≠,

<sup>3</sup> P.º ANTÓNIO VIEIRA, *Sermões*, pp. 157, 158-159, 160.

ou no texto (27) «*Luisa parece ter estudado música e pintura (além do latim)*»:

(27)(i) ≠ lu'iza pa'resə 'ter əstu'dadu 'muzika i pin'tura || a'lajN du la''tin ↓ ≠.

Convém, no entanto, não perder de vista que só a entoação determina o carácter parentético duma cláusula e que o mesmo texto em que ocorre cláusula deste tipo pode realizar-se diferentemente, sem ela. O texto (27) pode ser

(27) (ii) ≠ lu'iza pa'resə 'ter əstu'dadu 'muzika i pin'tura a'lajN du la''tin ↓ ≠.

Idênticamente, (23) e (24) podem aparecer como:

(23)(ii) ≠ 'vəs 'dis 'kristu sə'nɔr 'nəsʉ fa'landu kon us preɡa'dorəs | 'sojs u 'sal da ''tepa ↓ ≠

(24) (ii) ≠ — — — us o'vintəs ajN 'ves də sər'vir a 'kristu 'servajN a sews apə'titəs ↓ ≠.

Isto não significa, como é óbvio, que determinado texto não requeira necessariamente uma cláusula parentética para a transmissão de determinada mensagem. Já o vimos a propósito da frase (25), e do facto temos novo exemplo neste texto: (28) «*Uma nova sopa (Knorr)*» (isto é: «uma sopa nova, chamada Knorr»), entonacionalmente

(28) ≠ uma 'nɔva ''sopa || ''knɔr ↓ ≠,

o qual, sem cláusula parentética, significaria o que podemos ortografar (29) «*Uma nova sopa Knorr*» (= «uma nova sopa da conhecida marca Knorr»):

(29) ≠ uma 'nɔva 'sopa ''knɔr ↓ ≠.

2.3.8 Assim reconhecido o estatuto da cláusula parentética *in se*, resta estudar o comportamento do que se lhe segue e especialmente do que a precede na frase entonacional. Para tanto, convém distinguir os dois tipos de cláusulas parentéticas já assinaladas, *sc.* a cláusula finalmente delimitada apenas por pausa longa, //|/, e aquela cujo limite final coincide com o da frase (complexo /≠/).

2.3.9 Consideremos em primeiro lugar o primeiro tipo, isto é, o que pode representar-se como

(I) ≠ — — A — — || — — B — — \* || — — C — — \* ≠,

em que, como há pouco, os sinais \*\* representam qualquer um dos morfemas / ↓ /, / ↑ / ou / → /, cujo estatuto nos segmentos *B* e *C* se encontra já definido: em *B* temos o morfema da cláusula parentética, que acabamos de estudar, e em *C* o da frase entonacional, que víamos precedentemente. O que importa averiguar agora é se o segmento *A* possui também morfema próprio ou se, ao contrário, fazendo corpo com *C*, o morfema que assinalámos neste segmento não pertence propriamente a *C*, mas sim a *AC*.

Para que possa considerar-se verdadeira a primeira alternativa, será necessário que nesse segmento *A* se encontre possibilidade de oposição entre, pelo menos, dois dos morfemas / ↓ /, / ↑ / e / → /. Tal sucede, efectivamente, na nossa frase (20), se o segmento «*que parece ter descido*» constituir cláusula parentética:

(20)(iii) ≠ u 'nível do 'vida da pupula''SAWN ↓ || kə pə'resə 'ter dəs''si-  
du ↓ || a ve'lisə dəs'konfūr'tavel a kə sə daj' fə'raWN fə'gər əl'gumas 'kazas  
də əspe''takulus ↓ || i uma tributa''SAWN inkonpur'tavel para a 'media das  
rə''sajtas ↓ ≠,

por isso que o seu primeiro segmento, «*o nível de vida da população*», poderia conter o morfema / ↑ /, enquanto «*a velhice desconfortável a que se deixaram chegar algumas casas de espectáculos*» contivesse o mesmo / ↓ /.

Noutros casos, todavia, o segmento *A* apresenta-se com carácter inacabado, como algo que se continuará depois de *B*, sem morfema próprio; a sua entoação é automaticamente determinada pela pausa longa que o delimita de *B*, sem que ele seja caracterizado como enunciativo, interrogativo ou suspensivo. Assim sucede, por ex., em (23)(i) com o segmento /''vos/. Nestes casos, não podem considerar-se como constituindo propriamente cláusulas cada um dos segmentos *A* e *C* do esquema supra: a verdadeira cláusula é então composta de *A* + *C* e apresenta-se pois como o que chamarei uma *cláusula descontínua*, seccionada pela intercalação de *B*.

2.3.10 Vejamos agora o segundo tipo, isto é, o da cláusula parentética finalmente delimitada pelo complexo / ≠ /, que pode representar-se como

(II) ≠ — — A — — || — — B — — ≠

e de que encontramos exemplos nas frases (26), (27)(i), (28).

Considerando a primeira delas, verificamos ser possível opor o que ortografámos (26)(i) «*Nesta preocupação acompanhava as preocupações do 'laicado católico' (sic)*» ao que ortografaremos (26)(ii) «*Nesta preocupação acompanhava as preocupações do 'laicado católico'?* (sic)»:

(26)(i) ≠ 'nesta priəkupa'sawn akonpa'nava as priəkupa'sojns du laj'kadu ka''təliku ↓ || ''sik ↓ ≠.

(26)(ii) ≠ 'nesta priəkupa'sawn akonpa'nava as priəkupa'sojns du laj'kadu ka''təliku ↑ || ''sik ↓ ≠.

A frase (26)(ii) pode afigurar-se não muito provável, de difícil ocorrência, mas isso deve-se unicamente a factores accidentais, talvez de ordem semântica, em todo o caso extra-entonacionais: como tipo entonacional é perfeitamente aceitável, conforme mostra (27)(iii) «*Luisa parece ter estudado música e pintura (além do latim)*», por oposição a (27)(iv) «*Luisa parece ter estudado música e pintura? (além do latim)*»:

(27)(iii) ≠ lu'iza pa'resə 'ter əstu'dadu 'muzika i pin''tura ↓ || a'lajn du la''tin ↓ ≠

(iv) ≠ lu'iza pa'resə 'ter əstu'dadu 'muzika i pin''tura ↑ || a'lajn du la''tin ↓ ≠.

Em nenhuma destas frases parece fácil comutar os morfemas / ↓ / e / ↑ / com o morfema / → /, porquanto, sintacticamente, elas não satisfazem as condições requeridas pelo uso de tal morfema, que ainda aqui são as definidas páginas atrás para a frase entonacional. No entanto, se suprimirmos de (27) a coordenativa e, modificam-se os dados do problema e passa a ser possível o emprego do morfema de significado «suspensão»: (30)(i) «*Luisa parece ter estudado música, pintura (além do latim)*», (30)(ii) «*Luisa parece ter estudado música, pintura? (além do latim)*», (30)(iii) «*Luisa parece ter estudado música, pintura... [= etc.] (além do latim)*»:

(30)(i) ≠ lu'iza pa'resə 'ter əstu'dadu ''muzika | pin''tura ↓ || a'lajn du la''tin ↓ ≠

(ii) ≠ lu'iza pa'resə 'ter əstu'dadu ''muzika | pin''tura ↑ || a'lajn du la''tin ↓ ≠

(iii) ≠ lu'iza pa'resə 'ter əstu'dadu ''muzika | pin''tura → || a'lajn du la''tin ↓ ≠.

2.3.11 Encontramos assim dois tratamentos diversos, dois estatutos diferentes, na porção de texto que precede a cláusula parentética: no tipo (I), podemos ter nessa porção uma cláusula — caso de (20)(iii) —, ou parte duma cláusula descontínua — caso de (23)(i); no tipo (II), essa porção de texto constitui sempre uma cláusula:

$$\begin{array}{l} \text{(I) (a) } \neq \text{--- A --- * || --- B --- * || --- C --- * } \neq \\ \quad \text{(b) } \neq \text{--- A --- || --- B --- * || --- C --- * } \neq \\ \text{(II) } \neq \text{----- * || ----- * } \neq \end{array}$$

(o sinal \* representa o morfema).

A situação de (I)(a) e (II) afigura-se embaraçosa, porquanto é exactamente a mesma que havíamos reconhecido na frase entonacional compreendendo uma cláusula de enumeração: com efeito, o esquema geral de (30),

$$\neq \text{----- * || ----- * } \neq,$$

é, por exemplo, o de (18), e a observação do facto parece impor a conclusão de que, entonacionalmente, são uma e a mesma coisa a cláusula enumerativa e o que, em (II) como em (I), vimos designando por cláusula parentética.

Na realidade tal não sucede, pois — convém não o esquecer — estamos a operar com unidades entonacionalmente conceituadas e definidas. Se assim não fosse, encontraríamos decerto casos em que uma porção de texto ortografada entre parênteses no fim duma frase apresenta entoação idêntica à que apresentaria a mesma porção de texto precedida de dois pontos: a nossa frase (28) pode sem dificuldade ortografar-se ou «*Uma nova sopa (Knorr)*» ou «*Uma nova sopa: Knorr*». É questão de pontuação, mais ou menos arbitrária. Mas na medida em que a pontuação pretender reflectir com rigor a entoação presente e em que, como devemos, nós considerarmos esta última, não oferece dúvida que aquelas duas ortografias correspondem a outras tantas frases entonacionais distintas.

A oposição entre a cláusula enumerativa e a parentética aparece mais evidente se as contrastarmos dentro duma mesma frase. Seja a seguinte: «*Comprei: um poema («Os Lusíadas»); um romance («A Selva»).*» Uma entoação como

$$\begin{array}{l} \text{(31) } \neq \text{ KON''pra:j } \downarrow \parallel \text{ UN pu''ema } \downarrow \parallel \text{ us lu'ziadas } \downarrow \parallel \text{ UN ru'MANSə } \downarrow \parallel \\ \text{a ''selva } \downarrow \neq \end{array}$$

corresponde bem ao que representaríamos em ortografia oficial por (31) «*Comprei: um poema; 'Os Lusíadas'; um romance; 'A Selva'*», para significar que

eu comprei afinal quatro livros, mas não ao que pretende significar a frase pontuada com parênteses e que é ter eu comprado um poema intitulado «*Os Lusíadas*» e um romance intitulado «*A Selva*». A diferença entre as duas é percebida como uma dependência do segmento «*Os Lusíadas*» em relação a «*um poema*» e de «*A Selva*» em relação a «*um romance*» (donde a resultante de discurso «dois livros») na primeira, por oposição à independência de cada termo relativamente aos três restantes (donde: «quatro livros») na segunda. A marca, o morfema de dependência, ocorre na cláusula parentética e não na que a precede, e realiza-se foneticamente de diferentes modos: por uma aceleração da pronúncia (digamos esquemáticamente que, *ceteris paribus*, a cláusula parentética dura metade do tempo requerido pela não-parentética), pela utilização duma chave musical mais baixa ou mais alta, etc. Os aspectos físicos de que se reveste a cláusula parentética final são pois variados, mas representam todos a realização daquela marca, que, como unidade linguística, constitui um morfema de significado «dependência» que poderíamos designar por *juntura* e representaremos pelo símbolo /←/. Assim, a nossa frase (32) «*Comprei: um poema ('Os Lusíadas'); um romance ('A Selva')*» será entonacionalmente

(32) ≠ KON''pɾaj ↓ || UN pu''ema ↓ || us lu''ziadas ← ↓ || UN RU''mansə ↓ || a ''selva ← ↓ ≠.

Cf. ainda: (33) «*Comprei (não quiseram ou não puderam dar-mos?): um Camões ('Filodemo'); um Castanheda ('História...'); um Vieira? ('Arte de Furtar');* etc.»:

(33) ≠ KON''pɾaj ↓ || NAWN kí'zerawn o NAWN pu'detawn ''dar-mus ← ↑ || UN ka''mojns ↓ || filu''demu ← ↓ || UN kasta''peda ↓ || is''tória ← → || UN vi''ajra ↑ || 'artə də fur''tar ← ↓ || s''tsetra ↓ ≠

(em que o morfema /→/ «suspensão» após /is'tória/ indica, como efeito de discurso, ter sido abreviado o título completo «*História da Conquista e Descobrimiento da Índia pelos Portugueses*»).

Nessas condições, à transcrição das cláusulas parentéticas finais das nossas frases (26), (27)(i)(iii)(iv), (28), (30), deverá acrescentar-se o símbolo de *juntura*:

(26) ≠ — — — || ''sik ← ↓ ≠  
 (27)(i)(iii)(iv) ≠ — — — || a''lajn du la''tin ← ↓ ≠  
 (28) ≠ — — — || ''knɔR ← ↓ ≠  
 (30) ≠ — — — || a''lajn du la''tin ← ↓ ≠.

2. 3. 12 Para uma observação final, consideremos agora o caso dum parêntese que lógicamente respeita a um texto constituído por mais de uma frase, por exemplo o seguinte: «*Marylin Monroe vai divorciar-se. — Nova York, 11 — Marylin Monroe vai divorciar-se do dramaturgo Arthur Miller, foi hoje anunciado nesta cidade. — (A.N.I.)*»<sup>4</sup>

O nome da agência noticiosa que transmitiu a informação, *ANI*, assina, senão também o título desta («*Marylin Monroe vai divorciar-se*»), pelo menos a sua proveniência e data e a informação mesma. Admitamos, para mais completo esclarecimento, que ele cobre igualmente o título da notícia (o que não é provável mas se reveste de pouca importância aqui). O título constitui uma frase entonacional. Outra frase será constituída pela indicação da proveniência e data da informação. Onde:

(34) ≠ *Marylin Monroe* 'vaj divursi'ar-sə ↓ ≠ 'nəva i''ərke |''ONZə ↓ ≠.

Quanto ao restante do texto, são duas as possibilidades entonacionais que interessa considerar agora: ou encontramos após «*cidade*» o complexo |≠|, o que trará como consequência constituir o nome da agência uma quarta frase entonacional,

(35)(i) ≠ *Marylin Monroe* 'vaj divursi'ar-sə du drama'turgu *Arthur Miller* |'foj 'oʒə anunsi'adu 'nesta si''dadə ↓ ≠ a''ni ↓ ≠,

ou a ausência do complexo |≠| após «*cidade*» integra «*ANI*» na frase constituída pelo corpo da notícia, com carácter de cláusula parentética final:

(35)(ii) ≠ *Marylin Monroe* 'vaj divursi'ar-sə du drama'turgu *Arthur Miller* |'foj 'oʒə anunsi'adu 'nesta si''dadə ↓ || a''ni← ↓ ≠.

A realização (35)(ii), aliás pouco provável, faz de «*ANI*» uma cláusula entonacionalmente dependente da que imediatamente a precede, e só dela. A dependência em que lógicamente se encontra do conjunto do telegrama e seu título não é assim entonacionalmente traduzida. Em (35)(i), a frase ≠ a''ni ↓ ≠, embora lógicamente se refira a quanto a precede, é entonacionalmente independente do restante do texto, o que confirma a nossa concepção da frase entonacional como segmento fechado, sem relações, portanto, com o que o rodeia no texto.

<sup>4</sup> *Diário de Lisboa*, 11/11/1960, página central, coluna 7.

## A MEDIDA

2.4.1 Tanto a frase como a cláusula entonacionais, de que até aqui me ocupei, se apresentam em português relativamente bem definidas; delimitadas ambas por pausas longas, a que se associa, na primeira, uma marca de fechamento, cada uma delas comporta necessariamente um morfema entonacional, sem cuja presença não existiria. Significa isto que, dado um qualquer daqueles segmentos, estamos certos de encontrar nele um dos três (ou, em certos casos particulares, dois) morfemas entonacionais que identificámos como de significado «enunciação», «interrogação», e «suspensão», e cuja presença é assim predicável: o morfema é um dos elementos indispensáveis à *construção* da frase e da cláusula entonacionais. As coisas apresentam-se menos bem definidas quando desses segmentos passamos ao que designámos por medida, e isto por diversas razões.

2.4.2 A primeira dificuldade que surge, no âmbito da função representativa da entoação, em que por agora nos situamos, consiste na própria delimitação das medidas, que se faz, conforme vimos, pela ocorrência de pausas breves no texto. Com efeito, o confronto entre as ocorrências destas e as das pausas longas revela-nos serem muito maiores as latitudes de uso das primeiras que as das segundas. O estudo até aqui efectuado mostra que; de cada vez que ocorrem, as pausas longas dão origem à constituição de segmentos marcados de determinada função representativa (independentemente dos valores afectivos que podem acrescentar-se-lhe). Sucede isto ainda quando é uma necessidade de expressão afectiva que parece determinar em primeiro lugar a ocorrência de pausas longas e por conseguinte a constituição de um segmento que doutro modo não se individualizaria no texto como frase ou cláusula entonacional. Sirva de exemplo o texto seguinte: (36) *«Mas a verdadeira razão de tal solicitude por questões tão pouco marxistas-leninistas, como o pastoreio das almas, denunciou-a L'Unità ao salientar em título — indignadamente — que o 'Anuário Pontifício' designa Danzig por 'cidade livre' h»*<sup>1</sup> Os travessões utilizados pelo articulista sugeriram ao locutor, na sua leitura, a seguinte realização do texto (deixo voluntária-

---

<sup>1</sup> *Diário da Manhã*, 25/1/1963, p. 1, col. 4.

mente de parte os aspectos afectivos da mesma, que por enquanto não cumpre estudar):

(36)(i) ≠ mas a vərda'dajra ra'zawn də 'tal sulisi'tudə pur kəs'tojns  
TAWN 'poku mar'ksistas leni'nistas 'komu u postu'raju də s'almas | dənunsi'o-a  
L'Unità aw salien'tar AJN "titulu || indignada'mentə ↓ || kə u anu'ariu  
pontə'fisiu də'zigna Danzig pur s'idadə "livrə ↓ ≠.

A tal realização podemos comparar outra, igualmente possível, em que «indignadamente» não constitua cláusula parentética, isto é,

(36)(ii) ≠ — — — aw salien'tar AJN 'titulu indignada'mentə kə u anu'a-  
riu — — — ≠.

Foram decerto razões de ênfase que levaram o locutor de (36)(i) a utilizar pausas longas imediatamente antes e depois de «indignadamente». No entanto, ao utilizá-las, ele fez do vocábulo uma cláusula parentética, e por conseguinte um segmento que vimos já revestir-se de valor representativo. Casos mais ou menos idênticos já aliás os encontramos <sup>2</sup>.

Outro tanto não sucede com as pausas breves, cuja ocorrência não conduz necessariamente à constituição de medidas de valor representativo.

Consideremos o seguinte texto de Vieira: (37) «Assim como não há quem seja mais digno de reverência e de ser posto sobre a cabeça que o pregador que ensina e faz o que deve, assim é merecedor de todo o desprezo e de ser metido debaixo dos pés o que com a palavra ou com a vida prega o contrário.» <sup>3</sup> Eis uma realização sua (deixo de lado a representação dos morfemas entonacionais nele ocorrentes, com excepção do último, para indicar apenas o que neste momento nos interessa, isto é, as pausas):

(37)(i) ≠ a'sin 'komu nawn "a | 'kajn 'seza 'majs 'dignu də rəvə'rensiə |  
i də 'ser 'postu 'sobrə a kə'besə | kə u prega'dor | kə en'sina i 'fas u kə  
"devə | a'sin 'e mərəsə'dor | də 'todu u dəs'prezu | i də 'ser mə'tidu  
də'baifu dus "pəs | u "kə | kon a pa'lavra o kon a "vida | 'prega u  
kon'trariu ↓ ≠.

Em tal realização, particularmente expressiva, procurou o locutor dar

<sup>2</sup> Cf. 2.3.6-7: (23)(i)(ii), (24)(i)(ii), (27)(i)(ii).

<sup>3</sup> P.<sup>o</sup> ANTÓNIO VIEIRA, *Sermões*, p. 159.

relevo, destacando-os por meio de pausas, a determinados segmentos, que, em realização puramente intelectual, não se individualizariam:

(37)(ii) ≠ a'sIN 'komu NAWN 'a 'kAJN 'seza 'majs dignu də RƏVƏ'RENSIA  
i də 'ser 'postu 'sobrə a kə'besə kə u pɾegə'dOR kə EN'sina i 'fas u kə ''devə |  
a'sIN 'e mərəsə'dOR də 'todu u dəs'pɾezu i də 'ser mə'tidu də'bajf u dus 'pəs  
u kə KON a pə'lavɾə o KON a 'vida 'pɾegə u KON''trariu ↓ ≠.

Notemos ainda que, por vezes, a ocorrência de certas pausas breves depende de preferências rítmicas do locutor, sem que as medidas por aquelas delimitadas contenham qualquer morfema entonacional de natureza representativa ou expressiva. Cf. (38) «Das duas uma: ou sim ou não»:

(38) ≠ das ''duas | ''uma ↓ || o ''sIN | o ''NAWN ↓ ≠.

#### OS MORFEMAS

2.4.3 Na economia do presente capítulo, concernem-nos apenas as medidas que se revestem de valor representativo e que, se distinguíssemos entre ocorrências de pausas com função representativa e de pausas com função expressiva, apareceriam delimitadas por pausas do primeiro tipo.

A função central das pausas breves consiste, no entanto, em delimitar medidas. O valor representativo ou afectivo que adquirem não lhes é, por isso, inerente e só pode reconhecer-se uma vez determinado o valor funcional da medida. Quer dizer que o valor desta não é função do da pausa, mas sim doutro factor: a possibilidade de ocorrência na medida de um dos três morfemas representativos / ↓ ↑ →/, por oposição aos outros dois ou pelo menos a um deles. O critério a que uma vez mais recorreremos para a verificar é o da comutação: não havendo escolha entre pelo menos dois morfemas não há oposição, nem, por conseguinte, morfema entonacional.

Na nossa frase (37)(ii), a primeira medida comporta o morfema de significado «enunciação», / ↓ /:

(37)(iii) ≠ a'sIN 'komu NAWN 'a 'kAJN 'seza 'majs 'dignu də RƏVƏ'RENSIA  
i də 'ser 'postu 'sobrə a kə'besə kə u pɾegə'dOR kə EN'sina i 'fas o kə ''devə ↓ |  
a'sIN e mərəsə'dOR də 'todu u dəs'pɾezu i də 'ser mə'tidu də'bajf u dus 'pəs  
u kə KON a pə'lavɾə o KON a 'vida 'pɾegə u KON''trariu ↓ ≠,

porquanto essa mesma medida poderia ser interrogativa, contendo o morfema / ↑ /.

Consideremos agora estoutro texto: (39) «*Se a exoneração fiscal constitui um dos meios mais eficazes de proteger o teatro, a política de crédito não é menos indicada, desde que represente um prémio à qualidade e não um auxílio à invalidez*»<sup>4</sup>, entonacionalmente

(39) ≠ sə a izunəra'sawn fis'kal konsti'tuj un dus 'majus 'majs ifi'kazəs də prutə'zer u ti'atru ↓ | a pu'litika də 'krɛditu nawn 's menus indĩ'kada ↓ | 'desdə kə rəprə'zəntə un 'prɛmiu a kuali'dadə i nawn un aw'siliu a invali'des ↓ ≠.

Nessa frase, a segunda medida poderia também comportar o morfema / ↑ /: em vez de o afirmar, o locutor perguntaria então se «a política de crédito não é menos indicada», na condição afirmada de representar «um prémio à qualidade e não um auxílio à invalidez». Quanto à primeira medida, já parece difícil poder ela receber o mesmo morfema de significado «interrogação». Creio, todavia, dever marcá-la com o morfema, que efectivamente comporta, de significado «enunciação», / ↓ /, porquanto a dificuldade de opor este àquele resulta, a meu ver, de um factor não entonacional: o tipo morfo-sintáctico dessa medida e em geral da frase em que se integra.

Situações como essa não são raras, bem ao contrário. Um exemplo: (40) «*Todas as vitimas foram chacinadas pelo próprio bandido, a tiros de pistola-metralhadora*»:

(40) ≠ 'todas as 'vitimas 'forawn fasi'nadas pəlu 'prəpriu ban'didu ↓ | a 'tirus də pi'stəla mətrəla'dora ↓ ≠.

Nesse contexto, parece difícil conceber a primeira medida como comportando o morfema / ↑ /. Mas a possível dificuldade desaparecerá se invertermos a ordem das duas medidas:

(41)(i) ≠ a 'tirus də pi'stəla mətrəla'dora ↑ | 'todas as 'vitimas 'forawn fasi'nadas pəlu 'prəpriu ban'didu ↓ ≠,

por oposição a

(ii) ≠ a 'tirus də pi'stəla mətrəla'dora ↓ | 'todas as 'vitimas 'forawn fasi'nadas pəlu 'prəpriu ban'didu ↓ ≠,

<sup>4</sup> *Diário de Lisboa*, 11/11/1960, p. 1, cols. 1-2.

o que mostra ser a dificuldade devida a factores de ordem não entonacional, já que, nas mesmas condições entonacionais mas em discurso diferente, ela desaparece.

2.4.4 As possibilidades de oposição morfemática reaparecem, mais ou menos plenamente representadas no discurso, nas medidas constituintes dos termos duma enumeração. Seja o seguinte texto: (42) «*Também se encontra no Sindicato dos Motoristas: gabardina; sombrinha; chapéu de homem; lenço; carteira com 210\$00; mala de viagem com roupas; marmitas; sapatinho; mala de viagem com roupas e calçado; dicionário; pasta com diversos papéis; chaves; embrulho com roupas; pasta de plástico com papéis.*»<sup>5</sup> O que prova que cada medida da frase comporta um morfema entonacional, de acordo com a seguinte realização do texto

(42) ≠ TAN'BAJN sƏ EN'KONTRa nu sINDI'katu dus mutU'ristas ↓ || gabAR'dina ↓ | SON''brina ↓ | fa'pew də "ƏMAJN ↓ | "lensu ↓ | kaR'tajra KON du'ZENTUS i 'des əs''kudus ↓ | 'mala də vi'azAJN KON ''ropas ↓ | maR''mitas ↓ | səpa''tjnu ↓ | 'mala də vi'azAJN KON 'ropas i kal''sadu ↓ | disiu''nariu ↓ | 'pasta KON di'VERSUS pə''pajs ↓ | ''favəs ↓ | EN'brulu KON ''ropas ↓ | 'pasta də 'plastiku KON pə''pajs ↓ ≠,

é o facto de, pelo menos teòricamente, cada uma delas poder ser interrogativa; se na prática tal possibilidade se realiza dificilmente, isso deve-se à circunstância de não ser provável que, no presente contexto anunciador de objectos perdidos na via pública, a entregar «a quem provar pertencer-lhe», por conseguinte essencialmente destinado a enunciar, figurem interrogações.

O MORFEMA /←/

2.4.5 No âmbito das medidas, impõe-se considerar a pertinência do morfema de dependência (juntura) de que já tratei a propósito das cláusulas parentéticas<sup>6</sup>. Para o ilustrar, consideremos ainda uma enumeração de objectos achados em Lisboa: (43) «*Relação dos objectos achados ontem em Lisboa e entregues à P. S. P. (Governo Civil): sombrinha; dois pares de sapatinhos de lã; livro do liceu; dois porta-moedas com dinheiro; saco de plástico com uma gabardina; lancheira com loiça; tampão de roda de automóvel; bomba*

<sup>5</sup> *Diário de Lisboa*, 19/11/1960, p. 3, col. 5.

<sup>6</sup> Cf. 2.3.11.

para velocípede; aro de farol; chave de bocas; compasso; par de luvas e luvas desirmanadas; lenço de seda, de senhora; bota de criança; capa de plástico; e argolas com chaves e várias chaves.»<sup>7</sup> Na realização que deste texto possuo, o locutor fez da porção «lenço de seda, de senhora» duas medidas, «lenço de seda» e «de senhora», decerto para evitar que o segmento «de senhora» incidisse a «seda», contra a realidade que o faz incidir a «lenço». No entanto, a respectiva entoação não coloca a segunda medida no plano em que, na enumeração, se encontram «lenço de seda», «bota de criança», etc.; explicue-mo-nos dizendo que «de senhora» não é um termo da enumeração, mas parte dum termo — «lenço de seda, de senhora» — marcada pela referida juntura. Ou seja:

(43)(i) ≠ rələ'sawn dus o'bʒetus a'fadus 'ontajn ajn lis'boa i en'tregəs a pu'lisia də səgu'fansa ''publika ↓ | gu'vernu si''vil ← ↓ || son''brinja ↓ | 'dojs 'parəs də sapa'tipus də ''lan ↓ | 'livru du li''sew ↓ | 'dojs 'pərtə mu'sdas kon di''najru ↓ | 'saku də 'plastiku kon uma gabar''dina ↓ | lan'fajra kon ''lojsa ↓ | tan'pawm də 'rəda də autu''məvel ↓ | 'bonbə parə vəlu''sipədə ↓ | 'aru də fa''rəl ↓ | 'favə də ''bokas ↓ | kon''pasu ↓ | 'par də 'luvas i 'luvas dəzirma''nadas ↓ | 'lensu də ''seda ↓ | də sə''pəra ← ↓ | 'bota də kri''ansa ↓ | 'kapə də ''plastiku ↓ | i ar'golas kon 'favəs i 'várias ''favəs ↓ ≠.

Outra ocorrência de juntura na seguinte realização do texto (44) «A crise não é portanto artística, mas simplesmente de natureza económica. Três factores contribuem para ela: o nível de vida da população, que parece ter descido, a velhice desconfortável a que se deixaram chegar algumas casas de espetáculos e uma tributação incomportável para a média das receitas.»<sup>8</sup>:

(44)(i) ≠ a'kriʒə nawn 'e pur'tantu ar''tistika ↓ | mas sinpləs'mentə də natu'reza iku'nəmika ↓ ≠ 'tres fa'torəs kontri'bujn parə ''ela ↓ || u 'nível də 'vida da pupula''sawn ↓ | kə pə'resə 'ter dəs'sidu ← ↓ | a vəl'isə dəskonfur'tavel a kə sə dəj'fatawn fə'gar al'gumas 'kazas də əspe'takulus ↓ | i uma tributa'sawn inkonpur'tavel parə a 'media das rə''sajtas ↓ ≠.

Observe-se que os mesmos textos em que ocorre medida comportando o morfema /←/ podem realizar-se com cláusula parentética no lugar dessa

<sup>7</sup> *Diário de Lisboa*, 19/11/1960, p. 3, col. 5.

<sup>8</sup> *Diário de Lisboa*, 11/11/1960, p. 1, col. 1. Cf. em 2.3.4 a variante (20)(i).

medida, o que implica apresentarem-se também como cláusulas as outras medidas:

(43)(ii) ≠ — — — || 'lensu də "seda ↓ | də sə'jora ← ↓ || — — — ||

(44)(ii) ≠ — — — || u 'nível də 'vida da pupula'sawn ↓ | kə pə'resə  
'ter das'sidu ← ↓ || — — — ||.

#### SOLIDARIEDADE DAS MEDIDAS

2.4.6 As medidas sucessivas apresentam-se no entanto mais solidárias entre si, mais interdependentes, do que, ao menos num aspecto, poderia concluir-se das páginas precedentes.

Já tive oportunidade de assinalar o que pode definir-se como o fraco rendimento funcional das oposições e contrastes, tantas vezes só virtuais, entre os morfemas de valor representativo ocorrentes nas medidas. Não assinalarei qualquer caso de ocorrência do morfema de significado «suspensão» e significante /→/ nestes segmentos, e creio poder afirmar que a lacuna não reside na descrição a que procedi, mas sim no próprio sistema entonacional; não é esta aliás a primeira situação em que tal morfema não se encontra representado.

Quanto aos morfemas /↓ ↑/, vimos como é raro eles contrastarem em medidas vizinhas na frase. Esta observação tem a sua importância: com efeito, e precisamente pela raridade de tal contraste, acontece que, dada uma primeira medida comportando um dos dois morfemas, é largamente provável que as medidas seguintes comportem também o mesmo morfema, e não o outro, o que retira boa parte do valor informacional, e portanto funcional, aos morfemas idênticos que ocorrerem nessas medidas.

A solidariedade a que me referi é tão considerável que se verifica até em casos onde, *lógicamente*, não se esperaria, anulando um contraste que *a priori* se poderia supor de respeitar.

Consideremos, para ilustração, o seguinte texto de Vieira: (45) «*Que faria neste caso o ânimo generoso do grande António? Sacudiria o pó dos sapatos, como Cristo aconselha em outro lugar?*»<sup>9</sup>

Não oferece dúvida que a segunda das duas frases que o compõem consta de duas proposições, uma interrogativa («*Sacudiria o pó dos sapatos?*») e a outra afirmativa («*como Cristo aconselha em outro lugar*»). Ora o que se

<sup>9</sup> P.º ANTÓNIO VIEIRA, *Sermões*, p. 157.

verifica na realização que possuo do texto, e que é de longe a mais normal, é comportarem as duas medidas que entonacionalmente correspondem às duas proposições sintácticas o mesmo morfema, de significado «interrogação», / ↑ /:

(45)(i) ≠ kə fá'ria 'nestə 'kazu u 'animu zənə'rozu du 'GRANDə AN'tə-niu ↑ ≠ sakudí'ria u 'pə dus sə''patus ↑ | 'komu 'kristu akON'seɫə AJN 'otru lu''gar ↑ ≠.

Parece até que, para que a segunda medida possa comportar o morfema / ↓ /, seria necessário transformá-la em cláusula parentética final:

(45)(ii) ≠ — — — ≠ sakudí'ria u 'pə dus sə''patus ↑ || 'komu 'kristu akON'seɫə AJN 'otru lu''gar ← ↓ ||.

Outro exemplo idêntico é ainda este do mesmo Vieira: (46) «*Quem se atrevera a dizer tal coisa, se o mesmo Cristo a não pronunciara?*»<sup>10</sup>:

(46) ≠ 'kAJN sə atrə'vera a di'zer 'tal ''kojza ↑ | sə u 'mesmu 'kristu a NAWN prUNUNSI''ara ↑ ≠.

Casos como os ilustrados em (45)(i) e (46) não podem considerar-se, no entanto, e apesar da sua larga representação, como solução necessária na língua. É o que provam as seguintes frases, modificações das precedentes: (47) «*Como Cristo aconselha em outro lugar, sacudiria o pó dos sapatos?*» e (48) «*Se o mesmo Cristo a não pronunciara, quem se atrevera a dizer tal coisa?*», que são regularmente:

(47) ≠ 'komu 'kristu akON'seɫə AJN 'otru lu''gar ↓ | sakudí'ria u 'pə dus sə''patus ↑ ≠

(48) ≠ sə u 'mesmu 'kristu a NAWN prUNUNSI''ara ↓ | 'kAJN sə atrə'vera a di'zer 'tal ''kojza ↑ ≠.

E também estoutro texto, extraído ainda de Vieira: (49) «*Mas quando a terra se vê tão corrupta como está a nossa, havendo tantos nela que têm ofício de sal, qual será, ou qual pode ser, a causa desta corrupção?*»<sup>11</sup>:

(49) ≠ məs ku'ANDu a 'teɾə sə 've TAWN ku'ɟuptə 'komu əs'tə a ''nəsa ↓ |

<sup>10</sup> P.º ANTÓNIO VIEIRA, *Sermões*, p. 159.

<sup>11</sup> P.º ANTÓNIO VIEIRA, *Sermões*, p. 157.

á'VENDU 'TANTUS 'nela kə 'tAJNAJN o'fisiu də "sAL ↓ | ku'AL sə'ra ↑ | o  
ku'AL 'pədə "ser ↑ | a 'kawza 'desta kuəu"PSAWN ↑ ≠.

Se todavia modificarmos a frase (49) em (50) «*Qual será, ou qual pode ser, a causa desta corrupção, quando a terra se vê tão corrupta como está a nossa, havendo tantos nela que têm ofício de sal?*», a realização entonacional desta última poderá ser:

(50)(i) ≠ ku'AL sə'ra ↓ | o ku'AL 'pədə "ser ↓ | a 'kawza 'desta  
kuəu"PSAWN ↓ | ku'ANDU a 'teəa sə 've TAWN ku'əupta 'komu əs'ta a "nəsa ↓ | á'VENDU  
'TANTUS 'nela kə 'tAJNAJN o'fisiu də "sAL ↑ ≠,

ou com menor número de medidas,

(50)(ii) ≠ ku'AL sə'ra o ku'AL 'pədə 'ser a 'kawza 'desta kuəu"PSAWN ↓ |  
ku'ANDU a 'teəa sə 've TAWN ku'əupta 'komu əs'ta a 'nəsa ↓ | á'VENDU  
'TANTUS 'nela kə 'tAJNAJN o'fisiu də "sAL ↑ ≠.

De qualquer modo, tanto na realização (i) como na (ii) de (50), como também em (47) e (48), o morfema de significado «interrogação», / ↑ /, ocorre apenas na última medida — *lógicamente* afirmativa e não interrogativa —, o que decerto não sucederia se a solidariedade morfemática a que me referi constituísse regra geral e constante.

2.4.7 A meu ver, a exemplificação aduzida, que poderia multiplicar-se, vem corroborar o ponto de vista, já expresso neste trabalho<sup>12</sup>, de que o morfema que marca o conjunto da frase (não considerando por agora as cláusulas) é o da última medida: se a frase é interrogativa, o morfema da última medida deve ser / ↑ /, ainda que a medida, como tal, corresponda a porção de texto *lógicamente* enunciativa; o morfema / ↓ / nessa medida (a menos que ela deixasse de o ser, para passar a cláusula) tornaria enunciativa a frase no seu conjunto. Daí a relativamente menor importância, para o conjunto da frase, das medidas que não são a última. O mesmo se verifica, *mutatis mutandis*, com as medidas que se integram não directamente na frase, mas sim na cláusula entonacional.

<sup>12</sup> Cf. 2.1.4.

## FUNÇÃO AFECTIVA

### DIFICULDADES DO ESTUDO

2.5.1 O estudo dos aspectos afectivos da entoação levanta, como já tive oportunidade de assinalar na primeira parte deste livro, problemas tais, são tantos os escolhos de toda a natureza que se deparam ao linguista, que ninguém melhor que o autor se dará conta de quão lacunar vai ser o presente capítulo. Ao passo que as páginas imediatamente precedentes procuraram descrever, de modo tão completo quanto permitiram os recursos do autor, o «sistema» entonacional representativo do português, apenas aspiram as seguintes a descobrir as grandes linhas e mais gerais em que se movem as possibilidades de que dispõe o português para significar atitudes por meios entonacionais.

2.5.2 A primeira dificuldade surge logo que procuramos inventariar as numerosas atitudes susceptíveis de expressão entonacional. Para citar apenas alguns exemplos, constituem duas atitudes, ou identificam-se numa só, todos os aspectos da cólera e da ira, do enfado e do aborrecimento, do entusiasmo e da ênfase; da amabilidade e da condescendência? E admitindo que chegamos a obter um inventário fechado, como tratar os vários aspectos do que parece ser uma mesma atitude fundamental: como variações escalares desta ou como outras tantas atitudes? Se optarmos pela segunda solução, passaremos a ter um inventário aberto, uma vez que será praticamente irrealizável identificar todas as possíveis atitudes; se optarmos pela primeira, limitar-nos-emos a deslocar a dificuldade de um quadro mais vasto para um quadro mais restrito, sem que sejam consideráveis as vantagens finais a que tal caminho pode conduzir-nos.

Na prática, e por razões de ordem metodológica, parece-me ainda assim preferível reter aqui a primeira solução, embora sem a levar às últimas consequências. Considerarei, por conseguinte, cada atitude como constituindo um significado susceptível de variantes — variantes que, em rigor, têm o seu lugar no código, ao contrário do que sucede normalmente com as variantes de significante, que pertencem à norma ou ao discurso. Trata-se por conseguinte de simplificação grosseira, mas não vejo outra possibilidade de descrever os factos com maior exactidão.

Cada atitude terá pois o seu significante morfemático. Por razões de comodidade, representarei os morfemas entonacionais de valor afectivo por números: /1/ «ênfase», /2/ «afecto», /3/ «condescendência», /4/ «confidência», /5/ «ironia», /6/ «sarcasmo», /7/ «dúvida», etc.

#### OS MORFEMAS NOS SEGMENTOS

2. 5. 3 Como os morfemas de valor representativo, os de valor afectivo jogam também no quadro das frases, cláusulas e medidas entonacionais. Mas, ao contrário dos primeiros, eles formam o que (por metáfora ?) poderemos chamar um «sistema» cujos termos não são interexclusivos. Quer dizer: enquanto o morfema /↓/ exclui necessariamente /↑/ ou /→/ do segmento em que ocorre, só podendo combinar-se com /←/, /1/ pode ocorrer com qualquer dos morfemas que constituem o «sistema» afectivo — /2/, /3/, /4/, etc. A única restrição neste domínio consistirá naturalmente na dificuldade relativa de conciliar duas atitudes opostas, por exemplo uma atitude de afecto com uma de sarcasmo, donde a dificuldade de combinar num mesmo segmento os dois morfemas /2/ e /6/; trata-se, no entanto, de restrição accidental, que não respeita à natureza essencial dos morfemas e não invalida por isso o princípio da coexistência de dois ou mais morfemas de valor afectivo num mesmo segmento. Por outro lado, os morfemas de valor afectivo são susceptíveis de se combinarem com os de valor representativo, e é esta aliás a situação que regularmente se encontra: um texto «enfático», «confidencial», «irónico», etc., é normalmente também «enunciativo», «interrogativo» ou «suspensivo». Por exemplo, o texto de Eça: (51) «*Que nem a Deus é permitido!* Havia pois alguma coisa que nem a Deus era permitida?»<sup>1</sup>, pode realizar-se entonacionalmente como:

(51)(i) ≠ kə 'nAjN a 'dews 'ε pərmí''tidu ↓<sup>1</sup> ≠ α'via 'pojs al'guma 'kojza kə 'nAjN a 'dews 'εra pərmí''tida ↑<sup>7</sup> ≠.

<sup>1</sup> As duas frases integram-se no seguinte texto:

«O lente, casmurro e soturno, perguntava:

— Quantos são os impossíveis?

Eu devia papaguear em voz clara:

— Dois. O impossível físico, que o homem não pode fazer, mas Deus pode; por exemplo: ressuscitar. O impossível metafísico, que nem ao homem, nem a Deus mesmo é permitido, como, por exemplo, que uma coisa, ao mesmo tempo, seja e não seja!

«Que nem a Deus é permitido!»

Havia pois alguma coisa que nem a Deus era permitida? [...] Dúvida pavorosa, primeiro tormento de alma em que só antevia uma coisa certa, inevitável: — o R, a raposa.»

(EÇA DE QUEIRÓS, *Últimas Páginas*, p. 336.)

2.5.4 Cumpre no entanto considerar à parte o caso, a que já aludi<sup>2</sup>, daquelas medidas em que não é possível opor os morfemas /↓ ↑ ←/, e em que, por conseguinte, as pausas que as delimitam parecem destinar-se unicamente a construir medidas de valor afectivo. Neste caso, a medida é conotada como «continuanda», não pela presença de qualquer morfema com tal significado, mas sim pela da própria pausa que a termina, a qual, por ser breve, implica necessariamente a continuação do texto.

A medida representativa conotada apenas como continuanda pode conter um ou mais morfemas de significado afectivo. Por exemplo, no seguinte texto: (52) «*Esses não repararam em que os gritos subversivos teriam então mais valor que os votos entrados nas urnas e a clara manifestação de fé que se destinavam a exprimir*»<sup>3</sup>, assim realizado

(52)(i) ≠ 'esəs ɲAWN rəpə''rəRAWN | AɲN kə us 'gritus subvər''sivus ↓ | tə'riAWN EN'tAWN 'majs və''lor ↓ | kə us 'vətus EN'tradus nəs ''URNAS ↓ | i a 'klara mənifəstə'SAWN də 'fē kə sə dəsti'NAVAWN a əspri''mir ↓ ≠,

as medidas segunda e terceira comportam um morfema de significado «ênfase» e significante /I/, mas não qualquer morfema representativo.

Mas pode suceder também que uma medida não contenha qualquer morfema, de valor representativo ou afectivo. É o caso da primeira medida de (52)(1), e o da medida «e até» neste texto: (53) «[...] *sem distinção de posições sociais, situações económicas, e até de preferências ideológicas*»:

(53) ≠ — — — SAɲN disti'n'SAWN də puzi'sojNS susi''ajs ↓ | situə'sojNS iku''nəmikas ↓ | i a''tē | də prəfə'rensias idiu''ləgikas ↓ ≠<sup>4</sup>.

Creio todavia ser muito restrita a pertinência entonacional de tais medidas, que me parece preferível encarar sobretudo como elementos de natureza rítmica.

<sup>2</sup> Cf. 2.4.2-3.

<sup>3</sup> OLIVEIRA SALAZAR, em discurso de 1958, de que possuo cópia gravada em fita magnética.

<sup>4</sup> O segmento «e até» pode receber um morfema /I/ de significado «ênfase»: /i a''ts<sup>1</sup>/.

SIGNIFICANTES AMALGAMADOS E SIGNIFICANTES DISJUNTOS

2. 5. 5 A coexistência de morfemas num segmento apresenta dois aspectos, conforme os significantes desses morfemas se amalgamam ou se conservam disjuntos.

Temos exemplo de amálgama na seguinte frase irónica: (54) «*Ele é muito inteligente*»,

(54)(i) ≠ 'elə 'ε 'mujntu intəli''ʒentə ↓<sup>5</sup> ≠,

em que os morfemas / ↓ / «enunciação» e /5/ «íronia» concorrem na sílaba /'ʒEN/.

Mas, ao realizar a mesma frase, o locutor pode ironizar a propósito de *muito*, e insistir até neste monema. A frase comportará assim três morfemas entonacionais, um (representativo) colocado na sílaba /'ʒEN/ (/ ↓ /), e os outros dois, significantes de «ênfase» e de «íronia», em /'mujN/ (/1/ e /5/). Como o valor afectivo da frase não será então exactamente o mesmo de (54)(i), interessa indicar na transcrição a sílaba em que incide cada um dos monemas entonacionais, em casos como este de disjunção:

(54)(ii) ≠ 'elə 'ε ''mujntu<sup>1,5</sup> intəli''ʒentə ↓ ≠.

Nesta ordem de ideias, a transcrição que dei de (52)(i) indicará que as palavras nas quais recaiu a ênfase nas medidas segunda e terceira são respectivamente *subversivos* e *valor*. Mas podemos admitir uma realização em que a ênfase recaia em *gritos* e em *mais*, realização então transcrita

(52)(ii) ≠ 'esəs ɲAWN rəpə''təRAWN | əJN kə us ''gritus<sup>1</sup> subvər''sivus | tə'ɾiAWN EN''tAWN | ''majs<sup>1</sup> və''lor | kə us 'vətus EN'tradus nas ''urnas ↓ | — — — ≠.

Possível ainda uma terceira realização, que combine as duas precedentes:

(52)(iii) ≠ 'esəs ɲAWN rəpə''təRAWN | əJN kə us ''gritus<sup>1</sup> subvər''sivus<sup>1</sup> | tə'ɾiAWN EN''tAWN | ''majs<sup>1</sup> və''lor<sup>1</sup> | — — — ≠.

Cf. ainda o texto: (55) «*Reparaste naquelas velhas idiotas? Todas extasiadas! Todas a dizerem que ela vai muito bem, muito serena, que está tal e qual o que era?*»<sup>5</sup>, de que possuo a seguinte realização:

<sup>5</sup> DAVID MOURÃO-FERREIRA, *Tal e Qual o que Era*, p. 8.

(55) ≠ rəp'a'rastə nɑ'kelas "vɛlas idi"otas ↑<sup>3</sup> | "todas<sup>8</sup> əstazi" a-  
das ↓<sup>9</sup> | "todas<sup>8</sup> a dɪ'zerajN kə 'ɛla "vaj<sup>8</sup> 'mujntu "bajN ↓ | 'mujntu  
sə'rena ↓<sup>1,5</sup> | kə əs'ta "tal<sup>8</sup> i ku'al u kə "era ↑<sup>5</sup> ≠<sup>6</sup>.

E o texto (51) de Eça, se o locutor quiser insistir no «nem», terá a seguinte entoação:

(51)(ii) ≠ kə "najN<sup>8</sup> a 'dews 'ɛ pərmi"tidu ↓ ≠ a'via 'pojs al'guma  
'kojza kə najN a 'dews 'era pərmi"tida ↑<sup>1</sup> ≠.

---

<sup>6</sup> Significados dos morfemas: /1/ «ênfase»; /3/ «condescendência»; /5/ «íronia»; /8/ «insistência»; /9/ «mágoa»; /10/ «desprezo». — Note-se que, aqui como em tantos outros casos, a definição dos significados é largamente subjectiva.

## O SISTEMA

2.6.1 Na primeira parte do presente trabalho insisti já bastante no carácter linguisticamente marginal da entoação para não necessitar de regressar agora a considerações teóricas a esse mesmo respeito. E se no estudo da entoação portuguesa a que venho procedendo não aludi a tal marginalidade, isso está longe de significar que ela seja menos importante neste domínio linguístico: a explicação encontra-se no facto de que, tendo nós partido dos significantes para os significados, e não destes para aqueles, fomos encontrar um como equilíbrio ideal entre uns e outros. Explicitemo-nos: se em lugar de partir dos morfemas / ↓ ↑ → /, nas frases ≠ u''restu ↓ ≠, ≠ u''restu ↑ ≠ e ≠ u''restu → ≠, por exemplo, para os significados «enumeração», «interrogação» e «suspensão», houvéssemos procurado determinar os morfemas que podem ocorrer nas frases enunciativas, interrogativas e suspensivas (não entonacionalmente consideradas), decerto teríamos encontrado casos em que uma frase de sentido interrogativo, uma «pergunta», conteria o equivalente ao nosso morfema / ↓ /, noutras ocorrências associado a um sentido enunciativo, a uma «afirmação». Se tivéssemos partido da estrutura gramatical das frases para a sua entoação, ter-nos-íamos colocado em situação extremamente confusa, tão díspares seriam os resultados entonacionais encontrados para uma mesma estrutura gramatical. Pensando, por ex., na nossa frase (43), deveríamos esperar um mesmo tratamento entonacional dos segmentos «*de senhora*» («*lenço de seda, de senhora*») e «*de criança*» («*bota de criança*»). Parecem-me tão evidentes as vantagens do caminho seguido que se me afigura desnecessário discuti-las ou ilustrá-las aqui. Recorde-se apenas que é aliás idêntico o método adoptado no estudo doutros domínios linguísticos: perante determinado *corpus* de materiais, a prática corrente consiste em isolar as unidades linguísticas que nele ocorrem para em seguida lhes determinar o valor, e a experiência mostra quão perigoso é proceder inversamente, quando mais não seja porque então se parte dum conjunto de categorias *a priori* estabelecidas e muitas vezes sem correspondência na língua em questão.

MARGINALIDADE LINGUÍSTICA DA ENTOAÇÃO

2.6.2 Analisada desse modo a entoação portuguesa, não nos consideremos no entanto impedidos de, por um momento, considerar em primeiro lugar os significados a traduzir, para melhor nos darmos conta do carácter linguisticamente marginal da entoação.

Seja o significado «interrogação». Vimos ser o morfema entonacional respectivo o que representamos por / ↑ /, realizado no discurso por determinado complexo fónico, digamos uma linha tonal ascendente. O nosso corpus compreende todavia uma série de «perguntas» que na sua realização não apresentam tal complexo fónico, mas sim aquele que noutros casos significa «afirmação».

Por exemplo, as perguntas

- (56) «*Porquê?*»
- (57) «*Como?*»
- (58) «*O quê?*»
- (59) «*Quem perdeu?*»
- (60) «*Quem é?*»
- (61) «*Chorar faz bem, não faz?*»
- (62) «*Sobretudo chora sem rancor, ouviste?*»
- (63) «*Mas não era isto que nós queríamos, pois não?*»
- (64) «*Está? Onde fala?*»
- (65) «*Está a chover?*»

oferecem todas, em realizações que notei, a linha tonal correspondente à realização do morfema / ↓ /, de significado «enunciação», e não à do morfema de significado «interrogação», / ↑ /.

A explicação do facto é muito simples e encontra-se nas próprias frases. Em (56), (57) e (58) temos frases constituídas por palavras de sentido interrogativo, palavras que, assim isoladas, só em casos muito particulares servirão para afirmar<sup>1</sup>. A função interrogativa de tais frases realiza-se assim já no plano lexical, e por isso não há necessidade de recorrer a processos entonacionais para a traduzir. Idêntico é o caso de (59) e (60): uma proposição

---

<sup>1</sup> Nesses casos, o morfema / ↓ / é normalmente acompanhado dum significante de «ênfase» ou «insistência».

em que entre o «pronome interrogativo» *quem* será necessariamente interrogativa, e os textos em que se inserem essas frases mostram que nelas *quem* é efectivamente «pronome interrogativo». As frases (61), (62) e (63) lembram o que em inglês se designa por *tag questions*, e o contexto indica sem possibilidade de hesitação que os segmentos «*não faz*», «*ouviste*» e «*pois não*» se destinam a perguntar. Em (64) a situação não deixa dúvida de que o locutor, que atende o telefone, pergunta se o interlocutor *está* do outro lado do fio (mas será isso verdadeira pergunta, ou apenas uma expressão automática como o fr. *allo?*) e quem é ele. Em (65) enfim, é também a situação que supre a presença de morfema interrogativo: o locutor, no interior da casa, dirige-se a alguém que se encontra à janela, e não é por isso provável que lhe afirme algo de que só o outro *está* apto a dar-se conta. Tais exemplos, que poderíamos multiplicar sem dificuldade, revelam bem a importância dos tipos lexical e morfo-sintáctico do texto, e bem assim a do contexto e da situação na construção entonacional da frase.

2.6.3 Se os exemplos (56)-(65) ilustram processos não-entonacionais de assegurar uma função representativa, aqueles mesmos significados que podem traduzir-se por morfemas entonacionais de natureza afectiva exprimem-se muitas vezes por meios diferentes. Por exemplo, o significado da nossa frase (54) «*Ele é muito inteligente...*» é na realidade «*ele não é inteligente*» ou «*ele é estúpido*», exprimível exactamente por estoutras frases:

(66) ≠ 'elə nawn 'ɛ intəli'ʒentə ↓ ≠

ou

(67)(i) ≠ 'elə 'ɛ əs'tupidu ↓ ≠,

construídas sem o morfema /5/ de (54)(i) e por meio de outras palavras.

Anàlogamente, a superlativação de uma frase como (67)(i) pode fazer-se ou por meios entonacionais:

(67)(ii) ≠ 'elə 'ɛ əs'tupidu ↓<sup>2</sup> ≠,

ou por outros meios, como:

(68) «*Ele é muito estúpido*»

(69) «*Ele é estúpido, estúpido, estúpido*».

---

<sup>2</sup> /8/ significante de «insistência».

DO PONTO DE VISTA DA INFORMAÇÃO

2. 6. 4 O facto de havermos encontrado as frases (56)-(65) com a construção entonacional própria das enunciações não significa contudo que essas mesmas frases não possam construir-se com um traço [ ↑ ]:

≠ pur''ke ↑ ≠, ≠ ''komu ↑ ≠, ≠ fu''rar 'fas 'bajN ↓ | nawN ''fas ↑ ≠,  
 ≠ əs'ta a fu''ver ↑ ≠, etc.

Esta dupla situação levanta o problema interessante de saber se o traço [ ↑ ] é então linguisticamente pertinente ou não, isto é, se devemos interpretá-lo, quando ocorre, como representando o morfema / ↑ / ou antes como linha tonal meramente física, acidente de discurso sem correspondência no código linguístico. Ou, por outras palavras: a função «interrogação» é desempenhada na ocorrência pelo morfema / ↑ / ou por processos não entonacionais (valores lexicais, gramaticais, contextuais ou situacionais)?

Do ponto de vista informacional, a pertinência do traço [ ↑ ] variará nas frases citadas: nula em casos como os de (56)-(57), uma vez que «*porquê*» e «*como*» são necessariamente interrogativos, a informação será de baixo nível em (61)-(63) por serem aí relativamente pouco prováveis as ocorrências de «*não faz*», «*ouviste*» e «*pois não*» com o significado de / ↓ /, e de nível variável, mas talvez superior, em (64)-(65), frases nas quais é a situação que torna improvável a ocorrência deste último significado.

O grau de informação dos morfemas de significado afectivo varia também largamente em função dos valores já apontados. Por exemplo, a nossa frase (54)(i) contém um morfema /5/ «ironia». Podemos todavia encontrar o mesmo texto «*Ele é muito inteligente*» com o significado de «ele é estúpido» e sem aquele morfema: se, por ex., ele ocorrer numa conversa acerca de alguém já anteriormente dito estúpido, ou como tal unânimemente considerado, isto é, se não oferecer dúvida que o locutor não quer atribuir ao indivíduo a qualidade positiva de inteligência, mas sim a negativa. Do mesmo modo, num texto como (70) «*Entendo-o eu!*»<sup>3</sup>

(70) ≠ EN'tendu-u ''ew ↓<sup>8</sup> ≠,

o morfema /8/ «insistência» parece relativamente pouco informativo, por um lado porque já a posposição do sujeito «*eu*» ao predicado o põe em relevo,

<sup>3</sup> Extraído de ALMEIDA GARRETT, *Frei Luis de Sousa*, acto 2, cena 1 (segundo cópia gravada em fita magnética de adaptação radiofónica da Emissora Nacional de Lisboa).

e por outro lado porque o contexto em que se insere a frase <sup>4</sup> reclama quase necessariamente que se insista nesse sujeito.

Isso do ponto de vista da informação, que a linguística descritiva não me parece ainda preparada para assimilar completamente: é certo que noções como as de «rendimento funcional» e «neutralização» encontram afinidades com o conceito de «informação», e já tive oportunidade de me referir a elas a propósito da entoação portuguesa; mas avançar mais nesse caminho reduzir-nos-ia muito provavelmente a estudar um por um casos de discurso, sem correspondências sistemáticas.

#### RENDIMENTO FUNCIONAL

2.6.5 Ainda assim, seria talvez tentador considerar que em frases constituídas por palavras interrogativas, como «*porquê*», «*o quê*», «*como*», «*quem*», etc., o traço [ ↑ ] é sempre redundante, por se desempenhar a função «interrogação» já no plano lexical. Algumas, embora raras, ocorrências daquelas mesmas palavras em textos enunciativos aconselham, porém, a não o fazer. Exemplifiquemos com o seguinte diálogo possível:

Professor: (71) «*Dê exemplos de advérbios interrogativos.*»

Aluno: (72) «*Porquê, como.*»

A entoação de (72) será

(72)(i) ≠ pur''ke ↓ | ''komu ↓ ≠

por oposição a

(ii) ≠ pur''ke ↑ ≠ ''komu ↑ ≠ :

em (72)(i) o aluno satisfaz a pergunta do professor, em (ii) pergunta por que razão e como deve dar os exemplos.

Acerca de casos como os presentes, diremos que o rendimento funcional da oposição / ↓ / - / ↑ / é muito fraco, mas não nulo. Creio aliás não se encontrarem em português quaisquer casos em que determinada função

---

<sup>4</sup> É o seguinte o contexto: «[...] é o princípio daquele livro tão bonito que minha mãe diz que não entende; entendo-o eu.»

representativa possa ser exclusivamente assegurada por processos lexicais ou sintácticos. Outro tanto não sucede em francês ou inglês, por exemplo, línguas em que construções do tipo *est-ce que...*, *voulez-vous...*, *do you...*, *isn't it*, etc., parecem necessariamente interrogativas — e ainda assim talvez com restrições como as ainda há pouco exemplificadas em português com o diálogo entre o professor e o aluno.

2.6.6 A prática que acabo de defender é aliás correntemente seguida no estudo doutros domínios linguísticos.

Em fonologia, por exemplo, a comparação de pares lexicais como ptg. *pata* e *bata* leva-nos a reconhecer em português a existência da oposição /p/-/b/ em posição inicial; a existência de pares como *legar* e *ligar*, *ousar* e *usar* e mais alguns obriga-nos a admitir que em sílaba pré-acentual existem as oposições fonológicas /ə/-/i/ e /o/-/u/. Por isso, palavras como *pá*, *vedar*, *virar* e *ouvir* são fonologicamente /'pa/, /və'dar/, /vi'rar/, /o'vir/, muito embora o português não conheça /'ba/, /vi'dar/, /və'rar/ ou /u'vir/, e muito embora ainda a realização da oposição vocálica citada se circunscreva a casos relativamente pouco numerosos.

Em morfo-sintaxe, o facto de ser, do ponto de vista informacional, largamente redundante uma frase como ptg. «*Os pagens corriam azafamados*», na qual se exprime quatro vezes o monema de significado «plural», não nos impede de a considerar como /us 'paʒajns ku'ɣiawn azafa'madus/.

Em lexicologia sintáctica enfim, se ainda se condenam expressões como «*subir para cima*» ou «*descer para baixo*», já nenhum purista criticará frases como «*a Terra gira em torno do Sol*» ou o fr. «*vivre sa vie*», nas quais os elementos *em torno de* e *sa vie* não são, do ponto de vista da informação, menos redundantes que *para cima* e *para baixo* acompanhados de *subir* e *descer*.

HAVERÁ UM SISTEMA ENTONACIONAL ?

2.6.7 As considerações precedentes visaram a justificar um método, mas não a fazer esquecer o carácter largamente marginal das unidades entonacionais: a realidade é que, com raras excepções (a que adiante me referirei), tudo ou quase tudo quanto se exprime por meios entonacionais pode traduzir-se por meios diferentes. Por isso me parece legítimo perguntar se os processos entonacionais de que se serve o português se organizam efectivamente de modo sistemático e se por conseguinte se pode falar dum *sistema entonacional português*.

Para responder à pergunta, não me deterei aqui em largas considerações de carácter geral, que ocorreram na primeira parte do presente trabalho <sup>5</sup>. Limitar-me-ei a destacar das páginas precedentes o facto observado de que, embora susceptível de realização por processos diferentes, toda uma série de significados pode exprimir-se por meios entonacionais. Importa por conseguinte isolar estes meios e supor por um momento que eles são os únicos de que a língua dispõe. Deparamos nestas condições com um conjunto de significantes, cujo comportamento procurei determinar ao longo desta segunda parte do meu trabalho.

No que respeita às unidades representativas, tal comportamento revelou-se-nos relativamente bem definido e mesmo, até certo ponto, largamente predicável. Predicável, entenda-se, na medida em que partimos de conceitos entonacionais: a partir dum critério de delimitação bastante simples, que os factos não invalidaram e creio ter-se revelado útil, pudemos, colocados perante determinado segmento — frase, cláusula ou medida —, encontrar com relativa facilidade o seu estatuto morfemático, o que implica havermos definido certo número de morfemas entonacionais.

No domínio da função afectiva da entoação já se não encontra o mesmo rigor. Se se reconhecem os segmentos pertinentes sem grandes dificuldades, a distribuição dos morfemas é neste sector muito menos clara e varia em boa parte com as disposições de momento do locutor; o que é mais grave, e dificulta enormemente a análise, é que a própria definição dos morfemas de significado afectivo levanta problemas muitas vezes insolúveis: os ouvintes, que identificam sem dificuldade os morfemas de valor representativo / ↓ ↑ → ← /, hesitam na atribuição de significado a um traço físico destinado a traduzir uma atitude, e o mais que muitas vezes se consegue obter deles é uma caracterização vaga dessa atitude — o que não surpreende por nos encontrarmos aqui num campo extremamente subjectivo, em que é de regra a não-discrição. <sup>6</sup>

Nessas condições, creio legítimo admitir a existência dum sistema entonacional representativo, ao qual consagrarei os parágrafos seguintes. Quanto às unidades de significado afectivo, não me parece possível descobrir nelas qualquer organização propriamente linguística de tipo sistemático.

2.6.8 O português conhece uma pausa breve, ///, uma pausa longa, ////, e um traço de fechamento que, associado a esta última, constitui o complexo /≠/. A pausa breve delimita o segmento entonacional de terceiro grau, designado por *medida*; a pausa longa delimita o segmento de segundo grau,

<sup>5</sup> Cf. 1.2.17-18.

<sup>6</sup> Cf. para o sueco a experiência de K. HADDING-KOCH, *Intonation of Southern Swedish*, pp. 56-57.

a *cláusula*; o complexo /≠/ delimita o segmento de primeiro grau, a *frase* entonacional.

Cada um destes segmentos comporta uma sílaba entonacionalmente importante, a qual é por via de regra a última sílaba acentuada do segmento. É em tal sílaba que se localiza o morfema entonacional.

São os seguintes os morfemas entonacionais representativos: /↓/, de significado «enunciação», /↑/ «interrogação», e /→/ «suspensão». Além destes, mutuamente exclusivos, existe um quarto morfema, /←/, que assegura a realização da função «dependência» e oferece a particularidade de não ocorrer isoladamente, mas de sempre se combinar com um daqueles três.

Na frase como tal (isto é, independentemente das cláusulas ou medidas que pode comportar), opõem-se os três morfemas /↓ ↑ →/. O emprego do último circunscreve-se no entanto a certos tipos sintácticos, fora dos quais só ocorre em frases interrompidas. Em determinadas condições sintácticas, neutraliza-se por conseguinte a oposição /↓ ↑ /-→/, o que faz do último morfema o seu termo marcado.

/←/ não ocorre como morfema frásico, o que se explica pelo facto de constituir a frase o segmento entonacional mais amplo, e ser por isso independente.

Na cláusula (considerada independentemente das medidas que pode comportar) encontra-se de novo a oposição entre os três morfemas de valor representativo /↓ ↑ →/, a cada um dos quais é susceptível de se associar, no caso da cláusula parentética, o morfema de dependência, /←/.

O morfema da cláusula que precede a parentética final ocorre imediatamente antes desta e pode considerar-se como o morfema da frase. No caso de a parentética ser intercalada, o que a precede pode constituir cláusula com morfema próprio; mas pode constituir também parte duma cláusula que será completada pelo que segue a parentética até nova ocorrência de pausa longa (na forma de //|/ ou de /≠/), e, neste caso, aquela primeira parte da cláusula não comporta qualquer morfema entonacional (o seu carácter de segmento a continuar é expresso pela pausa que delimita, no seu início, a cláusula parentética), o qual só ocorrerá na segunda parte da dita cláusula.

No caso de cláusulas sucessivas sem morfema /←/, cada uma delas comporta um dos três morfemas representativos /↓ ↑ →/, a ocorrência do último dos quais está condicionada pelos mesmos factores extra-entonacionais já observados a propósito da frase; parecem todavia menos frequentes na cláusula que na frase as ocorrências de /→/.

Por outro lado, são frequentes as neutralizações dos contrastes morfe-máticos em cláusulas sucessivas.

Os dois únicos morfemas que parecem opor-se nas medidas são /↓/ e /↑/, associados ou não a /←/.

Como nas cláusulas, é fraco o rendimento contrastivo entre /↓/ e /↑/ em medidas sucessivas.

2.6.9 Podemos resumir pelos seguintes esquemas o estado de coisas precedentemente descrito:

FRASE SIMPLES:

≠ ————— ↓ ↑ → ≠

CLÁUSULA:

— *parentética final:*

≠ ————— ↓ ↑ → || ——— (←)(↓ ↑ →) ≠

— *parentética intercalada:*

≠ ——— zero ou ↓ ↑ → || ——— (←)(↓ ↑ →) || ——— ↓ ↑ → ≠

— *não parentética:*

≠ ——— ↓ ↑ → || ——— ↓ ↑ → || ——— ↓ ↑ → ≠

MEDIDA:

— *parentética final:*

≠ ——— | ——— | ——— (←)(↓ ↑) ≠

— *parentética intercalada:*

≠ ——— } ——— (←)(↓ ↑) | ——— ≠

— *não parentética:*

≠ ——— ↓ ↑ | ——— ↓ ↑ | ——— ↓ ↑ ≠

ESQUEMA DUMA FRASE COMPLEXA:

≠ ——— ↓ ↑ | ——— ↓ ↑ → || ——— ↓ ↑ | ——— (←)(↓ ↑) ||  
                   a                  b                  c                  d

——— zero ou ↓ ↑ → || ——— (←)(↓ ↑ →) || ——— ↓ ↑ → ||  
                   e                  f                  g

——— (←)(↓ ↑ →) ≠,  
                   h

em que:

*ah*: frase entonacional;

*ab, cd, eg* ou *e e g, f, h*: cláusulas: *ab, cd*, cada uma com duas medidas;  
*f* parentética intercalada, *h* parentética final, não divididas em medidas;

*a, b, c, d*: medidas, das quais *d* parentética final;

os morfemas de *b* são os da cláusula *ab*; de *d*, os da cláusula *cd*; de *f*, os da cláusula *f*; de *g*, os da cláusula *g* ou *eg* e da frase *ah*; de *h*, os da cláusula *h*;

os morfemas de *a* são os da medida *a*; de *c*, os da medida *c*.

Já vimos um caso de neutralização da oposição /↓↑/—/→/. Quanto à oposição /↓/—/↑/, ela pode também neutralizar-se em determinadas condições sintáticas, em proveito do termo /↓/, donde se conclui que o seu termo marcado é /↑/. Tudo isso leva a ver em /↓/ o termo menos marcado dos três de função representativa. As neutralizações de contrastes no sintagma fazem-se a favor ora de /↓/, ora de /↑/.

## A SUBSTÂNCIA FÍSICA

2.7.1 Procurarei reunir neste capítulo alguns apontamentos relativos à realização das unidades entonacionais discretas do português. As considerações que seguem baseiam-se sobretudo em textos especialmente escritos para o efeito e lidos, para gravação em fita magnética, num estúdio. Quer isso dizer que a tais textos falta por vezes espontaneidade na dicção, embora só hajam sido considerados os que se apresentaram com naturalidade de realização suficiente para serem julgados normais. As várias unidades serão assim encaradas em realizações que muito se aproximam duma idealidade poucas vezes atingida na dicção espontânea, inserida não só em contexto mas também em situação. Apesar dos seus inconvenientes, o processo pareceu-me o único susceptível de conduzir a alguma sistematização, que se pretende apenas preliminar e sujeita a ulteriores verificações, nomeadamente por meio da síntese do som, que o autor espera poder mais tarde levar a cabo. Note-se, aliás, que tal processo se aproxima largamente do mais seguido na descrição das realizações fonemáticas, geralmente elaborada a partir dum *corpus* nem sempre inteiramente representativo.

Não procurarei apresentar uma descrição auditiva da substância física das unidades consideradas, porquanto o que auditivamente mais importa assinalar se situa na fase de estruturação preliminar dos dados físicos atrás considerada em pormenor. Reside agora o meu objectivo em apontar as principais formas que nos espectrogramas e mingogramas revestem tais unidades. Ocupar-me-ei assim sucessivamente das realizações dos morfemas de função representativa na frase, na cláusula e na medida e das realizações das pausas breve e longa.

### NA FRASE

2.7.2 O morfema de significado «enunciação», /↓/, é geralmente realizado por uma descida melódica suave na última sílaba acentuada da frase. Esta descida pode iniciar-se já na(s) sílaba(s) precedente(s) e prolonga-se normalmente na(s) seguinte(s), mas a melodia das sílabas entonacionalmente inacentuadas não parece essencial para a realização e identificação do morfema. Poderíamos representar a forma mais característica de tal descida como [—], o que não exclui variações de pormenor mais ou menos importantes, mas pretende apenas indicar uma orientação geral da linha melódica (da qual se exclui, por ex., o que representarei como [∨])

e que, segundo veremos, pode realizar outra unidade). Para exemplos, cf. figs. 1, 3, 20, 29.

2.7.3 O morfema de significado interrogação, /↑/, realiza-se geralmente na parte final da última sílaba acentuada da frase por uma subida melódica, por vezes seguida dum segmento horizontal (melodia una) na parte terminal dessa sílaba ou na(s) sílaba(s) seguinte(s), o que pode representar-se como [  ]; a forma e a amplitude da subida variam de caso para caso. Cf. figs. 6, 7, 21, 22, 23.

Parece todavia que algumas vezes o mesmo morfema se realiza por uma importante descida melódica na última sílaba acentuada ou em qualquer das sílabas precedentes, o que pode representar-se por [ \ ]. Esta descida não se confunde portanto com a que realiza /↓/ <sup>1</sup>. Cf. figs. 8, 9.

Noutros casos, /↑/ parece poder realizar-se por uma descida na última sílaba acentuada, seguida de subida na(s) sílaba(s) seguinte(s). Cf. figs. 24, 25.

As neutralizações que auditivamente determináramos reflectem-se nos materiais espectrográficos e mingográficos, onde encontramos nas frases «*Está? Quem fala?*», por ex., a linha melódica [  ] própria da realização de /↓/. Cf. fig. 10.

2.7.4 O que parece essencial na realização do morfema de significado «suspensão», /→/, é o alongamento da última sílaba acentuada, cuja melodia pode ser uma ou ligeiramente ascendente ou descendente. Cf. fig. 26.

#### NA CLÁUSULA

2.7.5 O morfema /↓/ realiza-se ou por uma descida ou por uma subida melódica na última sílaba acentuada da cláusula.

Quando realizado por uma descida, parece esta geralmente idêntica à que realiza o mesmo morfema na frase. Em alguns casos, parece associar-se à descida um ligeiro abreviamento da sílaba acentuada relativamente à duração que ela teria numa frase, o que deve ser um dos modos de realizar a pausa longa por oposição a /≠/. Cf. figs. 2, 4, 11.

A subida que realiza /↓/ na cláusula parece distinguir-se da que realiza /↑/ na frase por não terminar no segmento tonalmente uno que encontramos na realização deste morfema ou por se iniciar mais cedo na sílaba. Cf. figs. 5, 27.

2.7.6 O morfema /↑/ realiza-se, segundo parece, por uma descida melódica na última sílaba acentuada e eventualmente na(s) seguinte(s);

---

<sup>1</sup> Cf. 2.7.2.

cf. fig. 12. Esta descida pode talvez interpretar-se como elemento secundário da linha melódica, funcionando como ponto de contraste com a(s) sílaba(s) precedente(s), pronunciada(s) em tom mais alto; nesta(s) se encontraria então o elemento tonal essencial à interpretação da cláusula como interrogativa. Corroboraria este ponto de vista o facto de ser dificilmente realizável uma entoação interrogativa em cláusula cuja primeira sílaba seja a última acentuável (isto é, não precedida de sílaba entonacionalmente inacentuada), como ≠ "disə ↑ || — — — ≠. Neste caso, a realização do morfema /↑/ da cláusula parece transferir-se para a cláusula seguinte, final de frase.

2.7.7 O morfema /→/ realiza-se da maneira indicada para a frase.

2.7.8 Nas cláusulas parentéticas intercaladas, os morfemas /↓ ↑ →/ parecem realizar-se como nas não parentéticas; nas parentéticas finais, como na frase. Quanto ao morfema /←/, que caracteriza a cláusula como parentética, as suas realizações são variadas e parecem definir-se na maioria dos casos por contraste com o contexto em que se inserem.

Assim, a intensidade com que se realiza a cláusula parentética pode ser inferior ou superior à da que a precede e/ou segue. Pode também realizar aquele morfema uma redução na estrutura dos formantes; cf. figs. 13, 28 (a-b), 31. Pode ainda realizar o mesmo morfema uma redução ou aceleração no andamento da cláusula, relativamente ao do que a precede e/ou segue. Outras vezes parece ser o contexto que permite identificar a cláusula como parentética, o que em especial sucede quando ela é imediatamente precedida de porção de texto não afecta de qualquer morfema entonacional (tipo: ≠ — — — u pa'is 'kə || a'laJN də 'ser u 'majs AN'tigu əli'adu da 'gran brə'tajə ← ↓ || 'taJN 'sidu tan'baJN ə'migu dədi'kadu li'al ↓ ≠).

#### NA MEDIDA

2.7.9 O morfema /↓/ é geralmente realizado na medida por uma subida melódica mais ou menos acentuada. Cf. figs. 3, 14, 15.

A melodia pode no entanto ser una ou já ascendente na sílaba acentuada e ascendente e mais alta na(s) seguinte(s).

Nalguns casos, talvez a diferença entre /↓/ na medida e /↑/ na frase seja apenas, ou primordialmente, realizada pela presença da pausa breve naquela e do complexo /≠/ nesta.

2.7.10 O morfema /↑/ parece realizar-se por uma subida seguida de descida melódica na última sílaba acentuada se esta é a última da medida, por uma subida na última sílaba acentuada seguida de descida na(s) seguinte(s) no caso contrário. Cf. figs. 16, 32.

AS PAUSAS

2.7.11 As pausas são geralmente realizadas por uma interrupção do discurso; neste caso, a interrupção que realiza a breve é mais curta que a que realiza a longa. Este critério de relatividade não basta no entanto para identificar as pausas, por isso que em texto onde ocorresse apenas uma delas não seria possível identificá-la como longa ou como breve. Na realidade, à interrupção do discurso associam-se normalmente características melódicas que permitem reconhecer a pausa efectivamente presente. Tais características são dificilmente definíveis, mas, ao menos em alguns casos, parecem encontrar-se na própria realização dos morfemas / ↓ ↑ /, que, conforme vimos, não é para cada um deles idêntica na cláusula e na medida (cf. figs. 17, 18); aliás, por muito breve que seja, a própria interrupção implica variações melódicas que doutro modo se não verificam (cf. figs. 3, 14, 19, 20). A quebra melódica devida à presença duma pausa parece especialmente importante na identificação da breve e pode até substituir a interrupção da fonação; pode ser determinada pela silabação (alongamento da última sílaba acentuada da medida e ligação, se possível, da última sílaba não acentuada à primeira sílaba da medida seguinte: «um romance ('A Selva')» realizado como / UN RU'MAN - sá'sELVA /).

2.7.12 Não encontrei nos materiais de que disponho reflexo da marca de fechamento, auditivamente muito sensível, que, associada à pausa longa, forma o complexo / ≠ /<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> É-me grato registar aqui o meu reconhecimento a quantos de algum modo me auxiliaram na recolha dos materiais em que se baseia o presente capítulo: o Senhor Engenheiro Galhardo e os serviços que dirige na Emissora Nacional (Lisboa), que para mim gravaram e copiaram em fita magnética textos originais e documentos dos seus arquivos sonoros; o Senhor Doutor Svend Smith, do Statens Institut for Talelidende (Hellerup, Dinamarca), que por várias vezes muito amavelmente me recebeu no seu Laboratório, onde pude utilizar o seu *pitchmeter*, e o seu assistente B. Frøkjær-Jensen; e em particular os meus Amigos Kurt Johansson, encarregado de curso no Instituto de Fonética da Universidade de Lund, e Lennart Petersson e Mauritz Kerbel, assistentes do mesmo Instituto, pelo seu constante e precioso auxílio laboratorial. Não quero omitir aqui ainda uma referência ao ambiente de simpática camaradagem que nesse Instituto sempre senti à minha volta e que para mim constituiu permanente motivo de estímulo.

Desejo também agradecer neste momento ao gerente da Imprensa de Coimbra, L.<sup>da</sup>, Senhor António Quaresma, e ao Senhor Manuel dos Santos Ferreira, a dedicação com que se ocuparam da execução gráfica deste trabalho.



## ILUSTRAÇÕES

- FIG. 1. ≠ 'elə mu''gew ↓ ≠
- FIG. 2. ≠ KON''PRO ↓ || UN ''LIVRU ↓ ≠
- FIG. 3. ≠ PURTU''GES ↓ | FRAN''SES ↓ | IN''GLES ↓ ≠
- FIG. 4. ≠ PURTU''GES ↓ || FRAN''SES ↓ || IN''GLES ↓ || alə''MAWN ↓ ≠
- FIG. 5. ≠ KON''PRAJ ↓ || UN PU''EMA ↓ || US LU''ZIADAS ↓ || UN RU''MANSƏ ↓ || a ''SELVA ↓ ≠
- FIG. 6. ≠ mu''gew ↑ ≠
- FIG. 7. ≠ u kə 'ε kə 'pəsu sər''vir-lə ↑ ≠ UN u''iski ↑ ≠ UN kə''rak ↑ ≠ UN ''sumu ↑ ≠ fAN''pajə ↑ ≠
- FIG. 8. ≠ PUR 'vɔltə das ''sɪnkʊ ↑ ≠
- FIG. 9. ≠ a ''bɔn ↓ ≠ ''ɔlə ↓ ≠ a kə 'ɔras 'pəsu ENKON''tra-lu ↑ ≠
- FIG. 10. ≠ əs'ta (↓) ≠ 'kajN ''falə (↓) ≠
- FIG. 11. ≠ KON''PRAJ ↓ || UN PU''EMA ↓ || US LU''ZIADAS ↓ || UN RU''MANSƏ ↓ || a ''selva ↓ ≠
- FIG. 12. ≠ 'elə ''disə ↑ || vi''raj ↓ ≠
- FIG. 13. ≠ KON''PRAJ ↓ || UN PU''EMA ↓ || US LU''ZIADAS ← ↓ || UN RU''MANSƏ ↓ || a ''selva ← ↓ ≠
- FIG. 14. ≠ PURTU''GES FRAN''SES ↓ | IN''GLES ↓ | alə''MAWN ↓ ≠
- FIG. 15. ≠ a 'tirus də pi'stɔlə mətrala''dɔrə ↓ | ---
- FIG. 16. ≠ a 'tirus də pi'stɔlə mətrala''dɔrə ↑ | ---
- FIG. 17. ≠ PURTU''GES ↑ | FRAN''SES ↑ | IN''GLES ↑ ≠
- FIG. 18. ≠ PURTU''GES ↑ || FRAN''SES ↑ || IN''GLES ↑ ≠
- FIG. 19. ≠ PURTU''GES ↓ | FRAN''SES ↓ | (inglēs ≠)
- FIG. 20. ≠ PURTU''GES FRAN''SES ↓ | IN''GLES ↓ ≠
- FIG. 21. ≠ UN ''sumu ↑ ≠ fAN''pajə ↑ ≠
- FIG. 22. ≠ IN''GLES ↑ ≠
- FIG. 23. ≠ PURTU''GES ↑ ≠
- FIG. 24. ≠ 'esta ''ʒɛntə ↑ ≠
- FIG. 25. ≠ əs'ta a fu''ver ↑ ≠
- FIG. 26. ≠ 'esta ''ʒɛntə → ≠
- FIG. 27a. (≠ Comprei:) || UN PU''EMA ↓ ||  
(Continua em 27b.)
- FIG. 27b. || US LU''ZIADAS ↓ ||  
(Continuação de 27a. Conclui em 27c.)
- FIG. 27c. || UN RU''MANSƏ ↓ || a ''selva ↓ ≠  
(Conclusão de 27a-b.)
- FIG. 28a. (≠ Comprei:) || UN PU''EMA ↓ || US LU''ZIADAS ← ↓ ||  
(Conclui em 28b.)
- FIG. 28b. || UN RU''MANSƏ ↓ || a ''selva ← ↓ ≠  
(Conclusão de 28a.)
- FIG. 29. ≠ uma 'nova 'sopa ''knɔR ↓ ≠
- FIG. 30. (≠ Uma nova) ''sopa ↓ || ''knɔR ↓ ≠
- FIG. 31. ≠ uma 'nova ''sopa ↓ || '' knɔR ← ↓ ≠
- FIG. 32. ≠ (a 'tirus də pi'stɔlə mətrala''dɔrə ↑ | ---

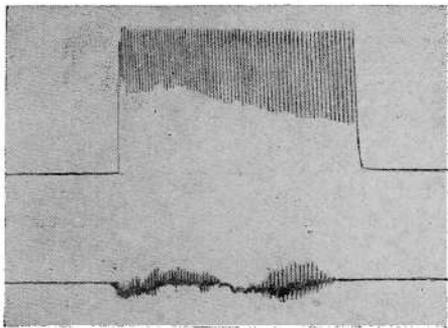


FIG. 1

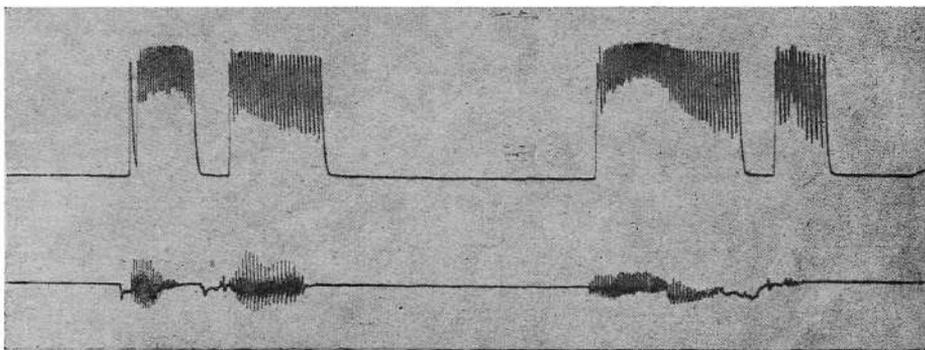


FIG. 2

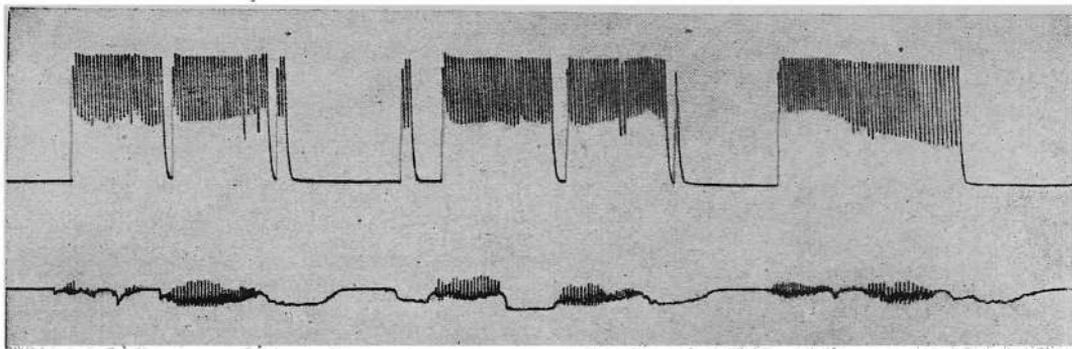


FIG. 3



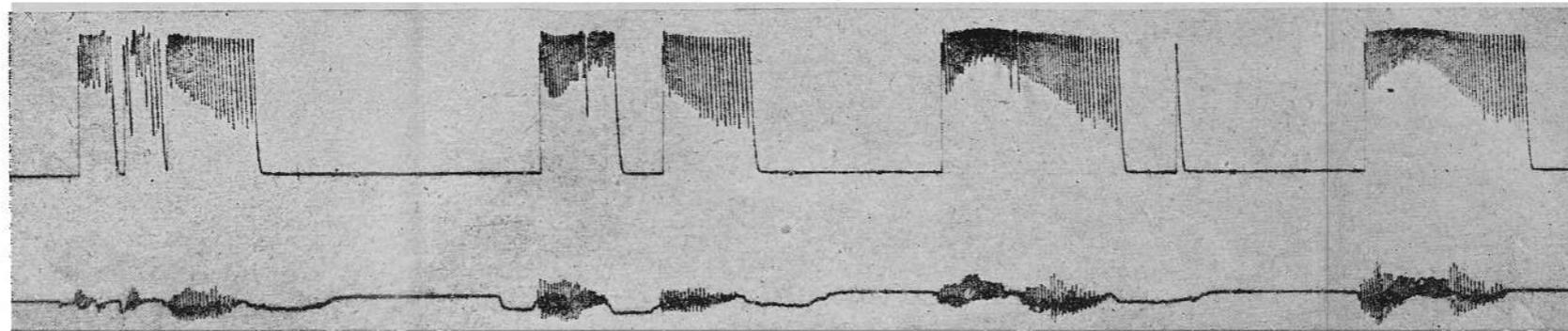


FIG. 4

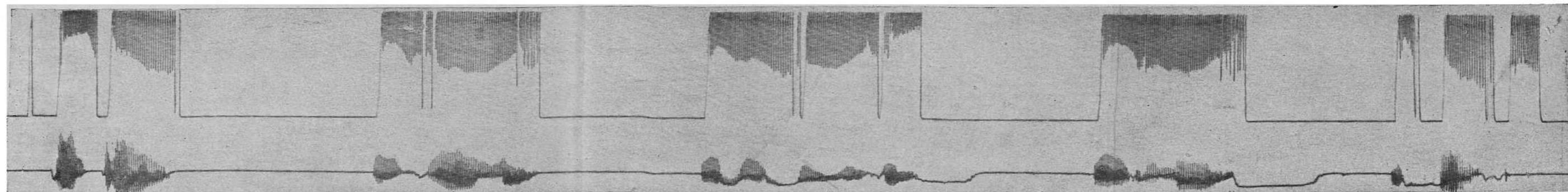


FIG. 5

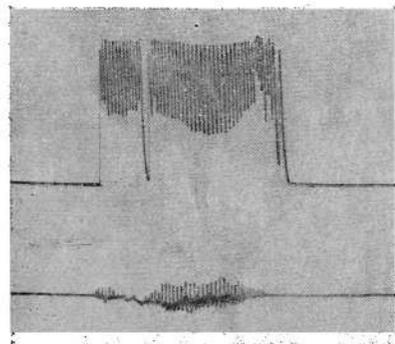


FIG. 6

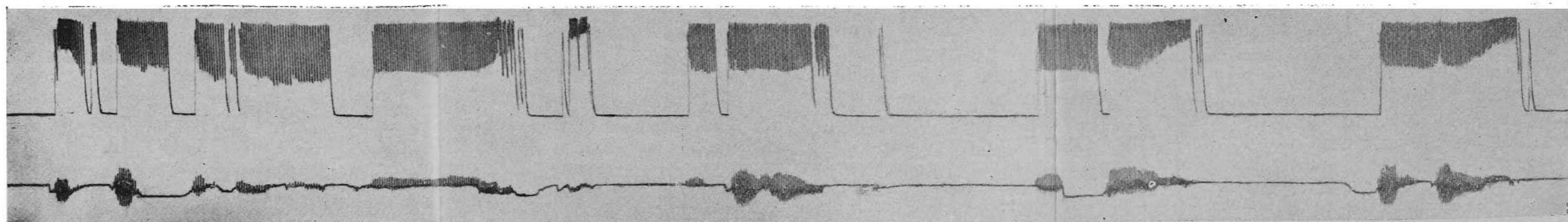


FIG. 7



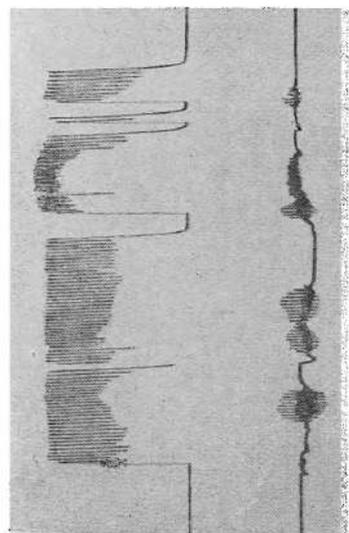


FIG. 8

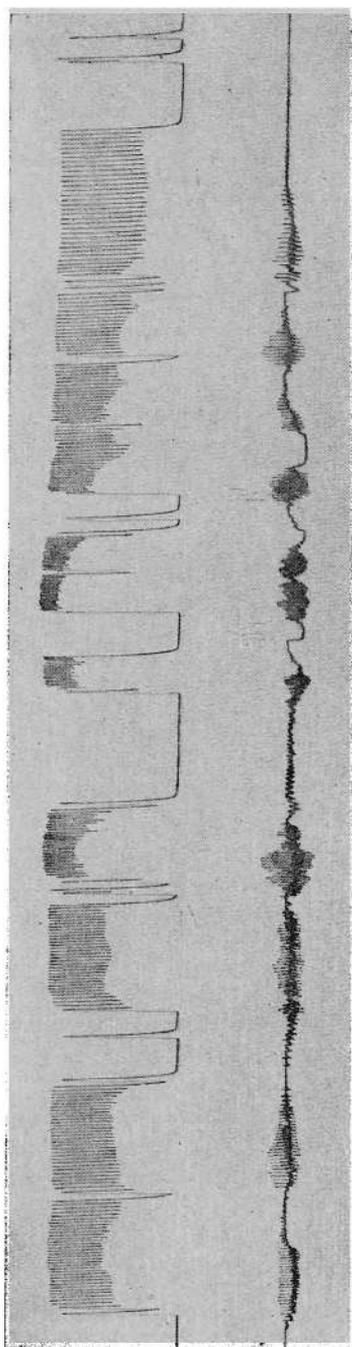


FIG. 9

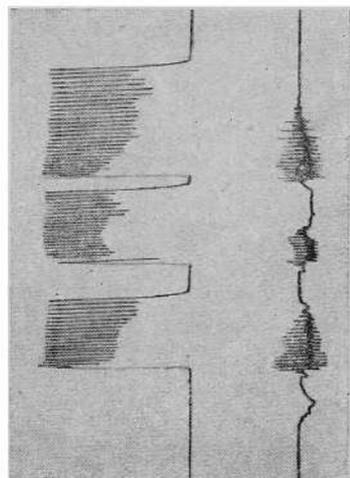


FIG. 10



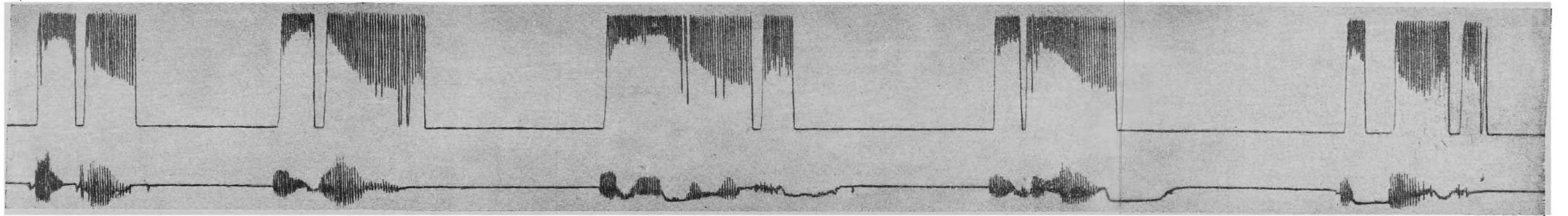


FIG. 11

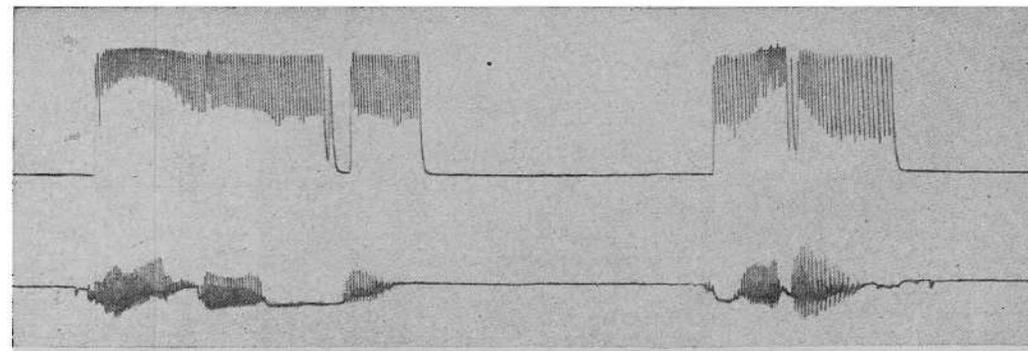


FIG. 12

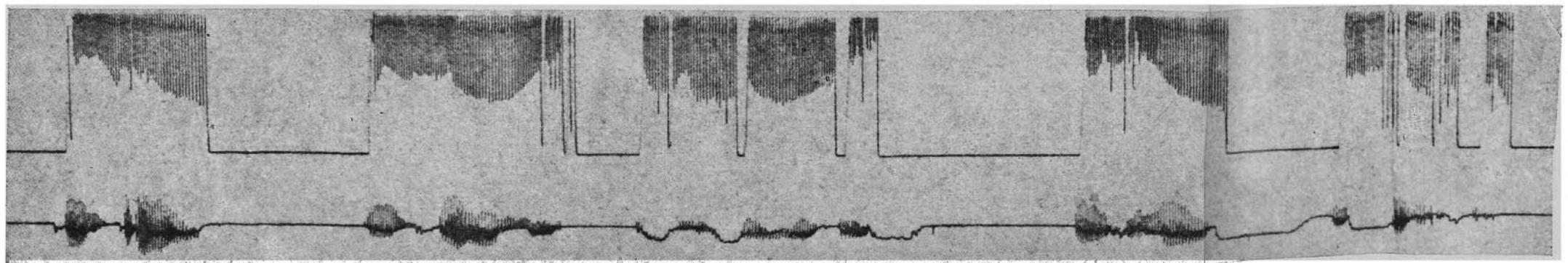


FIG. 13



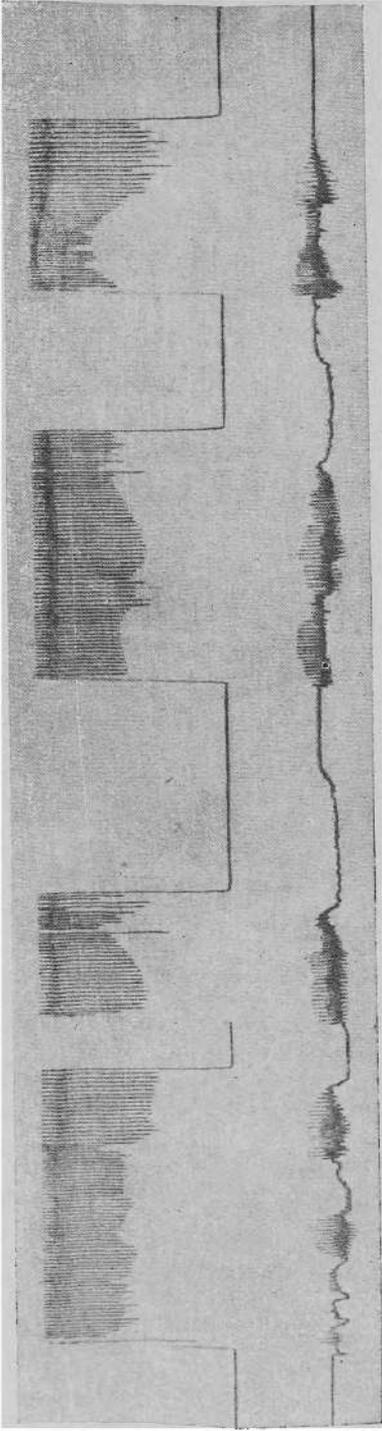


FIG. 14

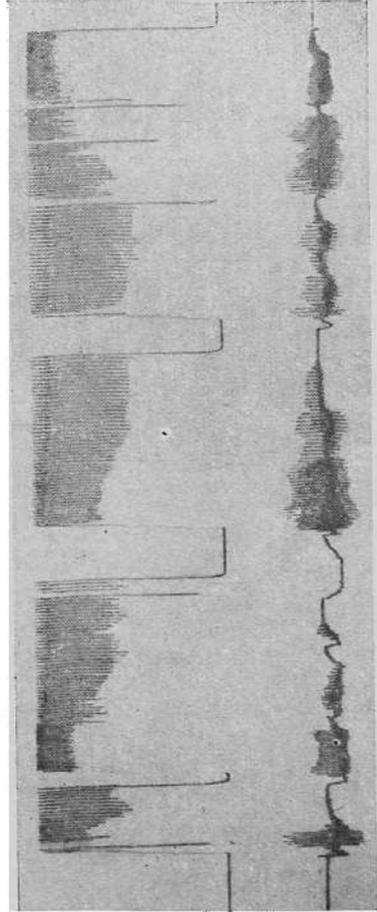


FIG. 15



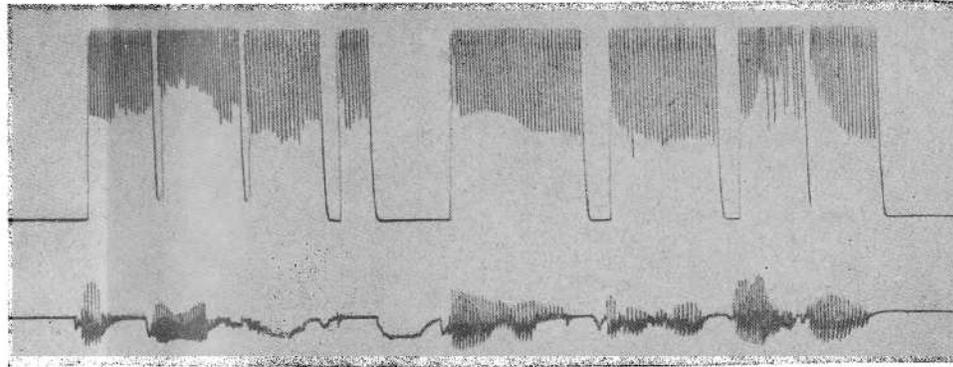


FIG. 16

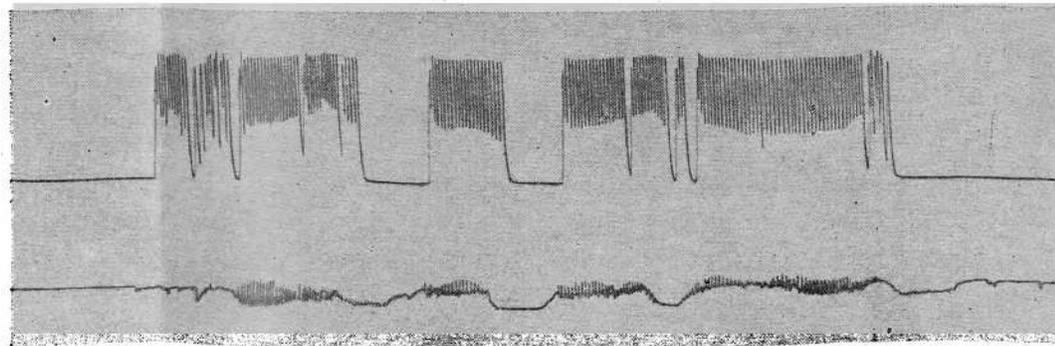


FIG. 17

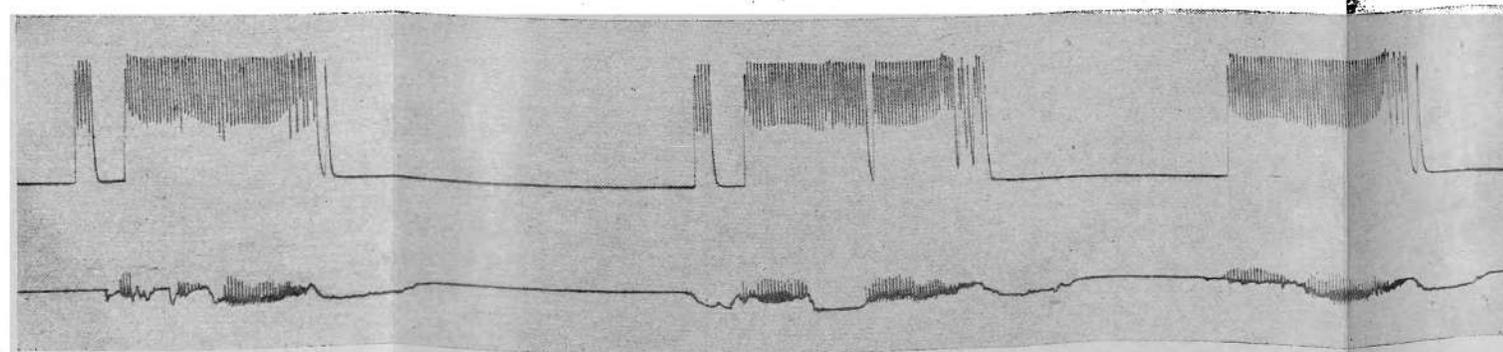


FIG. 18



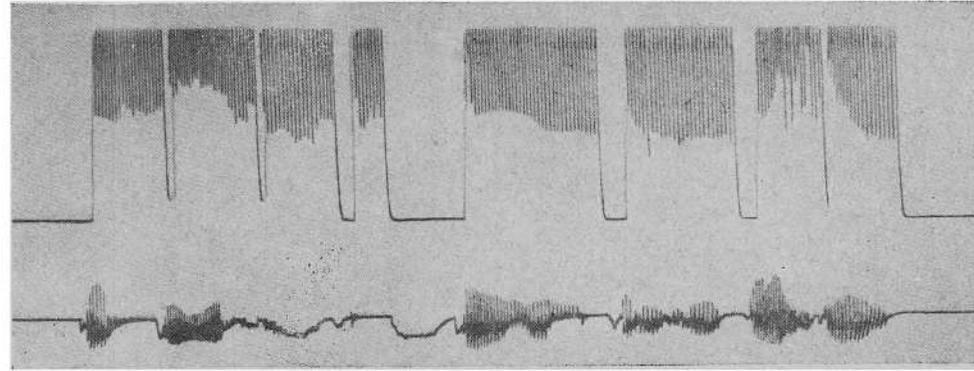


FIG. 16

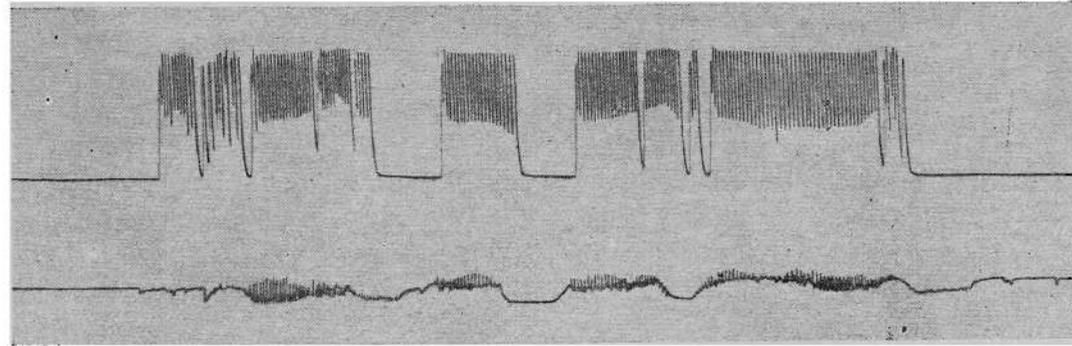


FIG. 17

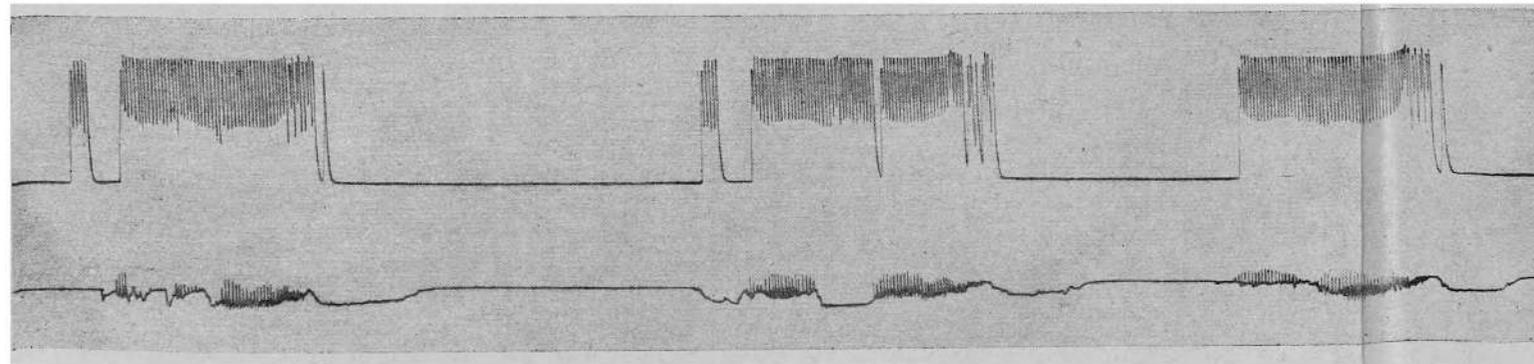


FIG. 18



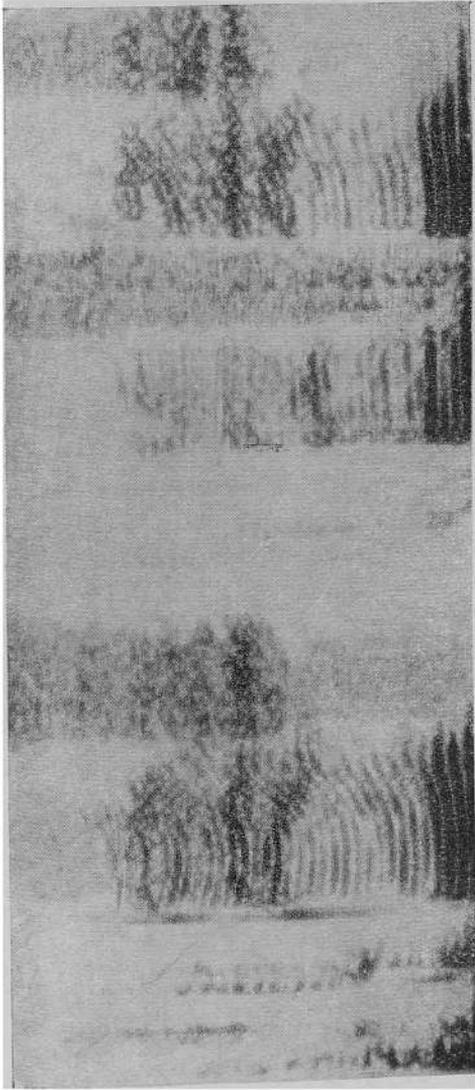


FIG. 19

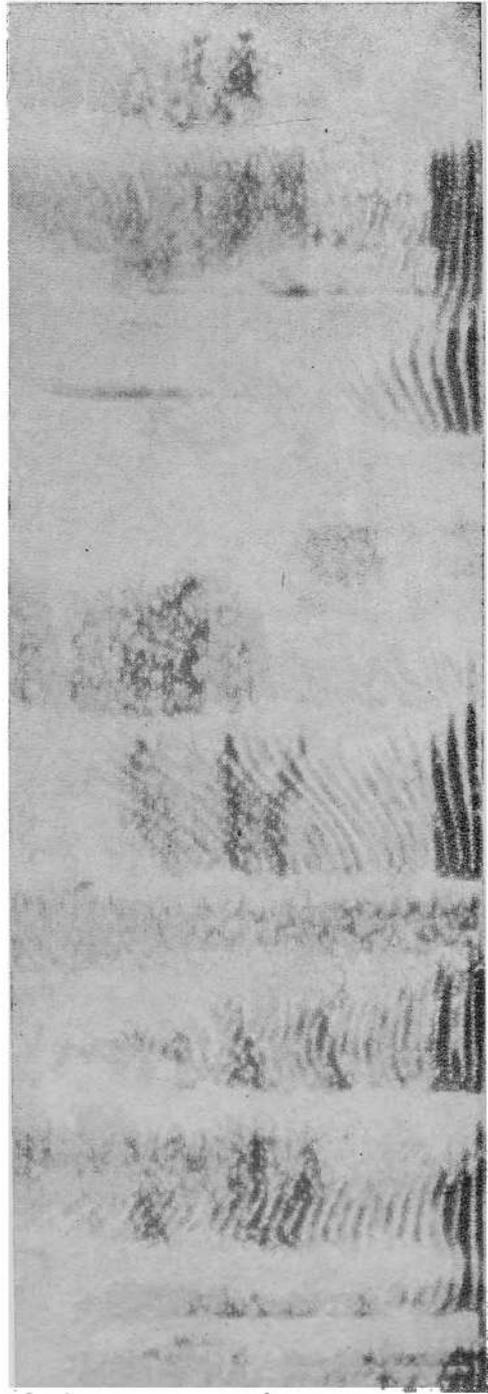


FIG. 20



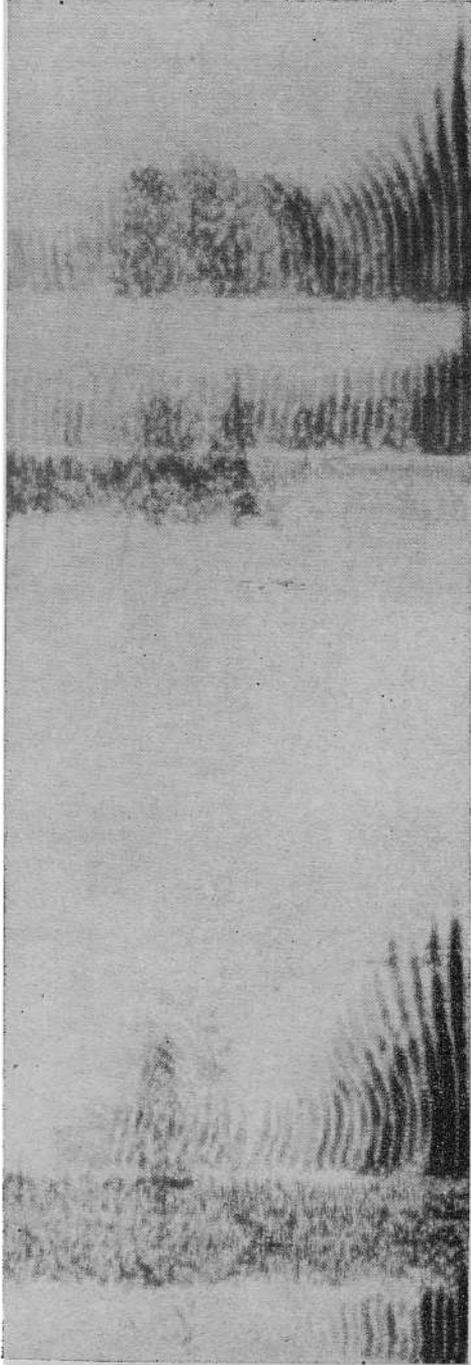


FIG. 21

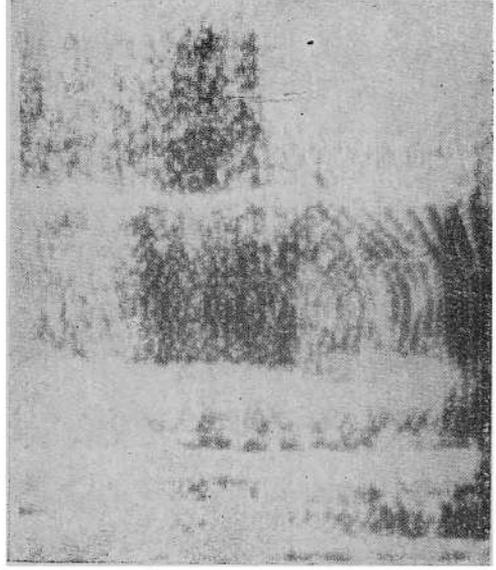


FIG. 23

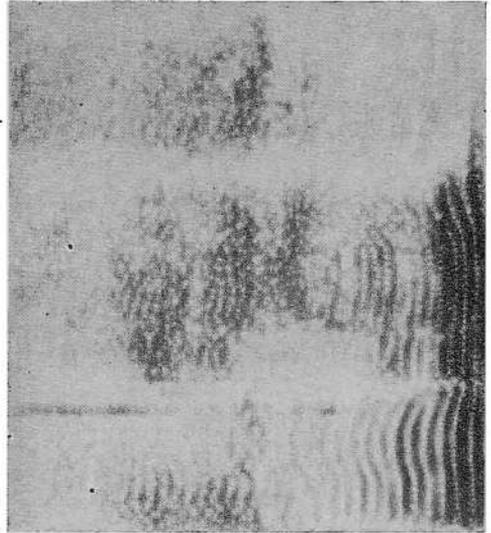


FIG. 22



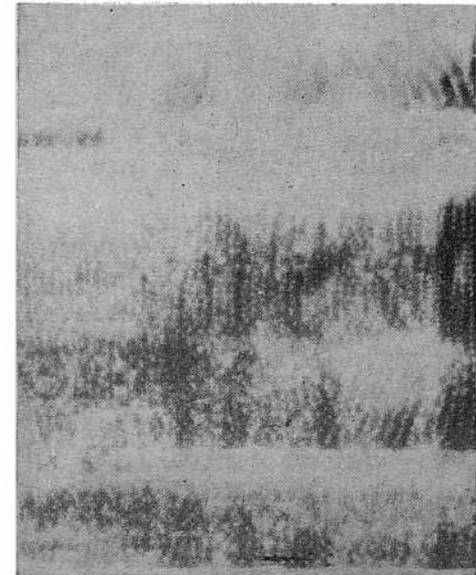


FIG. 24

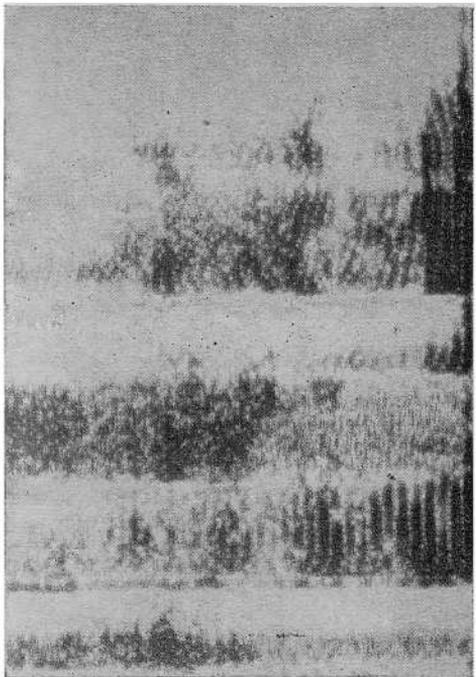


FIG. 25

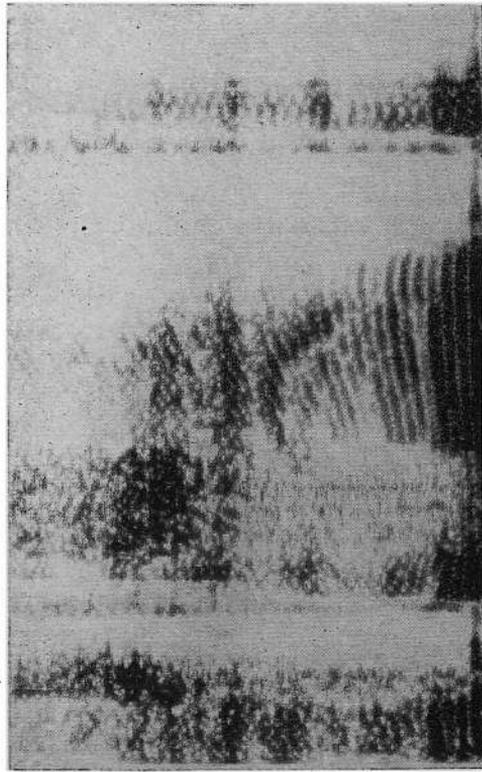


FIG. 26



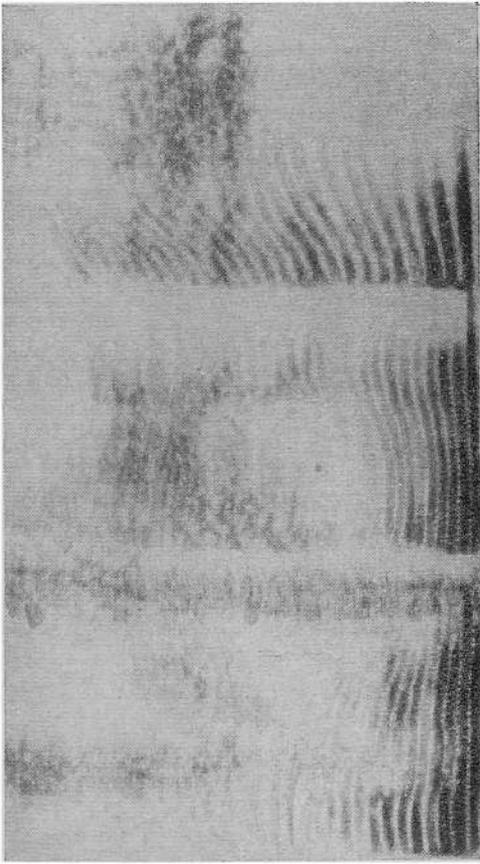


FIG. 27-b

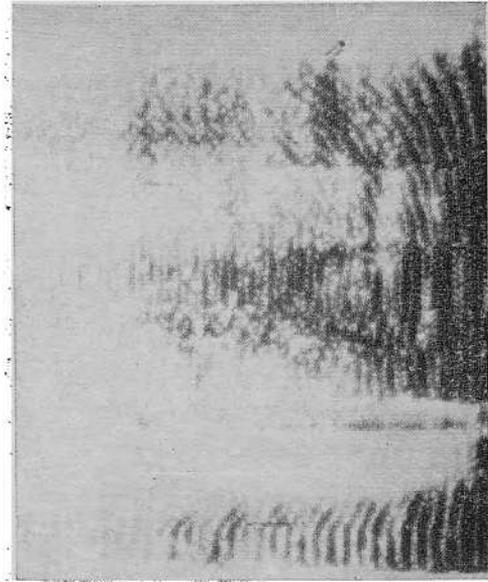


FIG. 27-a

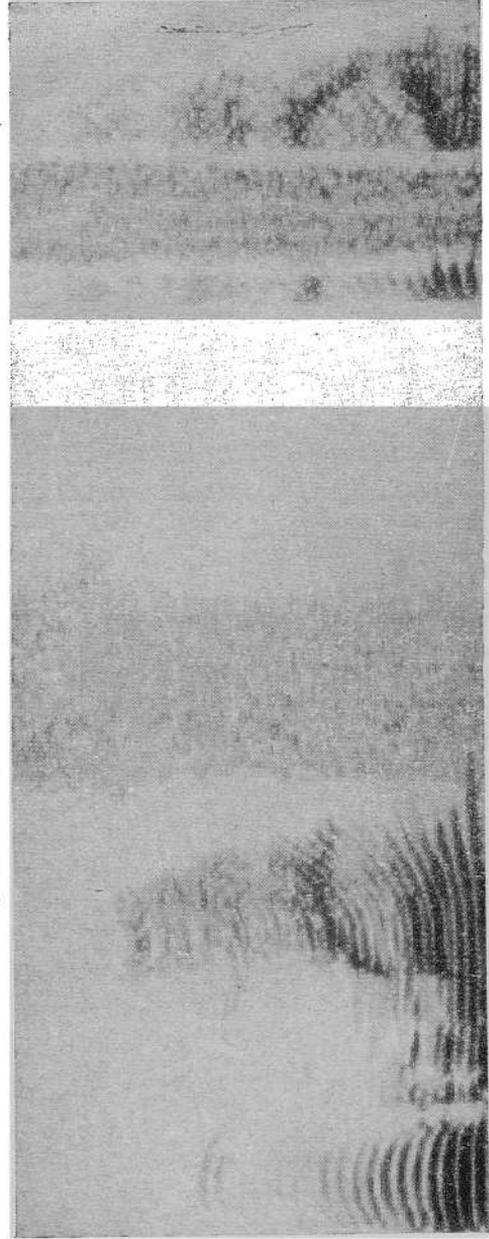


FIG. 27-c



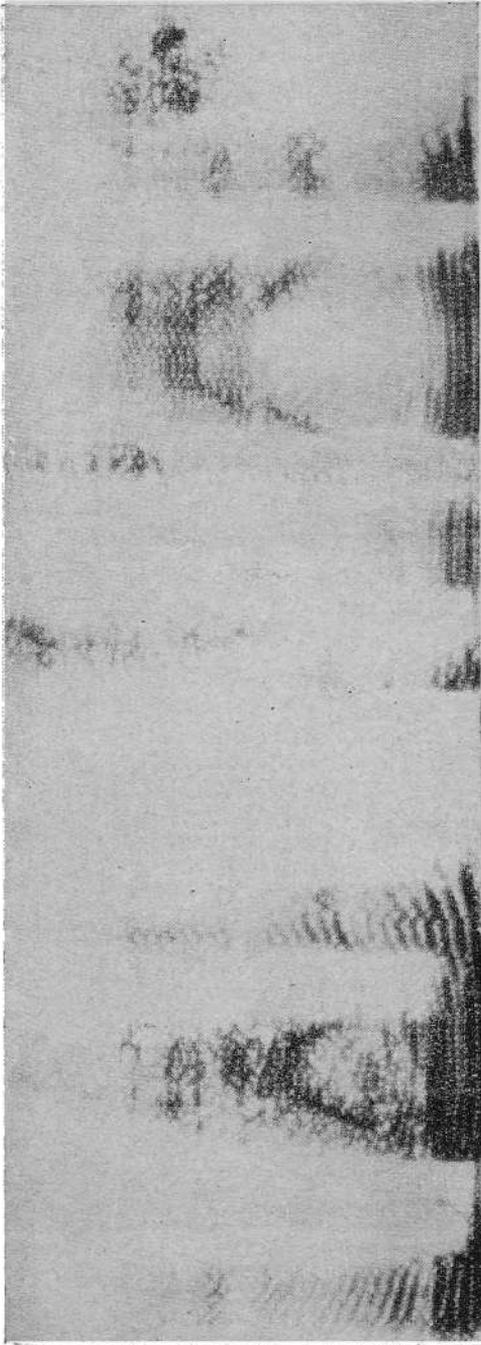


FIG. 28-a

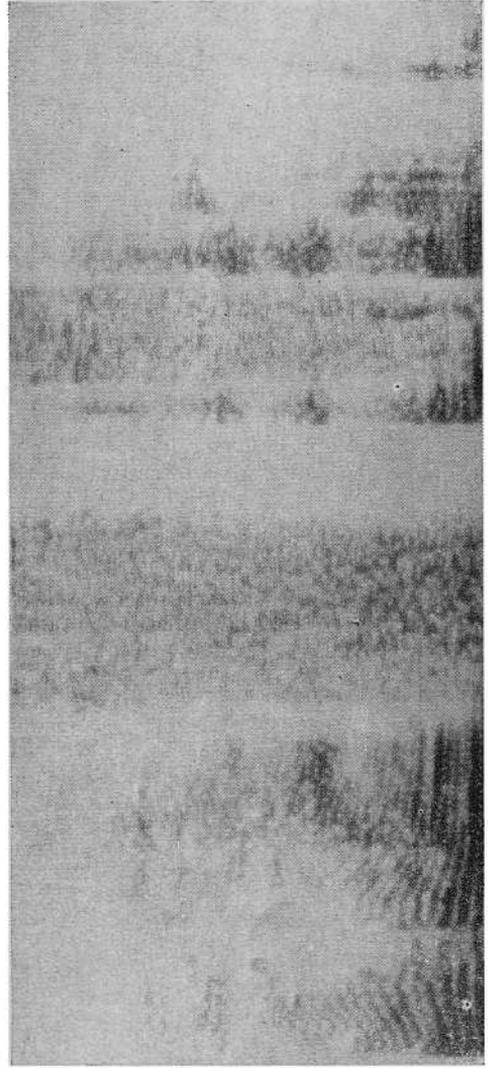


FIG. 28-b



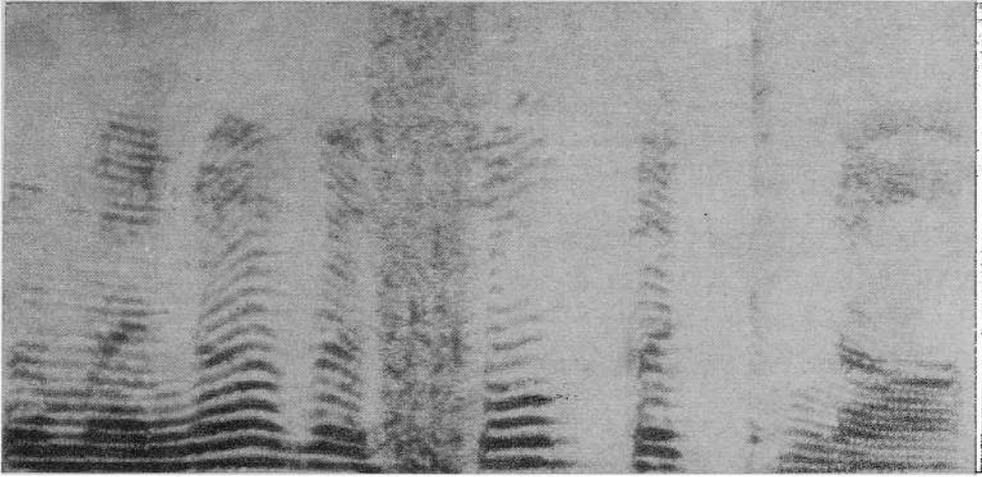


FIG. 29

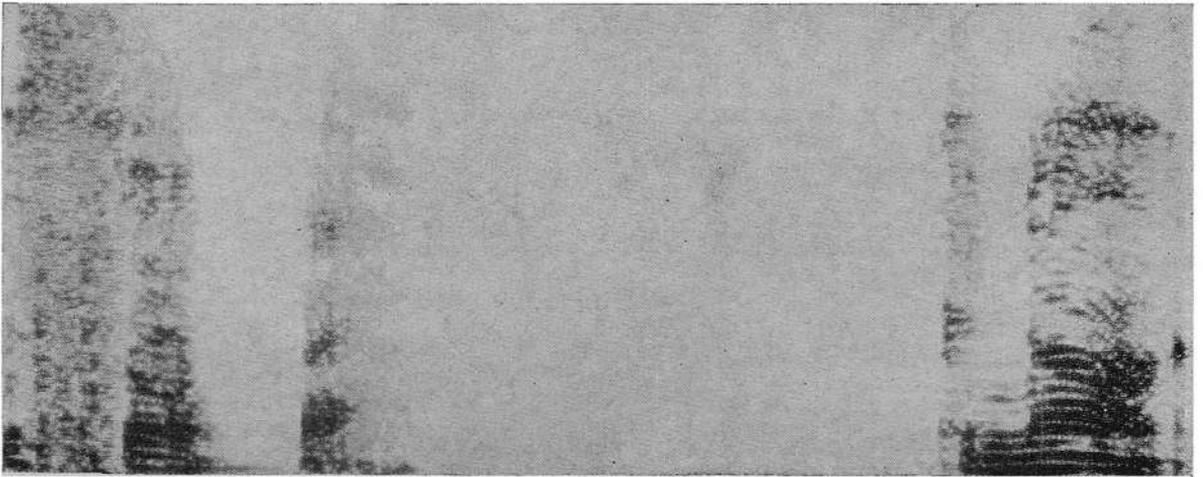


FIG. 30



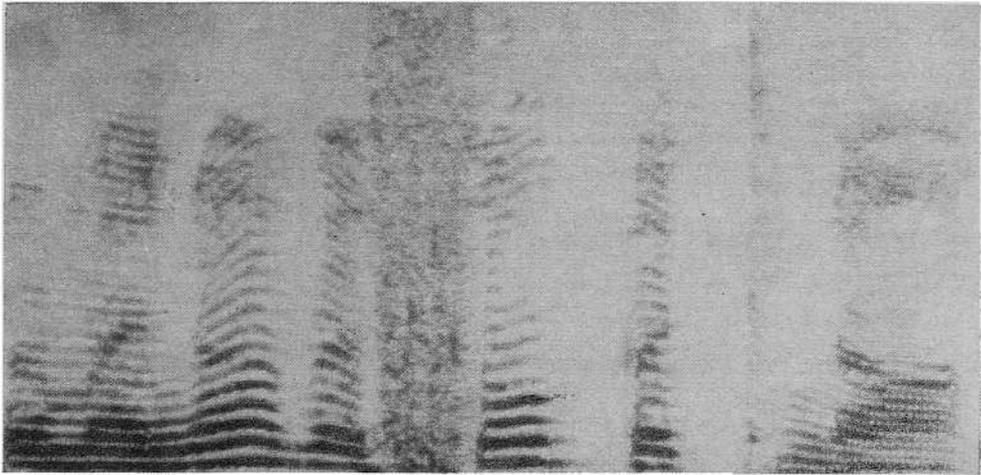


FIG. 29



FIG. 30



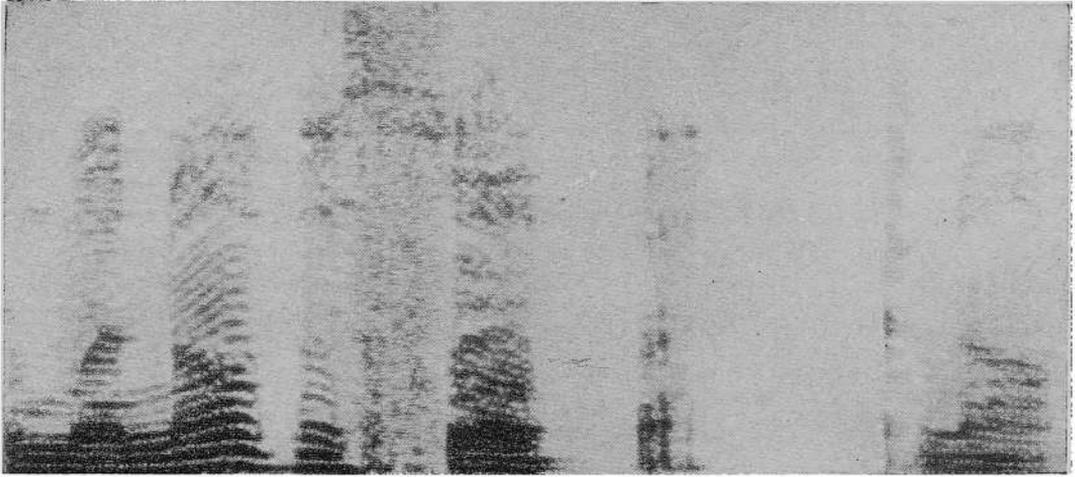


FIG. 31

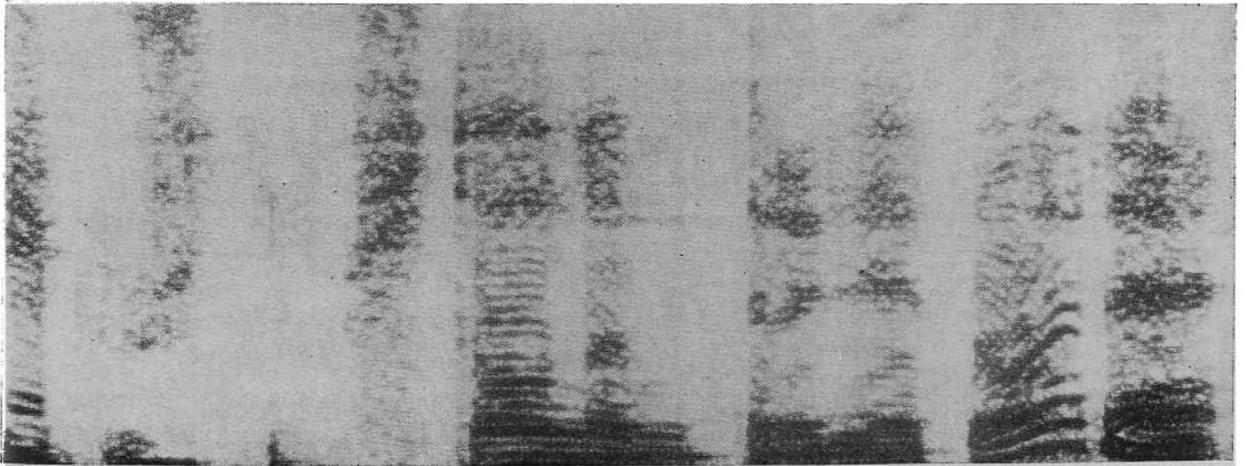


FIG. 32



## BIBLIOGRAFIA CITADA

- ANDERSEN, N. — «Den musikalske akcent i østslesvig», *Dania* 4 (1897): 65-81, 165-180.
- ARMSTRONG, Lillias E. e WARD, Ida C. — *A Handbook of English Intonation*, 2.ª ed., Cambridge 1959.
- BALLY, Charles — «Intonation et syntaxe», *CFS* 1 (1941): 33-42.
- BARROS, João de — *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa 1540. [Olyssipone. Apud Lodouicum Rotorigiū Typographum. M.D.XL. — Encadernada em volume juntamente com a *Cartilha*, com o *Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem* e com o *Diálogo da Viciosa Vergonha*, ocupa as páginas 69-206; exemplar existente no Centro de Estudos Filológicos, Lisboa].
- BEACH, D. M. — *The Phonetics of the Hottentot Language*. Cambridge 1938.
- BJERRUM, A. — *Fjoldemålets Lydsystem*. København 1944.
- BOLINGER, Dwight L. — «A Theory of Pitch Accent in English», *Word* 14 (1958): 109-149.  
— «On Intensity as a Qualitative Improvement of Pitch Accent», *Lingua* 7 (1958): 175-182.  
— «Intersections of Stress and Intonation», *Word* 11 (1955): 195-203.  
— «Intonation and Analysis», *Word* 5 (1949): 248-254.  
— «Intonation and Grammar», *Language Learning* 8: 31-37. [A separata que possui não indica o ano a que corresponde o volume da Revista.]  
— «Intonation: Levels versus Configurations», *Word* 7 (1951): 199-210.  
— e GERSTMAN, Louis J. — «Disjuncture as a Cue to Constructs», *Word* 13 (1957): 246-255.
- BORZA, Horațiu — «Institut de Phonétique de l'Université de Strasbourg», in: Sever Pop, *Instituts de phonétique et archives phonographiques* (Louvain 1956), pp. 164-217.
- BÜHLER, Karl — *Teoría del Lenguaje*. Tradução espanhola de Julián Marías. 2.ª ed. Madrid 1961.
- BUSNEL, R. G., MOLES, A., e VALLENCIEN, B. — «Sur l'aspect phonétique d'une langue sifflée des Pyrénées françaises», *Proceedings of the Fourth International Congress of Phonetic Sciences*, pp. 533-546.
- CHAO, Y. R. — «Tone, Intonation, Songsong, Chanting, Recitative, Tonal Composition and Atonal Composition in Chinese», *For Roman Jakobson*, pp. 52-59.
- CHOMSKY, Noam — *Syntactic Structures*. 's-Gravenhage 1957.
- , HALLE, Morris, LUKOFF, Fred — «On Accent and Juncture in English», *For Roman Jakobson*, pp. 65-80.
- CLASSE, A. — «Phonetics of the Silbo Gomero», *ArL* 9 (1957): 44-61.
- COSERIU, Eugenio — *Forma y Sustancia en los Sonidos del Lenguaje*. Montevideo 1954.  
— *Sistema, Norma y Habla*. Montevideo 1952.

- COUSTENOBLE, Hélène N., e ARMSTRONG, Liliás E. — *Studies in French Intonation*. Cambridge 1934.
- COWAN, Georges M. — «Mazateco Whistle Speech», *Lg* 24 (1948): 64-75.
- DELATTRE, Pierre — «Le Jeu des transitions de formants et la perception des consonnes», *Proceedings of the Fourth International Congress of Phonetic Sciences*, pp. 407-417.
- DURAND, Marguerite — «De la perception des consonnes occlusives: questions de sonorité», *Word* 12 (1956): 15-34.
- EBELING, C. L. — *Linguistic Units*. 's-Gravenhage 1960.
- VON ESSEN, Otto — *Grundzüge des hochdeutschen Satzintonation*. Düsseldorf 1956.
- FANT, Gunnar — *Modern Instruments and Methods for Acoustic Studies of Speech*. Stockholm 1958.
- FAURE, Georges — «L'Intonation et l'identification des mots dans la chaîne parlée (exemples empruntés à la langue française)», *Proceedings of the Fourth International Congress of Phonetic Sciences*, pp. 598-609.
- FISCHER-JØRGENSEN, Eli — Rec. a Louis Hjelmslev, *Omkring sprogteoriens grundlaeggelse*, in *NTTS* 7 (1943): 81-96.
- FRIES, Charles Carpenter — *The Structure of English. An Introduction to the Construction of English Sentences*. New York 1952.
- GLEASON Jr., H. A. — *An Introduction to Descriptive Linguistics*. New York 1958.
- GRAMMONT, Maurice — *Traité de Phonétique*. 5.<sup>a</sup> ed. Paris 1955.  
— *Traité pratique de prononciation française*. 26.<sup>e</sup> mille. Paris 1948.
- GREENBERG, Joseph H. — *Essays in Linguistics*. Chicago 1957.
- DE GROOT, A. W. — «L'Intonation de la phrase néerlandaise et allemande considérée du point de vue de la linguistique structurale», *CFS* 5 (1945): 17-31.
- GRÜTZMACHER, M., e LOTTERMOSE, W. — «Über ein Verfahren zur trägheitsfreien Aufzeichnung von Melodiekurven», *AkZ* (1937): 242-248.
- HADDING-KOCH, Kerstin — «Notes on the Swedish Word Tones», *Proceedings of the Fourth International Congress of Phonetic Sciences*, pp. 630-638.  
— *Acoustico-Phonetic Studies in the Intonation of Southern Swedish*. Lund 1961.
- HAMMARSTRÖM, Göran — «Le Chromographe et le triangle tonométrique de Lacerda», *RLFEC* 1 (1952): 28-38.
- HARRIS, Zellig S. — «Simultaneous Components in Phonology», *Lg* 20 (1944): 181-205.  
— *Structural Linguistics*. 4.<sup>a</sup> impress. Chicago 1960.
- HART, John — *An Ortophographie, Conteyning the Due Order and Reason, Howe to Write or Paint Thimage of Mannes Voice, Most Like to Life or Nature*. London 1569.
- HAUGEN, Einar, e JOOS, Martin — «Tone and Intonation in East Norwegian», *APhS* 22 (1952): 41-64.
- HERCULANO DE CARVALHO, J. — *Introdução aos Estudos Linguísticos*. (Curso mimeografado.) 2.<sup>a</sup> ed. Coimbra 1960-61.  
— *Palestras Linguísticas*. [Mimeografadas.] Coimbra 1961.
- HILL, Archibald A. — *Introduction to Linguistic Structures. From Sound to Sentence in English*. New York 1958.
- HJELMSLEV, Louis — *Essais Linguistiques*. (= *TCLC* 12.) Copenhagen 1959.  
— *Prolegomena to a Theory of Language*. Trad. de Francis J. WHITFIELD. 2.<sup>a</sup> ed. Madison 1961.

- HJELMSLEV, Louis — «La Stratification du langage», *Word* 10 (1954): 163-188. [Reproduzido em: Louis HJELMSLEV, *Essais linguistiques*, pp. 36-68.]  
— Necrológio de Otto Jespersen, in *Acta Linguistica* 3 (1942-1943): 119-130.
- HOCKETT, Charles F. — *A Course in Modern Linguistics*. New York 1958.  
— *A Manual of Phonology*. Baltimore 1955.
- HULTZÉN, Lee S. — «Information Points in Intonation», *Phonetica* 4 (1959): 107-120.
- HUSSON, Raoul — *Le Chant*. Paris 1962.  
— *Etude des phénomènes physiologiques et acoustiques fondamentaux de la voix chantée*. Paris 1950.  
— — *La Voix Chantée*. Paris 1960.
- JAKOBSON, Roman, e HALLE, Morris — *Fundamentals of Language*. 's-Gravenhage 1956.
- JASSEM, Wiktor — *Intonation of Conversational English (Educated Southern British)*. Wrocław 1952.
- JESPERSEN, Otto — «Stød og musikalsk akcent», *Dania* 4 (1897).
- JONES, Daniel — *An Outline of English Phonetics*. 8.<sup>a</sup> ed. Cambridge 1957.  
— *Intonation Curves*. Leipzig 1909.
- JOOS, Martin — *Acoustic Phonetics*. Baltimore 1948.
- JURGENS BUNING, J. E., e VAN SCHOONEVELD, C. H. — *The Sentence Intonation of Contemporary Standard Russian as a Linguistic Structure*. 's-Gravenhage 1961.
- KARCEVSKI, Serge — «Sur la phonologie de la phrase», *TCLP* 4 (1931): 188-227.
- KARLGRÉN, Bernhard — *Etudes sur la phonologie chinoise* I. Leyde-Stockholm 1915.
- KETTERER, K. — «Die Abschreibung von Gramophonplatten», *ANPhE* 8-9 (1933): 271-277.
- KINGDON, Roger — *English Intonation Practice*. London 1958.  
— *The Groundwork of English Intonation*. London 1958.  
— *The Teaching of English Intonation*. London, s/d.
- KLOSTER JENSEN, Martin — «Recognition of Word Tones in Whispered Speech», *Word* 14 (1958): 187-196.  
— *Tonemicity. A Technique for Determining the Phonemic Status of Suprasegmental Patterns in Pairs of Lexical Units, applied to a Group of West Norwegian Dialects, and to Faroese*. Bergen-Oslo 1961.
- LACERDA, Armando de — *Características da Entoação Portuguesa*: I. Coimbra 1941; II. Coimbra s/d.  
— «Crítica do Método Quimográfico», *BF* 3 (1935): 333-349; 4 (1936): 57-74, 294-306; 5 (1937): 1-28.
- LADEFOGED, Peter — «The Value of Phonetic Statements», *Lg* 36 (1960): 387-396.
- LADO, Robert e FRIES, Charles C. — *English Pronunciation (Exercises in Sound Segments, Intonation and Rhythm)*. Ann Arbor 1954.
- LEHISTE, Ilse — «Acoustic Studies of Boundary Signals», *Proceedings of the Fourth International Congress of Phonetic Sciences*, pp. 178-187.  
— *An Acoustic-Phonetic Study of Internal Open Juncture*. *Phonetica*, Supplementum ad vol. V. Basel-New York 1960.
- MALMBERG, Bertil — «Analyse instrumentale et structurale des faits d'accents», *Proceedings of the Fourth International Congress of Phonetic Sciences*, pp. 456-475.

- MALMBERG, Bertil — «Défense de la méthode cymographique», *BF* 7 (1940): 113-120.  
— *Études sur la phonétique de l'espagnol parlé en Argentine*. Lund 1950.  
— «Haut - Bas' ou 'Montant - Descendant' ?», *Language and Society*, pp. 99-107.  
— «La Coupe syllabique dans le système consonnantique du français», *Acta Linguistica* 4 (1944): 61-66.  
— «La Linguistique structurale et la phonétique expérimentale», *Acta Conuentus Romani*, pp. 67-85.  
— «La Structure phonétique de quelques langues romanes», *Orbis* 11 (1962): 131-178.  
— *Observations on the Swedish Word Accent*. [Relatório mimeografado.] Haskins Laboratories. New York-Lund 1955.  
— «Observations sur le système vocalique du français», *Acta Linguistica* 2 (1940-1941): 232-246.  
— «Recherches expérimentales sur l'accent musical du mot en suédois», *ANPHE* 16 (1940): 62-76.  
— «Sur un procédé d'enregistrement kymographique», *SL* 3 (1949): 106-117.  
— *Sydsvenk Ordaccent. En experimentalfonetisk undersökning*. Avec un résumé en français. Lund 1953.  
— *Système et méthode. Trois études de linguistique générale*. Lund 1945.  
— Rec. a Georges Gougenheim, *Éléments de phonologie française*. In: *Acta Linguistica* 2 (1940-1941): 54-60.
- MAROUZEAU, J. — *Notre Langue. Enquêtes et récréations philologiques*. Paris 1955.
- MARTINET, André — «Accent et tons», *Miscellanea Phonetica* 2 (1954): 13-24.  
— *A Functional View of Language*. Oxford 1962.  
— «Au sujet des *Fondements de la théorie linguistique* de L. Hjelmslev», *BSL* 42 (1942-1945): 19-42.  
— *Economie des changements phonétiques*. Berne 1955.  
— *Éléments de linguistique générale*. Paris 1960.  
— «La Double articulation linguistique», *TCLC* 5 (1949): 30-37.  
— «Réflexions sur la phrase», *Language and Society*, pp. 113-118.
- MATHESIUS, Vilém — «On Some Problems of the Systematic Analysis of Grammar», *TCLP* 6 (1936): 95-107.
- MEYER, Ernest A. — *Die Intonation im Schwedischen*. 2 vols. Stockholm 1937 e 1954.  
— «Ein neues Verfahren zur graphischen Bestimmung des musikalischen Akzents», *Monatschrift für die gesamte Sprachheilkunde* (1911): 1-17.
- MILLER, John D — «Word Tone Recognition in Vietnamese Whispored Speech», *Word* 17 (1961): 11-15.
- MORAIS-BARBOSA, Jorge — «Fonética e Fonologia — Problemas Teóricos e Metodológicos», *RP* 26 (1961): 307-314.  
— «Phonologie portugaise», a publicar num dos próximos volumes de *Word*.  
— «Notas acerca de Pontuação (a propósito de dois artigos de Alexandre Herculano)», *RP* 22 (1957): 212-218.  
— Rec. a E. Pulgram, *Introduction to the Spectrography of Speech*, in *RLiR* 25 (1961): 206 e *Orbis* 10 (1961): 542-544.

- NAVARRO TOMÁS, Tomás — *Manual de Entonación Española*. 2.<sup>a</sup> ed. New York 1948.
- NIDA, Eugene — *Morphology. The Descriptive Analysis of Words*. 2.<sup>a</sup> ed. Ann Arbor 1949.
- NUNES DE LEÃO, Duarte — *Origem e Ortografia da Língua Portuguesa*, ed. 1784, Lisboa.
- O'CONNOR, J. D., e ARNOLD, G. F. — *Intonation of Colloquial English. A Practical Handbook*. Londres 1961.
- PALMER, H. E. — *English Intonation*. Cambridge 1922.
- PERNOT, Hubert — «L'Intonation», *RPh* 6 (1930): 272-289.
- PIKE, Kenneth L. — *Language in Relation to a Unified Theory of the Structure of Human Behaviour*. 3 vols. Glendale 1954-1955-1960.
- *The Intonation of American English*. Ann Arbor 1946.
- *Tone Languages*. Ann Arbor 1948.
- POP, Sever — *Instituts de phonétique et archives phonographiques*. Louvain 1956.
- POTTER, Simeon — «Syllabic Juncture», *Proceedings of the Fourth International Congress of Phonetic Sciences*, pp. 728-730.
- «Projet de terminologie phonologique standardisée», *TCLP* 4 (1931): 309-323.
- PULGRAM, Ernst — *Introduction to the Spectrography of Speech*. 's-Gravenhage 1959.
- ROUSSELOT, Pierre — *Principes de phonétique expérimentale*. 2 tomos. Paris 1924 e 1925.
- SAUSSURE, Ferdinand de — *Cours de linguistique générale*. 5.<sup>a</sup> ed. Paris 1955.
- SCHEARME, J. N., e HOLMES, J. N. — «An Experiment Concerning the Recognition of Voices», *LgS* 2 (1959): 123-131.
- SCHUBIGER, Maria — *English Intonation. Its Form and Function*. Tübingen 1958.
- SÉGUY, Jean — «Un combiné magnétophone-électrokymographe en vue de l'analyse tonométrique», *Orbis* 2 (1953): 518-520.
- SIERTSEMA, B. — *A Study of Glossematics. Critical Survey of its Fundamental Concepts*. The Hague 1955.
- SKALIČKA, Vladimír — «La Fonction de l'ordre des éléments linguistiques», *TCLP* 6 (1936): 129-133.
- SLEDD, James — Rec. a G. L. Trager e H. L. Smith Jr., *An Outline of English Structure*, in *Lg* 31 (1955): 312-345.
- STALLING, Nicolaas Casper — *Das Phonologische System des Schwedischen*. 2 vols. Nijmegen 1934 e 1935.
- STOCKWELL, Robert P. — «The Place of Intonation in a Generative Grammar of English», *Lg* 36 (1960): 360-367.
- , BOWEN, J. Donald, e SILVA-FUENZALIDA, I. — «Spanish Juncture and Intonation», *Lg* 32 (1956): 641-665.
- STRAKA, Georges — «Etendue et limites de l'enquête phonétique», *Bulletin de la Faculté des Lettres de Strasbourg* 35 (1957): 261-292.
- SWEET, Henry — «On Danish Pronunciation», *Transactions of the Philological Society* (1873-1874).
- TOGEBY, Knud — «Qu'est-ce qu'un mot?», *TCLC* 5 (1949): 97-111.
- TRAGER, Georges L., e SMITH JR., Henry L. — *An Outline of English Structure*. SIL: Occasional Papers 3. 3.<sup>a</sup> impressão. Washington 1957.
- TROUBETSKOY, Nicolas Sergueevitch — *Principes de phonologie*. Paris 1949.

- TRUBY, H. M. — *Acoustico-Cineradiographic Analysis Considerations with especial reference to certain consonantal complexes*. Acta Radiologica, Supplementum 182, Stockholm 1959.
- WELLS, Rulon S. — «The Pitch Phonemes of English», *Lg* 21 (1945): 27-39.
- ZWIRNER, E. — «A Contribution to the Theory of Pitch Curves», *ANPhE* 7 (1932): 38-51.

#### REVISTAS E PUBLICAÇÕES COLECTIVAS

- Acta Conuentus Romani*. (Romae MCMLIX.) Copenhagen 1961.
- Acta Radiologica*. Stockholm.
- ArL: Archivum Linguisticum*. A Review of Comparative Philology and General Linguistics. Glasgow.
- ANPhE: Archives Néerlandaises de Phonétique Expérimentale*. La Haye.
- APhS: Acta Philologica Scandinavica*. Tidsskrift for nordisk sprogforskning. København.
- AKZ: Akustische Zeitschrift*.
- BELL TELEPHONE LABORATORIES, «Technical Aspects of Visible Speech», *Bell Telephone System Monograph B-1415* (1946). [= *JASA* 17 (1946): 1-19.]
- BF: Boletim de Filologia*. Centro de Estudos Filológicos. Lisboa.
- Bulletin de la Faculté des Lettres de Strasbourg*. Strasbourg.
- BSL: Bulletin de la Société de Linguistique de Paris*. Paris.
- CFS: Cahiers Ferdinand de Saussure*. Publiés par la Société Genevoise de Linguistique. Genève.
- For Roman Jakobson*. Essays on the Occasion of His Sixtieth Birthday. The Hague 1956.
- JASA: Journal of the Acoustical Society of America*.
- Lg: Language*. Journal of the Linguistic Society of America. Baltimore.
- Language and Society*. Essays presented to Arthur M. Jensen on his Seventieth Birthday. Copenhagen 1961.
- LgS: Language and Speech*. Teddington, Middlesex.
- Miscellanea Phonetica*. Association Phonétique Internationale. London.
- Monatschrift für die gesamte Sprachheilkunde*.
- NTTS: Nordisk Tidsskrift for Tale og Stemme*. København.
- Orbis*. Bulletin international de documentation linguistique. Louvain.
- Phonetica*. Internationale Zeitschrift für Phonetik. Basel-New York.
- Proceedings of the Fourth International Congress of Phonetic Sciences (Helsinki 1961)*. The Hague 1962.
- RLFEC: Revista do Laboratório de Fonetica Experimental*. Faculdade de Letras. Universidade de Coimbra. Coimbra.
- RLiR: Revue de linguistique romane*. Paris-Lyon-Strasbourg.
- RP: Revista de Portugal*. Série A — Língua Portuguesa. Lisboa.
- RPh: Revue de Phonétique*. Paris.
- SL: Studia Linguistica*. Revue de linguistique générale et comparée. Lund.

*TCLC: Travaux du Cercle Linguistique de Copenhague.* Copenhague.

*TCLP: Travaux du Cercle Linguistique de Prague.* Prague.

*Word.* Journal of the Linguistic Circle of New York. New York.

#### OBRAS LITERÁRIAS E JORNAIS

ALMEIDA GARRETT, *Frei Luis de Sousa.* Ed. Rodrigues Lapa, Lisboa 1941.

EÇA DE QUEIRÓS, *Últimas Páginas.* Porto s.d.

FABRE LUCE, Alfred — *Haute Cour.* Paris 1962.

MOURÃO-FERREIRA, David — *Tal e Qual o Que Era.* Lisboa, 1963.

VIEIRA, P.<sup>o</sup> António — *Sermões.* Nas *Obras Escolhidas*, prefácios e notas de António Sérgio e Hernâni Cidade, vol. XI. Lisboa 1954.

*Diário de Lisboa.* Lisboa.

*Diário da Manhã.* Lisboa.

*Le Monde.* Paris.



## ÍNDICE

	Págs.
ARMANDO DE LACERDA E BRIAN F. HEAD — Análise de Sons Nasais e Sons Nasalizados do Português .....	5
ERNEST F. HADEN E BRIAN F. HEAD — An Instrumental Study of Duration in French .....	73
JORGE DE MORAIS-BARBOSA — O Problema Linguístico da Entoação.....	107

---

Composto e impresso na «Imprensa de Coimbra, L.da»  
Largo de S. Salvador, 1 a 3 — COIMBRA



